

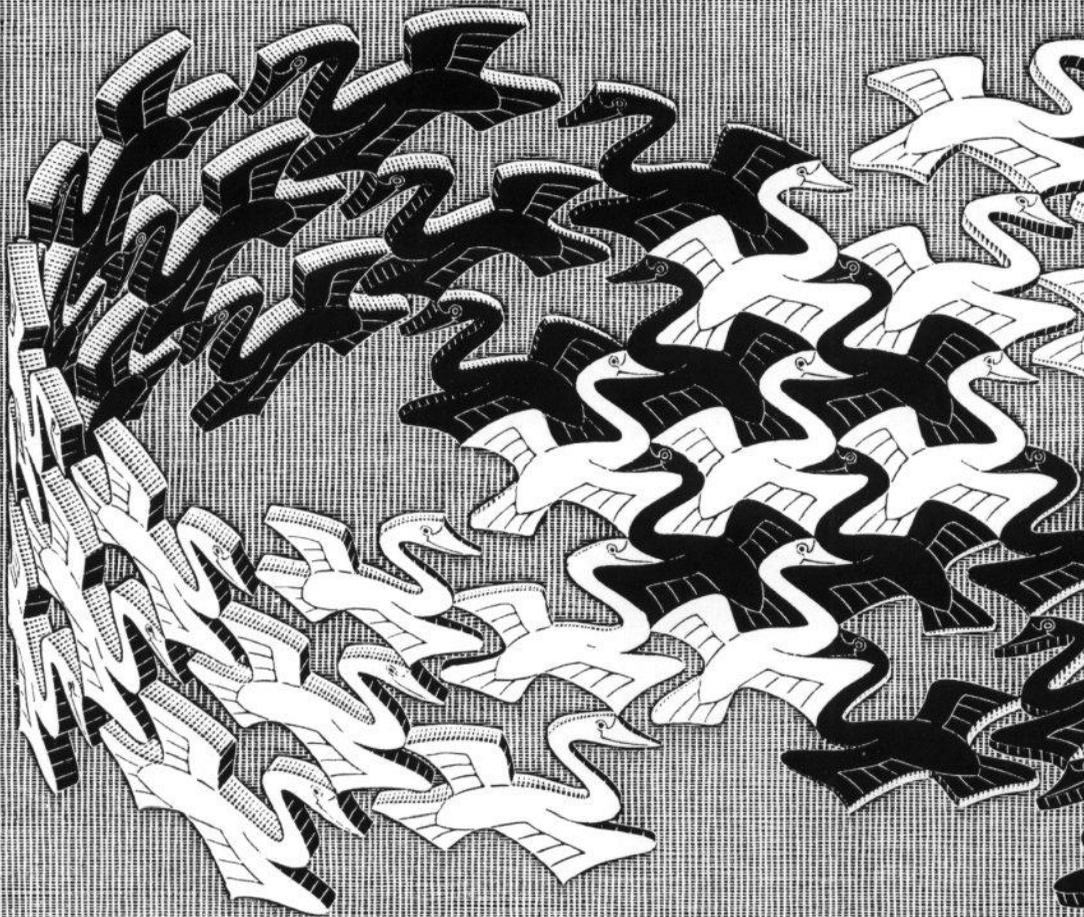
v. 22, n. 39, Set.-Dez. 2015

Princípios

Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

39





Princípios

Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Princípios Natal, v. 22, n. 39, set.-dez. 2015

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor

José Daniel Diniz Melo

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Rubens Maribondo do Nascimento

Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação

Fernanda Nervo Raffin

Diretora do CCHLA

Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor do CCHLA

Sebastião Faustino Pereira Filho

Chefe do Departamento de Filosofia

Cinara Maria Leite Nahra

Coordenador do PPGFil

Daniel Durante Pereira Alves

Vice-coordenador do PPGFil

Joel Thiago Klein

Editor Responsável

Dax Moraes (UFRN)

Editores de Seção

Daniel Durante (UFRN)

Eduardo Pellejero (UFRN)

Maria Cristina Longo C. Dias (UFRN)

Editores de Resenhas

Eduardo Pellejero (UFRN)

Glenn Walter Erickson (UFRN)

Maria Cristina Longo C. Dias (UFRN)

Conselho Editorial

Cinara Maria Leite Nahra (UFRN)

Daniel Durante Pereira Alves (UFRN)

Dax Moraes (UFRN)

Eduardo Pellejero (UFRN)

Gisele Amaral dos Santos (UFRN)

Glenn Walter Erickson (UFRN)

Joel Thiago Klein (UFRN)

Maria Cristina Longo C. Dias (UFRN)

Markus Figueira da Silva (UFRN)

Oscar Federico Bauchwitz (UFRN)

Conselho Científico

André Leclerc (UFC)

Cláudio Ferreira Costa (UFRN)

Colin B. Grant (University of Surrey, Reino Unido)

Daniel Vanderveken (Université du Québec, Canadá)

Elena Morais Garcia (UERJ)

Enrique Dussell (Universidad Autónoma Metropolitana, México)

Franklin Trein (UFRJ)

Gianni Vattimo (Università di Torino, Itália)

Gottfried Gabriel (Friedrich-Schiller-Universität, Alemanha)

Guido Imaguire (UFRJ)

Guilherme Castelo Branco (UFRJ)

Gustavo Caponi (UFSC)

Jaimir Conte (UFSC)
Jesús Vázquez Torres (UFPE)
João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA)
João José M. Vila-Chã (Pontificia Università Gregoriana, Itália)
José Maria Z. Calvo (Univ. Autónoma de Madrid, Espanha)
Juan Adolfo Bonaccini (UFPE)
Marcelo Pimenta Marques (UFMG)
Marco Antonio Casanova (UERJ)
Marco Zingano (USP)
Maria Cecília M. de Carvalho (UFPI)
Maria da Paz Nunes de Medeiros (UFRN)
Maria das Graças Moraes Augusto (UFRJ)
Mario P. M. Caimi (Universidad de Buenos Aires, Argentina)
Mario T. R. Cobián (Univ. Mich. de S. Nicolás de Hidalgo, México)
Matthias Schirn (Universität München, Alemanha)
Nythamar Fernandes de Oliveira (PUCRS)
Roberto Machado (UFRJ)
Róbson Ramos dos Reis (UFSM)
Rodrigo Castro Orellana (Univ. Complutense de Madrid, Espanha)
Rodrigo Ribeiro Alves Neto (UNIRIO)
Željko Loparić (UNICAMP)

Editoração Eletrônica e Normalização

Dax Moraes

Revista Princípios:

Departamento de Filosofia
Campus Universitário, UFRN
CEP: 59078-970 – Natal – RN
E-mail: principios@cchla.ufrn.br
Home page: <http://www.periodicos.ufrn.br/principios>

Princípios, UFRN, CCHLA, PPGFIL
v. 22, n. 39, set.-dez. 2015, Natal (RN)
EDUFRN – Editora da UFRN, 2015.
Periodicidade: quadrimestral
1. Filosofia. – Periódicos
L-ISSN 0104-8694 E-ISSN 1983-2109
RN/UF/BCZM CDU 1 (06)



Princípios

Revista de Filosofia

v. 22, n. 38, maio-ago. 2015

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

SUMÁRIO

Apresentação

Dax Moraes (UFRN) 7

Artigos

- La crítica semantista de Chateaubriand a la visión sintactista de Chomsky
Ana Clara Polakof (PUC-Rio; CNPq) 11
- Minimalism and the pragmatic frame
Ana Falcato (JGU-Mainz; IFILNOVA/UNL) 39
- Pejorativos e externalismos combinatoriais
Rogério Saucedo Corrêa (UFSM) 69
- Entre o dizer e o mostrar: Wittgenstein sobre a Ética e os valores
Vinicius de Faria dos Santos (UFRRJ; CAPES) 93
- Será procedente o argumento de Plantinga contra o naturalismo metafísico?
Domingos Faria (Universidade de Lisboa; FCT) 121

- A crítica da razão lógica a partir do problema modal em Husserl:
hipóteses e perspectivas
Carlos Eduardo de Carvalho Vargas (PUC-PR; CAPES);
Cleverson Leite Bastos (PUC-PR) 141
- Sarton e Kuhn:
o papel de Robert Boyle na Química do século XVII
Amélia de Jesus Oliveira (FAJOPA; UNICAMP; FAPESP) 163

Resenha

- CAORSI, Carlos E. (Org.). *Ensaio sobre Strawson com réplicas de P. F. Strawson*. Trad. Itamar Luís Gelain e Jaimir Conte. (2014)
Cecília Rearte Terrosa (UFSM; CAPES) 195

Tradução

- NEWEN, Albert. O desenvolvimento da filosofia da linguagem wittgensteiniana de 1929 a 1932
Marcos Silva (UFC; FUNCAP/CAPES) 211

APRESENTAÇÃO

O presente número da revista *Princípios* traz a público trabalhos de Filosofia Analítica, Filosofia da Linguagem e Epistemologia. Iniciando com pesquisas sobre semântica, Ana Clara Polakof, em seu artigo “La crítica semantista de Chateaubriand a la visión sintactista de Chomsky”, procura esclarecer suas diferenças de posição e mostrar por que algumas das críticas de Chateaubriand no segundo volume de *Logical forms* não podem ser mantidas linguisticamente, mas filosoficamente. Na sequência, “Minimalism and the pragmatic frame”, de Ana Falcato, propõe uma leitura de Kent Bach que o afasta do contextualismo a que é normalmente associado, implicando na destituição das principais dicotomias por ele defendidas. Em “Pejorativos e externalismos combinatoriais”, Rogério Saucedo Corrêa discute o trabalho de Christopher Hom e as críticas formuladas por Sennet e Copp, a partir da qual o problema mais grave a emergir seria o da inexistência de contrapartes neutras dos pejorativos. Vinicius de Faria dos Santos, em seu artigo “Entre o dizer e o mostrar: Wittgenstein sobre a Ética e os valores”, a partir do *Tractatus logico-philosophicus* e *Lecture on Ethics*, discute em que medida os valores absolutos residem no “Místico”. O próximo artigo é “Será procedente o argumento de Plantinga contra o naturalismo metafísico?”, no qual Domingos Faria examina objeções ao argumento de Plantinga concluindo que o mesmo não é procedente por partir de premissas falsas que precisam ser reformuladas. Carlos Eduardo de Carvalho Vargas e Cleverson Leite Bastos, em seu artigo “A crítica da razão lógica a partir do problema modal em Husserl: hipóteses e perspectivas”, refletem sobre a alteração na concepção de lógica pura a partir da perspectiva modal e sua importância para a filosofia husserliana. Ao fim da seção *Artigos*, Amélia de Jesus Oliveira, em seu artigo “Sarton e Kuhn: o

papel de Robert Boyle na química do século XVII”, explora as considerações de Kuhn e Sarton em dois textos que publicaram sobre Boyle no início dos anos 50, verificando algumas das diferenças cruciais entre uma história da ciência mais antiga e a nova historiografia, anunciada por Kuhn dez anos mais tarde em seu célebre livro *A estrutura das revoluções científicas*. Cecilia Rearte Terrosa contribui com uma resenha sobre o livro organizado por Carlos E. Caorsi, *Ensaio sobre Strawson com réplicas de P. F. Strawson*, e, encerrando este número, Marcos Silva nos oferece sua tradução para o artigo “*Die Entwicklung der Wittgensteinischen Sprachphilosophie von 1929-1932*”, publicado em 1997 por Albert Newen no volume 51 do *Zeitschrift für philosophische Forschung*.

Dax Moraes

Artigos

LA CRÍTICA SEMANTISTA DE CHATEAUBRIAND A LA VISIÓN SINTACTISTA DE CHOMSKY

Ana Clara Polakof

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Bolsista CNPq

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 11-37

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Este trabalho visa estudar algumas críticas feitas por Chateaubriand em *Logical Forms* (v. 2) ao programa linguístico de Chomsky. Em *Logical Forms*, Chateaubriand propõe uma concepção da linguagem que inclui e discute alguns dos princípios propostos na gramática gerativa de Chomsky. Chomsky, o linguista mais importante da segunda metade do século XX, apresentou uma concepção da linguística que foi considerada revolucionária (Searle, 1971). Embora neste artigo consideraremos apenas os fatores que são mencionados e criticados por Chateaubriand, é necessário esclarecer que a visão de Chomsky da linguagem não considera a relação desta com o mundo. Com efeito, depois de Saussure, Chomsky é o linguista que mais enfatizou a separação entre a língua, por um lado, e o mundo e a sociedade, por outro, o que diferencia sua concepção daquela de Chateaubriand, baseada no ser humano e na sociedade. Essa diferença entre as concepções de linguagem de Chateaubriand e Chomsky é de se esperar, pois a primeira é entendida filosoficamente e a segunda, linguisticamente. Porém, nas críticas feitas por Chateaubriand esse reconhecimento das diferenças não é explicitado. Este artigo procura tornar claras as diferenças entre as duas posições, e mostrar por que algumas das críticas de Chateaubriand não podem ser mantidas linguisticamente.

Palavras-chave: Chateaubriand; Chomsky; Concepção de linguagem; Sintaxe; Semântica filosófica.

Abstract: This work aims to study some of the critiques made by Chateaubriand in *Logical Forms* (vol. 2) to Chomsky's linguistic program. In *Logical Forms*, Chateaubriand proposes a conception of language that includes and discusses some of the principles proposed by Chomsky in his program. Chomsky presented a linguistic conception of language that was considered revolutionary (Searle, 1971). Although in this article we will consider only the factors that are mentioned and criticized by Chateaubriand, it is necessary to account for the fact that Chomsky's view of language does not consider its relation with the world. In fact, after Saussure, Chomsky was probably the linguist that emphasized more the necessity of detaching language from the world and from society which makes his conception very different to the one proposed by Chateaubriand that is based on human beings and society. This difference between the conception of language of both authors is to be expected, since the second is understood philosophically and the first one, lin-

guistically. However, in the criticisms made by Chateaubriand these differences are not acknowledged. This article intends to clarify the differences between these positions, and show that some of the criticisms made by Chateaubriand can not be held linguistically.

Keywords: Chateaubriand; Chomsky; Language conception; Philosophical semantics; syntax.

Introducción

Desde que comenzamos nuestra carrera como lingüistas, nos enseñan y enseñamos que la lengua está separada del mundo. Para un filósofo, un filósofo analítico al menos, esto es muy difícil de entender pues no le interesa el lenguaje sin el mundo. Para los lingüistas, por el otro lado, es claro que se puede transformar en un objeto independiente: lo seccionamos, lo separamos, lo dividimos en lengua y habla / competencia y actuación, lo alienamos completamente del mundo y, muchas veces, de los seres humanos. Este proceso comienza con el desarrollo de la lingüística como ciencia, a principios del siglo XX, a manos de Ferdinand de Saussure. En ese entonces, existía cierta necesidad de separar lingüística de filosofía, de filología y de otras ciencias humanas. Para lograrlo, era necesario encontrar un objeto de estudio y una materia de estudio de la lingüística. El primero sería la lengua, el segundo el lenguaje (compuesto del habla y de la lengua). El lenguaje, pero sobre todo la lengua, debía ser separado del mundo para no caer en una mera nomenclatura de la que Saussure tenía que escapar (*Cours de linguistique générale, primera parte, capítulo 1*). Esta obra, publicada más o menos en la época de *The Logical Atomism* de Russell, fue el pilar fundamental para el desarrollo de la lingüística como tal. Si bien ha sido criticada y modificada, ciertas ideas se siguen manteniendo hasta hoy en día en la lingüística sin importar el marco teórico del que se parte. Es así que, se sea estructuralista, funcionalista o generativista, todo lingüista aprende a estudiar la lengua como un objeto independiente del mundo pues la lingüística general, como disciplina, se encarga de estudiar ese objeto en sus distintos niveles (Moreno Cabrera 1991). La fonología estudia cómo se combinan y se articulan los sonidos. La morfología estudia las partes que componen una palabra. La sintaxis estudia cómo se estructuran las oraciones. La semántica estudia el significado de la lengua. La pragmática, la más reciente de todas, estudia el significado que

tienen las preferencias, las enunciaciones.¹ Para el lingüista, los límites entre los niveles son bastante claros –salvo en áreas de contacto– y, en general, el lingüista opta por trabajar en alguno de estos niveles o en sus interrelaciones.

Esta presentación es necesaria para introducir el objetivo de este trabajo que busca estudiar ciertas críticas que son hechas al programa de Chomsky por Chateaubriand en *Logical Forms* (v. 2). Esta obra, amplísima, encargada de estudiar aspectos lógico-ontológicos, presenta, también, una concepción del lenguaje propia. En tal concepción, Chateaubriand analiza algunos de los postulados propuestos por Chomsky en su gramática generativa. Chomsky, seguramente el lingüista más importante de la segunda mitad del siglo XX, tiene una concepción de la lingüística que ha sido considerada revolucionaria (Searle, 1971). Si bien en este trabajo solo tendremos en cuenta aquellos factores que son mencionados y criticados por Chateaubriand, se hace necesario aclarar que la visión chomskiana del lenguaje no considera la relación de este con el mundo. De hecho, luego de Saussure, Chomsky debe ser el lingüista que más énfasis ha puesto en la separación del objeto de estudio de la lingüística del mundo y de la sociedad. Esta aclaración es importante, porque algunas de las críticas que Chateaubriand le hace a Chomsky parecen olvidar este pequeño/gran detalle o, al menos, no explicitan esta característica. La diferencia existente entre la concepción del lenguaje de ambos autores es esperable, pues la primera es entendida filosóficamente y la segunda lingüísticamente. Entonces, si bien esta diferencia es esperable, uno pensaría que en la crítica tales diferencias serían reconocidas y no lo son. Este trabajo busca tornar claras las diferencias entre ambas posturas, así como mostrar que algunas de las críticas que Chateaubriand establece no se sostienen lingüísticamente.

Intentamos articular nuestros conocimientos lingüísticos con nuestros conocimientos filosóficos para lograr llegar a un mejor

¹ Siempre es entendida la lengua aquí como un término de una lengua de especialidad y no en el uso común que puede hacerse en la lengua española.

entendimiento de por qué estas divergencias entre dos grandes pensadores existen y para intentar explicar por qué, si bien es posible criticar a Chomsky, una crítica basada en una concepción filosófica de la semántica no es un buen camino para hacerlo. Este trabajo no se centra en los postulados generativos –ya muchos estudios hay sobre el tema,² sino que se centra en la obra de Chateaubriand, en la concepción del lenguaje presentada en esta y en las críticas que este hace a Chomsky. Por este motivo, este trabajo se organiza de la siguiente manera: en primer lugar, hacemos una síntesis de la concepción de lenguaje presente en *Logical Forms* (de ahora en más LF); en segundo lugar, desarrollamos la crítica que hace Chateaubriand a Chomsky; en tercer lugar, intentamos mostrar las razones que nos han llevado a plantear que la crítica semantista de Chateaubriand no es sostenible como crítica a la visión sintactista de Chomsky; y en último lugar presentamos las conclusiones.

La concepción del lenguaje en *Logical Forms II*³

Chateaubriand (2005) tiene una concepción del lenguaje que ha sido claramente expuesta en Esquisabel (2008). En este trabajo, retomamos de manera sintética nociones fundamentales recuperadas, además de del capítulo 13 en el que se centra Esquisabel, del capítulo 14. Esto se debe al hecho de que la concepción del lenguaje de Chateaubriand, si bien está basada fuertemente en aspectos semánticos, tiene algunos de sus fundamentos (por no decir varios) en la sintaxis, pero más específicamente en la lógica, entendida como “como una teoría acerca de cierto tipo de objetos y propiedades, a saber, los objetos y propiedades lógicas” (Esquisabel, 2008, p. 394). Pasamos ahora a tal caracterización que puede hacerse, y así lo haremos, de acuerdo con la base biológica-

² Se puede ver en publicaciones bastante recientes como McGilvray (2005a), Friedin (2007), entre otros.

³ Las reflexiones sobre el lenguaje en *Logical Forms* son extensas y variadas. No tendremos en cuenta aquellas relacionadas con la adquisición del lenguaje que merecen un tratamiento individual.

social del lenguaje, de acuerdo con el carácter semántico del lenguaje, y de acuerdo con el carácter secundario que tiene la sintaxis en esta concepción.⁴

Chateaubriand tiene una concepción biológica del lenguaje. Lo entiende como algo natural que está sentado en bases genéticas. Considera que, como tal, es específico de la especie dado que solo los seres humanos están biológicamente capacitados para articular el habla de la manera en que lo hacemos. Si bien es posible que otros animales presenten algún tipo de lenguaje, al no tener estas bases biológicas, no parece ser el mismo.⁵ Para él, el lenguaje es inseparable del ser humano, es decir, no se puede objetualizar por más que la escritura nos haya hecho pensar que sí era posible.⁶ El ser humano es el animal más social, y, de acuerdo con el autor, “it was the development of language that made us so” (Chateaubriand, 2005, p. 19). Considera, a su vez, que las propiedades fundamentales del lenguaje son propiedades sociales (Chateaubriand, 2005, p. 26). Es posible observar, entonces, que se entiende el lenguaje no solo a partir del vínculo ser humano-lenguaje, sino a partir del vínculo fenómeno biológico-fenómeno social.

El lenguaje es significado, expresión, intención y acción. Es decir, el lenguaje depende de ciertos fenómenos que le permiten existir y van más allá del carácter socio-biológico que tiene. No es suficiente con la caracterización dada en el párrafo anterior, si no tenemos significado, si no podemos expresarnos, si no tenemos intención de hacerlo y no hay acción, no tendremos lenguaje. Por eso, lo que importa para Chateaubriand, antes que la sintaxis es la semántica porque, nuevamente, si no tuviéramos significado, no

⁴ Entendemos que hay otras varias caracterizaciones posibles, por una diferente, v. Esquisabel (2008).

⁵ En la nota 18 del capítulo 14, compara la habilidad de comunicarse de un chimpancé con la de un niño de dos años. Considera que, si fuera comprobado que la habilidad es la misma, debería plantearse que poseen lenguaje; al menos el equivalente al de un niño de dos años.

⁶ De hecho, esta idea implica un rechazo a la idea de lenguaje como idealizado, como estructura de tipos. Lo cual es evidente, pues si no debería aceptar la separabilidad del lenguaje del humano.

tendríamos, al menos, expresión. Debemos, entonces, reconocer el carácter primeramente semántico de la lengua que se constituye a partir de la codificación de signos que poseen significado.⁷ Los significados deben ser entendidos lingüísticamente como la contraparte de las propiedades y los conceptos. Los significados se diferencian de los sentidos en que los primeros son intersubjetivos, mientras que los segundos son objetivos. Los significados dependen de una comunidad lingüística determinada, mientras que los sentidos no. Los sentidos, para Chateaubriand, son propiedades identificadoras de una entidad determinada y son independientes del lenguaje. Los significados –en contraposición– están determinados por los sentidos, dependen de la comunidad de hablantes, están fijados por el uso y podría decirse que pertenecen al lenguaje. Si no hubiese sentidos, estos significados no podrían existir, pues –como mencionamos– los sentidos determinan los significados (Chateaubriand, 2005, p. 27). Por lo tanto, no podemos confundir los sentidos con los significados; pues los primeros están ahí independientemente del ser humano, mientras que los segundos no. Los sentidos, objetivos, son propiedades identificadoras de las entidades que están en el mundo. Los significados, intersubjetivos, son propiedades identificadoras que nos proporcionan las condiciones de identidad del uso de una palabra en la comunidad. De esta manera, se va constituyendo una concepción del lenguaje fuertemente basada en aspectos sociales y semántico-pragmáticos en la que el significado de las palabras y las oraciones está determinado por el uso que la comunidad lingüística les da.

Se hace necesario explicar, debido a la importancia que posee el significado en la propuesta, por un lado, cómo es posible entender el significado de expresiones complejas y, por el otro lado, cómo es posible entender el significado de una expresión en un contexto determinado. Para explicar esto, Chateaubriand debe recurrir, por un lado, al principio de composicionalidad y, por el otro lado, al principio del contexto (Frege). Chateaubriand (2005), de acuerdo

⁷ Todo esto, claro, en una comunidad lingüística.

con Gochet (2008, p. 451-452), logra adoptar ambos principios mediante la distinción entre dependencia de significado y reconocimiento del significado, respectivamente. La idea es que se pueden articular estos dos principios para que no sean contradictorios. Esto es posible si se entiende que es a partir del contexto que reconocemos el significado contextual de una palabra, mientras que es a partir del principio de composicionalidad que podemos determinar el significado de una oración. Por ejemplo, en una oración como *Mi gato es jugueteón*, podemos reconocer contextualmente que *gato* tiene el significado relacionado con animal y no con herramienta; y podemos determinar composicionalmente el significado de toda la oración a partir de sus partes. Estos principios nos permiten explicar semánticamente, sin recurrir a la sintaxis, la diferencia entre significado y productividad lingüística (i.e. la posibilidad de usar/crear nuevas construcciones que jamás oímos/usamos). Chateaubriand (2005, p. 32) considera que “the very productivity of language would make no sense if the meaning of complex sentences were not built up from the meaning of the parts”, lo que comprueba, nuevamente, la fuerte postura semantista presente en LF.

La sintaxis, a diferencia de la semántica, es vista como un elemento secundario, pues, en realidad, es abstraída de la lengua y no previa a esta. Para que esta exista, debemos tener una comunidad de hablantes de la lengua determinada y algunas relaciones abstractas –lógicas– que puedan ser aprehendidas por tales hablantes. Esta idea puede ser vista como una crítica directa a la concepción sintactista de Chomsky de *Syntactic Structures*. Chateaubriand considera que, para que la sintaxis pueda ser previa al lenguaje, debería haber ciertas reglas lingüísticas que no dependieran de la comunidad, cosa que no sucede. Esto se debe a que, según el autor, para tener reglas lingüísticas necesitamos expresiones significativas y estas dependen de una comunidad de hablantes (cf. Chateaubriand, 2005, p. 75-76). Para Chateaubriand (2005, p. 77), el uso del lenguaje nunca va a poder ser capturado en su totalidad por los gramáticos y, por eso, nunca podrá haber

una teoría sintáctica que dé cuenta de la totalidad de una lengua determinada. El gramático, de acuerdo con el autor, trabaja sobre un lenguaje idealizado para el cual es esencial el principio de recursividad. Por lo tanto, si el lenguaje es idealizado, el carácter sintáctico no puede ser intrínseco al lenguaje. Chateaubriand rechaza tal idealización y, especialmente, la idea de que sea posible formular estructuras sintácticas infinitas, pues las lenguas dependen del ser humano. Este rechazo de la recursividad se vuelve a reafirmar en 2008, donde el autor afirma: “I consider natural languages to be an aspect of human interaction rather than something akin to a formal language produced by a system of recursive rules” (Chateaubriand, 2008b, p. 466).

Finalizamos esta sección con una síntesis de las características fundamentales de la concepción del lenguaje presentada en LF. El lenguaje es un fenómeno natural, biológico y social. El lenguaje es inseparable del ser humano. El único lenguaje que importa es aquel que es usado por el ser humano para comunicarse, para expresarse, para alterar la estructura del mundo. El lenguaje puede ser utilizado referencialmente y es en este uso en el que las nociones interconectadas de significado y referencia se tornan importantes. El uso del lenguaje va más allá de cualquier estructura sintáctica que un gramático pueda formular. La estructura sintáctica del lenguaje está fundada en la semántica de la acción, entendida como aquella que nos lleva a preguntar, ordenar y afirmar. Las preguntas, según el autor, tienen un claro contenido y origen semántico. La estructura natural del lenguaje es, primeramente, estructura lógica. La base innata para la adquisición del lenguaje está fundada en elementos lógicos y semánticos: lo que es innato es fundamentalmente semántico y no sintáctico.

La crítica semantista de Chateaubriand a la visión sintactista de Chomsky

La descripción hecha en la sección anterior sobre la concepción del lenguaje presentada en LF evidencia inmediatamente la crítica que será hecha a la visión sintactista presentada por Chomsky. El

problema, como veremos en la próxima sección, se presenta en la crítica misma que Chateaubriand le hace a Chomsky en la que parecen evidenciarse diversos usos de la noción de semántica. En esta sección, sin embargo, nos centramos exclusivamente en las críticas que le hace a Chomsky.

Chateaubriand hace una exposición bastante clara de algunos de los postulados fundamentales de Chomsky en el capítulo 14.⁸ A continuación nos centramos en la crítica que hace a algunos de los ejemplos propuestos por Chomsky en distintas instancias. Analizamos las críticas en dos grupos, primero, según la noción de gramaticalidad y, segundo, según la propiedad de dependencia estructural de las reglas lingüísticas.

La noción de gramaticalidad de Chomsky (1957)

- 1) *Colorless green ideas sleep furiously*
- 2) *Furiously sleep ideas green colorless*

Estos ejemplos son presentados en Chomsky (1957, p. 14) y retomados por Chateaubriand (2005, p. 68). Las construcciones son presentadas como muestras de que podemos tener estructuras sin sentido que no se comportan necesariamente de la misma manera sintáctica. Mientras que la primera es gramatical, la segunda no lo es. Como bien plantea Chateaubriand (*ibidem*), como ambas son igualmente sin sentido, pero solo (1) es gramatical, para Chomsky esto evidencia que la gramática no depende del

⁸ Un pequeño detalle que nos gustaría mencionar aquí es que en la página 68, Chateaubriand afirma “Chomsky's view of language acquisition was largely syntactic and he argued that semantic elements were not fundamental to the account of grammar”. Esta afirmación, si bien es acertada luego de la conjunción, no es exacta en la primera parte. La *facultad del lenguaje*, la parte innata que tenemos los seres humanos, es lo que era considerado mayoritariamente sintáctico. Sin embargo, la *adquisición del lenguaje* siempre fue considerada un fenómeno bastante complejo que se completaba mediante la interacción de esa facultad del lenguaje innata con datos semánticos, sintácticos, fonológicos, morfológicos, etc. de una comunidad lingüística determinada.

significado. Chomsky busca, de esta manera, restarle importancia a la semántica y separarla de la sintaxis.

Para Chateaubriand, si bien es cierto que de cierta manera son construcciones sin sentido, las palabras individuales son significativas y podemos entender su contenido semántico. El caso más evidente es (1), pues tiene una estructura lógica clara en la que se pueden reconocer sin problemas el sujeto (*colorless green ideas*) y el predicado (*sleep furiously*). A su vez, Chateaubriand considera que, si bien es cierto que las construcciones que ocupan las posiciones de sujeto y de predicado no tienen mucho sentido semántico, el hecho de que las combinaciones puedan identificarse como un cierto tipo de cosas (*colorless green ideas*) que tienen cierta característica (*sleep furiously*) hace que, en realidad, tengan sentido.⁹ En este caso, sería posible reconocer “semantic categories even when we do not understand the meaning of the specific expressions” (Chateaubriand, 2005, p. 81). Respecto a (2), caso bastante menos claro, Chateaubriand argumenta que como igual entendemos el significado de las palabras y sus categorías semánticas, estamos forzados a interpretar la estructura lógica de la oración mismo si esta no es un reflejo de la gramática y los significados no combinan exactamente entre sí.¹⁰ “In fact, I think that language has such a strong semantic pull, that unless we cannot literally make heads or tails of both the logical form and the individual ‘words’, we will try to vaguely grasp a ‘sentence’ semantically”. (Chateaubriand, 2005, p. 82)

Esto, evidentemente, es una fuerte crítica a la visión sintactista de Chomsky. Si lo que prima es el significado, lo sintáctico es completamente secundario. Es la visión inversa, a primera vista, a la propuesta por Chomsky y, como tal, basa sus argumentos en argumentos semánticos. Para Chateaubriand la gramática está

⁹ Aquí *sentido* es usado con su significado normal y no como *sentido* fregeano.

¹⁰ Esto no quiere decir que Chateaubriand considere este tipo de oraciones como gramaticales, solo muestra la importancia que le da a la semántica y a la idea de que, siempre que haya significado, estaremos “forzados” a entender estructuras como (2).

fundada en la semántica, es a posteriori, y en esto basa su crítica a Chomsky, también, en los próximos ejemplos.

La propiedad de dependencia estructural de las reglas lingüísticas (Chomsky 1980)

3) *The man is here*

4) *Is the man here?*

5) *The man who is here is tall.*

6) **Is the man who here is tall?*¹¹

7) *Is the man who is here tall?*

Estos ejemplos, presentados en más de un lugar, suelen ser dados como evidencia de que el niño tiene una facultad del lenguaje innata que le permite formar oraciones interrogativas correctamente. En el artículo utilizado por Chateaubriand (2005, p. 82-85), Chomsky (1980) plantea que el niño posee una regla, hipótesis 2 (H2), que es: seleccione la primera ocurrencia del verbo que aparezca luego de la frase nominal de la oración declarativa para formar una oración interrogativa. Seguir esta hipótesis explica por qué el niño utiliza (7) y nunca (6) que podría formarse solo si el niño decidiera formar la interrogativa siguiendo el orden lineal de aparición del verbo (correspondiente a la hipótesis 1, H1), algo que no sucede. La explicación que Chomsky da puede seguirse de la siguiente forma: el niño posee innatamente una regla de dependencia estructural que hace que nunca forme una oración interrogativa como la que se encuentra en (6).¹²

A diferencia de Chomsky, Chateaubriand considera que la razón por la cual un niño nunca elegiría la hipótesis 1 que depende del

¹¹ El asterisco marca la agramaticalidad de la oración interrogativa.

¹² Si se quiere entender mejor el argumento, recomendamos leer la Segunda Conferencia de Managua, en Chomsky (1992) o el artículo citado en LF (Chomsky 1980). Para este trabajo, es suficiente con entender que nuevamente lo que Chomsky prioriza es la sintaxis, en este caso el principio de dependencia estructural.

orden lineal¹³ es que no involucra ningún elemento semántico y las preguntas, afirma, tienen un claro origen y contenido semántico (Chateaubriand, 2005, p. 84). Para el autor, preguntar, ordenar y afirmar tienen un origen semántico en la acción, como mencionamos en la sección anterior. Chateaubriand considera, a diferencia de Chomsky, que las frases son construcciones semánticas. La frase (5) *The man who is here is tall* tiene una clara estructura lógico-semántica que consiste en el sujeto (frase nominal) y el predicado y, de acuerdo con Chateaubriand, solo tienen sentido semántico si las analizamos de esa manera. Como las preguntas son fundamentalmente semánticas, para el autor lo único que hay que hacer es mantener los elementos semánticos cambiando algún aspecto de la estructura lógica y esto es lo que está por debajo de la hipótesis 2: hay una característica semántica básica que da cuenta del cambio sintáctico. Respecto al argumento de Chomsky de que el niño nunca utiliza la hipótesis 1 aunque no le hayan explicado la hipótesis 2 siempre y cuando pueda manejar tales estructuras, Chateaubriand argumenta que para que esto suceda, en primer lugar, el niño debe poder manejar la función semántica de la frase nominal *the man who is here* que involucra aprehender las varias partes que son contenidas en tal frase, así como sus funciones semánticas independientes. Para que un niño pueda formular preguntas, además, debe haber aprehendido la función semántica de las preguntas. Para el autor, la gramática y la semántica interactúan en la adquisición del lenguaje, lo que hace evidente que el niño escoja la hipótesis 2 y no la 1. Chateaubriand considera que la preferencia de tal hipótesis se explica en base de eficiencia comunicativa, a diferencia de Chomsky que la explica de acuerdo con ciertos fundamentos sintácticos.

Podemos, entonces, concluir esta sección afirmando que la crítica esencial de Chateaubriand a Chomsky radica en separar la

¹³ H1 puede parafrasearse como: procese linealmente la oración declarativa hasta encontrar la primera aparición de un verbo y traslade tal verbo al principio de la oración. Esta hipótesis daría, como mencionamos, como resultado (6).

sintaxis de la semántica y en explicar ciertos comportamientos lingüísticos mediante reglas sintácticas sin tener en cuenta las funciones semánticas que priman, de acuerdo con su perspectiva, sobre la sintaxis.

Los problemas de la crítica semantista de Chateaubriand a la visión sintactista de Chomsky

El título del capítulo 14 de LF “Syntax and semantics”, en el que se tratan las críticas a Chomsky mostradas en la sección anterior, parece ser a primera vista una adhesión a la concepción de la semántica y de la sintaxis como integrantes de la semiótica propuesta por Morris (1938). Esta intuición se ve confirmada en la nota 1 del capítulo, cuando el autor afirma “as Carnap, Morris and others emphasized in their publications, syntax and semantics are abstracted from language by disregarding certain of its features [...]” (Chateaubriand, 2005, p. 93). Esta es una concepción semiótica defendible desde una perspectiva filosófica, pero altamente criticable desde una perspectiva lingüística (como Lyons, 1977, v. 1, ha mostrado). Esto implica, desde el punto de partida, que Chateaubriand está basando sus críticas a Chomsky en esta concepción de semántica desde un punto de vista filosófico.¹⁴ Sin embargo, Chomsky es un lingüista y, como tal, adhiere a una concepción de semántica diferente.¹⁵ A diferencia de la semántica filosófica que, como el mismo Chateaubriand plantea en la misma nota, es problemática pues no hay un “clear account for it”, la semántica lingüística está bien definida como el estudio del significado en la lingüística (Lyons, 1997, p. 35).¹⁶ Si bien dependiendo de la teoría lingüística que se siga la metodología utilizada

¹⁴ La noción de semántica usada por Chateaubriand parece, a veces, diluir las fronteras entre la semántica y la pragmática. Sin embargo, esto no afecta nuestro argumento pues cualquiera de las dos es vista desde un punto de vista filosófico que es el que nos interesa criticar, como notó el revisor del artículo.

¹⁵ Cf. McGilvray, 2005b.

¹⁶ Esto no implica que no haya problemas relacionados con tal rama de la disciplina, pero se encuentra tan bien definida como la sintaxis, la morfología, la fonología y la pragmática.

por los semantistas puede variar, todos los lingüistas van a centrar el estudio del significado en los distintos niveles de la lengua (morfológico, léxico, sintáctico) y van a dejar para la pragmática el estudio del significado de los enunciados/ de las preferencias.

Como mencionamos, la perspectiva de semántica de la que parte Chateaubriand es una perspectiva que pocos lingüistas han aceptado, como Lyons (1977, p. 118-119) ha confirmado, y Chomsky no es una de esas excepciones. Entonces, si bien, se puede criticar la visión sintactista de Chomsky en pos de una versión semantista, como parece ser la planteada por Chateaubriand, esta debería ser una versión lingüística y no filosófica, o al menos, si es filosófica esto debería ser aclarado. En esta sección, retomamos los ejemplos de la sección anterior, los explicamos lingüísticamente, analizamos la crítica de Chateaubriand e intentamos explicar por qué tal crítica no se sostiene lingüísticamente.

Empezamos por los ejemplos (1) y (2). Estos ejemplos son dados por Chomsky (1957) para mostrar que, si bien ambas oraciones son sin sentido, solo (1) es gramatical. Esto se debe a que cumple con los requisitos combinatorios para que una oración sea gramatical. De manera bastante simplificada, puede decirse que (1) es gramatical porque tenemos una relación gramatical entre sujeto y predicado que se corresponden con una frase nominal (*colorless green ideas*) y una frase verbal (*sleep furiously*), respectivamente. Además, la frase nominal está gramaticalmente construida: tiene un nombre que determina la categoría nominal y dos adjetivos que lo califican en posición pre-nominal (previa al nombre); y también está bien construida la frase verbal que contiene, además del verbo (*sleep*), un adverbio que lo modifica (*furiously*).¹⁷ Sin embargo, (2) no cumple con ninguno de los requisitos para ser gramatical. En ella, se desdibuja la separación entre sujeto y predicado. Si siguiéramos una división como la anterior, deberíamos decir que el sujeto es *furiously* y el predicado *sleep ideas green colorless*; pero el sujeto no puede ser nunca un

¹⁷ V. Chomsky, 1957, p. 94.

adverbio. Por lo tanto, tenemos una oración agramatical, por un lado, porque un adverbio no puede funcionar como sujeto y, por el otro lado, porque el verbo *sleep* es intransitivo por lo que no puede aceptar un complemento de ningún tipo, *i.e. ideas green colorless* no puede aparecer después de *sleep*. A su vez, lo que debería corresponderse con la frase nominal no sigue las reglas sintácticas del inglés que establece que los adjetivos deben anteponerse a los nombres. Esta es la explicación pura y exclusivamente sintáctica desde un punto de vista lingüístico, necesaria para entender nuestros argumentos.

Como vimos en la sección anterior, Chateaubriand basa su crítica a Chomsky en el hecho de que si bien las combinaciones de (1) y (2) no tienen mucho sentido desde un punto de vista semántico, contienen categorías semánticas claramente identificables. Llega a la conclusión, a diferencia de Chomsky, de que vamos siempre a intentar aprehender la oración a través de las categorías semánticas. Cuando Chateaubriand establece que en (1) las distintas partes de la oración tienen sentido debido a la categorías semánticas que pueden identificarse como clases de cosas-sujeto (*colorless green ideas*) y como cierta característica-predicado (*sleep furiously*) y cuando establece que algo similar sucede con (2) en la que estamos forzados a interpretar semánticamente tal oración agramatical, está haciendo una crítica válida desde una semántica filosófica, pero no desde una perspectiva lingüística. En primer lugar, porque para la lingüística, las nociones de sujeto y predicado son nociones gramaticales y no semánticas. Se puede plantear, como lo hace Chomsky (1957, p. 94), que son funciones gramaticales que se corresponden con funciones semánticas que podrían ser el agente y el paciente, o el agente y la acción, pero no se pueden interpretar como nociones lógicas.¹⁸ En

¹⁸ Esto se debe a que interpretar el sujeto y el predicado de la oración como nociones lógicas “where the eligible noun phrases are restricted to those having a certain semantic function, namely, that of *referring to something or someone” (Honderich, 2005, p. 899) implica una relación lenguaje-mundo que no es relevante para una definición lingüística de la semántica.

segundo lugar, porque desde un punto de vista lingüístico no se pueden identificar con una función semántica las categorías “clases de cosas” y “característica” que solo tienen sentido desde un punto de vista filosófico. Esto se debe a que tales categorías semánticas parecen entender la semántica como una disciplina que relaciona el lenguaje con el mundo y, como vimos, la semántica lingüística se centra exclusivamente en la lengua y en las interrelaciones que dentro de esta se dan.

Si bien es cierto que se le puede criticar a Chomsky el papel fundamental que le da a la sintaxis contra el papel secundario que tiene la semántica, las críticas deben ser hechas desde una perspectiva lingüística en la que la relación lenguaje-mundo y la estructura lógico-semántica no sean relevantes. Por otro lado, si bien es cierto que es posible identificar algún contenido semántico-lingüístico, aquello contenido en *colorless green ideas sleep furiously* es semánticamente sin sentido. Podemos forzar algún tipo de interpretación, pero esta interpretación está ayudada por la correcta estructura sintáctica que posee la oración (1). Ahora, ¿qué pasa con (2)? Chateaubriand (2005, p. 82) afirma que, hasta en este caso, hay un “semantic pull” que hace que sea una oración interpretable/entendible. Esta postura parece tan extremista como la de Chomsky pero a la inversa, pues privilegia la semántica.¹⁹ Nosotros consideramos que no hay forma de interpretar tal oración. Esta imposibilidad interpretativa de (2) *Furiously sleep ideas green colorless* se ve ayudada tanto por las incongruencias semánticas como por las incongruencias gramaticales. Proponer que esta oración es interpretable es tan exagerado como aceptar la

¹⁹ Ambos dos tienen en común que reconocen un papel secundario, por un lado de la semántica, y por el otro de la sintaxis. Sin embargo, Chomsky fue reconociendo la importancia de la semántica con el pasar de los años. Como bien nota Lyons (1977, p. 416), Chomsky ya en 1972 abandona la postura exclusivamente sintactista y la semántica pasa a ser interpretada en los distintos niveles sintácticos. Si bien la sintaxis sigue siendo lo primordial, la semántica pasa a ocupar un rol más importante que el que ocupaba en *Syntactic Structures*.

propuesta de Chomsky que establecía que la sintaxis era completamente autónoma de la semántica. Consideramos que ningún extremo es aceptable: la sintaxis y la semántica son interdependientes. Si tenemos una estructura gramatical sin sentido, haremos lo posible por entenderla pero no la veremos como natural. Si tenemos una estructura agramatical sin sentido, la tildaremos de agramatical y no pensaremos dos veces en ella. Si tenemos una estructura agramatical con sentido, la entenderemos porque nuestro uso del lenguaje nos permite ver más allá de lo meramente gramatical.

Pasamos ahora, a la segunda parte de la crítica que está relacionada con la formación de oraciones interrogativas. Esta crítica está basada en la formulación de ciertas hipótesis, a partir de los ejemplos (3)-(7) que es dada en el texto citado por Chateaubriand (Chomsky, 1980) y en varios otros lugares, como en Chomsky (1992).²⁰ En este caso, lo que Chomsky está intentando argumentar es que hay ciertos principios innatos que tienen carácter gramatical y que permiten explicar por qué un niño adquiere rápidamente la lengua y por qué hay ciertos errores que el niño nunca comete.²¹ Chomsky, a partir de la formulación de distintos ejemplos, va a argumentar que el niño nunca va a formar una oración interrogativa como (6) **Is the man who here is tall?* porque posee en la facultad del lenguaje innata reglas dependientes de la estructura (cf. Chomsky, 1992, p. 45) que se ven reflejadas en la hipótesis 2 que analiza (Chomsky, 1980). Las oraciones interrogativas, entonces, se formulan dependiendo de tal jerarquía y las transformaciones de una oración declarativa en una interrogativa mediante la utilización de la H2 se dan de manera incons-

²⁰ 3) *The man is here*

4) *Is the man here?*

5) *The man who is here is tall.*

6) **Is the man who here is tall?*

7) *Is the man who is here tall?*

²¹ Para este entonces, la visión exclusivamente sintactista de Chomsky había desaparecido, como mencionamos en la nota 20.

ciente.²² La hipótesis 2 que Chateaubriand retoma es un poco diferente de la propuesta en las Conferencias de Managua,²³ pero también es una hipótesis que depende de la estructura: el verbo que aparece detrás de la frase nominal es el verbo principal, es decir, es la parte más importante de la oración y por eso debe ser movida hacia el principio de la oración.

Retomemos, ahora, la crítica que Chateaubriand hace a este análisis. Su crítica se basa en el hecho de que como la hipótesis del orden lineal no involucra elementos semánticos un niño nunca la utilizaría. Si bien coincide con Chomsky en las elecciones que el niño haría, no coincide en las razones por las cuales lo haría. Hay varios elementos de esta crítica que no pueden sostenerse lingüísticamente.²⁴ En primer lugar, afirma que para interpretar la oración (5) *The man who is here is tall* debemos partirla en sujeto y predicado para que tenga “semantic sense” (Chateaubriand, 2005, p. 84). Como vimos, desde una perspectiva lingüística estas nociones son gramaticales, por lo que, por las mismas razones que en el caso anterior, esta crítica es insostenible lingüísticamente. En segundo lugar, afirma que el niño debe aprender la función semántica de las preguntas y así puede transformar (5) en (7). Esta afirmación se ve reconfirmada cuando dice “I have no doubt that questioning and ordering, and stating, have a fundamental semantic origin in action” (Chateaubriand, 2005, p. 84). El problema que presenta este argumento es que, desde una perspectiva

²² Es importante aclarar que todas estas transformaciones se dan a nivel de la mente/cerebro. No hay uso de la lengua a este nivel, es solo conocimiento de la lengua, transformaciones gramaticales.

²³ En Chomsky (1992, p. 43) se plantea el mismo problema que en Chomsky (1980), pero desde la perspectiva de un científico marciano en lugar de un científico neutro, y se propone una R-Pr (para las preguntas) que es: “encuentren la primera vez que aparece la forma *está* (y palabras parecidas) que sea el *verbo principal* de la oración, y colóquenlo al comienzo”. En esta formulación queda en claro que lo que está buscando mostrar Chomsky, a partir de esta regla, es que las reglas dependen de la estructura.

²⁴ Si bien vamos a ordenar las críticas, esto no implica que se siga el mismo orden que hay en LF.

lingüística es necesario diferenciar entre lo que constituye una pregunta, una orden y una afirmación de lo que constituye una oración interrogativa, una oración imperativa y una oración declarativa. El primer grupo se relaciona con los enunciados, las preferencias, y, por lo tanto, puede ser estudiado por la pragmática lingüística. El segundo grupo se relaciona con las oraciones y, por lo tanto, puede ser estudiado por la semántica lingüística (cf. Lyons, 1977, p. 30). Es posible notar que, en todos los argumentos dados por Chomsky (1980; 1992) no se habla de preguntas, sino de oraciones interrogativas porque a la sintaxis le competen las oraciones y no los enunciados. Por lo tanto, si bien la base sintáctica de Chomsky es criticable, consideramos que no es adecuado criticarlo a base de lo que serían criterios pragmáticos (al menos lingüísticamente).²⁵ En tercer lugar, Chateaubriand (2005, p. 84) presenta la idea de Chomsky de que en la dependencia estructural se reconocen no solo las palabras sino que también se reconocen las frases abstractas como *frase nominal* que son para Chomsky construcciones mentales. Chateaubriand critica esta idea, pues considera que si tales frases son mentales es porque son construcciones semánticas y no gramaticales. Sin embargo, desde una perspectiva lingüística la única manera de interpretar este tipo de frases es gramaticalmente. Para Chomsky, son abstractas porque no tienen límites que estén marcados físicamente, y son mentales porque son estructuras que pertenecen a nuestra competencia, es decir al conocimiento interno (mental) que tenemos de nuestra lengua y no al uso que de ella hacemos.²⁶ Establecer que son

²⁵ Es necesario remarcar que el artículo de Chomsky (1980) ya se enmarcaba en el marco de *principios y parámetros*. Esto implica, que si bien aún la semántica era secundaria, Chomsky reconocía la importancia que tenía en la formación inicial de las oraciones en la Estructura Profunda. No hay, entonces, una omisión tan drástica de la semántica como sí lo había en *Syntactic Structures*, como hemos mencionado en otras notas.

²⁶ Esta idea sí es posible de ser criticada, pues proponer que algo puede ser abstracto y mental a la vez es altamente cuestionable, algo que mostraremos en un trabajo futuro. Sin embargo, no es una crítica que Chateaubriand haya usado y, por lo tanto, no la tendremos en cuenta en este trabajo.

semánticas solo sería posible, consideramos, si se pensara en ellas relacionadas con las nociones lógicas de sujeto y predicado y, como mencionamos, Chomsky no está pensando en esta relación al proponer su teoría basada en fundamentos mentales ajenos a cualquier relación con el mundo y con la sociedad.

Respecto al proceso de adquisición del niño y a cuándo puede formar el niño una oración como (7), concordamos con Chateaubriand en que no es de las primeras estructuras que el niño puede manejar. Esto se debe a que generar una oración interrogativa de ese tipo no depende solo de las reglas de dependencia estructural, sino que implica otras estructuras sintácticamente complejas. A eso mismo parece estar haciendo referencia Chomsky (1980, p. 40) cuando dice “[...] assuming that he can handle the structures at all”. Esto es criticado por Chateaubriand (2005, p. 85-86) quien dice que lo que debería poder manejar el niño es la función semántica de una frase nominal como *the man who is here*, en donde utiliza el significado asociado al uso de las palabras. Como mostramos, no es conveniente mezclar el uso con el conocimiento que tiene un niño de su lengua pues se corresponden con distintos niveles de análisis lingüístico. En ese momento, aparece otra idea criticable lingüísticamente cuando establece que, además de aprehender los usos de los otros integrantes de la frase nominal, el niño debe aprender la función semántica del artículo *the*. El tratamiento de los artículos es un tema complejo, que no compete a este trabajo, por lo que aquí haremos simplemente una breve mención al problema que presenta, desde una perspectiva lingüística, hablar de la “función semántica” del artículo definido. Es evidente que aquí Chateaubriand está pensando en la relación lenguaje-mundo, así como en el uso del lenguaje porque para que algo sea referencial debe ser usado, debe ser proferido. El problema es que desde una perspectiva lingüística, el artículo es visto como una categoría funcional, es decir, como una palabra vacía de significado lingüístico que sirve para mantener la gramaticalidad de la oración y que tiene, en el uso, una función referencial. En esta función referencial, se reconoce la relación len-

guaje-mundo, pero tal función no es una función semántico-lingüística pues va más allá del significado lingüístico que el artículo definido no posee, como mencionamos.

Al terminar con el análisis en la página 86, Chateaubriand vuelve a establecer la base semántica de H2. Sin embargo, esa hipótesis está basada solo en criterios sintácticos y, sinceramente, es difícil entrever, desde una perspectiva lingüística, una base semántica en tal formulación. La única manera de explicar estas consideraciones es si entendemos que con semántica implica semántica filosófica y que interpreta que la frase nominal mencionada en H2 cumple algún tipo de función semántico-filosófica que podría ser, en este caso, mostrar la relación entre *el hombre que es alto* con un hombre que es alto en el mundo. Como hemos intentado mostrar, este argumento no puede ser usado como base para criticar el argumento de Chomsky. Si bien concordamos con Chateaubriand en que el énfasis puesto por Chomsky en la sintaxis y la defensa de la autonomía de la sintaxis es cuestionable, el argumento no puede darse desde la semántica filosófica. Podría argumentarse que la sintaxis no puede ser separada del léxico pues el léxico impone ciertas restricciones de selección. Sin embargo, esto es algo que Chomsky (1980) aceptaba, por lo que la crítica se hace menos sostenible. Estos últimos ejemplos buscan mostrar algo que ha sido comprobado en las lenguas naturales: las oraciones dependen de la estructura y, si bien nadie niega que pueda reconocerse algún contenido semántico en las oraciones interrogativas, esto no implica que pueda negarse la base sintáctica de la propiedad de dependencia estructural que presentan las oraciones.

Conclusiones

Hemos mostrado que las visiones de Chateaubriand y Chomsky son a primera vista opuestas, al presentar las críticas que la hace Chateaubriand a Chomsky. Debido a la visión semantista del lenguaje, el autor le critica a Chomsky el hecho de que intente establecer una base sintáctica del lenguaje. Considera que los ejemplos provistos por Chomsky no solo no comprueban que la lengua sea

eminentemente sintáctica, sino que todo lo contrario, pueden ser usados como evidencia de que la lengua es eminentemente semántica. Para Chateaubriand, podemos entender estructuras como (1) y (2) porque el lenguaje está fundado en cuestiones semánticas que nos fuerzan a interpretarlas. A su vez, considera que el niño selecciona una hipótesis como H2 para construir preguntas porque está basada en cuestiones semánticas.

Hemos intentado mostrar que algunas de las críticas que Chateaubriand hace no son sostenibles lingüísticamente porque están basadas en una concepción filosófico-semiótica de la semántica. Argumentamos que las separaciones entre sujeto y predicado que pueden hacerse en semántica lógica no son relevantes desde un punto de vista lingüístico porque el lingüista no busca establecer una relación lenguaje-mundo. A su vez, afirmamos que si bien oraciones como (1) pueden explicarse gramaticalmente, no pueden explicarse semántico-lingüísticamente porque involucran errores de selección semántica (un verbo como *sleep* por ejemplo, no puede seleccionar un sujeto inanimado como *ideas*). Planteamos que tampoco se puede afirmar que la semántica nos fuerza a interpretar (2) pues esta no es interpretable. Respecto a las hipótesis del científico neutro, o del marciano, intentamos mostrar que algunas de las críticas caían en el mismo defecto que las anteriores: criticar desde la semántica filosófica los postulados de Chomsky. Defendimos que no hay bases semánticas en ninguna de las dos hipótesis planteadas por Chomsky (1980) y que no se sostiene la crítica de que las preguntas tienen fundamentos semánticos desde una perspectiva lingüística. Esto se debe al hecho de que, como vimos, las preguntas involucran el uso y el uso no está en juego cuando un lingüista investiga la estructura de la lengua; lo que está en juego es el conocimiento interno que tiene de su lengua que es lo que media la transformación de oraciones declarativas en oraciones interrogativas.

A lo largo de este trabajo, hemos intentado argumentar que las teorías presentan, al menos a primera vista, alternativas opuestas. Sin embargo, como vimos en la tercera sección, la propuesta de

Chateaubriand no es completamente opuesta a la de Chomsky pues es una visión semántico-filosófica. Por lo tanto, no parece centrarse únicamente en cuestiones relacionadas con lo lengua. Por otro lado, argumentamos que ninguna teoría del lenguaje que haga primar la sintaxis o la semántica es satisfactoria porque la lengua se estructura a partir de un vínculo entre la semántica y la sintaxis que hace que a veces sean inseparables.

Nos gustaría finalizar este trabajo afirmando que, si bien la crítica de Chateaubriand a Chomsky es hecha desde una perspectiva filosófica, esto no le resta importancia. Quizás si estas “discusiones” entre filósofos y lingüistas fueran más frecuentes, se podrían construir puentes más sólidos entre la filosofía y la lingüística que nos permitieran llegar a una teoría del lenguaje que fuera satisfactoria tanto lingüísticamente como filosóficamente, algo que hasta el momento no ha sido logrado.

Referencias

CHATEAUBRIAND, O. *Logical Forms*, Part II. Campinas: Unicamp, 2005. (Coleção CLE).

CHATEAUBRIAND, O. Language, logic, and ontology: response to Oscar Esquisabel. *Manuscrito – Rev. Int. Fil. Campinas*, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008[a], p. 413-417.

CHATEAUBRIAND, O. The productivity of language: response to Paul Gochet, *Manuscrito – Rev. Int. Fil. Campinas*, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008[b], p. 463-466.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1957. [2d. ed. 2002].

CHOMSKY, N. On cognitive structures and their development: a reply to Piaget. In: PIATELLI-PALMARINI, M. (Ed.) *Language and Learning*. London: Routledge, 1980. p. 35-56.

CHOMSKY, N. *El lenguaje y los problemas del conocimiento*. Madrid: Visor, 1992.

ESQUISABEL, O. Lenguaje, lógica y ontología en la perspectiva de Oswaldo Chateaubriand. *Manuscrito – Rev. Int. Fil. Campinas*, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 393-412.

FREIDIN, R. *Generative grammar: theory and its history*. London; New York: Routledge, 2007.

GOCHET, P. Chateaubriand on the productivity of language. *Manuscrito – Rev. Int. Fil. Campinas*, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 445-461.

HONDERICH, T. (Ed.). *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1995. [2nd ed. 2005].

LYONS, J. *Semantics*. London; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1977. 2 v.

LYONS, J. *Semántica lingüística: una introducción*. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1997.

MCGILVRAY, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Chomsky*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005a.

MCGILVRAY, J. Meaning and creativity. In: MCGILVRAY, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Chomsky*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b. p. 204-222.

MORENO CABRERA, J. *Curso universitario de lingüística general*. Tomo 1. Madrid: Síntesis, 1991.

MORRIS, C. *Foundations of the theory of signs*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

RUSSELL, B. The philosophy of logical atomism (1918). In: RUSSELL, B. *The Philosophy of Logical Atomism*. London; New York: Routledge, 2010. [1972]. p. 1-125.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916. [1995].

SEARLE, J. Chomsky's revolution in linguistics. *The New York Review of Books*, 1971. [Disponível em:

< www.chomsky.info/onchomsky/19720629.htm >. Consultado em: 31 jul. 2014].

Artigo recebido em 30/10/2014, aprovado em 14/10/2015

MINIMALISM AND THE PRAGMATIC FRAME

Ana Falcato

Universidade Nova de Lisboa

Humboldt *Research Fellow* na Johannes Gutenberg-Universität Mainz

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 39-67

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: No debate entre literalismo e contextualismo em semântica, o projecto de Kent Bach está normalmente associado ao segundo campo da discussão. Neste artigo defendo que esta é uma posição equivocada e justifico a minha tese contrastando a avaliação que Bach faz da eliminabilidade teórica das proposições mínimas supostamente expressas por frases bem formadas de uma língua natural com perspectivas minimalistas *standard*, e contrastando a sua abordagem da divisão do trabalho interpretativo adscrito a semântica e pragmática com uma análise paralela das duas esferas interpretativas explorada pela versão mais radical de oposição ao minimalismo: o ocasionalismo de Charles Travis. Sendo a minha análise correcta, o resultado imediato é uma destruição das principais dicotomias defendidas por Bach.

Palavras-chave: Minimalismo semântico; Proposições mínimas; Ocasionalismo; Quadro pragmático, o.

Abstract: In the debate between literalism and contextualism in semantics, Kent Bach's project is often taken to stand on the latter side of the divide. In this paper I argue this is a misleading assumption and justify it by contrasting Bach's assessment of the theoretical eliminability of minimal propositions arguably expressed by well-formed sentences with standard minimalist views, and by further contrasting his account of the division of interpretative processes ascribable to the semantics and pragmatics of a language with a parallel analysis carried out by the most radical opponent to semantic minimalism, i.e., by occasionalism. If my analysis proves right, the sum of its conclusions amounts to a refusal of Bach's main dichotomies.

Keywords: Semantic minimalism; Minimal propositions; Occasionalism; Pragmatic frame, the.

Introduction

Kent Bach has argued for a peculiar minimal account of semantics¹, which he claims is based on a systematic improvement of some of the fundamental theses set forth by Grice, especially in ‘Logic and Conversation’². Despite what is sometimes assumed by defenders of semantic literalism³ – namely, that Bach’s proposal is a form of contextualism –, what in fact Bach aims at is to target all conceivable forms of contextualism about language. With this said, however, Bach’s account of semantics intersects at interesting points with the most radical contextualist framework on the market in the philosophy of language: Charles Travis’s occasionalism⁴. As in Travis’s occasionalism, Bach’s proposal – henceforth referred to as minimalism without minimal propositions (MWMP) – rejects the stipulation of a minimal proposition as the invariant semantic content of all tokens of the same sentence-type. Both positions can therefore accurately be described as *anti-propositionalist*. What I will demonstrate, however, is that, when analyzed in its own terms, Bach’s minimalism encloses a deep-rooted conceptual inconsistency, ascribing a ‘pure semantic content’ to a linguistic entity which does not exist as purely semantic – namely, an uttered sentence.

1. How to obtain a minimal proposition

Both in *Insensitive Semantics* and in several articles Cappelen & Lepore⁵ defend and define Semantic Minimalism in the following lines:

(a) It recognizes just a limited number of context-sensitive expressions in a natural language such as English and thus acknowledges a small effect of the context of utterance on the

¹ Kent Bach, 1994; 1999a; 2001; 1999b.

² See Grice, 1989.

³ See García-Carpintero, 2006.

⁴ See Travis, 2008.

⁵ See Cappelen; Lepore, 2005a; 2005b.

semantic content of the uttered sentence. In this framework, the only recognized context-sensitive expressions are those listed and analyzed in Kaplan's 'Demonstratives'⁶, that is, the set of indexical expressions Kaplan divides in 'pure indexicals' and 'true demonstratives'.

(b) Because of this limitation in the phenomenon of context-sensitivity in natural languages, semantic minimalists argue that all semantic context-sensitivity should be grammatically triggered.

(c) Beyond fixing the semantic value of indexicals and demonstratives, the *context of utterance* has no relevant effect on the proposition semantically expressed or on the truth-conditions of the uttered sentence. Thus, the semantic content of each utterance *u* of a sentence *S* is the proposition that all utterances of *S* express (keeping stable the semantic values of indexicals and demonstratives).

Moreover,

(d) In Emma Borg's approach to Minimalism an even stronger claim is made to the effect that 'every contextual contribution to semantic content must be formally tractable'⁷.

(e) As a consequence of (d), Borg also restricts the correspondent semantic theory. If we want a semantic theory that provides a general, systematic, and syntax-driven account of sentential content, then we cannot allow any aspect of the context of utterance, which determines its content, to be formally intractable. Under 'formally intractable aspects of the context of an utterance' we should count current speakers' intentions, as they are not considered as semantically decodable in this framework.

⁶ Kaplan, 1989.

⁷ Borg, 2007, p. 19.

As we shall see, this semantic approach to the content of an utterance of any sentence in a natural language gives us an extremely poor account of the content actually *communicated* by the sentence uttered. When we think about the Gricean distinction between *sentence-meaning* and *speaker meaning* (tantamount to what Borg calls ‘speakers’ intentions’), we soon reach the conclusion that the latter type of meaning, far from including only the implicated content of an utterance in a particular speech-act, also concerns what is said or the proposition actually expressed by such an utterance of one particular sentence-type – or the speaker wouldn’t have uttered the sentence he did. Let me illustrate this topic with an example. The sentence:

(1) I am a woman

has a conventional meaning which, as the meaning of a sentence-type, is not affected by different utterances of that sentence on different occasions of speaking. The context-independent meaning of the sentence-type in (1), however, contrasts with the multitude of possible context-dependent contents expressed by different utterances of this sentence in different contexts. Thus if I now utter (1), this utterance expresses the proposition that *I* (the speaker of (1)) am (at the moment of my speaking) a woman. But if my sister Mary happens to utter that same sentence-type at a different time, her utterance will express the different proposition that she is a woman at the time of her utterance, even though the linguistic (or literal) meaning remains the same across both contexts of use.

So far, I have only illustrated those features of context-sensitivity that are so obvious as to obtain consensus and rule-theoretical treatment on the part of philosophers and linguists. We are still, more or less, within the scope of the unproblematic point (c), well-accepted by (different) semantic minimalists. But we can be said to have already started departing from Minimalism once we have pointed out that, although the most remarkable feature of a sentence-type is the context-independent character of its

conventional meaning, in general this conventional meaning falls short of being propositional – even in minimal terms – and thus, truth-evaluable. To sum up: we have pointed out that what is said by each utterance of a sentence *S* does not correspond to the conventional meaning of *S*, in so far as the character-deficiency of indexicals and demonstratives always demands case-to-case resolution.

Still, the propositions that an interpreter can arrive at through the contextual filling-in of the conventional meaning of a propositional schema are constrained by the schema which serves as input to the propositionality process, i.e., the interpretive-process that allows interpreters to ascribe fully-propositional contents to propositional schemata. This is the reason why the sentence-type ‘I am a woman’ can express a multitude of propositions in different utterances by different speakers, but this set of propositions ought to be compatible with the semantic potential of the sentence, and so it cannot be used to express the proposition that twenty butterflies are around my desk (because this proposition cannot be paired with the semantic potential of the sentence-type).

Generally understood, thus, the minimalist framework stresses the close connection between the conventional meaning of a sentence-type and what is said by particular tokens of the former. Together, sentence-meaning and what is said (by an utterance *u* of a sentence *S*), obtained as soon as particular values are ascribed to indexicals and demonstratives in *u*, deliver the literal meaning or the *minimal proposition* expressed by *u*, quite detached from the correspondent speaker meaning.

2. Bach’s minimalism and the Pragmatic Frame

Bach’s minimalism, though, is a theory for interpreting utterances of sentence-types that is based on a sharp dissociation between the semantics and pragmatics of natural languages and doesn’t accept the picture sketched above. Its most distinctive feature – also the most problematic – is its strong support for a

strict semantic notion of *what is said*, i.e. the *content* of any natural language sentence *when uttered*. Such a strict notion of what is said is aimed at preventing the intrusion of interpretative pragmatic processes when it comes to obtaining the minimal content of the uttered sentence. The alleged ‘pure semantic content’ of an utterance is then constrained by the Syntactic Correlation Principle, according to which what is said in any utterance of a sentence-type should correspond to ‘the elements of the sentence, their order, and their syntactic character’⁸. Where there is some element of meaning the speaker wants to communicate with her utterance, and where this element lacks syntactic representation in the logical form of the sentence she utters, it must be excluded from the semantic content of the utterance at stake. Since syntactically complete and well-formed sentences to which no complete semantic content corresponds are entirely conceivable, Bach’s MWMP rejects the ‘scholarly adage’ that ascribes to a complete sentence the expression of a proposition. The defender of MWMP thus admits that a syntactically well-formed sentence can, even if no indexical or demonstrative terms are to be found in it, be semantically incomplete and thus convey no more than a ‘propositional scheme’. This is why this version of minimalism is anti-propositionalist.

Something about the theoretical framework just described would seem to be inadequate, however: namely, the way it so strictly dissociates semantic and pragmatic contents of uttered sentences.⁹

It is because Bach relies on a much-trivialized notion of pragmatics that he can posit a sharp divide between the two forms of linguistic interpretation. The notion of pragmatics relied upon by Bach only associates the pragmatic competence of both speaker

⁸ Grice, 1989, p. 87.

⁹ At this point, it is important to stress the fact that Bach always insists on an ‘utterance-based-approach’ when he argues for a strict divide between semantics and pragmatics.

and interpreter with the *use* of well-formed sentences in a natural language. This is, I believe, too narrow a view of pragmatics.

There are at least two further non-reducible working definitions of pragmatics, accompanied by two non-reducible definitions of semantics, whose combination would suffice to refute the above-mentioned approach to the semantic/pragmatic divide and thus refute the MWMP's view on that divide.

One generally accepted definition of pragmatics holds that pragmatics concerns the linguistic phenomena left untreated by phonology, syntax, and semantics. A second definition – attributable to Kalish (1967) – states that *pragmatics* 'is the study of properties of words which depend on their having been spoken, or reacted to, in a certain way, or in certain conditions, or in the way, or conditions, they were'¹⁰.

By contrast, a first definition of semantics – essentially attributable to David Lewis¹¹ – has it that semantics is dedicated to the study of certain relations between words and the world, and especially to those on which the truth or falsity of words (on their articulation in well-formed sentences) depends. On this view, a semantic theory that does not contain a systematic treatment of truth-conditions is not to be counted as such. A second definition of semantics has at its core the idea that any theory of meaning for a natural language must be able to provide us with the meaning of its words and sentences, based on a recursive interpretative scheme¹².

Now if one assumes – as I intend to do here – that the general conditions for referring to objects in the world with words from a natural language are inextricably related to the circumstances or the way in which they were or could have been uttered, then, given the above combination of definitions of semantics and pragmatics, *all semantic issues are, inevitably, also pragmatic ones*. According to the square of definitions of semantics and pragmatics

¹⁰ See Travis's 'Pragmatics' reprinted in *Occasion-Sensitivity* (2008).

¹¹ Lewis, 1970.

¹² Davidson, 2001.

I have outlined above, a semantic theory for a language – no matter whether it takes the first or the second orientation, and *bearing in mind that the basic elements or semantic primitives are always signs that can be uttered* – would have little to do with either the recursive determination of the truth-conditions of all the sentences that can be built in that language as independent from the circumstances in which they can in fact be built and uttered or with the ascription of minimal propositions to any and every token of a given sentence-type in the language. Let us call this the Pragmatic Frame.

The Pragmatic Frame represents the most radical form of contextualism in the philosophy of language, stressing one idea set forth by J. L. Austin, namely, that we can only speak about the truth and falsity of sentences in a language to the extent that evaluating a token of a sentence-type therein refers us to an ‘historical event’¹³. By ‘historical event’ is meant a specific utterance act, whereby a speaker addresses a specific audience, at a specific historical moment. This general framing has served as the theoretical background for the occasionalist examples we shall discuss below.

Now this scenario is at odds with any kind of theory of meaning for a language that aims exclusively to determine the recursive truth-conditions of sentences that can be built in it, based on its semantic primitives, their grammatical disposition, and correct syntactic articulation. Supporting the Pragmatic Frame implies accepting that questions about the truth and falsity of uttered sentences within a natural language only arise at the level of ‘historical events’ performed by competent speakers. Furthermore, in the Pragmatic Frame, what counts as the meaning of a sentence in a natural language is what makes it *a means of expressing thoughts* – and not the semantic conveyer of a thought as a fixed propositional content. The meaning of a sentence enables it to express thoughts because it is a description of how things are (or

¹³ Austin, 1950.

should, or could be), and thus the possibility of uttering the same sentence-type in different circumstances is the possibility of describing different states of affairs. Since every description admits of many applications, and since the possibilities for sentence utterance are unlimited, *different applications of a single description* correspond to many different thoughts. If one and the same description (sentence) can correspond to many different thoughts, then the truth-conditions of any such thought cannot be the truth-conditions of the sentence.

3. Pragmatic Frame and availability of content

Henceforth my aim is to deal with differences within the contextualist camp itself. The main disagreement concerns the so-called ‘Propositionality Constraint’ – which, as we’ve seen, is dropped by Bach himself, thus making him an apparently straightforward defender of contextualism. Now, a mild version of contextualism considers the formal resolution of indexicals and demonstratives, as exemplified in **1**, to fall short of all that differences in context of utterance may imply.

As against Bach, proponents of this form of mild contextualism take ‘saying’ and ‘what is said’ as pragmatic notions – which have to do with what the speaker means and/or with what the hearer understands¹⁴ –, and argue that, in order to obtain the content actually expressed by an utterance, one must contextually enrich the propositional schema until we obtain what is said. Philosophers arguing for this type of contextualist interpretation of utterances, such as François Recanati, provide a set of pragmatic processes that bridge the ‘meaning-gap’ between the propositional schema and what is said¹⁵.

¹⁴ This, then, is Recanati’s main definition of pragmatics.

¹⁵ *Saturation* is understood as a pragmatic interpretative process, linguistically mandatory, through which the complete propositional content of an utterance is obtained, when contextual values are ascribed to indexicals, demonstratives, vague predicates or those whose domain of application is not fixed by their literal meaning in the uttered sentence. By *Free-enrichment* Recanati

To explain these processes, let us consider some well-known examples of sentences discussed by contextualists and anti-contextualists alike.

- (2) I have had breakfast.
- (3) You are not going to die.
- (4) John has had enough.

Besides using the semantic rule that points out the speaker of (2) as the referent of the indexical term 'I' and the tense rule that defines the time of uttering (2) as the correspondent evaluable time-index, reaching thus the goal of saturation, a competent English speaker feels as if some interpretative data are missing in the minimal proposition (arguably) expressed by an utterance of (2) to the effect that the speaker has had breakfast before having uttered (2). Taking that minimal proposition as a truth-evaluable item, an utterance of (2) would be true even if the speaker had breakfast thirty years ago and never since. This is clearly not what the speaker means if, answering the question 'Are you hungry?' she replies: 'No, I have had breakfast'. She thereby means something more specific, namely that she has had breakfast on that very day, the day including that particular utterance of the sentence provided in (2). This aspect of the speaker-meaning, however, has

understands a kind of pragmatic process that is not linguistically mandatory, but which aims at obtaining the fully propositional content of an utterance. In typical examples of free-enrichment, singular expressions in an utterance – like a predicate or a connector – are focused on in order to find out whether their local meaning surpasses the content of their literal meaning. *Loosening* is what Recanati calls the pragmatic process whereby the application-conditions of a given predicate are expanded to create a new, locally determined concept, with broader application-conditions. Finally, *Transfer* is the pragmatic process whereby a new meaning is ascribed ad hoc to a concept. That new meaning, even if semantically bound by the literal meaning of the predicate, extrapolates its normal conditions of application. By means of a set of sub-conscious inferences, the pragmatic interpretation of an utterance obtains its intuitive truth-conditions, and these typically exceed both its literal meaning and its literal truth-conditions, compositionally obtained.

to be construed as external to the conventional meaning of the sentence-type plus the indexical resolution. The time-span indicated by ‘today’ results from a non-minimal and optional pragmatic process of free enrichment. On Recanati’s account, free enrichment, jointly with semantic transfer and loosening are considered *optional* primary pragmatic processes with regard to what I have labelled the ‘Propositionality Constraint’. This is so because the minimal interpretation of (2) to the effect that the speaker’s life was not entirely breakfastless, of (3) to the effect that the addressee is not going to die tout court (as if she were immortal) and of (4) to the effect that John has had enough of something or other, are supposed to be sufficient to make any utterance of those three sentences propositional or to make them express a complete thought. But is this correct? What turns a propositional schema into a ‘complete thought’, whether minimal or non-minimal?

I have already stated that, according to Recanati’s (mild) contextualist proposal, the content or what is said by an utterance of a sentence *S* includes both the conventional meaning of *S* and contextual factors of some particular occasion where *S* is uttered. This is the reason why, in Recanati’s framework, the Propositionality Constraint concerns only the sub-personal level of the literal meaning of an uttered sentence.

Including contextual relevant factors, what is said has a non-minimal character and must be *consciously available* to the participants in the speech situation at issue, according to this mild contextualist framework. What is meant by the requirement of ‘conscious availability’? Perhaps we should leave the sentences stated above and add a more flagrant example. Let us take the following sentence:

(5) Ludwig has five dogs.

According to a formalist or literalist approach, the proposition literally expressed by an utterance of (5) is the proposition that

Ludwig has at least five dogs, that is, no less than five, but possibly more. If we think about (5) as part of the antecedent of a counterfactual conditional, as in:

(6) If Ludwig had five dogs, he could benefit from a discount in veterinary appointments.

We can imagine some contexts where the minimal content arguably expressed by an utterance of (5) would correspond to what the speaker actually means. Nevertheless, in the majority of imaginable contexts someone who utters (5) will mean that Ludwig has exactly five dogs, neither more nor less. In most of the circumstances in which we can imagine (5) being uttered, this last non-minimal proposition (to the effect that Ludwig has exactly five dogs) is the only one a competent speaker of English will be conscious of having expressed. In particular, she will be unaware of having expressed the minimal content that Ludwig has at least five dogs.

The same principle holds of a non-enriched interpretation of an utterance of (3). In the situation of a cut, the minimal content of (3) would not be relevant to the communicative process involving speaker and hearer. Clearly, no reasonable speaker or interpreter would thereby be aware of having said that the addressee is not going to die tout court – as if she were immortal.

Within Recanati's mild contextualist framework, this is the reason why the role of minimal propositions within communicative exchanges is hard to find out. A minimalist analysis of each of the mentioned sentences could be tempted to consider those enriched aspects in the overall meaning of utterances as conversational implicatures, since they do not belong to the sentence-meaning of the correspondent sentence-type. However, conversational implicatures, as secondary pragmatic processes, do have an inferential character and thus take us from the speaker's saying x to something else that follows from the fact that she has said x . In implying something by saying something else, the speaker intends

the hearer to recognize both contents (the implicature as well as what is said) and the inferential process holding between them. What is said, what is implied and the connection between the former and the latter must be consciously available to the interpreter if the speaker's speech act is to be felicitous.

It is easy to see that, in standard uses of sentences (2)-(5), we do not have two consciously available types of contents (the minimal and the non-minimal), as the supposed minimal content could be unidentifiable even to the speaker. The Availability Principle states that what is said *must* be intuitively accessible to the conversational participants¹⁶. Since the minimal content of an utterance can be unavailable to speech-act participants, sometimes requiring deduction from the intuitive content of an uttered sentence (just as implicatures do), the available content and the minimal content of an utterance *u* of a sentence *S* can differ. From an analytical point of view, a choice between the two is required concerning the content and the truth-conditions of *u*.

4. A purely semantic content

When establishing the notion of *conversational implicature* in his theoretical framework, Grice narrows down the *what is said/what is implicated* dichotomy in quite an inflexible way. His target is the stipulation of a fundamental distinction between the literal content of an uttered sentence *S* and another kind of propositional content, which is not articulated by *S* but could be inferred from the uttering of *S* by linguistically competent interlocutors, given the relevant conversational features of the locutionary act, the intentions of the speaker, and a set of conversational maxims which, as a whole, determine what Grice calls the Cooperative Principle.

The Cooperative Principle commands that the speaker make his contribution such as it is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which

¹⁶ Bach, as we shall see below, refuses this principle.

he is engaged. The cooperative effect is reached if the speaker respects the four Conversational Maxims set forth by Grice¹⁷:

- *Maxim of Quality*: do not say what you believe to be false; do not say that for which you lack adequate evidence.
- *Maxim of Quantity*: your intervention has to bring enough information and it does not have to bring more information than what is necessary.
- *Maxim of Relation*: the information you give must be relevant to the purposes of the conversation you are engaged at.
- *Maxim of Manner*: be clear, by avoiding obscurity of expression or ambiguity; be brief, by avoiding unnecessary prolixity; speak orderly in your contribution to the conversation.

Now, if speakers and interpreters in a conversational interchange presuppose that the four maxims are being respected by their partners, and so too the Cooperative Principle, they can also presuppose that, whenever any of the four maxims is violated by the speaker, he intends such a violation to be computed in the interpretative process as the conveying of an extra, linguistically non-articulated but conversationally relevant piece of information: a conversational implicature. Or so Grice thought.

The stipulation of the *what is said/what is implicated* dichotomy pushed Grice to argue that these two kinds of content fully cover the scope of conversationally available data. Furthermore, he defended a literalistic view of the semantic content – *what is said* – of an utterance. What is said by an utterance of any sentence-type cannot exceed, according to Grice, the syntactically articulated components of the sentence, being thus subjected to the Syntactic Correlation Principle described above. Grice thus argues for the ascription of a literal semantic content to any particular utterance of a sentence-type as its corresponding *what is said*.

¹⁷ *Op. cit.*, n. 2.

In case the interpretation of an utterance brings to the fore non-articulated elements in the sentence as used, those elements should not be considered part of the semantic content of the utterance at stake.

Now, in spite of the Syntactic Correlation Principle, Grice did not argue for a contextually-invariant notion of what is said. His proposal includes the interpretation of indexicals and demonstratives in the sentence-type as uttered, along with the semantic disambiguation of terms, whenever such processes are necessary to fix the pure semantic content of an utterance. And that is all. Even if the referent of an indexical varies from context to context, the presence of the indexical can be traced into the syntactic structure of the sentence-type. And even when the content of an utterance is ambiguous – whether because the sentence uttered contains ambiguous terms or the sentence itself is structurally ambiguous – the operative meaning of the utterance under analysis will still correspond, after disambiguation, to a strict interpretation of its syntactic elements.

One of my main objections to this Gricean scenario is the imposition of a pure (or minimal) semantic content ascribable to every utterance. I justify my opposition as follows: because the great majority of sentences that can be construed in a natural language confirm semantic incompleteness or indeterminacy, even after the ascription of referents to indexicals and demonstratives and the disambiguation of terms (as we've confirmed with the examples above), they do not express a complete thought or proposition. And this is troubling for the Gricean dichotomy because, if true, *nothing is said* when most sentences are uttered.

By contrast, it is a pragmatically well-known fact that many *complete* sentences are not always used to express the minimal proposition extractable by the Syntactic Correlation Principle. This minimal proposition can even fail to be psychologically computed by both speaker and interpreter in the communicative process, as we've seen.

Now, given the above-listed criticisms of the idea of a purely semantic content of utterances, several questions might be raised, to wit:

- I. What purpose does the Gricean dichotomy *what is said/what is implicated* serve, if it can well happen that no propositional content can be ascribed to the first member, such that, the second member being essentially inferred from the first, when nothing is said, nothing can be implicated?
- II. Can a semantically pure content, obtained by the application of the syntactic correlation norm, be incomplete?
- III. If so, what is its status in a theory for interpreting utterances of a natural language?

Kent Bach answers these questions with a theory (MWMP) that is based on impoverished notions of both semantics and pragmatics, and which follows three main lines of argumentation:

- i. In a modified version of the Gricean dichotomy, a *purely semantic notion of what is said by an utterance* can be defended and the Syntactic Correlation Principle maintained.
- ii. The semantic content of an utterance must not correspond to a complete thought or proposition, not even a minimal one.
- iii. The main factor determining the communicated content of an utterance of a sentence-type is not the context in which it is uttered, but the communicative intentions of the speaker. (This point, strongly insisted upon in his *Context ex Machina*, actually shows that Bach doesn't align himself with any form of contextualism¹⁸).

¹⁸ See Bach, 2005.

5. Meaning what you say and communicative intentions

When Grice explores the contrast between ‘implicating’ and ‘saying’ in ‘Logic and Conversation’, he stresses the ‘non-natural’ kind of meaning produced by both actions; furthermore, he defends what he labels an intuitive understanding of *saying* – which on his view attaches the latter to the Syntactic Correlation Principle. To the extent that, for Grice, the content of what is said by an utterance never includes non-articulated components of the correspondent sentence-type¹⁹ and is constrained by syntactic correlation, one can infer that:

- a) The only kind of linguistic material that counts as the pure semantic content of an utterance is the literal meaning of the correspondent sentence-type.
- b) The isolation of that content is determined by a commitment to a strict compositional combination of the meaning of the primitive semantics of a sentence and their syntactic disposition.

Grice further assumes that *saying something implies meaning what one says*. Because of the Maxim of Quality, the speaker must commit himself to a belief in the truth of what he says. And this is why Grice had to establish another locution to classify examples of irony, metaphor, etc., where the speaker clearly does not mean

¹⁹ One can spot the first inconsistencies of the Gricean dichotomy by noticing this strange concession. For if Grice stipulates that what is said, as a pure semantic content, constrained by syntactic correlation, is no more than a mere projection of the syntactic structure of the sentence uttered, how could the interpretive extraction of such a content allow for the resolution of indexicals or demonstratives and for disambiguation, since that first interpretive process, through semantic rules or demonstration, already alters the initial syntactic structure of the sentence at hand? Even if the disambiguation process and the contextual ascription of referents to indexicals and demonstratives are usually taken as pre-semantic processes, there is already a great distance between that level of interpretation and the pure logical form of the sentence at stake – and that much disallows the request for syntactic correlation, I believe.

what he says (Grice classifies these as cases of ‘making as if to say’). To a certain extent, Grice conflates ‘saying’ and ‘stating’: a speaker who says something must be taken to be stating it. Having seen that this is not what happens in non-literal utterances (such as those involving irony or metaphor), Grice had to adjust his own first dichotomy in order to account for these distorted examples of the first term (what is said).

It is not completely certain, however, that in non-literal uses of language the speaker is merely ‘making as if to say something’. Rather, it seems more intuitive to take examples of irony or metaphor as cases where the speaker does say something, but means something else instead. Suppose, for instance, that I say to my cat:

(7) You are my honey bun.

Even if the literal content of (7) is what I effectively say, that is surely not what I mean when I utter the sentence in (7). In a framework that stands for a purely semantic notion of what is said, however, the literal meaning of (7) is the corresponding *what is said*, and that content should be preserved if one wants to maintain a clear distinction between semantic and pragmatic contents – contrary to what we already said about the Pragmatic Frame’s view. In a Gricean framework, where the literal content of (7) is the corresponding *what is said*, what I (really) mean to say when uttering (7) should be taken as a conversational implicature.

Besides non-literal uses of language, one can count on further counterexamples to the Gricean notion that ‘saying something implies meaning what one says’. A speaker may *want to say* something, but unintentionally say something else (e.g. slips of the tongue); or he can *say something without intending to say anything whatsoever* (as in pronunciation exercises, recitals, or oral translation).

But MWMP considers relevant the distinction between non-literal uses of language – in which the speaker does not mean what

he says, but there is still something that has been said, i.e. the literal content of the uttered sentence or expression – and cases of conversational implicature.²⁰

Insisting upon a refinement of the original Gricean dichotomy does have a purpose, as well as a new cluster of theoretical consequences within the scope of MWMP as a whole. Let us focus on those now. If a speaker uttering *F* in a context *C* does not commit himself to the truth of *F*, then the *what is said* of *F* must not coincide with the content the speaker wants to communicate when uttering *F*. The content of what the speaker wants to communicate and have recognized by his interlocutors can:

- I. Coincide with what is said by the uttered sentence *F* in *C*.
- II. Exceed the (literal) *what is said* by *F* in *C*.
- III. Be completely distinct from *what is said* by *F* in *C*.

Be this as it may – and that is the main thesis of MWMP – the content a speaker wants to communicate when uttering a sentence *F* in *C* is only determined by the *communicative intentions* of the speaker in *C* and not by the features of a conversational context like *C*.

What *can be communicated* by the utterance of a given sentence *F* in a context like *C* is not necessarily encoded in the literal

²⁰ I think this categorical divide is quite plausible, since Grice's proposal to deal with non-literal uses of language is quite problematic from the point of view of a structural ascription of explanatory work to his own sub-dichotomies. Grice classifies non-literal uses of language – like metaphor or irony – as cases of 'making as if to say'. He simultaneously classifies them as conversational implicatures. If, however, there is nothing the speaker says in an ironical utterance – since he only makes as if to say something – how can anything count as a conversational implicature of that utterance (an utterance, that is, where nothing is said)? This perplexity only grows when one considers that Grice himself defined 'conversational implicatures' as pragmatic phenomena taking place when a speaker does say something and means something more on top of what he says, something that should be inferred from what he said and the conditions in which he said it.

meaning of *F*. The content communicated by a use *x* of *F* in a context like *C* is inferred by an interlocutor, based on the fact that the speaker uttered *F* at *C*. This communicative presumption is available in the communicative situation where *F* is uttered, even if in such a situation what the speaker means to say coincides with the literal meaning of *F*. As a result, in the framework of MWMP, even when *what is communicated* in a use *x* of a sentence-type *F* coincides with the corresponding *what is said* – i.e. when a sentence is uttered to convey its literal meaning – such a coincidence must still be accounted for as a consequence of the *communicative intentions* of the speaker uttering *F*.

6. Back to the Pragmatic Frame

The minimalist objections and objections against those objections that were raised above, in what concerns the ascription of a purely semantic content to utterances of sentence-types, are less important within the scope of this paper than identifying the essential theoretical failure of MWMP as a project. In identifying this failure, we can establish a grounded rejection of this version of minimalism, opening up a whole space of support for the Pragmatic Frame.

Bach does not reject the first definition of semantics I presented in section **2**; on the contrary, he endorses it. For MWMP a semantic theory for a language decodes and analyses literal information encoded in utterances of sentence-types that can be built in that language and that kind of information, even when it is not propositional (hence the acronym), constitutes the formal input for all the pragmatic processes that will deliver a fully-propositional content, with fixed truth-conditions. This final propositional content thus derives from an effective act of utterance, by computing the interpretative work of primary and secondary pragmatic processes, and delivering what Bach labels *communicated content*.

Even when this final content (the output of the so-called ‘purely semantic content’ Bach wants to keep in the theory) results from

the application of different sorts of pragmatic process, this special sort of minimalism nonetheless argues for an interpretation-process that ends up delivering a propositional content with specifiable truth-conditions. The so-called ‘purely semantic content’ of an utterance may not yet be propositional or truth-evaluable; but its expanded communicated content surely is.

These dyads (purely semantic content/communicated content; propositional schema/propositional content) are not only incompatible with the Pragmatic Frame. *They are incompatible with themselves*, to the extent that they violate the very definitions held by MWMP and thus constitute its main failure. Since MWMP stipulates *a semantically pure content for utterances* as the information encoded in the sentence-type as uttered; and since that content must account for neither the communicative intentions of the speaker nor the audience’s grasping of them, it is the strict divide defended by minimalism that incurs a fundamental inconsistency at the level of its basic notions. Textual evidence for Bach’s own notion of the semantics/pragmatics divide can be found in the following excerpt from ‘You don’t say?’:

A semantic-pragmatic distinction can be drawn with respect to various things [...]. For me it applies fundamentally to types of information. Semantic information is information encoded in what is uttered – these are stable linguistic features of the sentence – together with any extralinguistic information that provides (semantic) values to context-sensitive expressions in what is uttered. Pragmatic information is (extralinguistic) information that arises from an actual act of utterance. Whereas semantic information is encoded in what is uttered, pragmatic information is generated by, or at least made relevant by, the act of uttering it.²¹

But there can be no such thing as a ‘pure semantic content of utterances’ because an *utterance is a sentence-type used by a speaker at a definite moment*, and the mere definition of ‘utterance’ already contains the information ‘sentence-type tokenized by a speaker’.

²¹ *Op. cit.*, p. 22, n. 1.

There is, thus, no such thing as a pure semantic content extractable from a linguistic entity that exists only to the extent that it is *pragmatic*.

In section **2**, two non-reducible definitions of pragmatics were introduced, to which we shall now turn. The second characterization of pragmatics ('the study of properties of words which depend on their having been spoken, or reacted to, in a certain way, or in certain conditions, or in the way, or conditions, they were') is the one adopted by MWMP, as we've confirmed with the above quotation. Now the theoretical framework I have been referring to as the Pragmatic Frame states that, when we adopt either of the non-reducible definitions of semantics presented in section two, along with the second definition of pragmatics, every seemingly semantic question is a pragmatic question. As we've seen, MWMP argues for an 'utterance-based approach' to discuss issues of content and truth-conditions of sentence-types tokenized by competent speakers of a language, and so adopts the second definition of pragmatics offered above. The corresponding idea of an overly strict distinction between semantic and pragmatic information systematically falls short, however, when we aim to ascribe semantically pure contents to linguistic entities 'which depend on their having been spoken, or reacted to, in a certain way, or in certain conditions' – i.e. to entities which, like tokens of sentence-types in a natural language, only exist to the extent that they are pragmatic (dependent on language use).

7. Occasionalism and the Pragmatic Frame

In *Literal Meaning* we find a diagram defining the boundaries between Literalism and Contextualism. On the contextualist side, a gradable set of positions is listed, from the weakest to the strongest one. The main question of the debate between Literalism and Contextualism concerns the legitimacy of ascribing truth-conditional content to natural-language sentences or to uttered sentences in different speech-acts, respectively. Once we have reached this point, I will argue that the main criterion to evaluate

positions within the contextualist scope itself is the role given to Minimal Propositions – and because Bach doesn't ascribe to them any theoretically-binding role, his position might be taken as standing on the contextualist side of the debate. Recanati himself schematizes two different contextualist positions with regard to this criterion:

From the optional character of modulation, it follows that the minimal proposition, even if it plays no causal-explanatory role, has at least this counterfactual status: it is the proposition which the utterance would express if no pragmatic process of modulation took place. To get full-fledged Contextualism we must deprive the minimal proposition even of this counterfactual status. While quasi-Contextualism considers the minimal proposition as a theoretically useless entity, and denies that it plays any effective role in communication, Contextualism goes much further: it denies that the notion even makes sense. Contextualism ascribes to modulation a form of necessity which makes it ineliminable. Without contextual modulation, no proposition could be expressed. In this framework, the notion of 'minimal proposition' collapses: there is no proposition that is expressed in a purely 'bottom-up' manner.²²

In order to go further in the analysis of what effectively counts as a 'full-fledged' contextualist approach to the meaning of sentences from a natural language, I think it is worth depicting the occasionalist argument for radical contextualism, which concretely embodies the motto of the Pragmatic Frame. In his 'Insensitive Semantics', Travis²³ stated that his main disagreement with minimalists is about which properties we should legitimately ascribe to simple expressions and utterances of a natural language such as English.

Accepting that the main goal of minimalism in assigning properties to sentences in a natural language is to obtain theorems such as:

²² Recanati, 2005, p. 179.

²³ Travis, 2006.

(T) The sentence ‘The submarine is yellow’ (expresses the minimal proposition that the submarine is yellow and) is true *iff* the submarine is yellow,

Travis insists that we should also recognize (T) as identifying what the sentence ‘The submarine is yellow’ says to be so and which state of affairs should obtain for such a sentence to be true. And his occasionalist argument against the validity of such theorems runs as follows:

- a. The state of affairs described by all possible utterances of some sentence S simply does not exist. Thus a theorem like (T) is unable to state the conditions that the world must satisfy for a sentence such as ‘The submarine is yellow’ to be true.
- b. Travis argues that open sentences in a natural language (e.g. *__is yellow*) are always susceptible to understandings, which are pragmatic, case-to-case based properties of sentence-components that arise from an actual act of utterance, by a particular speaker at a particular time. Therefore, in order to ascribe the predicate *__is yellow* to an object *o* referred to in some utterance *u* – and make a statement about *o* that can express a complete thought and be truth-evaluable – we must specify an understanding for such a predicate in the utterance under analysis.

Following this standpoint, Travis goes on to argue that in a theorem such as (T), the predicate *__is yellow* in the consequent of the biconditional either is used on some particular understanding (of being yellow) or it is not. If the predicate is used on some particular understanding (1st scenario), then the necessary and sufficient conditions that must obtain for the sentence to be true consist in assigning to the predicate (and so to the sentence) a property that it does not have (for the mentioned sentence on the left-hand side of the biconditional does not specify any understanding for being yellow). But, if the predicate *__is yellow* is not

used on any particular understanding (2nd scenario), then the biconditional fails to determine any condition under which the sentence could be true. Why should this be the consequence of the second scenario? Because on the right-hand side of the biconditional (which provides the necessary and sufficient conditions for the mentioned sentence to be true), the whole sentence is used (and so is the predicate *__is yellow*), and without ascribing any particular understanding to the predicate, the biconditional just fails the purpose of providing the necessary and sufficient conditions for the sentence to be true, because it doesn't specify which is the worldly-state that should obtain for it to be either true or false. For a speaker to evaluate an object *o* as being yellow or not she must rely on some parameters, and these parameters specify in language the ways the world is.

If we accept Travis' premises, we must cope with two desolating possible inferences. Within the scope of the first scenario the biconditional proves false. Within the scope of the second scenario – and in the absence of necessary and sufficient conditions for the sentence to be true – a theorem such as (T) simply fails to state anything whatever about its truth conditions.

What we would need in order to turn Minimalism – in any of its forms – into a defensible position and block both scenarios is that things and states of affairs in the world be such a way that we might speak of them without understandings. If this were achievable, then we could reasonably infer theorems which, like (T), ascribe the minimal proposition *P* to some sentence *S*, stating thus the truth-conditions of *S*.

The 'occasionalist challenge' to this theoretical method of learning and giving the meaning of sentences from a natural-language addresses the indispensability of understandings to say something that might be true (this, put in occasionalist terms, is what Recanati calls the 'necessity of modulation' for full-fledged contextualism). If we do not go further than accepting the general compositionality rules for building and analysing the meaning of sentences, we certainly will not be able to say whether and when a

particular submarine we are talking about would count as yellow, and which understanding will turn some particular utterance u22 of ‘The submarine is yellow’ into a true utterance.

Now, in this refined application of the Pragmatic Frame to linguistic analysis, assigning an understanding x to the predicate *__is yellow* in u22 blocks the possibility of ascribing to u22 (or to any other token of the same sentence) any one of the minimalists’ favorite semantic properties. Understandings bar the ascription of *a minimal proposition* expressed by such an utterance, in a model like Cappelen and Lepore’s or Borg’s – for minimal propositions, in not specifying understandings to its components, will fall in one of the scenarios described above. And they also cancel Bach’s ‘pure semantic content’ of utterances, constrained by the Syntactic Correlation Principle and independent of any element of meaning the speaker wants to communicate with her utterance, because understandings are inevitably drawn from speakers’ grasping of different world-states accompanying each ‘historical act’ of utterance they perform at different moments and are thus pragmatic projections (even in Bach’s own use-based understanding of Pragmatics) that must accompany each and every act of utterance that can be truth-assessable.

References

AUSTIN, J. L. Truth. In: AUSTIN, J. L. *Philosophical Papers*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1950. p. 117-133.

BACH, K. Conversational Implicature. *Mind and Language*, 9, 1994, p. 124-162.

BACH, K. The Semantic-Pragmatics Distinction: What it is and why it matters. In: TURNER, Ken. (Ed.). *The Semantics-Pragmatics Interface from different points of view*. Elsevier: Oxford, 1999a. p. 65-84.

BACH, K. The Myth of Conventional Implicature. *Linguistics and Philosophy*, v. 22, n. 4, 1999[b], p. 327-366.

BACH, K. You don't say? *Synthèse*, 128, 2001, p. 15-44.

BACH, K. Context ex-machina. In: SZABÓ, Z. (Ed.). *Semantics vs. Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press, 2005. p. 15-44.

BORG, E. Minimalism versus contextualism in semantics. In: PREYER, G.; PETER, G. (Ed.). *Context sensitivity and semantic minimalism: essays on semantics and pragmatics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

CAPPELEN, H.; LEPORE, E. *Insensitive Semantics*. Oxford: Basil Blackwell, 2005a.

CAPPELEN, H.; LEPORE, E. A Tall Tale: in Defence of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism. In: PREYER, G.; PETER, G. (Ed.). *Contextualism in Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2005b. p. 197-220.

DAVIDSON, D. Truth and Meaning. In: DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 17-40.

GRICE, P. *Studies in the Ways of Words*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1989.

GARCÍA-CARPINTERO, M. Recanati on the semantics/pragmatics distinction. *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía*. v. 38, n. 112, 2006, p. 35-68.

KALISH, D. Semantics. In: EDWARDS, P. (Ed.). *The Encyclopedia of Philosophy*. New York: Macmillan, 1967. Vol. X, p. 348-358.

KAPLAN, D. Demonstratives: an essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes from Kaplan*. Oxford; New York: Oxford University Press. 1989. p. 481-563

LEWIS, D. General Semantics. *Synthèse*, 22, 1970, p. 18-67.

RECANATI, F. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RECANATI, F. Literalism and Contextualism: Some Varieties. In: PREYER, G.; PETER, G. (Ed.). *Contextualism in Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 171-196.

TRAVIS, C. Insensitive Semantics. *Mind and Language*, 21, 2006, p. 39-49.

TRAVIS, C. *Occasion-Sensitivity*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Artigo recebido em 30/04/2015, aprovado em 27/09/2015

PEJORATIVOS E EXTERNALISMOS COMBINATORIAIS

Rogério Saucedo Corrêa
Universidade Federal de Santa Maria

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 69-91

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Injúrias, ofensas e palavrões constituem o conjunto dos pejorativos que servem para depreciar e difamar seus alvos. Para explicar o significado dos pejorativos Christopher Hom propôs o externalismo combinatorial estendido que é uma teoria semântica, a qual generaliza a explicação formulada pelo externalismo combinatorial. Este explica o significado de injúrias raciais e aquele o significado de pejorativos e ambos pressupõem a tese da extensionalidade nula. No entanto, as pretensões de generalização do externalismo combinatorial estendido são criticadas a partir do argumento da falha de generalização formulado por Sennet e Copp. Neste artigo, apresento os externalismos e a falha de generalização. A partir desta crítica, indico um problema mais grave que a falha de generalização que compromete a tese da extensionalidade nula. Denomino este problema de inexistência de contrapartes neutras dos pejorativos.

Palavras-chave: Pejorativos; Semântica; Externalismo combinatorial; Externalismo combinatorial estendido.

Abstract: Slurs, insults and swear words make up the set of pejoratives that are meant to derogate and traduce their targets. Christopher Hom proposed the extended combinatorial externalism to explain the meaning of pejorative. The extended combinatorial externalism is a semantic theory that generalizes the explanation of combinatorial externalism. The latter explains the meanings of racial slurs whereas the former deals with the meaning of pejoratives. Thus, both presuppose the thesis of null extensionality. However, the pretensions of generalization of extended combinatorial externalism are under critique based on Sennett and Copp's argument concerning to failure of generalization. I present externalisms and misconstrued generalization in the present paper. Having the present critique as a starting point, I call attention to a more serious problem than misconstrued generalization which impairs the thesis of null extensionality. I name this problem unexistence of neuter counterparts of pejoratives.

Keywords: Pejoratives; Semantics; Combinatorial Externalism; Extended Combinatorial Externalism.

1. Introdução

O conjunto de expressões constituído por palavrões, insultos e injúrias denomina-se pejorativos (Hom, 2010, p. 164). Termos como “filho da puta”, “imbecil” e “sapatão” são típicos exemplo de palavrão, insulto e injúria, respectivamente¹. Estas expressões depreciam ou difamam seus alvos (Hom, 2012, p. 383). Como elas são pejorativos, posso dizer que sapatão, além de injuriar, também pejora seu alvo. O mesmo vale para ofender e para qualquer palavrão dirigido a um alvo. Se xingo meu vizinho de imbecil, então não apenas ofendo-o como também pejo-ro-o, e se chamo alguém de bunda mole, além de dirigir-lhe um palavrão, pejo-ro-o.

O debate sobre o significado dos pejorativos tem dois tipos de abordagens principais. Uma abordagem semântica e outra não semântica. Copp, por exemplo, propõe uma teoria não semântica com base na ideia de que pejorativos são governados por convenções de uso (Sennet; Copp, 2014, p. 1082-1083). Outra teoria não semântica é o expressivismo, para o qual o conteúdo expressivo de um termo pejorativo “não contribui para as condições de verdade daquilo que é dito, mas exhibe um compromisso emocional de quem

¹ A recente literatura sobre pejorativos contém algumas discussões sobre as características destes termos. Hom (2010), por exemplo, enumerou dez propriedades dos pejorativos e nove das injúrias. Além disso, Hom (2012) também caracterizou os insultos a fim de distingui-los das injúrias. Se meu modo de tratar os pejorativos está correto, suas características podem ser consideradas como gerais ao passo que as características dos seus subgrupos como particulares. Desse modo, toda injúria possui características particulares e gerais e o mesmo vale para insultos e palavrões. Disso se segue uma consequência interessante. É possível que os subgrupos de pejorativos compartilhem uma ou mais propriedades particulares entre si. Pense, por exemplo, no termo ‘puta’. Ele tanto pode ser um palavrão quanto uma injúria sexual. Logo, pode ter propriedades específicas de um palavrão e de uma injúria sexual. No que diz respeito aos insultos, Hom (2012, p. 402) afirma que há uma distinção entre o caráter depreciativo das injúrias e o caráter ofensivo dos insultos. A depreciação é objetiva, pois está baseada nas condições de verdade dos termos e a ofensa é subjetiva, uma vez que depende da enunciação do termo. Não creio que isso seja suficiente e deve-se observar também que não há nenhuma discussão sobre os palavrões.

enuncia o termo pejorativo” (Hom, 2010, p. 171)². Hom, por sua vez, propôs três teorias semânticas para explicar o significado dos pejorativos. O externalismo combinatorial (Hom, 2008), o externalismo combinatorial estendido (Hom, 2010) e a inocência semântica (Hom; May, 2013). O externalismo combinatorial estendido é uma generalização do externalismo combinatorial, que foi formulado para explicar especificamente o significado de injúrias raciais. Como pejorativos, além de injúrias raciais e sexuais, também contém ofensas e palavrões, Hom estende a análise combinatorial propondo o externalismo combinatorial estendido que deve, portanto, ser capaz de explicar não apenas o significado de injúrias, mas o significado de palavrões e insultos. A inocência semântica é a tese segundo a qual frases como (1) “Nenhum afrobrasileiro é mulato”, (2) “Não existem mulatos” e (3) “Existem afrobrasileiros” são concomitantemente verdadeiras (Hom; May, 2013, p. 293). Todas estas três teorias são semânticas porque explicam o aspecto depreciativo dos termos pejorativos, afirmando que eles são falsos, ao passo que suas contrapartes neutras são verdadeiras. Dito de outra forma, são teorias para as quais o sentido das frases assim como o significado dos termos pejorativos diz respeito às condições de verdade. Nesse sentido, sapatão é falso, enquanto lésbica é verdadeiro, e mulato é falso, enquanto afrobrasileiro é verdadeiro. O pressuposto fundamental dos externalismos combinatoriais, portanto, é a tese da extensionalidade nula, segundo a qual pejorativos têm extensão nula. A extensionalidade nula também está presente na inocência semântica proposta por Hom e May em *“Moral and semantic innocence”* (Hom; May, 2013). Guardadas as devidas diferenças, a inocência semântica recorre à tese de que pejorativos possuem extensão nula. Neste artigo, analiso os dois tipos de externalismo sob a luz de um contra-argumento denominado de falha da generalização (Sennet; Copp, 2014, p. 1100). De acordo com este argumento, a pretensão do externalismo combina-

² Uma exposição das diferentes teorias sobre pejorativos encontra-se em Hom (2010).

torial estendido é generalizar a explicação do externalismo combinatorial para quaisquer pejorativos. Portanto, explicar não apenas injúrias raciais e sexuais, mas também ofensas e palavrões. O externalismo combinatorial estendido, no entanto, não explica adequadamente o caso da ofensa *x*, porque a ofensa *x* carece de significado, uma vez que não existem mais as instituições sociais que sustentam seu significado. Como existe, pelo menos, um termo pejorativo para o qual a explicação combinatorial não se aplica, segue-se que esta abordagem não é generalizável. Para desenvolver minha análise, começarei apresentando o externalismo combinatorial seguido do externalismo combinatorial estendido. Depois disso, reconstruirei o argumento da falha de generalização. Embora este não seja o principal problema com esta perspectiva semântica, creio que ele permite-me indicar algo importante e que é um problema mais grave. Trata-se da inviabilidade da extensionalidade nula não em função da inexistência das entidades que sustentam o significado dos pejorativos, mas da inexistência das contrapartes neutras de certos pejorativos.

2. Os externalismos combinatoriais

De acordo com as teorias semânticas, o conteúdo semântico de um termo contribui para o conteúdo verofuncional da frase em que ele ocorre (Sennet; Copp, 2014, p. 1081). Por exemplo, a expressão “A Estrela matutina” contribui para o conteúdo semântico da frase “A estrela matutina é um corpo celeste” tanto quanto a expressão “A estrela vespertina” contribui para o conteúdo semântico da frase “A estrela vespertina é um corpo celeste”. Dado este pressuposto geral, as expressões “mulato” e “afrobrasileiro” também contribuem para o conteúdo verofuncional das frases em que elas ocorrem. Logo, “O mulato é rápido” e “O afrobrasileiro é rápido” são frases cujos conteúdos semânticos recebem contribuições semânticas de mulato e afrobrasileiro. Há, no entanto, uma diferença fundamental entre estas frases, pois uma contém um termo pejorativo enquanto a outra não. Alguns pejorativos possuem

contrapartes neutras³, notadamente, injúrias raciais e sexuais. Chamar uma pessoa de afrobrasileiro ou de lésbica não é pejorá-la, mas usar expressões neutras para referir-se a ela, ao passo que a chamar de mulato ou sapatão não apenas é injuriá-la, mas também pejorá-la. De qualquer modo, teorias semânticas recorrem ao elemento diferencial entre um pejorativo e sua contraparte neutra, isto é, recorrem ao aspecto depreciativo dos pejorativos para explicar a diferença de significado entre eles e suas contrapartes neutras. Se o conteúdo semântico de uma frase é determinado pelo conteúdo semântico de seus termos, então os conteúdos semânticos de “O mulato é rápido” e “O afrobrasileiro é rápido” são diferentes em função dos conteúdos semânticos de “mulato” e “afrobrasileiro”, e se a diferença é devida ao aspecto depreciativo do termo pejorativo, então uma teoria sobre pejorativos deve explicar o caráter depreciativo de um termo pejorativo.

É verdade, no entanto, que existem dois tipos de teorias semânticas. Por um lado, aquelas que sustentam que termos pejorativos e suas contrapartes neutras diferem em extensão e, por outro lado, aquelas que dizem que eles não diferem em extensão⁴. Os externalismos combinatoriais fazem parte do primeiro grupo, pois sustentam que termos pejorativos têm extensão nula, enquanto suas contrapartes neutras não têm extensão nula. Dito de outra forma, contrapartes neutras são verdadeiras e pejorativos são falsos. A primeira formulação do externalismo, denominada apenas de externalismo combinatorial, está em “*The semantics of racial epithets*” (Hom, 2008). Esta versão inicial da teoria visa a explicar especificamente o caso de injúrias raciais.

De acordo com Hom, o conteúdo depreciativo de uma injúria é determinado por uma fonte externa ao termo pejorativo (Hom, 2008, p. 430). Por isso, a denominação de externalismo. Esta fonte externa é as instituições sociais do racismo, isto é, as ideologias e o

³ Neste ponto, discordo de Hom e Sennet, pois eles não fazem esta distinção que é importante, uma vez que ela permite-me mostrar a inviabilidade da extensionalidade nula.

⁴ Há uma análise detalhada disso em Hom e May (2014).

conjunto de práticas sociais (Hom, 2008, p. 430-431). As crenças que parte da população branca brasileira nutre acerca dos afro-brasileiros e as práticas de rejeição e exclusão de certos âmbitos sociais servem como exemplo do que Hom entende por instituições sociais do racismo. Dizer que afrobrasileiros são intelectualmente inferiores e, por isso, não merecem acender socialmente ou não merecem ter acesso ao ensino superior é um típico exemplo de crença negativa para com afrobrasileiros, assim como de uma prática histórica de exclusão social. Se mulato é um termo pejorativo e, de fato, ele é pejorativo⁵, então seu significado é derivado e sustentado pelas instituições sociais do racismo. Desse modo, o termo “mulato” expressa determinada propriedade negativa construída socialmente porque está conectada externa e causalmente com as instituições racistas.

Do ponto de vista linguístico, injúrias raciais são predicados complexos que expressam propriedades negativas complexas. O esquema que representa o significado de injúrias raciais tem a forma “*deve ser sujeito a esta prática discriminatória porque tem estas propriedades negativas, tudo em função de ser NPC*” (Hom, 2008, p. 431), ou seja ‘*deve ser sujeito a $p^*_1 + \dots + p^*_n$ porque tem $d^*_1 + \dots + d^*_n$, tudo em função de ser NPC**’ (Hom, 2008, p. 431), onde $p^*_1 + \dots + p^*_n$ são as prescrições deônticas derivadas do conjunto de práticas sociais; $d^*_1 + \dots + d^*_n$ são as propriedades negativas derivadas das ideologias racistas e NPC^* é o valor semântico do correlato não pejorativo da injúria⁶.

⁵ Há uma literatura detalhada sobre o surgimento do termo mulato. Para tanto, ver Lara (2012), Mattos (2006 e 2013) e Alencastro (2000). Deve-se observar que uma característica da força depreciativa é que ela pode sofrer mudanças ao longo dos tempos de acordo com as dinâmicas sociais. Nesse caso, mulato é um bom exemplo, pois é um termo que surgiu com uma força depreciativa forte, mas, nos dias de hoje, foi amplamente incorporado na cultura brasileira sem ou quase sem força depreciativa.

⁶ NPC é a abreviação para *nonpejorative correlate of the epithet*. Embora seja discutível se epítetos são sinônimos de injúrias, Hom usa estas expressões desse modo em “*The semantics of racial epithets*” (Hom, 2008).

Como exemplo, Hom cita o caso da injúria racial “*chink*”, que deprecia americanos de origem chinesa. Nesse sentido, “*chink*” expressa uma propriedade complexa e socialmente construída caracterizada como “*deve ser sujeito a altos padrões de admissão para escola superior e deve ser sujeito a exclusão de posições de chefia, e ..., por ter olhos puxados, ser desonesto, lavar dinheiro, e ..., tudo isso em função de ser chinês*” (Hom, 2008, p. 431). É importante observar que nesta versão do externalismo combinatorial não está presente, pelo menos, explicitamente, a tese da extensão nula, embora ela contenha uma explicação para o caráter depreciativo da injúria. A explicação repousa na distinção entre conteúdo depreciativo e depreciação como aplicação do conteúdo depreciativo. Uma injúria expressa um conteúdo depreciativo, mas a depreciação é ato de fala em que alguém aplica este conteúdo depreciativo a um alvo (Hom, 2008, p. 432).

Esta mesma formulação do externalismo combinatorial reaparece em “*Pejoratives*” (Hom, 2010) com o nome de externalismo combinatorial espesso. O qualificativo de espesso diz respeito ao conteúdo dos pejorativos que, além de negativos e verofuncionais, expressam a união de um fato e um valor⁷. Aqui, há três acréscimos importantes em relação à versão anterior. Em primeiro lugar, a afirmação explícita de que o conteúdo depreciativo de um pejorativo é verofuncional (Hom, 2010, p. 180). Isso já estava pressuposto na primeira formulação do externalismo combinatorial. Em segundo lugar, a possibilidade de generalizar esta teoria para outros pejorativos que não apenas injúrias raciais (Hom, 2010, p. 181). Em terceiro lugar, a distinção entre ocorrências ortodoxas e heterodoxas de pejorativos (Hom, 2010, p. 181). Como a teoria é a mesma de antes, excetuando-se estes acréscimos, limito-me a comentar a generalização e a distinção entre ocorrência ortodoxa e heterodoxa de pejorativos.

⁷ Segundo Hom (2010, p. 180), esta expressão é retirada de Williamson (2009).

Os pejorativos possuem valores semânticos espessos e sensíveis aos diferentes tipos de instituições sociais, de tal modo que a espessura e severidade deles são determinadas por tais instituições (Hom, 2010, p. 180). Para entender esta tese, é útil recorrer ao exemplo usado por Hom. A frase “Paulo *fodeu* Maria” contém um palavrão que é, como já disse acima, um tipo de pejorativo. Esta frase diz que Paulo e Maria devem ser desprezados, irem para o inferno, tratados como indesejáveis, por serem pecadores, não castos, concupiscentes, impuros, uma vez que tiveram relações sexuais (Hom, 2010, p. 181). A força depreciativa de “foder” é explicada pela espessura da propriedade prescritiva. Dadas as normas e proibições em torno do sexo antes do casamento vigentes na sociedade ocidental, maior será a força depreciativa de “foder”. No entanto, em uma sociedade na qual não há maiores restrições ou proibições ao sexo antes do casamento, menor será a força depreciativa de “foder”. As propriedades espessas e prescritivas explicam as ocorrências heterodoxas de pejorativos, mas não explicam as ocorrências ortodoxas, pois estas não contribuem para o conteúdo semântico das frases em que ocorrem. Isso significa que o esquema descrito acima não pode ser aplicado para ocorrências ortodoxas de pejorativos. Há, portanto, uma distinção entre dois tipos de ocorrências de pejorativos e, conseqüentemente, dois tipos de explicações para os seus funcionamentos.

A diferença fundamental entre ocorrências ortodoxas e heterodoxas de pejorativos é que a primeira, mas não a segunda, não contribui verofuncionalmente para o conteúdo da frase em que ocorrem (Hom, 2012, p. 384/387). Além disso, ocorrências ortodoxas não são deslocáveis⁸, ao passo que as heterodoxas são (Hom, 2012, p. 384/387). Tanto em um caso quanto no outro, a classificação depende de um critério sintático, isto é, depende da posição sintática que o termo pejorativo assume na frase⁹. Nesse

⁸ Ver o exemplo da negação abaixo.

⁹ Hom assume uma tese que não é elucidada em suas análises e que eu também não analisarei, pois foge do escopo deste texto. A tese diz que a posição de uma palavra em uma frase está diretamente relacionada com sua

sentido, as ocorrências ortodoxas são três. Um pejorativo pode ocorrer como partícula expletiva, como adjetivo ou como advérbio¹⁰. Na frase “Porra! O sócio gerente demitiu Paulo”¹¹, a expressão “porra” ocorre como uma partícula expletiva e indica um sentimento negativo de quem profere a frase para com o gerente que demitiu Paulo (Hom, 2012, p. 384). Por isso, ela não acrescenta nenhum conteúdo semântico ao resto da frase. Logo, a frase não pode ser analisada levando-se em conta algo que não ocorre, isto é, a contribuição do conteúdo semântico da partícula expletiva para a frase. Algo análogo ocorre nos casos abaixo:

- (1) O *filho da puta* do sócio gerente demitiu Paulo.
- (2) O sócio gerente demitiu Paulo *fodidamente*.
- (3) O sócio gerente demitiu o *filho da puta* do Paulo¹².

Os exemplos acima apresentam os outros dois casos de ocorrências ortodoxas de pejorativos. Nestes, os pejorativos aparecem

função sintática na mesma. Considere as frases “*I like ice cream*” e “*Friends always told me I looked like my mother, but the way I look at people made them think of my father*”. Na primeira frase, “*like*” desempenha a função de verbo, mas, na segunda frase, desempenha a função de preposição. Por quê? Porque a função desse termo depende da posição que ele ocupa na frase. Desse modo, se “*like*” é verbo, isso se deve ao fato de ele ser precedido por um sujeito e ter um complemento como subsequente. Se “*like*” é preposição, então isso se deve ao fato dela compor a expressão “*look like*”, na qual “*look*” é o verbo. Logo, “*like*” só pode ser uma preposição (*similar to*).

¹⁰ Respectivamente *expletive*, *expressive adjective* e *expressive adverb*.

¹¹ O exemplo original é “*Fuck! The managing partner fired John*” (Hom, 2012, p. 384).

¹² Os exemplos originais são: (1) *The fucking managing partner fired John*; (2) *The managing partner fucking fired John* e (3) *The managing partner fired fucking John* (HOM, 2012, p. 384). Creio, no entanto, que a grafia correta de (2) seja “*The managing partner fuckingly fired John*”. Nesse caso, (2) tem um pejorativo com ocorrência adverbial enquanto (1) e (3) têm pejorativos com ocorrência adjetivas. A tradução de (2) para o português não captura adequadamente o sentido original da frase em inglês. Em uma versão literal no português a frase diz que o sócio gerente demitiu fodidamente (de modo foda) o Paulo. Só assim temos uma ocorrência adverbial de foder no português.

como advérbio ou adjetivo e, além de serem não deslocáveis, não podem ser fixados no interior de outras expressões sem gerarem construções agramaticais¹³. Dizer que tais ocorrências de pejorativos são não deslocáveis significa dizer que seus conteúdos não são afetados pelo escopo dos operadores em que elas ocorrem, sejam extensionais, sejam intensionais (Hom, 2012, p. 385-386). Considere a negação como um exemplo para esclarecer a afirmação que pejorativos são não deslocáveis. Se digo “O *desgraçado* do Paulo não está atrasado para o trabalho”, então quero dizer que “Paulo é um bom sujeito”. Analogamente, se digo “Não é o caso que o *desgraçado* do Paulo está atrasado para o trabalho”, então também quero dizer que “Paulo é um bom sujeito”¹⁴. Logo, ainda que o pejorativo “desgraçado” ocorra no escopo da negação, ele não sofre nenhuma alteração de seu conteúdo. Além dessa característica, quando ocorrências ortodoxas de pejorativos são inseridas em construções balanceadas, não geram frases agramaticais. O mesmo vale para quando pejorativos são inseridos no interior de uma expressão. Construções balanceadas são frases construídas de tal forma que devem conter uma compatibilidade semântica e sintática das expressões envolvidas e não podem ser construídas com sinônimos e modificadores, caso contrário resultam em frases agramaticais (Hom, 2012, p. 386). Por exemplo, a frase “Paulo é tão abastado quão rico possa ser” é agramatical, mas “Paulo é tão rico quão rico possa ser” é gramatical, pois, no primeiro caso, tenho uma construção balanceada com sinônimos e no segundo, não. Agora, se introduzo um pejorativo em uma construção balanceada, o resultado não é uma frase agramatical, pois “Paulo é tão rico quão *maldito* rico possa ser” é gramatical. No que diz respeito a não fixação, o ponto relevante é que pejorativos podem ser inseridos no interior de expressões sem gerar agramaticalidade ao passo que termos não pejorativos, não. Por exemplo, enquanto

¹³ Hom apresenta a discussão sobre partícula expletiva, construção balanceada e não fixação. Estes tópicos são desenvolvidos por Potts (2008; 2009).

¹⁴ O exemplo original é “The *bastard* Kresge isn’t late for work” (Hom, 2012, p. 385).

“o-porra-de-ok” é gramatical, “o-realmente-de-ok”¹⁵ é agramatical (Hom, 2012, p. 386)

No caso das ocorrências heterodoxas é o contrário, pois elas são verofuncionais e deslocáveis. Isso significa que os pejorativos contribuem semanticamente para o conteúdo das frases que eles compõem e seus conteúdos são afetados pelo escopo dos quantificadores nos quais eles ocorrem (Hom, 2012, p. 388). Para ficar no caso da negação, as frases “Paulo não fodeu a irmã do sócio gerente” e “Paulo não é um desgraçado”¹⁶ dizem, respectivamente, “Ele nem mesmo encontrou ela” e “Ele é muito legal”. Portanto, os conteúdos dos pejorativos são afetados pela negação.

Do ponto de vista sintático, ocorrências heterodoxas de pejorativos resumem-se aos casos em que os pejorativos são nomes expressivos ou verbos. Nas frases:

(1) *Foder* é melhor do que fazer amor.

(2) Maria *fode* seu marido uma vez no ano em seu aniversário.¹⁷

as ocorrências dos pejorativos são heterodoxas porque em (1) “foder” é um verbo e em (2) um nome expressivo. Portanto, ocorrências heterodoxas resumem-se aos casos em que os termos pejorativos aparecem na posição sintática de nome ou de verbo. Agora, não parece possível que injúrias tenham ocorrências heterodoxas, pois elas nunca ocorrem como verbos nem como nomes expressivos. Como injúrias também não ocorrem como advérbios, então resta apenas a ocorrência adjetiva. Se isso está correto, então, do ponto de vista da teoria de Hom, injúrias só possuem ocorrências ortodoxas. Portanto, não são analisáveis verofuncionalmente. Na frase “Paulo é um mulato”, por exemplo, mulato não é um palavrão, mas uma injúria racial que ocorre como adjetivo.

¹⁵ O exemplo original é “o-fucking-kay” e “o-surely-kay” (Hom, 2012, p. 386).

¹⁶ No original, “John didn’t *fuck* the managing partner’s daughter” e “John is not a *bastard*”, respectivamente.

¹⁷ No original “*Fucking* is worst than making love” e “Mary *fucks* her husband once a year on his birthday”, respectivamente.

Desse modo, pode-se pensar que o critério de posicionamento sintático de Hom acomoda como ocorrência heterodoxa de pejorativos apenas palavrões. Ou ainda, observe-se que alguns palavrões podem ocorrer como verbos ou nomes expressivos, mas quase nenhuma injúria racial ou sexual ocorre como verbo ou nome expressivo¹⁸. De qualquer modo, a distinção entre dois tipos de ocorrências de pejorativos é importante porque ela indica duas análises diferentes. Uma semântica para ocorrências heterodoxas e outra não semântica para ocorrências ortodoxas. Em “*A puzzle about pejoratives*”, Hom (2012) propõe uma estratégia híbrida de análise. Para as ocorrências ortodoxas, uma abordagem griciana, isto é, uma abordagem em que elas são analisadas como implicações conversacionais. Para ocorrências heterodoxas, o externalismo combinatorial estendido. Aqui, vale a pena reconstruir os passos de Hom. Primeiro, ele formula o externalismo combinatorial e, depois, o estendido.

Como já disse acima, no caso de injúrias, o valor semântico que elas assumem é uma propriedade normativa complexa que pode ser representada como “*deve ser sujeito a tal-e-tal prática discriminatória por ter tal-e-tal propriedade estereotípica e tudo em função de ser de tal-e-tal grupo*” (Hom, 2012, p. 394) ou formalmente “para qualquer injúria D e sua contraparte neutra N , o valor semântico de D é uma propriedade semântica com a forma: *deve ser sujeito a $p^*_1 + \dots + p^*_n$ por ser $d^*_1 + \dots + d^*_n$, tudo em função de ser N^** ” (Hom, 2012, p. 394). Nessa formulação, $p^*_1 + \dots + p^*_n$ são as prescrições deônticas derivadas do conjunto de práticas racistas; $d^*_1 + \dots + d^*_n$ são as propriedades negativas derivadas externamente das ideologias racistas e N^* é o valor semântico da contraparte neutra N . Quando alguém injuria um alvo, diz que este alvo merece determinado tratamento porque possui determinadas propriedades, dado que este alvo pertence a um determinado grupo (Hom, 2012, p. 394). Além disso, o fato de os valores assumidos por $p^*_1 + \dots + p^*_n$ e $d^*_1 + \dots + d^*_n$ serem externamente determi-

¹⁸ Uma exceção é o verbo “desmunhecar”.

gados garante que o conteúdo semântico de uma injúria também seja externamente determinado. Até aqui o externalismo combinatorial aplica-se apenas às injúrias raciais, mas o objetivo é estendê-lo aos pejorativos em geral.

Antes de mostrar como a generalização é feita, devo destacar uma afirmação importante de Hom. Trata-se da primeira formulação explícita da tese da extensionalidade nula. Segundo esta tese, a extensão de injúrias raciais é sempre vazia ou nula (Hom, 2012, p. 394). Por que ela é sempre vazia? Porque ninguém merece ser tratado negativamente por possuir propriedades estereotípicas em função de sua raça, gênero e orientação sexual (Hom, 2012, p. 394). Trata-se, portanto, de um pressuposto moral. Não é muito claro, porém, porque isso garante a nulidade da extensão de injúrias raciais, pois o fato de alguém não merecer a atribuição de determinada propriedade não significa necessariamente que não possua esta propriedade. Suponha, por exemplo, que Paulo é uma pessoa solidária, prestativa e sincera. Posso dizer, portanto, que ele possui tais propriedades e que elas são positivas. Suponha, no entanto, que, por situações adversas, Paulo mente para sua esposa sobre algo muito importante ou que ele mata alguém. Nesses casos, ele não mereceria ser chamado de mentiroso ou assassino? Aqui, uma réplica pode ser feita. De acordo com ela, a discussão não é exatamente sobre o ponto que este exemplo coloca em jogo, pois nele Paulo matou ou mentiu de fato. Diferentemente, no caso da extensionalidade nula, a pessoa *não* possui a propriedade e, mesmo assim, é rotulada com um pejorativo que ela não merece. Aproximando do meu exemplo, seria o caso em que Paulo, alguém que nunca traiu sua esposa, é chamado de traidor/bígamo pelas amigas da sua esposa. É possível, porém, pensar em uma tréplica. Pense no caso de um racista que deprecia um afrobrasileiro, chamando-o de macaco. Deve-se reconhecer que, pelo menos, é discutível se o racista não crê que seu alvo possua tais predicados. Não se trata, evidentemente, de um caso em que por ter a crença segue-se a existência da propriedade atribuída, mas o contrário; dada a existência da propriedade, segue-se a crença acerca dela. Se

não fosse assim, não teriam sido implementadas inúmeras políticas de segregação racial mundo afora em função de propriedades possuídas pelos afrodescendentes. Esta tréplica segue a linha de raciocínio para a qual o alvo do pejorativo possui ou deveria possuir a propriedade a ele atribuída pelo racista. Creio que esta perspectiva é problemática, pois, se o racista estiver correto, então seu alvo possuirá a propriedade a ele atribuída. Suponha, por exemplo, que Paulo tem cabelo pixaim e que seus colegas de trabalho chamam-no “Paulo do cabelo pixaim”. Neste caso, portanto, Paulo possui a propriedade atribuída a ele. Disso se segue, no entanto, que seus colegas de trabalho estejam autorizados a destrutá-lo ou depreciá-lo? Seu chefe está autorizado a não lhe conceder uma promoção porque ele tem cabelo pixaim? Creio que aqui é necessário observar a linha divisória entre os níveis semântico e ético, pois a tendência a cruzá-la inadvertidamente é grande. Penso que estes níveis devem ser separados e abordados da perspectiva certa. Aspectos semânticos analisados semanticamente e aspectos éticos analisados com argumentos éticos. Do fato de Paulo ter cabelo pixaim, não se segue necessariamente que seu chefe esteja autorizado a negar-lhe uma promoção funcional. Este ponto da discussão é extremamente melindroso, pois toca em questões sobre o racismo para com afrodescendentes¹⁹. Pense, no entanto, em outro exemplo menos impactante para nossas crenças morais antirracistas. Suponha que Paulo é aquele tipo de colega de trabalho que não mede esforços lícitos e/ou ilícitos para obter promoções na empresa em que trabalha. Paulo mente, rouba os projetos dos seus colegas, enfim faz qualquer coisa para ser promovido. A conduta de Paulo não se restringe ao âmbito do seu trabalho, pois, em casa, com sua família, ele faz o mesmo. Dificilmente, portanto, recusaríamos o pejorativo canalha para atribuir a Paulo, pois ele parece adequar-se perfeitamente para descrevê-lo. Por que este exemplo não nos causa estranhamento moral como ocorre com macaco? A resposta, creio eu, é que muitos de nós temos convic-

¹⁹ Evidentemente que isso não acontece apenas com afrodescendentes.

ções morais que reprovam coisas como roubar projetos dos colegas a fim de obter promoção. Conseqüentemente, somos mais propensos a aceitar que o pejorativo canalha aplica-se à Paulo. Assim como no caso de macaco, no entanto, a tendência a cruzar a linha divisória entre os níveis semântico e ético é muito grande. A diferença é que aqui, mas não no caso de macaco, aceitamos a aplicação do pejorativo em função de convicções morais. O problema, portanto, é bem mais complexo do que parece à primeira vista. Não abordo isso aqui, pois, para tanto, é necessária uma discussão pormenorizada sobre o realismo moral assumido por Hom e May (Hom; May, 2013, p. 293). Independentemente disso, o pressuposto do externalismo combinatorial, que garante a nulidade da extensão de mulato e a não nulidade de afrobrasileiro, é um pressuposto moral. A conexão entre as dimensões semântica e moral é inexplorada por Hom neste artigo e é abordada com um pouco mais de detalhes em “*Moral and semantic innocence*” (Hom; May, 2013).

Retornando ao ponto sobre a generalização, como ela se dá? A resposta de Hom é que ‘para quaisquer termos pejorativos D com n -lugares e suas contrapartes neutras N com n -lugares, o valor semântico de D é uma relação complexa de n -lugares com a forma “ $\lambda x [x \text{ deve ser sujeito a } p^*_{1} + \dots + p^*_{n} \text{ por ser } d^*_{1} + \dots + d^*_{n}] (y_1) \bullet \dots \bullet \lambda x [x \text{ deve ser sujeito a } p^*_{1} + \dots + p^*_{n} \text{ por ser } d^*_{1} + \dots + d^*_{n}] (y_m)$, tudo em função de ser $N^* (y_1, \dots, y_m)$ ” (Hom, 2012, p. 394). Nesse esquema, y_1, \dots, y_m são os indivíduos alvo de D ; $p^*_{1} + \dots + p^*_{n}$ são prescrições deônticas derivadas externamente de instituições sociais relevantes que sustentam D ; $d^*_{1} + \dots + d^*_{n}$ são as propriedades negativas derivadas externamente de ideologias relevantes das instituições e N^* é o valor semântico da contraparte neutra N . Este esquema pode ser usado para representar o verbo “foder” que aparece na frase “Paulo fodeu Maria”, por exemplo. Nesse caso, tem-se: $\lambda x [x \text{ deve ser sujeito a } p^*_{1} + \dots + p^*_{n} \text{ por ser } d^*_{1} + \dots + d^*_{n}] (y_1) \bullet \lambda x [x \text{ deve ser sujeito a } p^*_{1} + \dots + p^*_{n} \text{ por ser } d^*_{1} + \dots + d^*_{n}] (y_2)$, todos em função de ser $N^* (y_1, y_2)$ (Hom, 2012, p. 395).

No esquema acima, y_1 e y_2 são os indivíduos na relação de dois-lugares foder; p^*_1 e p^*_n são prescrições deônticas; d^*_1 e d^*_n são as propriedades ideológicas relacionadas a normas relativas ao sexo antes do casamento de instituições sociais como a religião judaico-cristã e N^* é o valor semântico da contraparte neutra “ter relação sexual”. Dado isso, afirma Hom, dizer que Paulo fodeu Maria é dizer que eles merecem ser desprezados por manterem relações sexuais antes do casamento um com o outro (Hom, 2012, p. 395).

A análise acima possui dois méritos. Primeiro, ela explica a força depreciativa do termo “foder”, uma vez que o significado da propriedade complexa é determinado pelas instituições sociais. Segundo, ela explica a normatividade imbricada na propriedade complexa. No esquema, a normatividade aparece como abstração lambda (λ). Com isso, a normatividade é representada como *inadmissibilidade- λ* , que também é derivada dos valores sociais, os quais explicam a força depreciativa de termos como “foder”.

3. Externalismo estendido e falha da generalização

Como ficou claro acima, Hom formulou o externalismo combinatorial, primeiramente, para explicar injúrias raciais. Posteriormente, ele foi ampliado, em dois momentos diferentes²⁰, para explicar os pejorativos, que é o conjunto formado por injúrias mais ofensas e palavrões. Logo, se a generalização funciona, ela deve dar conta de casos envolvendo ofensas e palavrões também. Aparentemente, a teoria funcionou para os palavrões. Basta lembrar do exemplo com o verbo “foder”.

Sennet e Copp, porém, afirmam que a generalização do externalismo combinatorial para os pejorativos não procede (Sennet; Copp, 2014, p. 1100). Supostamente, esta seria a razão em função da qual Hom abandonou suas teorias anteriores e propôs a inocência semântica juntamente com May. Aqui, penso que o movimento teórico, por assim dizer, é um pouco mais complexo. Imediatamente após generalizar o externalismo combinatorial, Hom

²⁰ A primeira formulação está em Hom (2008), depois em Hom (2010; 2012).

percebeu que injúrias não poderiam ser analisadas verofuncionalmente, pois elas têm ocorrências ortodoxas. Logo, elas só podem ser analisadas enquanto implicaturas convencionais. Isso é uma mudança significativa em relação à primeira formulação do externalismo combinatorial para a qual injúrias são analisadas verofuncionalmente. Se isso está correto, então injúrias são colocadas em uma perspectiva de análise que parece insatisfatória. Se foi ou não, de fato, por isso ou por causa da falha de generalização que Hom abandonou seus externalismos não importa, pois a pertinência da crítica de Sennet e Copp não depende da razão em função da qual os externalismos foram abandonados. Segundo a falha de generalização, o externalismo não generaliza porque não se aplica para certos pejorativos. Este é o caso do termo “*honkey*”, que é um pejorativo para depreciar americanos brancos. Portanto, uma injúria racial. Em “*The Racial Slur Database*”²¹, são descritas quatro origens possíveis para este termo. Uma é que ele derivou do nome de um tipo de música *country* chamada “*Honky Tonk*”. Outra explicação para sua origem diz que ele é derivado de “*Hunky*” e “*Bohunk*”, ambas expressões para referir-se aos imigrantes Eslovacos e Húngaros. Uma terceira explicação para a origem de *honkey* diz que ele derivou da palavra “*Hong*” que, na língua *Wolof*, significa vermelho ou rosa e era usada para referir-se a pessoas brancas. Por último, “*honkey*” pode ter derivado do fato que, nos anos vinte, no *Harlem*, os homens brancos buzonavam (*honking*) as buzinas (*horns*) dos seus carros para chamar as prostitutas. Seja qual for a origem da palavra, no passado, ela foi usada para depreciar homens brancos. Atualmente, porém, não existem instituições racistas para com brancos que sustentem o significado de “*honkey*”. Se o significado de um termo é derivado de instituições sociais, então é necessário que existam tais instituições. No entanto, se elas não existem, segue-se que o termo não tem significado. Logo, é isso que se passa com *honkey*. Portanto, dada a teoria de Hom, “*honkey*” é carente de significado. Como há, pelo menos, um termo

²¹ Disponível em <http://www.racialslurs.com>.

para o qual a teoria não fornece explicação, então ela não pode ser generalizada.

Creio que o argumento acima é plausível, mas Sennet e Copp ignoram um aspecto importante do externalismo combinatorial estendido. Pejorativos possuem dez propriedades importantes. Eles possuem força expressiva, variabilidade da força depreciativa, proibitividade, variabilidade histórica, variabilidade sintática, infabilidade, o problema da dedução, restrição à construção balanceada, restrição a não fixação e a dicotomia de conteúdo. Estas propriedades são apresentadas e explicadas por Hom em *“Pejoratives”* (Hom, 2010). Elas são distinguidas em três grupos. As quatro primeiras visam a descrever as propriedades complexas e expressivas dos pejorativos. A quinta e a sexta descrevem propriedades sintáticas e semânticas e as últimas descrevem problemas que surgem para os pejorativos (Hom, 2010, p. 164). A importância dessas características é que elas servem como um critério de adequação para teorias dos pejorativos. Desse modo, seja uma teoria semântica seja uma teoria não semântica, ela deve levar em conta estas características sob pena de fracasso explicativo. Aqui, recorro às quatro primeiras características para mostrar como não é um problema o fato de um termo pejorativo perder sua força depreciativa.

A força expressiva é a característica segundo a qual termos pejorativos expressam atitudes psicológicas negativas de quem os enuncia. A força depreciativa, por sua vez, pode variar de pejorativo para pejorativo. Alguns podem ter uma força depreciativa maior ou mais intensa que outros. O termo “droga” tem menor força depreciativa que “filho de uma puta”, por exemplo. Dois fatores contribuem para compreender a proibitividade de pejorativos. Por um lado, o grau de formalidade do contexto em que o pejorativo é enunciado. Pense, por exemplo, na diferença que existe entre gritar “filho de uma puta” em um campo de futebol brasileiro e em uma igreja. Por outro lado, também é importante a força expressiva do pejorativo enunciado. Em determinados contextos, dizer “porra” não tem uma força expressiva significativa. Isso é o

caso, por exemplo, de dizer-se esta palavra em uma mesa de bar durante uma rodada de discussão entre amigos sobre determinado assunto. Mas a característica relevante para a crítica de Sennet e Copp é a variabilidade histórica. A força depreciativa de pejorativos pode variar com o tempo e de acordo com as mudanças sociais das instituições que as sustentam. Dois exemplos significativos são os termos “mulato” e “sapatão”. O primeiro surgiu no período escravagista²², com uma carga altamente depreciativa para distinguir os mestiços com determinados direitos e privilégios dos mestiços sem direitos e privilégios. Com o passar dos anos e com as mudanças sociais, esta expressão perdeu muito de sua força depreciativa e foi incorporada no vocabulário brasileiro contemporâneo quase desprovida de força depreciativa. No caso de “sapatão”, é o contrário²³. O termo surgiu por volta da década de setenta e rapidamente adquiriu uma força depreciativa para injuriar lésbicas e mantém sua força depreciativa até os dias de hoje. Os exemplos citados por Hom (2010, p. 166) são “*wetback*” e “*beaner*”, ambos pejorativos para depreciar latinos, cuja força depreciativa aumentou muito nos últimos anos por causa do aumento da influência dos latinos nos Estados Unidos da América. Dado isso, se “*honkey*” perdeu sua força depreciativa nos dias de hoje porque não existem instituições sociais que sustentem seu significado, então isso não é um problema para o externalismo combinatorial, pois ele não apenas suporta como explica esse tipo de dinâmica no significado das expressões. Desse modo, a falha na generalização não é uma crítica procedente.

Há, no entanto, outro problema que considero mais premente para o externalismo combinatorial estendido. Trata-se da inexistência de contrapartes neutras para determinados pejorativos. A explicação extensionalista combinatorial do significado de pejorativos necessita da contraparte neutra destes, pois, só assim, tem-se um termo com extensão nula e outro com extensão não nula. Exis-

²² Para maiores detalhes ver Lara (2012).

²³ Ver Mott (1987).

tem certos pejorativos, no entanto, que não possuem contrapartes neutras. Por exemplo, qual a contraparte neutra de “idiota”, “filho da puta” ou “pau no cu”? Não se trata de um termo que expresse o significado contrário ao termo pejorativo, mas que seja neutro tal como ocorre com “mulato” e “afrobrasileiro” e “foder” e “ter relações sexuais”. Na falta de uma contraparte neutra, a explicação combinatorial fica comprometida, uma vez que existe o termo pejorativo sem que exista a contraparte neutra correlata. No esquema usado por Hom, o correlato neutro aparece no final da fórmula. No esquema para representar o pejorativo “foder”, por exemplo, N^* representa o valor semântico do correlato neutro “ter relação sexual”. Este sempre terá um valor semântico verdadeiro, ao passo que seu correlato pejorativo sempre terá um valor semântico falso. Assim, se estamos analisando o pejorativo filho da puta, N^* representará o valor semântico do correlato neutro de filho da puta. Mas, neste caso, ele não existe. Dada a tese da extensionalidade neutra, o correlato neutro sempre será verdadeiro. Se, porém, não existe correlato neutro, ele não terá uma extensão falsa nem carente de valor semântico, mas será apenas e tão somente inexistente. Consequentemente, a extensionalidade neutra fica comprometida. Este parece ser um problema mais grave que a falha de generalização para o externalismo combinatorial estendido, uma vez que invalida a tese da extensionalidade nula que é central na explicação combinatorial.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOM, Christopher. The semantics of racial epithets. *The Journal of Philosophy*. v. 105, n. 8, 2008, p. 416-440.

HOM, Christopher. Pejoratives. *Philosophy Compass*. v. 5, n. 2, 2010, p. 164-185.

HOM, Christopher. A puzzle about pejoratives. *Philosophical Stud.* n. 159, 2012, p. 383-405.

HOM, Christopher; MAY, Robert. Moral and semantic innocence. *Analytic Philosophy.* v. 54, n. 3, 2013, p. 293-313.

HOM, Christopher; MAY, Robert. The inconsistency of the identity thesis. *Protosociology.* v. 31, 2014, p. 113-120.

LARA, Sílvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.* São Paulo: Alameda, 2012. p. 71-93.

MATTOS, Hebe. “Pretos” and “Pardos” between the cross and the sword: racial categories in seventeenth century Brazil. *Revista Europa de Estudios Latinoamericanos y del Caribe.* n. 80, 2006, p. 43-55.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio.* Campinas: Unicamp, 2013.

MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

POTTS, C. Conventional implicature and expressive content. In: MAIENBORN, C.; HEUSINGER, K. von; PORTENER, P. *Semantics: an international handbook of natural language meaning.* Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

POTTS, C. *et al.* Expressives and identity conditions. *Linguistic Inquiry.* v. 40, n. 2, 2009, p. 356-366.

SENNET, Adam; COPP, David. What kind of a mistake is it to use a slur? *Philosophical Studies.* v. 172, n. 4, 2014, p. 1079-1104.

THE RACIAL SLUR DATABASE. 1999. Disponível em: <<http://www.racialslurs.com/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

WILLIAMSON, Timothy. Reference, inference and the semantics of pejoratives. In: ALMONG, J; LEONARDI, P. *The philosophy of David Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 137-158.

Artigo recebido em 30/07/2015, aprovado em 22/01/2016

ENTRE O DIZER E O MOSTRAR: WITTGENSTEIN SOBRE A ÉTICA E OS VALORES

Vinicius de Faria dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Bolsista CAPES

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 93-119

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Viso neste artigo formular argumentos a partir do Primeiro Wittgenstein sobre a indizibilidade dos valores éticos tal qual exposto no *Tractatus Logico-philosophicus* e em sua *Lecture On Ethics*. Para tanto, far-se-á necessário remontar à defesa da autonomia da lógica e da linguagem frente aos fatos do mundo assim como à distinção, fundamental à filosofia do autor, entre *dizer* e *mostrar*. O objetivo será esclarecer, ao fim deste estudo, que os valores absolutos residem no “Místico” e, portanto, são indizíveis. Assim, às tentativas de teorização, quer morais ou éticas, é elucidado o completo *nonsense* e prescrito o silêncio absoluto.

Palavras-chave: Wittgenstein; Ética; *Tractatus*.

Abstract: In this paper, I aim to formulate arguments from the First Wittgenstein on inexpressibility of the ethical values as presented on *Tractatus Logico-philosophicus* and his *Lecture On Ethics*. For this, it will be necessary to refer to the defense of the autonomy of logic and language before the facts of the world, as well as to the distinction, fundamental to the author’s philosophy, between *saying* and *showing*. The purpose will be to clarify, at the end of this study, that absolute values reside in the “Mystic” and, therefore, are inexpressible. So, it is elucidated the complete nonsense and prescribed absolute silence to either moral or ethical theories.

Keywords: Wittgenstein; Ethics; *Tractatus*.

Toda minha tendência – e creio que a de todos aqueles que tentaram alguma vez escrever ou falar de Ética ou Religião – é correr contra os limites da linguagem. Esta corrida contra as paredes de nossa jaula é perfeita e absolutamente desesperançada. A Ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o absolutamente bom, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência. O que ela diz nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento, mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente e que por nada neste mundo ridicularizaria.
(Wittgenstein, 1968, p. 14)

1. Valor relativo e valor absoluto

Uma das escassas fontes do pensamento wittgensteineano acerca da Ética e dos valores é sua *Lecture on Ethics*¹, proferida em novembro de 1929, à sociedade dos “Hereges”, em Cambridge, a convite de C.K. Ogden, a única conferência “popular” que realizou em toda a sua vida (Monk, 1995, p. 253). Curiosamente, nela Wittgenstein nada diz acerca dos problemas morais ou mesmo apresenta qualquer teoria ética, antes pretende “mostrar por que considera *todos os discursos* sobre o que é bom do ponto de vista moral como *desprovidos de sentido*” (Haller, 1991, p. 46). Há que se notar o comprometimento com os aforismos do *Tractatus Logico-Philosophicus*², a alguns dos quais oportunamente farei menção.

Em sua acepção clássica, “Ética” é a investigação sobre o que é bom³. Ato contínuo, tal disciplina tem por objeto os valores, sua expressão e alcance. Nesse sentido, comecemos por distinguir dois sentidos de “valor”:

¹ Doravante referida como *LE*. Todos os trechos aqui traduzidos são de autoria do prof. Darlei Dall’Agnol, muito embora eu os tenha referenciado na edição original, em inglês. Cf. Wittgenstein, 1968. (Tradução para o português, cf. Dall’Agnol, 2005, p. 206-221.)

² Doravante referido como *TLP*. Cf. Wittgenstein, 1991.

³ Esta definição, Wittgenstein a toma de Moore: “Muitos filósofos éticos estão dispostos a aceitar como uma definição adequada de Ética a afirmação de que ela trata da questão do que é bom ou mau na conduta humana” (Moore, 1998, p. 100).

(1) Um valor é *relativo* quando referente aos fatos do mundo, quer dizer, quando o enunciamos com relação a algum fim determinado ou “no contexto de um quadro de avaliação” (Haller, 1991, p.46). Visto assim um objeto é dito “bom” apenas quando serve para um propósito predeterminado e essa palavra aqui tem somente significado na medida em que tal propósito tenha sido previamente fixado. Uma boa cadeira, por exemplo, pode ser proposicionalmente descrita como “aquela que melhor se presta ao fim almejado, a saber, sentar confortavelmente”.

Os predicados de valor relativo são atribuídos a proposições com referência à relação entre meios e fins, o que possibilita, sem prejuízo semântico algum, traduzi-los (os juízos de valor) em enunciados sobre o mundo ou estados de coisas possíveis, cuja forma lógica pode ser explicitada via uma adequada análise⁴.

Uma vez formuladas como enunciados sobre fatos, as ditas proposições podem receber valor de verdade, sendo verdadeiras se seu conteúdo for o caso e falsas se não o forem⁵. Aqui, o conceito lógico de proposição é tomado como consequência da noção ontológica de “mundo”.

O TLP se inicia com a afirmação realista⁶ de que o mundo é tudo o que é o caso⁷. Em suma, o que é o caso é a totalidade dos

⁴ “Por exemplo, quando afirmamos que este homem é um bom pianista, queremos dizer que pode tocar peças de um certo grau de dificuldade com um certo grau de habilidade. Igualmente, se afirmo que para mim é *importante* não resfriar-me quero dizer que apanhar um resfriado produz em minha vida certos transtornos descritíveis e se digo que esta é a estrada *correta* significa que é a estrada correta em relação a uma certa meta. Usadas desta forma, tais expressões não apresentam problemas difíceis ou profundos. Mas isto não é o uso que delas faz a Ética” (LE, p. 5).

⁵ Evidentemente Wittgenstein assume uma posição correspondencial de verdade, cujo pressuposto ontológico será logo abaixo explicitado. Ademais disso, pormenorizarei este aspecto no tópico “Juízos de fato e juízos de valor”.

⁶ Defino, aqui, “realismo” como a tese de acordo com a qual os fatos são os constituintes do mundo, independente da mente que os percebe. Frege, Russell e Wittgenstein identificaram-nos com *proposições verdadeiras*: “Russell e Wittgenstein logo passaram a compreender os fatos como aquilo que torna verdadeiras as proposições (quando são verdadeiras). Assim como Moore,

fatos, não das coisas⁸ ⁹. Os fatos (ou estados de coisas) são figurados por proposições, caso se respeite as regras sintáticas de composição de sentido, o “espaço lógico”, tautológicas, que nada dizem a respeito do mundo uma vez que transcendentais. Os estados de coisas são compostos de objetos simples¹⁰, os quais, por sua própria natureza, podem se combinar com outros objetos simples e formar complexos. É essa relação combinatória que é descrita pela proposição. Ou seja, uma proposição descreve as combinações de objetos simples, os componentes últimos da realidade, a substância do mundo; daí entendermos que toda proposição é uma *figuração* de um estado de coisas. Um ponto interessante é que os objetos, eles mesmos, não podem ser ditos, já que as figurações descrevem relações combinatórias, ou seja, dizem o *como* os objetos simples estão organizados em estados de coisas, e não o *que* são os objetos simples.

Mas o que é o “espaço lógico”?

Considere-se o aforismo 2.012: “Na lógica, nada é casual: se a coisa *pode* aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejulgada na coisa”.

É contingente que haja tais e tais estados de coisas na realidade. Uma combinação dos objetos poderia assumir outras tantas configurações sem que isso implicasse quaisquer contrassensos lógicos¹¹. Wittgenstein nega que a lógica possa determinar os fatos que

Russell [e o primeiro Wittgenstein] tratavam um fato como um complexo de entidades (“conceitos” ou “termos”), que subsiste de modo atemporal, independentemente de ser pensado por alguém: o fato de que Sócrates é mortal consiste no filósofo e na propriedade de ser mortal. Em sua fase atomista, Russell analisava o mundo em termos de seus ‘fatos atômicos’, constituídos de indivíduos simples, que incluem ‘particulares’, suas qualidades e relações” (Glock, 1998, p. 158).

⁷ TLP 1: “O mundo é tudo o que é o caso”.

⁸ TLP 2: “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”.

⁹ TLP 1.1: “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”.

¹⁰ TLP 2.01: “O estado de coisa é uma ligação de objetos”.

¹¹ TLP 1.21: “Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanecer na mesma”.

existem no mundo, pois ela não trata do que é acidental, mas *necessário*. Não é necessário, por exemplo, que Sócrates tenha sido o professor de Platão. Entretanto, há um âmbito de possíveis estados de coisas em que Sócrates poderia se encaixar: seria *nonsense* afirmar que Sócrates voa, ou que Sócrates era azul. Quais estados de coisas são efetivamente reais não é questão de lógica, porém quais estados de coisas são *possíveis* o é. Que Sócrates tenha sido ou não o professor de Platão é questão de fato, mas que ele tenha sido ou uma coisa ou outra é questão de lógica.

Conforme esclarece o prof. Mounce, “dizer que o mundo é uma totalidade de coisas seria omitir que as coisas se combinam umas com as outras. As coisas existem somente nos fatos. Com efeito, em quais fatos uma coisa *pode* se combinar está predeterminado; isto está inscrito na natureza da coisa” (1981, p. 18). O espaço lógico, portanto, é o conjunto de regras lógicas que circunscrevem as possibilidades de conformação dos objetos, quer dizer, as possibilidades dos estados de coisas¹².

Os objetos, tal qual os elos de uma corrente (TLP 2.03), se encaixam de modo a possibilitar os fatos e, conseqüentemente, uma adequada figuração das proposições¹³.

¹² TLP 2.0121c: “O que é lógico não pode ser meramente possível. A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus”.

¹³ Gabriel Galli fornece, em defesa do pressuposto ontológico da existência necessária dos objetos simples, a explicação de que “isso influencia diretamente na tese da análise completa da proposição, que implica na necessidade de que a análise tenha fim. O mundo é determinado, no sentido de possuir elementos (objetos indivisíveis, não-complexos). Se a análise fosse infinita, isso implicaria que não há elementos e, então, não poderíamos falar do mundo, pois, grosseiramente, não haveria do que se falar (tal como Wittgenstein está entendendo o “falar com sentido”); poderíamos sempre analisar mais a proposição. [...] Não se deve, porém, confundir a afirmação de que a análise é infinita com a de que há um número infinito de elementos. Afirmar a existência de infinitos elementos não implica que a análise é infinita, ao contrário. Dizer que há elementos já implica que a análise possui um fim, ainda que os elementos das proposições elementares sejam infinitos. Se a análise não tivesse fim, o valor de verdade de uma proposição dependeria

Em conclusão, o mundo consiste nos fatos *no espaço lógico* (TLP 1.13), ou seja, na totalidade dos fatos, os quais se compõem de objetos (sempre simples) que se combinam entre si de um determinado modo (TLP 1.12 e 1.2) e a realidade é composta pela existência e a inexistência dos estados de coisas (TLP 2.06 e 2.063).

Importa, para o meu presente propósito, destacar que os estados de coisa são contingentes. E isto implica, dado que a proposição figura estados de coisas, que uma proposição pode descrever verdadeira ou falsamente um estado de coisas, já que é da natureza dos estados de coisa ser contingente. É justamente esta possibilidade de se dar ou não dos estados de coisas que caracteriza a bivalência da proposição¹⁴: uma proposição será verdadeira se figurar adequadamente um estado de coisas existente, caso contrário será falsa. Assim se determina o valor de verdade das proposições.

Wittgenstein entende que as proposições estão vinculadas com a realidade¹⁵. Isto porque o sentido da proposição está intrinsecamente ligado à sua propriedade de poder ser verdadeira ou falsa – ainda que o sentido não se vincule a qualquer valor de verdade (TLP 2.221 e 3.142). Quando enunciamos valores relativos não adentramos no domínio da Ética. Basta analisarmos logicamente para explicitar que tais termos que parecem referir valores expressam, em sua essência, descrições de fatos, contingentes, portanto. Lembremos casos corriqueiros, como, por exemplo, acidentes automobilísticos ou crimes comuns. Todos ouvimos diversos juízos aparentemente de valor sobre eles. Inegável é que, se adequa-

de outras proposições, e assim *ad infinitum*. A conclusão é que nunca estaríamos falando do mundo” (Galli, 2011, p. 66).

¹⁴ Também denominada *tese da bipolaridade da proposição* – ter sentido é a *possibilidade* de ser V ou F, o que tem de estar decidido *antes* da consideração de qualquer fato *efetivo*.

¹⁵ TLP 4.03: “Uma proposição deve comunicar um novo sentido com velhas expressões. A proposição comunica-nos uma situação: deve, pois, estar *essencialmente* vinculada à situação”.

damente analisadas, tais proposições se limitam a descrever estados de coisas, isto é, fatos, o que não são objeto da Ética. O próprio Wittgenstein nos propõe a seguinte imagem:

[...] suponham que alguém de vocês fosse uma pessoa onisciente e, por conseguinte, conhecesse todos os movimentos de todos os corpos animados ou inanimados do mundo e conhecesse também os estados mentais de todos os seres que tenham vivido. Suponham, além disso, que este homem escrevesse tudo o que sabe num grande livro. Então tal livro conteria a descrição total do mundo. O que quero dizer é que este livro não incluiria nada do que pudéssemos chamar juízo *ético* nem nada que pudesse implicar logicamente tal juízo. Conteria, certamente, todos os juízos de valor relativo e todas as proposições científicas verdadeiras que se pode formar. Mas, tanto todos os fatos descritos como todas as proposições estariam, digamos, no mesmo nível. Não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais. (Wittgenstein, 1968, p. 7)

(2) Um valor é *absoluto* (ou *ético*) quando não relativo, i.e., quando atribuído com vistas a si próprio, não em relação aos fatos. O que tem absolutamente valor tem *necessariamente* valor, não o tem por acaso, não pode ser um fato que o tenha¹⁶. Logo, nenhuma proposição pode, com sentido, dizer ou negar que o tenha. Tais tipos de enunciados são elusivos, pois não são fatos que possam constituir ou implicar logicamente um juízo de valor como, por exemplo, “você deve ser honesto”. Daí se segue a conclusão de que “no mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há *nele* nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim Pois todo acontecer e ser-assim é casual” (TLP 6.41b).

É um equívoco pretendermos algum sentido ao falarmos sobre a Ética, pois “nossas palavras, usadas tal como fazemos na ciência, são recipientes capazes apenas de conter e transmitir significado e

¹⁶ “O bom absoluto, se é um estado de coisas descritível, seria aquele que todo o mundo, independentemente de seus gostos e inclinações, realizaria *necessariamente* ou se sentiria culpado de não fazê-lo” (Wittgenstein, 1968, p. 8).

sentido *naturais* [...]”¹⁷. E esse é o único modo de usar as palavras com sentido. Cabe considerar duas objeções.

O *factualista* ético (ou *naturalista* ético) poderia objetar que se o mundo consiste nos fatos e tudo o que há são fatos, então poderíamos, com efeito, encontrar entre eles também algum que nos permita dizer que “*x* é bom” ou “*x* deve ser feito”. Quais as garantias que temos para negar que as referências dos predicados “bom” e “mau” não sejam identificadas com os padrões de comportamento ditos morais pelas diversas sociedades, de modo a possibilitar descrevê-las como fatos que os membros de tais sociedades reconhecem e em função dos quais orientam suas ações? “Bom” e “mau” não poderiam servir apenas para caracterizar condutas socialmente aceitas ou rejeitadas, respectivamente?

Wittgenstein, no TLP, insiste reiteradamente na distinção entre os valores relativos e absolutos (ou morais). Uma vez reconhecida a referência contingente dos juízos de valor relativos poderíamos rejeitar que o dever ser ético pode ser reduzido por um dever ser condicionado, por exemplo, “um dever ser determinado pelas boas razões em favor do comportamento convencional” (Haller, 1991, p. 49). Se há valores éticos, eles não poderiam ser originados pelo arbítrio da convenção social.

Um *consequencialista* ético poderia argumentar que os valores absolutos são atribuídos em função das consequências de nossas ações – sendo a boa ação a que visa resultar em boas consequências e a má a que visa resultar em más consequências – ao que é possível contestar ressaltando a completa contingência do mundo frente à vontade a partir do aforismo TLP 6.422:

O primeiro pensamento que nos vem quando se formula uma lei ética da forma “você deve...” é: e daí, se eu não o fizer? É claro, porém, que a ética nada tem a ver com a punição e recompensa, no sentido usual. Portanto, essa questão de quais sejam as *consequências* de uma ação não deve ter importância. – Pelo menos, essas consequências não pode ser

¹⁷ Wittgenstein, 1968, p. 6. Elucidarei esta tese mais detidamente no tópico subsequente.

eventos. Pois há decerto algo de correto nesse modo de formular a questão. Deve haver, na verdade, uma espécie de recompensa ética e punição ética, mas elas devem estar na própria ação.

Caberá demonstrar por que os enunciados da Ética não podem ser proposições, ou seja, não figuram estados de coisas (e por isso não têm sentido), já que parecemos enunciar juízos de valor de modo significativo. Neste ponto específico a visão Wittgenstein se distingue da noção cientificista da Ética, que assume como pressuposto a relação interna entre Fato e Valor. É esta pressuposição de toda tentativa de fundamentar a ética que será questionada a partir dos aforismos de Wittgenstein. Formulemos o argumento em questão de modo mais explícito:

- (1) A Ética trata dos juízos de valor absoluto.
 - (2) Nenhum juízo de valor absoluto, ou juízo ético, pode ser ou implicar qualquer estado de coisas;
 - (3) A linguagem apenas pode ser empregada para figurar fatos;
- Logo, nenhum valor ético ou juízo ético pode ser expresso verbalmente.

2. Juízos de fato e juízos de valor

Assumindo-se as premissas – a saber, de que o mundo consiste na totalidade dos fatos e a de que a Ética não trata dos valores relativos aos fatos, uma vez que são contingentes, mas dos absolutos – cabe perguntar: qual o *objeto* da Ética? Contra o *ceticismo* ético, haverá a possibilidade da existência dos valores?

O valor ético não pode ser *dito*. A Ética, à semelhança do espaço lógico, é *transcendental* (TLP 6.13 e 6.421). Estas disciplinas – Lógica e Ética – “tentam expressar [sem sentido, *Unsinnig*] aquilo que não poderia ser de outra forma, as ‘precondições do mundo’” (Glock, 1998, p. 143). Para indicar o que entende por “valor ético” e ressaltar a absoluta indizibilidade dele, Wittgenstein fornece uma série de exemplos, estritamente individuais e que nós devemos substituir por vivências próprias de modo a compreender o proble-

ma em causa. O primeiro deles é a experiência *mística* de assombro ante à existência do mundo – “O Místico não é *como* o mundo é, mas *que* ele é”¹⁸. O segundo, é a experiência estoica da certeza absoluta – “Aconteça o que acontecer, estou seguro, nada pode prejudicar-me” (Wittgenstein, 1968, p. 9). O terceiro e último exemplo é a experiência da culpa, que Wittgenstein explica como a “desaprovação divina de uma conduta pessoal [“absurdos”, *Sinnloss*]”.

Wittgenstein reconhece que cada exemplo pode se apresentar de forma distinta para cada pessoa, pois há diversidade de experiências. Todavia a *Ética* não perde por isso seu caráter absoluto, visto que qualquer exemplo que busca mostrar o valor absoluto só tem significado sob a *perspectiva da primeira pessoa*, e tem o mesmo significado¹⁹. Até aqui, precisamos ter claro que há um sentido em que a *Ética* não pertence ao mundo, a saber, como valor absoluto.

Conforme o filósofo reafirmou diversas vezes, o TLP pode ser compreendido como uma tentativa de salvar o domínio da *Ética* do relativismo intrínseco ao mundo. Para Wittgenstein, dizer que a *Ética* não pertence ao mundo implica em assumir a impossibilidade de uma fundamentação teórica da mesma. Isso se dá porque é impossível *dizer* algo sobre a *Ética*. Chegamos ao núcleo da argumentação desenvolvida no presente artigo, pelo que cabem diversos esclarecimentos.

Partamos dos conceitos de “figuração” e “forma de afiguração” (ou “forma lógica”). Wittgenstein os define como o fato de “estarem seus elementos [os objetos simples] uns para com os outros de uma determinada maneira” (TLP 2.14) e a “possibilidade de que as

¹⁸ TLP 6.44. Em *LE*, o filósofo austríaco contrasta o sentido de “como” e “que”, retomando a distinção valor relativo/absoluto: “Dizer ‘Assombro-me de que tal ou tal coisa seja como é’ somente tem sentido se posso imaginá-la não sendo como é [...] Mas carece de sentido dizer que me assombro da existência do mundo porque não posso imaginá-lo como não existindo” (Wittgenstein, 1968, p. 9).

¹⁹ Esclarecerei esta afirmação no tópico que se segue.

coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração” (TLP 2.151). Uma proposição é uma figura lógica (*Bild*) que reflete a realidade, verdadeira ou falsamente, tendo sempre em vista que a relação entre seus elementos constituintes representa a relação entre os elementos do estado de coisas que representa. Dito de outro modo, ela figura um fato na medida em que é constituída por elementos cada um dos quais refere a algo no mundo. Assim, por exemplo, em “A caneta está sobre a agenda” cada um desses substantivos – “caneta”, “agenda” – denota um objeto, o termo “sobre”, uma relação entre eles e a frase como um todo, refere um fato. Basta rearranjarmos os termos para que o sentido da proposição mude drasticamente, figurando outro estado de coisas, como “A agenda está sobre a caneta”.

Essa possibilidade de vinculação entre a figuração e o conteúdo figurado pode ser entendida sob a forma de uma condição: se o figurado (o estado de coisas) for constituído por n objetos organizados da forma x , então a proposição, para figurar tal fato, deverá ser constituída por n elementos organizados da forma x . Ou seja, deve haver algo em comum entre figura e figurado: sua forma lógica ou forma de afiguração²⁰.

Isso implica que para afirmar que uma proposição é verdadeira só é necessário determinar em que circunstâncias a chamo de verdadeira: assim se determina o sentido da proposição. O sentido (possível) é *anterior* aos fatos (efetivos), anterior ao valor de verdade²¹. Assim, se uma proposição figura um estado de coisa,

²⁰ TLP 2.18: “O que toda afiguração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurar-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade”.

²¹ “O sentido de uma proposição é ‘aquilo que ela representa’, a saber, um ‘estado de coisas’ ou ‘situação’ possível, uma combinação de objetos que pode ou não se dar, conforme a proposição seja verdadeira ou falsa. O sentido de uma proposição não é nem um objeto que a ela corresponde, um pensamento fregeano, nem o modo de apresentação de um valor de verdade, mas antes uma possibilidade, uma combinação potencial de objetos que não precisa necessariamente realizar-se. [...] Para que se possa decidir se uma proposição é verdadeira, seu sentido deve estar determinado; para compreender seu

dada as condições necessárias para isso (a mesma forma lógica) e se o que a proposição figura é sempre algo contingente, então ela própria é contingente.

O conceito de forma de afiguração implica, por sua vez, a relação afiguradora – que se dá entre proposição e estado de coisas. A relação afiguradora “consiste nas coordenações entre os elementos da figuração [os *nomes*, em sentido lógico] e as coisas [os objetos simples]” (TLP 2.1514). Não há como se falar em valor de verdade nem em sentido fora de tal relação²². Nesse sentido, por exemplo, uma proposição jamais poderá ser verdadeira *a priori*, pois não podemos falar em qualquer valor de verdade, sem que já estejamos dentro da relação afiguradora – não podemos falar em verdade, se não pudermos falar em falsidade. Em suma, só há sentido se houver bivalência, ou seja, se a proposição puder ser verdadeira ou falsa:

[...] para poder dizer: ‘p’ é verdadeira (ou falsa), já devo ter determinado em que circunstâncias chamo ‘p’ de verdadeira, e com isso determino o sentido da proposição. [...] a uma proposição sem sentido não corresponde nada, pois ela não designa uma coisa (o valor de verdade) cujas propriedades se chamassem, digamos, “falso” e “verdadeiro”; o verbo de uma proposição não é “é verdadeiro” ou “é falso” (como acreditava Frege, mas o que “é verdadeiro” já deve conter o verbo (TLP 4.063b-c). (Glock, 1998, p. 332)

Compreendendo a relação afiguradora deste modo, para que não haja tal relação, temos três possibilidades: (1) não há o conteúdo figurado; (2) não há a figuração (figura), (3) não há ambos²³.

sentido, não precisamos saber seu valor de verdade, mas somente ‘o que é o caso se ela for verdadeira’ (TLP 4.024, 4.061-4.063)” (Glock, 1998, p. 332).

²² TLP 3.3: “Só a proposição tem sentido; é no contexto da proposição que um nome tem significado”.

²³ Dito de outro modo, para que não haja figuração, ou 1) não deve haver referência ou 2) não deve haver sentido ou 3) não haja sequer uma proposição.

Contra o *deontologista*, que advoga a existência de proposições éticas *a priori* como os imperativos morais categóricos que norteiam a ação, defende-se que eles sequer possuem sentido já que nada figuram²⁴. A verdade é que não há vínculo lógico entre a vontade e o mundo²⁵. Neste aspecto, enunciados da Ética não constituem conhecimento; por isso não é possível haver teorias éticas. Wittgenstein afirma, no aforismo TLP 4.06, que “a proposição pode ser verdadeira ou falsa só por ser uma figuração da realidade”. Tendo demonstrado que as (pseudo) proposições da Ética não são figurações, podemos concluir que são *nonsenses*:

A Ética, na medida em que brota de um desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o bem absoluto, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência. O que ela diz nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento. (Wittgenstein, 1968, p. 14)

A ciência *diz* algo sobre o mundo; ela o descreve por meio de juízos de fato. Há proposições científicas porque tal tipo de enunciados figura estados de coisas, observando as condições para a constituição de sentido, determinadas pelo espaço lógico. Já a Ética não figura fato algum; quando, por desaviso, enunciamos juízos de valor, usamos meros símiles que nada *dizem*, apenas *falam*²⁶:

²⁴ As pseudoproposições “necessárias”, “sempre verdadeiras”, são tão *sem sentido* quanto pseudoproposições “contraditórias”, “sempre falsas” – pois ambas são *monopolares* ou “*monovalentes*”. Cf. TLP 2.06 e 2.063.

²⁵ TLP 6.374: “Ainda que tudo que desejássemos acontecesse, isso seria, por assim dizer, apenas uma graça do destino, pois não há nenhum vínculo *lógico* entre vontade e mundo que o garantisse, e o suposto vínculo físico, por seu lado, decerto não é algo que pudéssemos querer.”

²⁶ Parece-me relevante mencionar a útil distinção feita pelo prof. Darlei Dall’Agnol entre *dizer* e apenas *falar*: “dizer é expressar algo preenchendo as condições do sentido (p.ex. proposições, figurações); falar é expressar algo sem preencher as condições de sentido (p.ex. tautologias, contradições, contrassensos, juízos morais, artísticos, etc.). Sobre a Ética, nos diria Wittgenstein, só podemos falar; porém, nada pode ser dito” (Dall’Agnol, 2005, p.71).

Desta forma, parece que, na linguagem ética e religiosa, constantemente usamos símiles. Mas um símile deve ser símile *de algo*. E se posso descrever um fato mediante um símile, devo também ser capaz de abandoná-lo e descrever os fatos sem sua ajuda. Em nosso caso, logo que tentamos deixar de lado o símile e enunciar diretamente os fatos que estão atrás dele, deparamo-nos com a ausência de tais fatos. Assim, aquilo que, num primeiro momento, pareceu ser um símile, manifesta-se agora como um mero sem sentido. (Wittgenstein, 1968, p.13).

Wittgenstein se vale de uma metáfora para dizer que a Ética é “a estrada absolutamente correta [...] aquela que, ao vê-la, *todo mundo* deveria tomar com *necessidade lógica* ou envergonhar-se de não fazê-lo” (Wittgenstein, 1968, p. 8). Se o bem absoluto fosse dizível, “seria aquele que todo o mundo, independentemente de seus gostos e inclinações, realizaria necessariamente ou se sentiria culpado de não fazê-lo” (Wittgenstein, 1968, p. 7).

Resta considerar, por fim, duas questões que se impõem: 1) admitindo-se que os valores éticos existam, como justificar sua natureza? e 2) se os ditos valores existem, mas são indizíveis (já que juízos de valor são *nonsenses*) como resguardar o domínio ético do completo *relativismo*?

3. O “Mundo” e o “Místico” ou “Dizer” e “Mostrar”

Claro está que os valores éticos, o sentido do mundo, não poderiam existir nele já que são sua condição de possibilidade tanto quanto a forma lógica o é das proposições:

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há *nele* nenhum valor – e se houvesse não teria nenhum valor.

Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual.

O que o faz não casual não pode estar *no* mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual.

Deve estar fora do mundo. (TLP 6.41).

A Ética é transcendente, quer dizer, ela existe fora do domínio dos fatos (o mundo), tendo em vista que é a condição deles²⁷. Por isso ela, à semelhança da lógica, é transcendental. Essas – a ética e a lógica – nada *dizem* (com sentido), mas *mostram-se* na atitude do sujeito.

A ética pertence ao que se mostra por si mesmo, não ao que é enunciado. Isto não quer dizer que ela se mostra da mesma maneira em quaisquer coisas. Não há, no caso da ética, nada comparável, por exemplo, ao método de demonstrar a necessidade de um princípio lógico por meio da notação *V, F*. Ainda assim, como a lógica, ela está entre as coisas que “tornam a si mesmas manifestas” (TLP 6.522). (Mounce, 1981, p. 95)

Nesses termos, em franca oposição ao relativismo ético, cumpre demonstrar por *reductio ad absurdum* que o valor ético (absoluto) não pode ser relativo sob pena de se converter-se em valor relativo e perder seu sentido. Em outras palavras, o valor ético *tem de* ter caráter absoluto por que *não pode* ser relativo (perderia o sentido).

Os valores éticos residem no “Místico”, não no mundo²⁸. Há estreita conexão entre os domínios. O que quererá isto dizer?

Tomemos, de um lado, a primeira experiência enunciada por Wittgenstein, a saber, a do assombro ante à existência do mundo (Wittgenstein, 1968, p. 9), e de outro, a análise lógico-filosófica da proposição ‘Eu me assombro frente à existência do mundo’. Wittgenstein reconhecia a realidade de sua própria experiência, contudo a partir da análise da forma lógica das proposições, negava o sentido das expressões linguísticas que tentamos empregar a fim de expressar tal tipo de experiência. Certamente que “perceber” o mundo como um milagre²⁹ não pode ser descrito como um

²⁷ Diz-nos Wittgenstein em seus *Notebooks* 1916-1919: “A ética não trata do mundo. A ética tem que ser uma condição do mundo, como a lógica” (cf. Glock, 1998, p. 142).

²⁸ TLP 6.522: “Há por certo o inefável. Isso se *mostra*, é o Místico”.

²⁹ “Agora, vou descrever a experiência de assombro diante da existência do mundo dizendo: é a experiência de ver o mundo como um milagre”. (Wittgenstein, 1968, p. 14).

insight racional, dado que, se o fosse, poderíamos toma-lo como um pensamento passível de ser figurado pela linguagem e utilizá-lo como uma especulação metafísica sobre se o mundo é um todo ou não, nos arremetendo contra os limites do dizível e, consequentemente, contrariando o escopo da própria teoria pictórica da linguagem aqui descrita.

“Ver” o mundo como um milagre é *sentir* que o mundo é um milagre. É tal tipo de sentimento que possui alguém que teve um *insight* místico, não como mero pensamento, mas como um sentimento, o místico³⁰. “Ver” o mundo como um milagre implica em “vê-lo” como uma totalidade, o que implica em senti-lo como um milagre. Assim, de acordo com Wittgenstein, quando alguém diz “Eu me assombro frente à existência do mundo” está, em realidade, descrevendo não o fato de que o mundo é um milagre, mas o fato de que ele sente como se o mundo fosse um milagre. Este sentimento está intimamente conectado com o “Místico” e, como esse, pode ser *mostrado*, jamais dito (TLP 6.522). Em síntese, podemos formular explicitamente um argumento contra o relativismo ético partindo da definição wittgensteineana da natureza do Místico (tomo a formulação canônica de Duri, 1970, p. 39):

- (1) A Ética trata dos juízos de valor absoluto.
- (2) Quando alguém formula um juízo de valor absoluto, está descrevendo um “ter um sentimento” ao invés de um “ter um pensamento” em relação ao mundo;

³⁰ TLP 6.45 “A intuição do mundo *sub specie aeterni* é sua intuição como totalidade – limitada. O sentimento do mundo como totalidade limitada é o *sentimento místico*” (grifo meu). A esse propósito, as elucidações do prof. Luiz H. L. dos Santos são oportunas: “A experiência ética por excelência, a experiência do valor, é o sentimento do que, no mundo, é fundamento absoluto de sua existência, independentemente do que nele ocorra: sua substância. A substância do mundo é a totalidade dos objetos, dados não como objetos quaisquer, mas como estes objetos que existem. A totalidade dos objetos não é uma totalidade indefinida, mas determinada, uma totalidade limitada. A experiência do valor é o sentimento do mundo como totalidade limitada, como positividade sem concorrentes” (Santos, 1991, p. 110).

(3) Existe uma conexão entre ter um sentimento de valor absoluto e ter um *insight* místico;

(4) O *insight* místico pode ser revelado, ou sentido, porém não pode ser posto em palavras;

Logo, o Ético, tal como o Místico, pode ser mostrado ou sentido, jamais dito por proposições. A Ética está além dos limites da linguagem³¹.

Ao circunscrever a ética no âmbito do mostrar, Wittgenstein aponta algumas de suas características, tais como: a ética depende da atividade do *sujeito metafísico* que não se encontra no mundo, mas é o seu limite (TLP 5.632; 5.633; 5.641), razão pela qual a ética é transcendental, transcendente e inefável (TLP 6.421).

Se a ética é inefável então ela não trata dos fatos, pois o valor moral não está no mundo, mas em conexão com o *eu portador do ético*, que é o seu limite. Wittgenstein, retomando a distinção schopenhaueriana Vontade/Representação³², distingue as noções

³¹ A esfera do *mostrar* é muito ampla e compreende não apenas o “Místico”, mas também a ética, a estética, a religião, o sujeito transcendental, a ontologia e as condições lógico-representativas da realidade (Cf. TLP 4.022; 4.115; 4.12-4.121).

³² O parentesco dos aforismos místicos do TLP com a filosofia de Schopenhauer, presente em *O Mundo como Vontade e como Representação*, é patente. A esse respeito Ray Monk comenta que “seus apontamentos sobre o místico revelam um tom distintamente schopenhaueriano, chegando até mesmo a adotar o jargão de Schopenhauer – *Wille* (vontade) e *Vorstellung* (representação ou, às vezes, ideia): ‘assim como a minha representação é o mundo, também a minha vontade é a vontade do mundo’. Sob diversos aspectos, as reflexões de Wittgenstein sobre a vontade e o sujeito são meras reafirmações do ‘idealismo transcendental’ de Schopenhauer – com sua dicotomia entre o ‘mundo como representação’ (o mundo do espaço e do tempo) e o ‘mundo como vontade’ (o mundo *numênico*, atemporal, do eu). Essa doutrina poderia ser vista como o equivalente filosófico do estado religioso de mente execrado por Nietzsche, a sensibilidade mórbida que, diante do sofrimento, se esquiva da realidade para um ‘mundo meramente interior, um mundo ‘real’, um mundo ‘eterno’. Quando se faz deste estado mental a base de uma filosofia, ele se torna um solipsismo, a noção de que o mundo e o *meu* mundo são uma única coisa. Assim encontramos Wittgenstein afirmando: ‘É verdade: o Homem é o microcosmos. Eu sou o meu mundo’” (Monk, 1995, p. 140).

de “sujeito empírico” e “sujeito transcendental”³³, articulando-as às de “vontade empírica” e “vontade transcendental”, no plano ético.

Por “sujeito empírico” designamos o homem enquanto pura e simples representação individual. Trata-se, em essência, do objeto da psicologia, o qual faz figurações e, na medida em que sua *afirmação* de sua existência carece de sentido, não existe³⁴. Dito de outro modo, é a vontade como fenômeno ou fato (constituída por um conglomerado de estados mentais), “um evento empírico ordinário que simplesmente nos acontece, relacionando-se de forma apenas contingente às nossas ações” (Glock, 1998, p. 379).

O sujeito volitivo é aquele que experimenta o mundo como um milagre – dito de outro modo, é o sujeito, não transcendente, mas transcendental³⁵, que se encontra nos *limites* da linguagem, nos *limites* do mundo. É o sujeito de vontade, o portador do “bom” e do “mau”, quer dizer, trata-se da vontade enquanto portadora do ético. Wittgenstein propõe uma analogia com o olho que vê o mundo, mas não percebe a si mesmo em seu campo visual; o olho, ele mesmo, não pode ter sua existência inferida. O eu filosófico não pode ser descrito como mero fato e, ato contínuo, não pode ser figurado pela linguagem³⁶:

Se eu escrevesse um livro *O Mundo tal como o Encontro*, nele teria de incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se

³³ Para um trato mais pormenorizado do problema do solipsismo remeto o leitor ao capítulo 9 da introdução do Prof. Mounce (1981) e à introdução do Prof. Black (1964).

³⁴ TLP 5.631: “O sujeito que pensa, representa, não existe”.

³⁵ Elucidarei esta tese no que se segue.

³⁶ TLP 5.632: “O sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo”; TLP 5.633: “Onde *no* mundo se há de notar um sujeito metafísico? Você diz que tudo passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não vê*. E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho”; TLP 5.641: “Assim há realmente um sentido em que se pode, em filosofia, falar não psicologicamente do eu. O eu entra na filosofia pela via de que ‘o mundo é o meu mundo’. O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo”.

submetem à minha vontade, e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar neste livro. (TLP 5.631)

Entendido o exemplo, estamos justificados em afirmar a independência da Vontade frente aos fatos do mundo³⁷. Se, por um lado, não há vínculo causal entre Vontade e mundo, e, por outro, o valor ético não pode residir nas consequências das ações, então podemos defender que o que faz um fato entre outros uma ação é a Vontade que a impulsiona. Ela, a ação, consiste no ato volitivo e nela se mostram os valores. Há, portanto, uma íntima relação entre *Vontade e Ética*.

Por isso, toda perspectiva ética relevante é a de primeira pessoa: não é possível extrapolar tal perspectiva, pois toda representação é *minha* representação, toda figuração é *minha* figuração e todo valor absoluto é valor absoluto *para mim*: “*Os limites de minha linguagem significam os limites do meu mundo*”.

Assumindo-se que a Vontade está intrinsecamente ligada à Ética obtemos um critério de distinção entre o bom e o mau ético: a *vontade boa* e a *vontade má*. Tal distinção dissolve o problema do sentido da vida, central para a filosofia moral, cuja formulação é: como devo viver?³⁸

Se a boa ou má volição altera o mundo, só pode alterar os limites do mundo, não os fatos; não o que pode ser expresso pela linguagem.

Em suma, o mundo deve então, com isso, tornar-se a rigor outro mundo. Deve, por assim dizer, minguar ou crescer como um todo.

³⁷ TLP 6.373: “O mundo é independente de minha vontade”; TLP 6.374: “Ainda que desejássemos acontecesse, isso seria, por assim dizer, apenas uma graça do destino, pois não há nenhum vínculo *lógico* entre a vontade e mundo que o garantisse, e o suposto vínculo físico, por seu lado, decerto não é algo que pudéssemos querer”.

³⁸ TLP 6.52: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas *possíveis* tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa”.

O mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz. (TLP 6.43).

A boa e a má vontade ética não se distinguem na contingência factual: é bem possível que a vontade de um indivíduo mude sem que, contudo, isto se revele em suas ações. Wittgenstein sustenta que tal mudança faz com o mundo se altere *como um todo*. Em essência, os mundos do feliz e do infeliz diferem a despeito dos fatos serem os mesmos, e isso em função da atitude adotada para com eles. A Ética, novamente, tal como a Lógica, concerne não aos fatos, mas à sua significação.

Poder-se-ia objetar que, mediante tal distinção, o bom e mau consistiriam em mera questão de temperamentos, quer dizer, de afecções sentimentais do sujeito ante aos fatos do mundo³⁹. Contrapondo-se ao emotivismo, Wittgenstein defende que o temperamento é inteiramente distinto dos fatos com respeito aos quais o indivíduo adota uma atitude ética. Note-se que, no aforismo TLP 6.423, define-se a vontade enquanto portadora do bom e do mau e a vontade empírica, objeto da psicologia. A Vontade ética não consiste em uma tendência psicológica⁴⁰. O problema ético, por sua vez, não determina o que é assim, mas o que fazer, que atitude adotar.

O valor absoluto é o sentido ético da vida. Todavia, tal sentido é, conforme demonstrei, inefável porque místico. A hipótese da imortalidade da alma como sentido autêntico da vida é absolu-

³⁹ Parece-me razoável sustentar que esta é uma tese sumariamente assumida pelo emotivismo ético.

⁴⁰ “Melhor dito, a Vontade mostra-se a si mesma naquilo que o indivíduo faz com as tendências psicológicas que tem, no que ele faz, por exemplo, com seu temperamento feliz ou infeliz. ‘Os fatos’, diz Wittgenstein, ‘todos contribuem apenas para estabelecer o problema, não sua solução’. Os fatos não resolvem os problemas éticos; somente podem originá-los. As soluções se encontram nas atitudes que se adota em relação aos fatos. Mas Wittgenstein quer dizer *todos* os fatos, tanto psicológicos quanto físicos. A Vontade, como portadora do bem e do mal, é independente da totalidade dos fatos, isto é, independente, em certo sentido, do mundo” (Mounce, 1981, p. 97).

tamente inútil⁴¹: “há enigma que se resolva por obra de minha sobrevivência eterna? Pois não é essa vida eterna tão enigmática quanto a vida presente? A solução do enigma da vida no espaço e no tempo está *fora* do espaço e do tempo” (TLP 6.4311). Caracteriza-se pela intuição do mundo *sub specie aeterni*: “A intuição do mundo *sub specie aeterni* é sua intuição como totalidade – limitada” (TLP 6.4312a).

A vida vivida *sub specie aeterni* se identifica com a atitude de felicidade para com o mundo. A felicidade é a recompensa pela boa ação, a infelicidade é a punição pela má ação. “A felicidade é o sentimento de que a vontade e o mundo, como correlatos essenciais, têm valor. Eticamente, o mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz: ele tem valor” (Santos, 1991, p. 109). Mas estarão tais teses justificadas?

O primeiro passo é reconhecer a ineficácia causal da Vontade, isto é, assentir que a Vontade não altera os fatos, o que implica numa mudança no modo de enxerga-los⁴². Dizer que a Ética é absoluta significa que ela se basta, de tal modo que a Vontade boa é a sua própria recompensa. Tendo em vista, por um lado, a inexistência de conexão lógica entre vontade e mundo, e, por outro, que o sujeito volitivo é justamente o portador do ético, conclui-se que, na medida em que a Vontade constitui um agir frente ao

⁴¹ TLP 6.4311: “A morte não é um evento da vida. A morte não se vive. Se por eternidade não se entende a duração temporal infinita, mas a atemporalidade, então vive eternamente quem vive no presente. Nossa vida é sem fim, como nosso campo visual é sem limite”.

⁴² À parte o comprometimento claramente schopenhaueriano das considerações éticas de Wittgenstein, Glock (1998, p. 143) acrescenta que o filósofo austríaco “dá solução a uma inconsistência existente entre duas ideias schopenhauerianas – a de que a redenção moral está na negação da vontade e a de que a compaixão, um exercício da vontade, é essencial à moralidade. Adota, para isso, uma distinção kantiana entre a vontade boa e a má. Igualmente kantiana é a visão de que as consequências de uma ação são eticamente irrelevantes, distinguindo-se, nisso, do espírito com o qual ela é realizada. A justificativa de Wittgenstein aqui é, entretanto, spinozista, não kantiana. Ele identifica ser bom com ser feliz; ser mau com ser infeliz. A recompensa e o castigo são cruciais para a ética, mas ‘residem na ação em si mesma’ (TLP 6.422)”.

mundo – uma atitude ética do sujeito transcendental ante aos fatos –, dizemos que essa ação é livre. Decorre disso a possibilidade de viver a vida *sub specie aeterni*.

Afirmar a Vontade ou negá-la são atitudes equivocadas, que não levam a uma vida feliz, pois não reconhecem a impotência do sujeito para submeter os eventos à sua Vontade. A Vontade deve adequar-se ao mundo. Ser feliz é estar em concordância com o mundo⁴³.

Modificamos os limites do mundo quando deixamos de considerar a Vontade como pertencente ao mundo, e aceitamos a não existência de qualquer conexão lógica entre vontade e fatos. Quando o indivíduo persiste em desejar a ocorrência de determinados fatos e a inoportunidade de outros, ele atribui equivocadamente valor aos mesmos, quer dizer atribui preferência. Ato contínuo, atribuir valor aos fatos implica em problematizar o sentido do mundo, alargando-o⁴⁴. Contudo, quando todas as questões factuais são deixadas de lado e a vida é vivida *sub specie aeterni*, o mundo decrece: o mundo passa a se resumir a fatos, reconhecidamente sem impor-

⁴³“Mudar os limites do mundo significa colocar todos os fatos na mesma dimensão: nenhum é preferível em relação a qualquer outro. [...] Mudar os limites do mundo significa modificar as relações da vontade com a totalidade dos fatos. A vontade não pode desejar tudo. Ao contrário, deve desejar a facticidade. [...] O mundo enquanto totalidade dos fatos pode somente ser modificado se a vontade modificar-se a si própria, isto é, se deixar de querer. Repito: a vontade somente pode modificar-se a si própria adequando-se ao mundo. Ela muda, assim, os limites do mundo” (Dall’Agnol, 2005, p.128).

⁴⁴ Galli (2011, p. 80), uma vez mais, é elucidativo: “Wittgenstein identifica ser bom com ser feliz; ser mau com ser infeliz. Isso se relaciona com noções de recompensa e punição, sendo ambas internas à própria ação. Daí entender que uma boa vontade é recompensa de si mesma, “na medida em que vê o mundo com ‘olhos felizes’, ou seja, aceita a facticidade. Além disso, dada a inexistência de conexão lógica entre vontade e mundo, e disso decorrendo que ‘o bem está nos olhos de quem vê’, temos que o mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz, pois essa infelicidade se dá frente à insatisfação por não conseguir afirmar a vontade no mundo, fazê-la causar. Neste sentido, o mundo do infeliz é maior, ou melhor, está ‘inchado’, pois o infeliz assume como fato aquilo que é pretensão da vontade”.

tância e, portanto, qualquer pseudoproblema que poderia ser formulado com aparente sentido por aquele sujeito que pretende influir nos fatos desaparece. Por fim, dado que a Vontade não influi no mundo e tampouco o mundo afeta a Vontade, Wittgenstein conclui que “o bem está nos olhos de que vê, está em confrontar as aflições da vida com um espírito feliz” (Glock, 1998, p. 144).

Ao reconhecer a inexistência de conexão lógica entre Vontade e mundo, isto é, entre valor e fatos, dissolve-se o problema do sentido da vida, visto que decorre de uma incompreensão, qual seja, a da atribuição equívoca de valor aos fatos – o que implica entender os valores como fatos. A boa Vontade é reconhecer a inexistência de tal vínculo. A má Vontade, por seu turno, persiste em negar essa impossibilidade lógica ao tentar influir no mundo, pretendendo adequá-lo aos seus desejos – seja através de sua afirmação ou de sua negação: “Percebe-se que a solução do problema da vida no desaparecimento desse problema. (Não é por essa razão que as pessoas para as quais, após longas dúvidas, o sentido da vida se fez claro não se tornaram capazes de dizer em que consiste esse sentido?)” (TLP 6.521).

Em conclusão, explicitarei as razões pelas quais pode-se, com efeito, afirmar que a Ética é indizível e inefável, e isso em decorrência da demonstração da teoria pictórica da linguagem, cujo pressuposto fundamental é o da análise completa da proposição. Distingui as condições de sentido das proposições, a saber, *figuração*, *forma de afiguração* e *relação afiguradora* a partir da dicotomia entre juízos factuais e juízos axiológicos, quer dizer, entre ciência e ética, a fim de tornar inteligível a necessidade da natureza transcendente e transcendental dos valores absolutos ante à incerteza relativista.

Ética e Ciência diferem em função de seus âmbitos: a primeira, o Místico, *mostrável*, e a última os fatos, o *dizível*. O caso dos símiles é paradigmático: quando olhamos atrás dos símiles (dos enunciados) da Ética, nada encontramos. A Ética é sobrenatural, ou seja, extra factual – não está no mundo, muito embora lhe seja condição, tal como a Lógica. Juízos de valor são *nonsenses*, dado

que não se adequam às regras sintáticas composição de sentido das proposições. À revelia disso, não é verdadeiro afirmar que juízos éticos não existem ou que são falsos: tratam-se apenas de não relativos, absolutos, portanto.

O eu portador do ético, o sujeito volitivo, é transcendental e todo valor absoluto o é para o indivíduo. O bem reside nos olhos de quem, tendo aceito a autonomia dos valores frente à contingência dos fatos, age de modo feliz em relação à realidade.

A tarefa da filosofia, tal como o primeiro Wittgenstein defendera, consiste precisamente na elucidação do sentido das expressões da linguagem delimitando-lhe os limites do dizível, seguida da dissolução das (pseudo) questões que aturdiram o pensamento filosófico tradicional. Findam-se os problemas ao se dar conta de sua inexistência. Contra os que, vilmente, se arremetem contra a “jaula” imposta pelo espaço lógico, prescreve-se:

O método correto da filosofia seria precisamente este: nada dizer, se não o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com a filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto.

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas, para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela) deve sobrepujar essas proposições, então verá o mundo corretamente.

Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. (TLP 6.53; 7).

Referências

BLACK, M. *A companion to Tractatus logico-philosophicus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

CANTO-SPERBER, M. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. v. 2.

CARDOSO, J. S. Wittgenstein e a dimensão ética da linguagem. Rio de Janeiro, *Revista Kairós*, Vol. II, n. 1, jan.-jun. 2005, p. 125-151.

COINTINHO, D. A Ética no âmbito prático em Wittgenstein. Pelotas, *Revista Dissertatio*, v. 24, 2006, p. 41-60.

DALL'AGNOL, D. *Ética e Linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis: EDUFSC; São Leopoldo: Unisinos, 2005.

DEFEZ I MARTÍN, A. “Dígales que mi vida ha sido maravillosa”: ética y existencia en L. Wittgenstein. Madrid, *Revista Isegoría*, v. 9, 1994, p. 154-163.

DURI, G. C. *Wittgenstein's Lecture on Ethics*. Master's Thesis (Master of Arts) – Department of Philosophy, Kansas State University, Manhattan. 1970. 53 p.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introd., trad. anot. Paulo Alcofrado. São Paulo: EdUSP, 2009.

GALLI, G. C. Fundamentação da Ética e sentido da vida no *Tractatus* de Wittgenstein. Rio de Janeiro, *Revista Ensaios Filosóficos*, Vol. III, abr. 2011, p. 63-83.

GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rev. téc. Luiz Henrique Lopes dos Santos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

HALLER, R. A Ética no pensamento de Wittgenstein. São Paulo, *Revista Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, 1991, p. 45-56.

MONK, R. *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

MOORE, G. *Principia Ethica*. Rio de Janeiro: Ícone, 1998.

MOUNCE, H. O. *Wittgenstein's Tractatus: an introduction*. Oxford: University of Chicago Press, 1981.

SANTOS, L. H. L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: EdUSP, 1991.

SIQUEIRA, E. G. de. Duas digressões comparativas: as vontades do *Tractatus* e na fase intermediária. In: GOMES, E.S. *Por uma Gramática do Querer em Wittgenstein*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2004. 470 p.

WAISMANN, F. *Wittgenstein y el Círculo de Viena*. Edición preparada por B. F. McGuiness. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

WITTGENSTEIN, L. A lecture on Ethics. *Philosophical Review*, Vol. LXXIV, n. 1, 1968, p. 4-14, 1968. (Tradução para o português: DALL'AGNOL. D. *Ética e Linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis: EDUFSC; São Leopoldo: Unisinos, 2005. p. 206-221).

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad., apres. e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1991.

Artigo recebido em 19/10/2015, aprovado em 11/01/2016

SERÁ PROCEDENTE O ARGUMENTO DE PLANTINGA CONTRA O NATURALISMO METAFÍSICO?

Domingos Faria

Doutorando na Universidade de Lisboa

Bolsista Fundação para Ciência e Tecnologia (Portugal) (SFRH/BD/85051/2012)

Membro da LanCog Research Group

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 121-139

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: O naturalismo metafísico é a perspectiva de que não há uma pessoa como Deus, nem algo semelhante a Deus. Alvin Plantinga tem argumentado que esta perspectiva é auto-refutante e, por isso, irracional. Isto porque se o naturalismo metafísico fosse verdadeiro (em conjunção com a teoria da evolução), então teríamos fortes razões para duvidar da fiabilidade das nossas faculdades cognitivas e, por conseguinte, teríamos fortes razões para duvidar da verdade de qualquer das nossas crenças, inclusive do naturalismo metafísico. O meu objetivo neste artigo é examinar criticamente este argumento de Plantinga contra o naturalismo metafísico e analisar se é capaz de lidar com algumas objeções.

Palavras-chave: Alvin Plantinga; Naturalismo Metafísico; Argumento Evolucionista contra o Naturalismo; Filosofia Analítica da Religião.

Abstract: Metaphysical naturalism is the view that there is no such person as God, nor anything like God. Alvin Plantinga has argued that this view is self-defeating and, for that reason, it is irrational. This is because if metaphysical naturalism were true (in conjunction with evolutionary theory), then we would have compelling reasons for doubting the reliability of our cognitive faculties and, consequently, we would have compelling reasons for doubting the true of any of our beliefs, including metaphysical naturalism. My aim in this paper is to critically assess Plantinga's argument against metaphysical naturalism and to survey whether it is able to handle some objections.

Keywords: Alvin Plantinga, Metaphysical Naturalism, Evolutionary Argument against Naturalism, Analytical Philosophy of Religion.

O naturalismo metafísico é a perspectiva de que não há uma pessoa como o Deus da religião teísta, nem algo semelhante a Deus. Mas será racional aceitar o naturalismo metafísico? Alvin Plantinga concebeu um argumento que procura mostrar que esta perspectiva naturalista, em conjunção com a teoria da evolução, é inconsistente e auto-refutante; assim, é irracional aceitar o naturalismo. Uma vez que as primeiras versões deste argumento (cf. Plantinga 1991; 1993; 2000) suscitaram fortes objeções (cf. Beilby 2002), Plantinga voltou a formular recentemente o seu argumento (cf. Plantinga 2008; 2011; 2012) de modo a ultrapassar essas refutações. Neste artigo tenho como objetivo examinar criticamente se esta última formulação do argumento contra o naturalismo é procedente. Para concretizar esse objetivo começarei por expor a última versão do argumento de Plantinga na primeira secção deste texto. Após essa exposição, na segunda secção formularei e discutirei algumas objeções desafiantes para esta última versão do argumento. Com isto vou procurar mostrar que a principal premissa do argumento de Plantinga, a premissa (1), parece ser falsa.

1. Argumento de Plantinga contra o naturalismo metafísico

No seu argumento, Plantinga pressupõe que os naturalistas são todos ou quase todos materialistas acerca das pessoas humanas. Ora, de acordo com esta concepção materialista as pessoas são entendidas inteiramente como objetos materiais, sem qualquer alma ou eu imaterial. Deste modo, para o propósito da argumentação, assimila-se o materialismo ao naturalismo. Tendo em conta estes pormenores, o argumento original de Plantinga é o seguinte, onde N é *naturalismo*, E é *a atual teoria evolucionista*, e F é a proposição de que *as nossas faculdades cognitivas são fiáveis* (ou seja, que produzem uma preponderância considerável de crenças verdadeiras em comparação com as falsas). Assim, pode-se representar o argumento contra o naturalismo metafísico desta forma:

(1) $P(F|N\&E)$ é baixa.

- (2) Quem aceitar N&E e também vir que (1) é verdadeira, tem um anulador para F.
- (3) Este anulador não pode ser anulado.
- (4) Quem tem um anulador para F, tem um anulador para qualquer crença que julgue ser produzida pelas suas faculdades cognitivas, incluindo N&E.
- (5) Logo, N&E anula-se a si mesmo e não pode ser racionalmente aceite.

Vejamos uma breve fundamentação da premissa (1), pois é aquela que merece maior atenção. Para esta premissa, que afirma que *a probabilidade condicional de F dada a conjunção de N e E é baixa*, Plantinga começa por argumentar que uma *crença*, do ponto de vista do materialismo, é um evento ou estrutura no sistema nervoso. Ora, uma tal estrutura terá pelo menos dois tipos de propriedades: propriedades neurofisiológicas NF, como ter determinadas relações neuronais, e propriedades mentais, como ter um conteúdo *tal e tal* – assim, a crença será a crença que *p* para uma determinada proposição *p* (em que *p* será o conteúdo da crença). De um ponto de vista materialista, há três formas nas quais estas propriedades NF e mentais se podem relacionar: materialismo não-redutor lógico (MNL), materialismo não-redutor nomológico (MNN), e materialismo redutor (MR). De acordo com o materialismo não-redutor as propriedades mentais são sobrevenientes relativamente a propriedades NF, em que tal sobreveniência pode ser entendida desta forma:

- (S) Para quaisquer mundos possíveis *M* e *M** e quaisquer estruturas *E* e *E**, se *E* tem as mesmas propriedades NF em *M* que *E** tem em *M**, então *E* tem as mesmas propriedades mentais em *M* que *E** tem em *M**.

No entanto, este entendimento da sobreveniência é suscetível de duas interpretações. Por um lado, caso se interprete a sobreveniência como envolvendo necessidade lógica ampla, então em (S) quantificamos sobre mundos possíveis *simpliciter* – assim, temos a versão de materialismo não-redutor lógico (MNL). Por outro lado, caso se interprete a sobreveniência como envolvendo necessidade nômica (i.e. o tipo de necessidade que têm as leis da natureza), então em (S) quantificamos apenas sobre mundos nomicamente possíveis – deste modo, temos a versão de materialismo não-redutor nômico (MNN). Por fim, no caso do materialismo redutor (MR) a relação entre propriedades NF e propriedades mentais não é de sobreveniência, mas sim de identidade.

Após ter clarificado estas noções, Plantinga apresenta a justificação central para (1) a partir de uma *experiência mental*: imagine-se uma população de criaturas hipotéticas que se assemelha a nós na posse de crenças e suponha-se que o naturalismo é válido para elas, bem como admita-se que surgiram por processos referidos pela teoria da evolução contemporânea como a seleção natural e a mutação genética aleatória. Pode-se perguntar, então, qual é a $P(F|N\&E)$ com respeito a estas criaturas hipotéticas, considerando-se essa probabilidade segundo cada uma das três teorias anteriores acerca das relações das propriedades mentais e NF. Começando pelo MNL, questione-se: qual é a $P(F|N\&E\&MNL)$?

Suponha-se que as criaturas hipotéticas da experiência mental evoluíram; por isso, pode-se afirmar que o seu comportamento é adaptativo (pelo facto de promover a sobrevivência e o sucesso reprodutivo) e, dessa forma, as propriedades NF que causam esse comportamento também são adaptativas. Aliás, são adaptativas porque a evolução e o seu mecanismo de seleção natural recompensa o comportamento adaptativo e pune o comportamento desadaptado, bem como recompensa as propriedades NF que causam comportamento adaptativo e pune as propriedades NF que causam comportamento desadaptado. Todavia, não importa para a adaptabilidade dessas propriedades NF que o conteúdo que daí sobrevém seja verdadeiro ou falso, pois quer esse conteúdo seja

verdadeiro quer seja falso não faz diferença para a adaptação; por outras palavras, a seleção natural visa o comportamento adaptativo, mas não se importa com a crença verdadeira, tal como aliás parece ser de certa forma sugerido por Charles Darwin (1881, p. 315-316), por Patricia Churchland (1987, p. 548) ou por Thomas Nagel (1989, p. 79). Portanto, pelo facto dessas criaturas hipotéticas terem crenças adaptativas, que causam comportamento adaptativo devido a terem propriedades NF adaptativas, não há razão para pensar que o conteúdo sobreveniente a tais propriedades NF tenha de ser verdadeiro.

Por exemplo, tome-se qualquer crença particular C possuída por uma dessas criaturas hipotéticas. Qual é a $P(C | N \& E \& MNL)$? Pode-se supor que C é adaptativa pelo facto das suas propriedades NF serem adaptativas. Porém, daí nada se segue sobre a verdade ou falsidade do conteúdo que sobrevém a essas propriedades NF, uma vez que tais propriedades NF são selecionadas pela evolução e seleção natural, não porque causam o conteúdo que causam, mas sim porque causam comportamento adaptativo. Assim, se o conteúdo sobreveniente é verdadeiro, tudo bem; mas se é falso, tudo bem na mesma – isto porque a sua falsidade não impede nem prejudica de forma alguma a adaptabilidade das propriedades NF. Desde que essas propriedades NF sejam adaptativas, não importa para a sobrevivência e reprodução que conteúdo é determinado por tais propriedades NF. Ou seja, C tanto pode ser verdadeira como falsa sem comprometer em nada a sua adaptabilidade. Deste modo, a probabilidade de C ser verdadeira, dado $N \& E \& MNL$, é de cerca de $\frac{1}{2}$. Agora, se imaginarmos que essa criatura hipotética tem apenas 100 crenças independentes e a probabilidade de cada uma delas é de $\frac{1}{2}$, a probabilidade que $\frac{3}{4}$ delas sejam verdadeiras (que é um requisito modesto para a fiabilidade) será por volta de 0.000001. Portanto, $P(F | N \& E \& MNL)$ é baixa, sendo que algo similar sucede com MNN pelas mesmas razões (apesar da sobreveniência em causa ser diferente).

E quanto ao MR em que se advoga que as propriedades mentais são apenas propriedades NF (ou complexas combinações de

propriedades NF)? Qual é a $P(F|N\&E\&MR)$? A probabilidade em questão será igualmente baixa; pois, considere-se qualquer crença particular C possuída por uma das criaturas hipotéticas da experiência mental. Ora, C é um evento neuronal que exhibe propriedades NF. Do mesmo modo, pode-se supor novamente que C é adaptativa pelo facto de ter propriedades NF que causam comportamento adaptativo. Mas, uma vez que esse evento neural é uma crença, essas propriedades NF (ou algum subconjunto dessas propriedades) também constituem o conteúdo que C de facto exhibe. Então, dado N&E&MR, qual é a probabilidade do conteúdo de C ser verdadeiro?

Esse conteúdo não tem de ser verdadeiro para que as propriedades NF causem o tipo adequado de comportamento. É verdade que para haver esse tipo adequado de comportamento, que promove a sobrevivência e o sucesso reprodutivo, é preciso de facto haver propriedades NF adaptativas. E segundo MR, essas propriedades NF (ou algumas combinações complexas dessas propriedades) também constituem a propriedade de possuir um conteúdo particular. Todavia, não importa, com respeito à adaptabilidade dessas propriedades NF, se o conteúdo que elas constituem é verdadeiro ou falso; pois, mesmo que seja falso não compromete de forma alguma a sua adaptabilidade.

Portanto, o conteúdo que é constituído tanto pode ser verdadeiro como falso (sem pôr em causa a adaptabilidade) e, se é isso o que sucede, então a probabilidade do conteúdo de C ser verdadeiro, dado N&E&MR, é de cerca de $\frac{1}{2}$. Ora, se tal probabilidade se aplica a cada uma das crenças independentes das criaturas hipotéticas, então teremos de classificar a fiabilidade das suas faculdades cognitivas (i.e. a probabilidade dessas faculdades produzirem pelo menos $\frac{3}{4}$ de crenças verdadeiras) como baixa, tal como nos casos anteriores, o que significa que a $P(F|N\&E\&MR)$ é baixa. Em suma, ao considerarmos cada uma das três teorias materialistas acerca das relações entre propriedades mentais e físicas, constatamos que a $P(F|N\&E)$ com respeito às criaturas hipotéticas

é baixa. Mas se é isso o que ocorre, o mesmo valerá para nós, ficando assim justificada a premissa (1).

O próximo passo do argumento de Plantinga, a premissa (2), evidencia que se uma pessoa reconhecer que a $P(F|N\&E)$ é baixa, e também aceitar N&E, então ela tem um anulador para F, isto é, uma razão para rejeitar F. Além disso, de acordo com a premissa (3), esse é um anulador que não pode ser ele mesmo anulado. Pois, um *anulador de anulador*, i.e., um anulador para esse anulador teria, por exemplo, de ter a forma de um argumento a favor de F. Todavia, (i) um tal argumento seria epistemicamente circular, uma vez que ao argumentar a favor de F já estou a pressupor que F é verdadeira e, igualmente, (ii) quem tem um anulador para F também tem um anulador para qualquer argumento a favor de F. Por fim, como está patente na premissa (4), se S tem um anulador (que não pode ser anulado) para F, então tem concomitantemente um anulador para qualquer crença que considere ser produzida pelas suas faculdades cognitivas, para qualquer crença que é um resultado dessas faculdades. Ora, como todas as suas crenças são um resultado ou são produzidas pelas suas faculdades cognitivas, S tem um anulador para qualquer crença que ele tenha. Deste modo, S tem um anulador universal para o que quer que seja em que ele acredite, caindo assim num ceticismo esmagador. Mas uma vez que N&E também é uma das suas crenças, então S tem igualmente um anulador para essa crença. Por isso pode concluir-se que um sujeito que aceite N&E, e vir que a $P(F|N\&E)$ é baixa, tem um anulador para N&E. Ou seja, N&E anula-se a si próprio, é auto-derrotante, não podendo ser racionalmente aceite.

Tendo assim em conta que N&E anula-se a si próprio, então há um conflito real entre naturalismo e evolução e, portanto, a sua conjunção não pode ser racionalmente aceite. Uma vez que a evolução é um dos pilares da ciência contemporânea, pode-se afirmar que há um conflito entre naturalismo e ciência. No entanto, como argumenta Plantinga, tal incoerência ou conflito não ocorre caso seja uma conjunção da evolução com o teísmo. Isto porque a teoria científica da evolução é compatível com um

Deus teísta que supervisione e orquestre o curso da evolução, tal como sustenta Sober (2011, p. 187-221), entre outros. É verdade que há alguns, como Dawkins (1986, p. 5), que defendem que o curso da evolução não é supervisionado ou orquestrado por ninguém. Todavia, tais alegações não fazem parte da teoria científica da evolução enquanto tal, mas são apenas acrescentos metafísicos de alguns naturalistas. Além disso, sendo T a proposição de que Deus nos criou por um processo de evolução, a $P(F|T\&E)$ será presumivelmente alta. Pois, de acordo com o teísmo, Deus criou-nos à sua imagem; ou seja, ele criou-nos de tal forma que, em certos aspetos, nos assemelhamos a ele – e um desses aspetos consiste em nos parecermos com Deus no sentido de podermos ter crenças fiáveis e conhecimento. Ora, se tal sucede, então T&E não se anula a si mesmo, ao contrário do que ocorre com N&E. Portanto, o verdadeiro conflito não é entre ciência e religião teísta, mas sim entre ciência e naturalismo. O argumento de Plantinga é válido, mas será sólido?

2. Objeções ao argumento de Plantinga

Como objeção imediata a esta argumentação pode-se alegar, tal como Dennett (2011, p. 35-36/51-52), que os nossos cérebros são *mecanismos sintáticos* que são concebidos pela evolução para localizar a verdade. Deste modo, a evolução por seleção natural, com o pressuposto de que não é orientada, tal como explica por que razão os corações são altamente fiáveis na função de bombear o sangue ou por que razão os olhos são altamente fiáveis a perceber o meio envolvente, também explica por que motivo as crenças que são provocadas por esses olhos ou por outros sentidos são altamente fiáveis na função de obter a verdade. Aliás, é precisamente a competência para rastrear a verdade dos mecanismos de fixação de crenças que explica a sua adaptabilidade tal como a competência para bombear o sangue por parte do coração explica a sua adaptabilidade. Por causa da adaptabilidade os corações são para a circulação do sangue e os cérebros são para ras-

tratar corretamente as condições relevantes do ambiente. E é exatamente isso, de acordo com Dennett, o que a evolução tem feito.

Porém, parece que Dennett está a confundir o problema que está em causa, pois não se está a questionar na premissa (1) como as coisas são ou o que a evolução tem feito, mas sim como as coisas seriam se a conjunção da evolução com naturalismo fosse verdadeira. Ou seja, o que se está a questionar é sobre a $P(F|N\&E)$ e não sobre a $P(F|@)$, onde @ é *o modo como as coisas são atualmente*. Ora, a crítica de Dennett parece incidir sobre esta última probabilidade ao procurar argumentar que a $P(F|@)$ é alta. Mas isso em nada objeta a premissa (1) uma vez que podemos concordar e até parece manifesto que, dado @, a probabilidade das nossas faculdades cognitivas serem fiáveis é alta; todavia, dado N&E, essa probabilidade é baixa. Portanto, a crítica de Dennett parece não acertar no alvo.

No entanto, se deixarmos de lado @ e nos focarmos apenas em N&E, podemos pensar que o conteúdo sobreveniente ou constituído pelas propriedades NF terá de ser tendencialmente verdadeiro para que as criaturas hipotéticas tenham comportamento adaptativo. Pois, suponha-se que o conteúdo sobreveniente ou constituído pelas propriedades NF é falso. Ora, se o conteúdo for falso, provavelmente poderá levar a um comportamento desadaptado uma vez que podemos imaginar que tais criaturas têm, por exemplo, a crença de que os cogumelos *amanitas phalloides* (que são venenosos) são bons para comer. E se têm crenças como essas, então poderá levar a um comportamento incompatível com a sua sobrevivência. Deste modo, parece que é preciso haver crenças verdadeiras (ou uma preponderância de crenças verdadeiras) para que essas criaturas tenham um comportamento adaptativo bem-sucedido. E se isto suceder, então a premissa (1) é falsa.

Uma das tentativas para Plantinga (2012, p. 110-111) responder a esta crítica consiste em recorrer à distinção entre *indicadores* e *crenças*. Para isso imaginemos a seguinte situação: um sapo está sentado numa folha de nenúfar, uma determinada mosca passa por perto, e a língua do sapo ao mover-se rapidamente captura essa

mosca. Nesta situação para o sapo ter um comportamento adaptativo bem-sucedido, i.e. para capturar a mosca, terá de ter certos *indicadores*, como estruturas que registam a aproximação da mosca, a distância entre mosca e sapo, a velocidade da mosca etc. Assim, para o comportamento do sapo ser adaptativo é necessário a existência de indicadores e é necessário que eles indiquem com precisão. Todavia, nada disso precisa de envolver um conteúdo verdadeiro. Ou seja, mesmo que se suponha que um tal sapo pode ter crenças, ele não precisa de acreditar que a mosca está a tal e tal distância e que voa a tal e tal velocidade. Pelo contrário, o que é necessário é haver indicadores precisos. Deste modo, caso esse sapo tenha crenças não importa o que ele acredita, ou se os conteúdos sobrevenientes ou constituídos pelas propriedades NF são verdadeiros ou falsos, para ter um comportamento adaptativo nessa situação.

Nos seres humanos e nas criaturas hipotéticas da experiência mental também existem várias estruturas que indicam ou registam vários estados de coisas no corpo ou no ambiente causando reações apropriadas, isto é, há indicadores. Por exemplo, se uma pessoa tiver uma certa infeção causada por microrganismos, então estruturas do sistema imunitário podem registar a presença desses corpos estranhos que, por sua vez, irão causar uma resposta adequada (como a produção de anticorpos e o aumento da temperatura) para destruir tais microrganismos. Porém, essa pessoa (ou o seu sistema imunitário) não precisa de acreditar que o seu corpo foi invadido por micróbios ou que tem uma infeção. Portanto, temos aqui comportamento adaptativo, em que se resolve uma infeção e uma invasão de micróbios, sendo completamente indiferente se a pessoa possui crenças verdadeiras ou falsas relativamente a isso.

Deste modo, indicadores precisos são uma condição necessária para o comportamento adaptativo. No entanto, como ilustram os exemplos acima, indicadores não são crenças, nem requerem crenças e, além disso, as crenças (tanto verdadeiras como falsas) parecem não ser necessárias para o comportamento adaptativo. Assim,

se há comportamento adaptativo, então há indicadores precisos a funcionar apropriadamente. Mas se há indicadores precisos a funcionar apropriadamente, não importa o que o organismo em questão acredita. Logo, desde que os indicadores sejam precisos, o conteúdo da crença pode ser seja o que for.

Mesmo admitindo que os indicadores são necessários para o comportamento adaptativo, pode insistir-se na objeção à premissa (1) ao defender-se que certos tipos de conteúdos causam (ou parcialmente causam) um determinado comportamento. Por exemplo, suponha-se que sou um dos sujeitos da experiência mental e que as minhas faculdades cognitivas surgiram de acordo com N&E. Imagine-se também que quero beber um refrigerante e a minha esposa diz-me que há uma lata de refrigerante no frigorífico; dessa forma, adquiero uma crença com o conteúdo de que *há uma lata de refrigerante no frigorífico*. Ora, parece que é por causa de acreditar em tal conteúdo que me leva (em parte) ao comportamento de procurar refrigerante no frigorífico em vez de o ir buscar a outro lugar qualquer. Ou seja, pelo menos em parte, é em virtude do conteúdo dessa crença que tenho o comportamento de me dirigir para o frigorífico em vez de me dirigir, por exemplo, para a máquina de lavar roupa. Portanto, tendencialmente é por causa do conteúdo de uma crença C que C causa em parte o comportamento que causa. Se é isso o que sucede, caso um sujeito tenha crenças falsas, como a crença de que os cogumelos *amanitas phalloides* são um alimento saudável, então provavelmente pode causar comportamentos que põem em causa a sua sobrevivência e reprodução. Por outras palavras, parece que crenças falsas tendem a causar comportamentos desadaptados, enquanto crenças verdadeiras tendem a conduzir a comportamentos adaptativos. Por isso, se isto estiver correto, a $P(F|N\&E)$ certamente não será baixa.

Todavia, Plantinga (2012, p. 113-114) tenta argumentar que uma objeção como essa não parece ser forte. Pois, se supusermos que o materialismo é verdadeiro (como se está a proceder ao associar o materialismo ao naturalismo), então as crenças são estruturas neurais com propriedades NF e com um conteúdo proposi-

cional, tal como já vimos. Mas, dado o materialismo, é por causa das propriedades NF, e não em virtude do seu conteúdo, que a crença causa o comportamento que causa. Ou seja, os comportamentos devem-se às propriedades NF e aos seus impulsos neurais, e não a um certo conteúdo. Assim, se o materialismo for verdadeiro, o conteúdo sobreveniente ou constituído é irrelevante para o poder causal da crença com respeito ao comportamento. Aqui a ideia básica de Plantinga é a seguinte:

(#) Se uma crença C tivesse as mesmas propriedades NF mas um conteúdo diferente, então ainda teria o mesmo efeito causal sobre o comportamento.

Ora, isto significa que o conteúdo não é o que causa o comportamento. Assim, se a contrafactual (#) for verdadeira, não sucede que crenças falsas causem comportamento desadaptado em virtude de terem um conteúdo falso, nem que crenças verdadeiras causam comportamento adaptativo pelo facto de terem conteúdos verdadeiros. Desta forma, a verdade ou falsidade da crença é indiferente ou invisível para a seleção natural e para haver um comportamento adaptativo. Com (#) pode-se, então, continuar a defender a premissa (1).

No entanto, considero que esta resposta de Plantinga parece bastante implausível. Em primeiro lugar, a antecedente da contrafactual (#) é metafisicamente impossível dado MNL e dado MR. Já vimos que de acordo com MNL a sobreveniência expressa em (S) é entendida como envolvendo necessidade lógica ampla. Assim, para todos os mundos possíveis, se num certo mundo M há uma estrutura com determinadas propriedades NF_1 das quais sobrevém um conteúdo específico C_1 , então em qualquer outro mundo M^* que tenha uma estrutura com essas propriedades NF_1 daí sobrevém o mesmo conteúdo C_1 . Por outras palavras, não sucede que, ao ter-se em M e em M^* estruturas com as mesmas propriedades NF_1 , as propriedades NF_1 gerem em M o conteúdo C_1 e essas mesmas propriedades NF_1 gerem em M^* um diferente conteúdo C_2 . Deste

modo, não há qualquer mundo possível em que uma estrutura tenha as mesmas propriedades NF_1 mas conteúdos diferentes.

Um resultado similar verifica-se com o MR; pois, se a tese da necessidade da identidade defendida por Kripke (2012) for correta, i.e., a tese de que, para todo x e y , se $x=y$ então necessariamente $x=y$, a identidade entre propriedades NF e propriedades de conteúdo obtém-se em todos os mundos possíveis, supondo que tal identidade ocorre no mundo atual. Deste modo, dado MR, não existe nenhum mundo possível em que uma crença tenha as mesmas propriedades NF mas um conteúdo diferente. É verdade que o próprio Kripke tenta refutar MR ao defender que é metafisicamente possível haver mundos em que tal identidade não se obtém e, por isso, não haveria de toda identidade entre essas propriedades, o que tornaria MR numa teoria implausível. Contudo, como já procurei defender (cf. Faria 2014), essa argumentação de Kripke contra MR não parece ser procedente. De qualquer forma, ao utilizar-se a tese da necessidade da identidade e tendo em conta MR, a antecedente de (#) é metafisicamente impossível. Assim, considerando-se tanto MR como MNL, a contrafactual (#) se for verdadeira, será apenas vacuamente verdadeira, porque a sua antecedente é metafisicamente impossível. Além disso, se a semântica das contrafactuais de Lewis (1973) e Stalnaker (1968) estiver em ordem, qualquer contrafactual com a mesma antecedente de (#) será de igual modo trivial ou vacuamente verdadeira, como é o caso da seguinte:

(*) Se uma crença C tivesse as mesmas propriedades NF mas um conteúdo diferente, então *não teria* o mesmo efeito causal sobre o comportamento.

Com isto pode-se questionar: Que razão há para se preferir a contrafactual (#) em vez desta última contrafactual? Afinal são as duas vacuamente verdadeiras. Claro que Plantinga pode tentar argumentar que a semântica tradicional de Lewis-Stalnaker não é apropriada, talvez porque é intuitivo sustentar que algumas contra-

factuais, com a mesma antecedente impossível, podem ser não-vacuamente verdadeiras e outras não-vacuamente falsas – tal como sugerem Nolan (1997) ou Salerno (2007), entre outros. Por exemplo, enquanto a contrafactual “se 2 tivesse sido maior do que 3, então 3 teria sido menor do que 2” parece não-vacuamente verdadeira, a contrafactual “se 2 tivesse sido maior do que 3, então 3 teria sido maior do que 2” parece não-vacuamente falsa. Mas, mesmo adotando uma semântica alternativa, o problema permanece: por que razão a contrafactual (#) seria não-vacuamente verdadeira enquanto a contrafactual (*) seria não-vacuamente falsa? Plantinga não oferece qualquer razão para se acreditar na verdade não-trivial de (#) em vez de (*), limitando-se a postular que essa contrafactual (#) é verdadeira. Todavia, isso parece ser bastante insuficiente para afastar a objeção de que os conteúdos causam em parte os comportamentos.

Em segundo lugar, Plantinga ao recorrer a (#) está a pressupor que o epifenomenalismo é a teoria mais provável, dado o materialismo; porém, isso parece igualmente implausível. De acordo com o epifenomenalismo apenas as propriedades NF têm poderes causais sobre o comportamento, sendo o conteúdo ou as propriedades mentais causalmente inertes. Ora, se o epifenomenalismo for o mais provável, dado o materialismo (bem como N&E), então a premissa (1) será certamente verdadeira. Mas, supondo que EP abrevia o epifenomenalismo e que M abrevia o materialismo, por que razão considerar que a $P(EP|M)$ é alta? Parece haver mais razões a favor da baixa probabilidade de EP, dado M, do que a favor de uma alta probabilidade; pois, por exemplo, se considerarmos o MR, as propriedades mentais ou de conteúdo são apenas propriedades NF e, por conseguinte, não há qualquer razão para pensar que o conteúdo não entra na cadeia causal que leva ao comportamento. Isto porque se propriedades de conteúdo C são idênticas a propriedades NF e, além disso, se uma crença X causa uma ação A em virtude de ter propriedades NF, então X também causa A em virtude de ter C. Aliás, filósofos como Kim (1996: 56) ou Polger (2004, p. 35) defendem que MR é a única teoria com

uma explicação robusta de como os fenómenos mentais podem causar fenómenos físicos. Assim, dado M (interpretado como MR), a probabilidade de EP será baixa.

Ora, se é verdade que a $P(EP|M)$ é baixa e que, dado M (pelo menos interpretado como MR), as propriedades mentais são causalmente eficazes sobre o comportamento, a objeção anterior (de que crenças falsas tendem a causar comportamentos desadaptados e que crenças verdadeiras tendem a conduzir a comportamentos adaptativos) parece ser restaurada. Claro que Plantinga pode continuar a insistir que aquilo que importa, dado N&E, é apenas que as propriedades NF causem comportamento adaptativo, sendo completamente irrelevante o conteúdo constituído ser verdadeiro ou falso. Todavia, se há causalidade mental, então parece ser de alguma forma relevante que o conteúdo seja tendencialmente verdadeiro em vez de falso, pelas razões apontadas na objeção anterior; pois, ter conteúdos falsos pode levar provavelmente a comportamento desadaptados enquanto caso se tenha conteúdos verdadeiros parece haver uma maior probabilidade para se ter comportamentos adaptativos. Por isso, estou inclinado a supor que a $P(F|N\&E)$ não parece ser baixa, mas talvez tendencialmente elevada, nomeadamente no que concerne às crenças que são mais relevantes para a sobrevivência e reprodução. Outros argumentos substancialmente diferentes para esta mesma conclusão foram avançados por Collin (2013), Tooley (2012), Ramsey (2002), Fodor (2002), Fales (2002), Sober (1998), entre outros, e não parece que Plantinga tenha oferecido uma resposta completamente satisfatória a essas críticas.

Perante tais objeções, considero que o argumento original de Plantinga contra o naturalismo não é procedente porque tem premissas falsas, nomeadamente a premissa (1). No entanto, será que por causa destes problemas o argumento contra o naturalismo está condenado ao fracasso? Penso que não; pois, mesmo que todas estas críticas sejam procedentes, é possível formular uma nova versão do argumento contra o naturalismo, tal como procurei fazer num outro lugar (cf. Faria, 2015), de tal forma que se consegue

contornar essas objeções. Assim, com uma nova proposta de formulação do argumento pode-se continuar a defender a irracionalidade do naturalismo metafísico de uma forma plausível.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores Pedro Galvão e Ricardo Santos, bem como aos colegas do LanCog que me ajudaram a discutir as ideias presentes neste artigo. Também agradeço as sugestões propostas pelos revisores da revista *Princípios*. Através de uma Bolsa de Doutorado (SFRH/BD/85051/2012) beneficieei, na realização deste trabalho, do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Referências

BEILBY, J. *Naturalism defeated?: essays on Plantinga's evolutionary argument against naturalism*. Ithaca: Cornell University, 2002.

CHURCHLAND, P. Epistemology in the age of neuroscience. *Journal of Philosophy*. v. 84, n. 10, 1987, p. 546-553.

COLLIN, J. Semantic inferentialism and the evolutionary argument against naturalism. *Philosophy Compass*. v. 8, n. 9, 2013, p. 846-856.

DARWIN, C. Letter to William Graham, Down, July 3, 1881. In: DARWIN, F. (Ed.). *The life and letters of Charles Darwin including an autobiographical chapter*. Londres: John Murray, 1881. v. 1. p. 315-316.

DAWKINS, R. *The blind watchmaker: why the evidence of evolution reveals a universe without design*. Nova York: Norton & Company, 1986.

DENNETT, D. Truths that miss their mark: naturalism unscathed / Habits of imagination and their effect on incredulity. In: PLANTINGA, A.; DENNETT, D. (Ed.). *Science and religion: are they compatible?* Nova York: Oxford University Press, 2011. p. 35-36 / 51-52.

FALES, E. Darwin's Doubt, Calvin's Calvary. In: BEILBY, James. (Ed.). *Naturalism defeated?: essays on Plantinga's evolutionary argument against naturalism*. Ithaca: Cornell University, 2002. p. 42-58.

FARIA, D. Será procedente o argumento de Kripke contra a teoria da identidade Tipo-Tipo?. *Revista Portuguesa de Filosofia*. v. 70, n. 1, 2014, p. 112-131.

FARIA, D. Proposta de argumento contra o naturalismo metafísico. *Principia: an international journal of epistemology*. v. 18, n. 3, 2015, p. 361-370.

FODOR, J. Is science biologically possible?. In: BEILBY, James. (Ed.). *Naturalism defeated?: essays on Plantinga's evolutionary argument against naturalism*. Ithaca: Cornell University, 2002. p. 30-42.

KIM, J. *Philosophy of mind*. Boulder: Westview Press, 1996.

KRIPKE, S. *O nomear e a necessidade*. Trad. Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012.

LEWIS, D. Counterfactuals and comparative possibility. *Journal of Philosophical Logic*. v. 2, 1973, p. 418-446.

NAGEL, T. *The view from nowhere*. Nova York: Oxford University Press, 1989.

NOLAN, D. Impossible worlds: a modest approach. *Notre Dame Journal for Formal Logic*, v. 38, 1997, p. 325-527.

PLANTINGA, A. An evolutionary argument against naturalism. *Logos*. v. 12, 1991, p. 27-48.

PLANTINGA, A. Is naturalism irrational? In: PLANTINGA, A. *Warrant and Proper Function*. Nova York: Oxford University Press, 1993. p. 216-237.

PLANTINGA, A. Naturalism and lack of knowledge. In: PLANTINGA, A. *Warranted Christian Belief*. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 227-240.

PLANTINGA, A. Against naturalism. In: PLANTINGA, A.; TOOLEY, M. *Knowledge of God*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 1-69.

PLANTINGA, A. The evolutionary argument against naturalism. In: PLANTINGA, A. *Where the conflict really lies: science, religion and naturalism*. Nova York: Oxford University Press, 2011. p. 307-350.

PLANTINGA, A. The evolutionary argument against naturalism. In: STUMP, J.; PADGETT, A. (Ed.). *The Blackwell companion to science and Christianity*. Oxford: Blackwell, 2012. p. 103-115.

POLGER, T. *Natural minds*. Cambridge: MIT, 2004.

RAMSEY, W. Naturalism defended. In: BEILBY, James. (Ed.). *Naturalism defeated?: essays on Plantinga's evolutionary argument against naturalism*. Ithaca: Cornell University, 2002. p. 15-29.

SALERNO, J. Why counterpossibles are not trivial. *The Reasoner*. v. 1, n. 1, 2007, p. 1-7.

SOBER, E. Plantinga's probability arguments against evolutionary naturalism. *Pacific Philosophical Quarterly*. v. 79, n. 2, 1998, p. 115-129.

SOBER, E. Evolution without naturalism. In: KVANVIG, J. (Ed.). *Oxford studies in Philosophy of Religion*, Volume 3. Nova York: Oxford University Press, 2011. p. 187-221.

STALNAKER, R. A theory of conditionals. In: *Studies in logical theory, American Philosophical Quarterly Monograph Series*. v. 2, 1968, p. 98-112.

TOOLEY, M. Plantinga's new argument against materialism. *Philosophia Christi*. v. 14, n. 1, 2012, p. 29-48.

Artigo recebido em 17/09/2015, aprovado em 15/12/2015

**A CRÍTICA DA RAZÃO LÓGICA
A PARTIR DO PROBLEMA MODAL EM HUSSERL:
HIPÓTESES E PERSPECTIVAS**

Carlos Eduardo de Carvalho Vargas

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Bolsista CAPES

Cleverson Leite Bastos

Doutor em Filosofia
Professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 141-161

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Ao propor a crítica da razão lógica em *Lógica Formal e Transcendental*, Edmund Husserl ampliou sua concepção de lógica e constatou uma lacuna dos *Prolegômenos à Lógica Pura*: a ausência da consideração da noção de modalidade. O artigo reflete sobre a alteração na concepção de lógica pura a partir da perspectiva modal e sua importância para a filosofia husserliana. A afirmação da dimensão modal aparece em fragmentos espalhados pela obra do autor e inspira hipóteses sobre a interpretação do desenvolvimento de seu pensamento, mas também abre perspectivas sobre o alcance da crítica da razão lógica proposta por Husserl.

Palavras-chave: Fenomenologia; Filosofia da Lógica; Husserl; Lógica Modal.

Abstract: Proposing the critique of reason and logic in *Transcendental Formal Logic*, Edmund Husserl expanded his conception of logic and found a gap in the *Prolegomena to Pure Logic*: the lack of consideration of the notion of modality. The article reflects on the changes in the conception of pure logic from the modal perspective and its importance to the husserlian philosophy. The statement of the modal dimension appears in fragments scattered by the author and inspires hypotheses about the interpretation of the development of his thought, but also opens perspectives on the scope of the critique of logic reason proposed by Husserl.

Keywords: Phenomenology; Philosophy of Logic; Husserl; Modal Logic.

Considerações iniciais

Edmund Husserl foi um matemático que passou a se dedicar à filosofia, fazendo referências à lógica em diferentes fases do seu desenvolvimento filosófico. Quando Husserl estudou na Universidade de Berlim, teve oportunidade de estudar com matemáticos como Leopold Kronecker e Karl Weierstrass, do qual foi assistente entre 1883 e 1884 (Bastos; Vargas, 2014). Na Universidade de Halle, Husserl estudou sob a supervisão de Carl Stumpf, a quem dedicou suas *Investigações Lógicas*. Em contato com Stumpf, Husserl estudou a filosofia de Hermann Lotze e interessou-se pelas ideias platônicas, reelaborando os ensinamentos psicológicos de Franz Brentano.

Os primeiros trabalhos filosóficos de Husserl dizem respeito à matemática. Ainda em Halle, Husserl escreveu a obra *Sobre o Conceito de Número*, além de *Filosofia da Aritmética: Investigações Lógicas e Psicológicas* (Hua, XII). A filosofia husserliana da lógica também foi desenvolvida nas *Investigações Lógicas*, especialmente seu primeiro volume, *Prolegômenos à Lógica Pura*¹, onde foi elaborada sua crítica ao psicologismo (Hua, XVIII, §§17-61) e sua concepção de lógica pura (Hua, XVIII, §§ 62-72) a partir dos cursos ministrados em Halle.

Na Universidade de Göttingen, Edmund Husserl foi colega de professores de matemática como David Hilbert e Felix Klein, que possuíam um interesse notável nas questões filosóficas. Nesse contexto acadêmico, o autor das *Investigações Lógicas* estava atento aos problemas lógicos e matemáticos da época, quando ministrou alguns cursos sobre lógica e epistemologia (Van Dalen, 1984). Mesmo no desenvolvimento de sua metodologia fenomenológica, Husserl continuou a elaboração de sua filosofia da lógica e da

¹ A obra *Prolegômenos à lógica pura*, cujo título original foi *Logische Untersuchungen: Erster Band – Prolegomena zur reinen Logik* será chamada simplesmente de *Prolegômenos*. A obra será citada em referência à *Husserliana* (Hua), indicando o volume da coleção e a seção (§), quando for o caso. O mesmo critério será utilizado nas citações das demais obras de Husserl, exceto *Experiência e Juízo*, que foi publicado fora da coleção Husserliana.

matemática, como pode ser exemplificado em sua obra *Lógica Formal e Transcendental* (Hua, XVII).

Guillermo E. Rosado Haddock (1997) destacou a importância da contribuição da filosofia de Edmund Husserl para a lógica modal, mas, conforme foi assinalado por Richard Tieszen (2004), as contribuições de Husserl voltam-se mais aos aspectos filosóficos relacionados à compreensão da lógica do que aos desenvolvimentos formais propriamente ditos. Claire O. Hill (2008, p. xiii) recordou a carta que Husserl escreveu, em 18 de fevereiro de 1905, a Heinrich Gomperz destacando a evolução teórica e metodológica que ocorreu, em relação à primeira edição de *Investigações Lógicas*, nas lições ministradas em Göttingen, especialmente nas lições sobre teoria da significação de 1908 (Hua, XXVI). Em *Lógica Formal e Transcendental*, o autor criticou a postura adotada nos *Prolegômenos*, onde não foi explicitado o aspecto modal da lógica pura. Na reelaboração de sua filosofia da lógica, Husserl percebeu a necessidade de uma ampliação da lógica pura em relação à noção de modalidade (Hua, XVII, p. 99-100).

A ausência do problema modal nos *Prolegômenos*

Kevin Mulligan (2004) destacou que Edmund Husserl, no desenvolvimento de sua filosofia, fez várias referências a termos como possibilidades, impossibilidades, necessidades, possibilidades necessárias, leis essenciais, necessidades essenciais, ideias e essências. Alguns termos, como “essência”, foram relacionados à concepção de modalidade. Entretanto, nos *Prolegômenos*, a lógica modal foi deixada de lado, como Husserl recordou em *Lógica Formal e Transcendental* (Hua, XVII, p. 99-100). Essa ausência pode ser entendida no contexto da crítica ao psicologismo, quando Husserl enfatizou a idealidade da significação, contrastando com a variedade dos atos psíquicos reais. O significado, enquanto unidade ideal, é irreduzível a atos psíquicos reais, sendo uma noção importante na polêmica contra o psicologismo e proporciona a base para o desenvolvimento de uma teoria da intencionalidade orientada a partir da constituição da objetividade categorial (Vigo, 2004).

Apesar da abertura aos aspectos subjetivos da epistemologia da lógica, no segundo volume das *Investigações Lógicas*, Husserl (Hua, XIX) certamente não queria confundir sua postura crítica com a filosofia da lógica modal daqueles que estavam sendo criticados como psicologistas. Christian Sigwart, por exemplo, que teve seu psicologismo criticado nos *Prolegômenos*, era um filósofo que estudou as modalidades e pensou a aplicação da lógica em contextos científicos, mas também no âmbito da linguagem coloquial, para superar a abstração da lógica formal tradicional (Stelzner, 2003). Sigwart (1904) pretendia associar a lógica com uma espécie de metodologia científica relacionadas aos problemas científicos de seu tempo, mas não distinguiu claramente a lógica pura e a aplicada, o que permitiu as críticas husserlianas. Ao desenvolver sua concepção de lógica modal, Husserl precisaria amadurecer uma forma de pensar a dimensão da modalidade sem repetir as falhas filosóficas criticadas nos psicologistas.

A concepção de significação que Husserl elaborou nas *Investigações Lógicas* possibilitou uma espécie de ruptura com a perspectiva de *Filosofia da Aritmética*, que ainda estava propondo algumas análises psicológicas da matemática. No último capítulo dos *Prolegômenos*, Husserl também apresentou a distinção dos três níveis da lógica pura, com as suas respectivas tarefas principais:

A primeira tarefa [...] consiste em definir os conceitos ou categorias primitivas (significado e objetivo); e a segunda tarefa consiste em identificar as leis que são fundadas nestas duas classes de conceitos categóricos. As duas primeiras tarefas respondem às condições de possibilidade de uma teoria em geral, enquanto a terceira consiste em buscar uma ciência abrangente das possíveis formas de teorias.² (Fisette, 2003, p. 43; tradução nossa)

² No original: “The first task [...] consists in defining the primitive concepts or categories (meaning and object); and the second task consists in identifying the laws which are founded in these two classes of categorial concepts. The two first tasks answer to the conditions of possibility of a theory in general while the third one consists in looking for an all encompassing science of the possible forms of theories”.

No desenvolvimento filosófico de sua lógica pura, apresentando sua crítica ao psicologismo, Edmund Husserl incluiu as leis que são fundadas puramente no conceito de verdade teórica, as quais são válidas, em condições ideais, para qualquer consciência possível, independentemente de condições empíricas psicológicas: “as leis puramente lógicas são verdades, fundadas puramente no conceito de verdade e nos conceitos com ele essencialmente aparentados” (Hua, XVIII, p. 190). Nos *Prolegômenos*, Husserl citou alguns exemplos desses conceitos que constituem as leis lógicas: “verdade e falsidade, afirmação e negação, universalidade e particularidade, premissa e consequência, etc.” (Hua, XVIII, p. 65). Inspirado pela geometria de Bernhard Riemann e pela teoria dos conjuntos de Georg Cantor, Husserl enfatizou a importância da descrição matemática do domínio formal de uma teoria lógica, levando em conta a totalidade das estruturas teóricas (Mormann, 1991).

Outro fator que também deve ser levado em conta ao analisarmos a ausência das modalidades nos *Prolegômenos* é o contexto histórico do desenvolvimento da teoria das modalidades, que ainda não havia recebido, em 1900, uma formalização como Clarence I. Lewis desenvolveria alguns anos depois. Werner Stelzner (2003, p. 91) relembra, inclusive, que Gottlob Frege, em sua nova lógica simbólica, atribui uma importância gramatical às distinções modais dos juízos, pois considerá-los hipotéticos, categóricos ou disjuntivos não afetaria os conteúdos conceituais, modificando apenas as razões do juízo no contexto de sua lógica (Frege, 1960, §4). Outro exemplo de exclusão da importância lógica das conclusões modais pode ser encontrado na *Lógica* de Benno Erdmann (1892, p. 638), onde a dimensão modal é situada nos limites entre a lógica e a teoria do conhecimento.

Modalidade e juízo na perspectiva da relação entre as estruturas noéticas e noemáticas

Pode-se levantar a hipótese de que o desenvolvimento da fenomenologia permitiu a Husserl um tratamento mais adequado da

modalidade, sem tornar-se psicologista. Em relação ao problema da modalidade, na perspectiva da teoria do juízo e relacionando com aspectos da subjetividade ideal do conhecimento, retomaremos a análise de Alejandro Vigo (2004) sobre a evolução husserliana entre *Prolegômenos e Lógica Formal e Transcendental*. O autor analisou alguns elementos da teoria husserliana da significação que permitiriam desenvolver filosoficamente explicações sobre a dimensão modal da lógica e do conhecimento em geral. Vigo assinalou que a distinção entre noema e núcleo noemático, apresentada em *Ideias I*, foi fundamental para realizar algumas tendências relativas ao conteúdo proposicional que já se manifestavam em trabalhos anteriores husserlianas, especialmente nos cursos ministrados em Göttingen. Claire O. Hill (2008) também afirmou que a lição sobre a teoria da significação ministrada por Husserl em 1908 (Hua, XXVI) é uma referência fundamental para a introdução da concepção noemática de significação.

Nas lições de 1906 sobre lógica e teoria do conhecimento (Hua, XXIV), Edmund Husserl enfatizou o aspecto noético do conhecimento, associado com as explicações fenomenológicas (Hua, XXIV, §§25-41). Entretanto, quando Husserl ampliou sua análise da teoria do juízo a partir da perspectiva do conteúdo noemático nuclear, foi possível reconhecer a presença de um núcleo de sentido invariante em relação às várias formas de atos predicativos (Vigo, 2004, p. 172). Por mais que seja possível descrever diversos atos de predicação, como hipótese, dúvida e negação, o noema preserva um conteúdo significativo nuclear, o qual é idêntico, mas assume diferentes caracterizações. Uma mesma proposição, exemplificada como “*S é P*”, pode ser associada com um conteúdo de hipótese ou certeza sem esgotar o conteúdo noemático possível nos diversos atos concretos. Para Husserl (Hua, III/1, § 94), a distinção entre os aspectos ideais da vivência do juízo e os correspondentes conteúdos noemáticos ideais também clarificam a noção de “proposição em si” (*Satz an sich*) da *Teoria da Ciência* de Bernhard Bolzano, destacando o caráter inovador do conceito bolzaniano.

Husserl também ressaltou que a distinção entre noesis e noema também apresenta obstáculos aos psicologistas que não separam teoricamente a vivência empírica e o juízo como essência ou ideia. Em uma concepção mais ampla, os conteúdos nucleares dos diversos atos predicativos podem ser classificados como possíveis, certos, prováveis ou nulos. O conteúdo total da significação sofre variações modais, mas, com a noção de núcleo noemático, Husserl preservou uma significação constante em diferentes tipos de atos de predicção (Vigo, 2004, p. 172-173).

Em *Ideias I*, quando Husserl descreveu o método e os problemas da fenomenologia pura (Hua, III/1, §§87-96), Husserl dedicou um capítulo específico à distinção entre noesis e noema, incluindo implicações no domínio do juízo. No capítulo sobre os problemas das estruturas noético-noemáticas (Hua, III/1, §§97-127), Husserl ampliou sua análise da dimensão modal, tratando, por exemplo, das modalidades dóxicas (Hua, III/1, §104), modalidades de crença e modalidades do ser (Hua, III/1, §105). O tratamento das modalidades apresentado em *Ideias I*, partiu da noção de conteúdo noemático, orientando-se a partir da sua correlação com o noema para mostrar relações de dependência e prioridade. Tal abordagem ressaltou as possibilidades de transição entre as estruturas paralelas das intencionalidades noemáticas e noéticas do conhecimento.

Husserl enfatizou o sentido intencional das modificações modais, buscando a descrição do objeto total em seus componentes modais de ser (Hua, III/1, §105). Alejandro Vigo (2004, p. 176) ofereceu alguns exemplos para o raciocínio husserliano, comparando-o com Aristóteles e destacando que os enunciados modais, como os duvidosos ou possíveis, podem ser transformados em juízos não-modalizados para assumir outros momentos da experiência do ser que estavam tácitos na modalização.

Sobre a noção de modalidade na análise do juízo

A correção feita em *Lógica Formal e Transcendental*, a partir da noção de modalidade, ampliou as possibilidades da lógica formal

(Hua, XVII, §35). Entretanto, por que Husserl não havia incluído esta mesma noção em *Prolegômenos*? O que foi “acrescentado” em sua concepção de lógica pura que permitiu esta alteração e qual é a sua importância para a compreensão da noção de modalidade?

Suzanne Bachelard (1957), associando *Lógica Formal e Transcendental* com *Experiência e Juízo*, e Carlos Lobo (2009), fazendo desenvolvimentos a partir de *Filosofia Primeira*, apresentaram diferentes explicações para a autocrítica husserliana. Bachelard enfatizou a importância da análise da subjetividade noética, a qual é ampliada em *Lógica Formal e Transcendental*. Lobo, por sua vez, investigando as noções de *eidos* e de *ideação*, apresentou uma hipótese relacionada à *Filosofia Primeira*.

Se Bachelard e Lobo ressaltaram a importância que a dimensão modal assumiu na obra husserliana, Alejandro Vigo (2004, p. 157) também observou que o problema das modalidades do juízo tornou-se crucial para a filosofia de Husserl a partir de *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica (Ideias I)*. Carlos Lobo (2009) ressaltou a influência de Paul Natorp sobre Husserl, com sua obra *Fundamentos lógicos das ciências exatas*, onde a modalidade foi entendida como expressão da idealidade do objeto de conhecimento, notando que a “existência” de um conceito matemático é entendida como possibilidade e necessidade (Natorp, 1910, p. 84).

A partir da dinâmica do desenvolvimento da filosofia da lógica de Husserl, quais seriam os elementos que manifestam e justificam o problema modal na filosofia husserliana? Suzanne Bachelard (1957) já havia associado o crescimento da importância da noção de modalidade na filosofia husserliana ao aumento da importância da análise da atividade judicante, na medida em que Edmund Husserl passa a focar sua reflexão mais nas condições necessárias de julgamento do que no juízo em si. Conforme tal raciocínio, a questão das modalidades estaria ausente dos *Prolegômenos* porque Husserl, no contexto da crítica ao psicologismo, não quis ressaltar o aspecto subjetivo da lógica. Entretanto, no último capítulo dos *Prolegômenos*, o autor afirma a importância das condições de

possibilidades ideais subjetivas das ciências e da teoria em geral (Hua, XVIII, §65a), sendo que o tema da relação entre subjetividade e objetividade do conhecimento é aprofundado no segundo volume das *Investigações Lógicas* (Hua, XIX).

Suzanne Bachelard (1957) destacou que a distinção das modalidades de certeza apresentadas em *Lógica Formal e Transcendental* seria ampliada em *Experiência e Juízo*. A autora estava se referindo à segunda parte do livro póstumo, quando, ao tratar do pensamento predicativo e das objetividades do entendimento, Husserl, no parágrafo 66, abre a questão das modalidades do juízo partindo das análises de tomada de decisão. Husserl, em *Experiência e Juízo*, considera a distinção entre uma certeza comprovada e uma certeza “simples” como uma modalização do ato de julgar. Assumindo tal sentido amplo, a modalização deixa de ser algo ocasional para o juízo, pois o ato de julgar não poderia ser entendido sem a modalização que culmina na certeza da afirmação. Pensando no juízo científico, Bachelard (1957) explica que o “criticismo” do cientista é, em suas características essenciais, uma modalização da certeza ingênua, fundamentando-a cientificamente.

Conforme Edmund Husserl (1939), o cientista abandona a certeza ingênua de quem toma as objetividades atuais como evidentes, passando a tematizá-las, modalizando-as como supostas ou hipotéticas. O cientista coloca-se o problema da adequação. O juízo dogmático “*S é p*” é substituído por uma afirmação hipotética que exige confirmação para ser considerada como um juízo verdadeiro. A crítica científica exige o retorno às coisas mesmas para verificar se elas são realmente como estavam sendo pensadas. Entretanto, o juízo referente à opinião pode ser analisado por si mesmo enquanto significação. O juízo emitido hipoteticamente pelo cientista é uma significação e, por si mesmo, não possui o objeto científico de sua intenção. Portanto, é possível que o juízo seja analisado simplesmente enquanto juízo, desinteressando-se provisoriamente da adequação com o objeto. Desta forma, pode-se

analisar temas intermediários que sejam logicamente relevantes para a crítica científica.

Husserl mostrou, com as reflexões de *Experiência e Juízo*, a importância da noção de modalização temática como instrumento de análise epistemológica, sendo que os temas podem ser primários ou secundários. A lógica, enquanto teoria da ciência, serve de norma para as investigações científicas e torna-se instrumento para uma crítica que permita fundamentar os juízos científicos de maneira autêntica.

Sobre a composição modal do *eidos*

Carlos Lobo (2009) associou a autocrítica de Husserl em *Lógica Formal e Transcendental*, revisando a ausência das modalidades nos *Prolegômenos*, com a crítica de Husserl à lógica platônica em *Filosofia Primeira* (Hua, VII, p. 17-24). Husserl, em sua reflexão crítica sobre a história das ideias, comentou os limites da concepção de *eidos* platônico. Para Lobo, a noção de *eidos* havia sido concebida, nos *Prolegômenos*, como um pólo de objetividade e identidade que não deixava espaço para a dimensão modal.

A principal crítica husserliana à lógica platônica, em *Filosofia Primeira*, é que os desenvolvimentos aristotélicos e estoicos da lógica da não-contradição impediram o desenvolvimento de uma lógica da verdade. Conforme Husserl, a exclusão da dimensão modal da definição de verdade pretendia preservá-la de possíveis contradições. Carlos Lobo (2009) analisou a reflexão husserliana pensando na concepção de ideia, entendida como a intuição apodítica do *eidos*. Em termos de lógica formal, a crítica husserliana refere-se à exclusão dos conceitos de necessidade, impossibilidade e possibilidade da análise do conceito de verdade na lógica da não-contradição.

Entretanto, ao criticar a lógica antiga, mais do que analisar a história da lógica, Edmund Husserl está aplicando sua distinção entre lógica da não-contradição e lógica da verdade aos pensadores anteriores para mostrar suas limitações filosóficas. Talvez seja necessário fazer algumas reservas e distinguir melhor as

contribuições das lógicas platônicas, aristotélicas e estoicas em relação à dimensão modal do conhecimento. Pode-se afirmar que Aristóteles teve Sócrates e Platão como precursores, sendo que os diálogos platônicos foram uma fonte do ideal de lógica que seria buscado na elaboração das leis lógicas (Bochenski, 1985). Aristóteles assumiu o objeto da sua lógica a partir das discussões platônicas sobre definições, inferências válidas, verdade e falsidade, etc. (Kneale, Kneale, 1991). Entretanto, Aristóteles não tratou o conceito como uma ideia com existência separada, mas como um predicado que pode ser atribuído aos sujeitos agrupados em uma mesma classe³ (Blanché, 1985; Bastos, Oliveira, 2012).

Husserl concluiu sua crítica afirmando que a inspiração platônica impediu que a lógica analisasse como os juízos podem alcançar adequação material com seus objetos (Hua, VII, pp. 22-23). Para o autor, a lógica herdada dos gregos contribuiu para considerar as modalidades como determinações qualitativas secundárias, como se pertencessem apenas a uma lógica psicologista. Edmund Husserl ofereceu uma proposição como exemplo da restrição em relação às modalidades, onde há um substrato objetivo para o qual são atribuídas condições modais. Para o autor, foi uma falha considerar as variantes modais como modos de doação relegados ao plano da subjetividade psicológica ou empírica.

Husserl propõe, em *Filosofia Primeira*, uma lógica que, sem tornar-se histórica ou empírica, seja capaz de explorar aspectos diversos da “vida concreta”, incluindo processos abrangendo as próprias condições da vida intelectual. Tais idéias parecem antecipar a proposta filosófica que seria desenvolvida a partir da noção de “mundo da vida” (*Lebenswelt*), mas elas seriam difíceis de entender no contexto dos *Prolegômenos*.

³ Em relação ao comentário de Husserl sobre a lógica estoica (Hua, VII, 18-19), uma sugestão seria confrontar suas teses com a interpretação dos aspectos “positivos” da lógica modal estoica, como foi apresentado, por exemplo, na obra *A lógica dos estoicos* de Cleverson L. Bastos e Paulo E. de Oliveira (2010).

A ampliação da lógica e o problema modal

A análise da formalização da lógica pode ser relacionada com a noção de modalidade: “pois a atitude formalizante pressupõe justamente uma operação (*Leistung*) absolutamente fundamental de tipo modal”⁴ (Lobo, 2008, p. 96; tradução nossa). Complementando o debate sobre a lógica modal na filosofia husserliana, apresentamos a hipótese de que a autocrítica que Husserl apresentou em *Lógica Formal e Transcendental* pressupõe alguns aprofundamentos filosóficos apresentados na mesma obra, como a distinção entre apofântica e ontologia formal.

No contexto de um estudo comparado entre *Prolegômenos e Lógica Formal e Transcendental*, deve-se lembrar que o próprio Husserl comparou as duas obras utilizando o conceito de *ontologia formal*. Depois de uma breve referência a Bernhard Bolzano (Hua § 26d), o autor reconheceu que a ideia de uma ontologia formal apareceu inicialmente no primeiro volume das *Investigações Lógicas*, quando ele estabeleceu uma correlação entre “categorias de significação” e “categorias objetivas puras ou formais” (Hua, XVIII, p. 245). Entretanto, Husserl ainda não utilizava o termo “ontologia formal”. Em *Lógica Formal e Transcendental*, Husserl defendeu a tese de que o conceito de ontologia formal é necessário para a filosofia e que não pode ser separado da apofântica formal *a priori* (Hua XVII, § 27).

Ao elucidar fenomenologicamente a bilateralidade da lógica formal (Hua, XVII), Husserl distinguiu seus aspectos apofânticos e ontológicos. Husserl também analisa, na perspectiva lógica, a atitude voltada aos juízos e aquela direcionada aos objetos. Apofânticamente, a lógica é uma teoria *a priori* voltada para os sistemas de proposições verdadeiras. Trata-se de um sistema racional de leis que regem a derivação de consequências lógicas.

As categorias significativas são conceitos constituintes da essência de teoria pura. Deixando indeterminada cada particu-

⁴ No original: “car l’attitude formalisante présuppose justement une opération (*Leistung*) de type modal absolument fondamentale”.

laridade material dos objetos com os quais a teoria se relaciona, a lógica estuda os elementos sem os quais uma teoria deixaria de ser considerada cientificamente como uma teoria. Conforme Husserl, a lógica tradicional possui seus fundamentos nas teorias racionais que foram concebidas por Aristóteles como “analítica”.

A lógica de Husserl também inclui a dimensão da ontologia formal, como estudo apriorístico dos objetos formais possíveis. Não se trata de objetos reais, mas de construções objetivas determinadas em termos puramente formais: puras possibilidades gerais. É uma questão de “formas” de objetos em geral (*Etwas-überhaupt*). Trata-se de uma região ou domínio de objetos com certas relações específicas em relação aos outros, definidas apenas por uma determinada teoria com uma forma determinada. A teoria da modalidade, enquanto ampliação da lógica pura, também pode ser entendida em termos de uma forma geral de possibilidade (*allgemeine formale Möglichkeiten*).

Paul Cortois (1996, p. 36-37) associou a lógica modal com a “derivabilidade apofântica”, mas Husserl expressou, em *Lógica Formal e Transcendental*, que a noção de variante modal não se esgota com as variações do juízo (Hua XVII, § 23a). Entretanto, a partir da relação entre os conceitos de apofântica e da ontologia formal, pode-se continuar a investigação verificando em que sentido as modalidades também se referem ao conceito de “objeto em geral” (“*Etwas-überhaupt*”): “a lógica modal abstrata conduz a uma ‘selva ontológica’, porque, quando aplicada à linguagem natural, permite a expressão de várias suposições ontológicas, cujas diversidades, em última análise, tem origem na imprecisão das estruturas típicas de percepção”⁵ (Wiegand, 2000, p. 123; tradução nossa).

Kevin Mulligan (2004) também observou que a ontologia e a filosofia da lógica de Husserl são inseparáveis de certos pressu-

⁵ No original: “abstract modal logic leads into an ‘ontological jungle’ because, when applied to natural language, it allows for the expression of various ontological assumptions whose diversity ultimately originates in vagueness of the typic-structures of perception”.

postos epistemológicos, que permitiriam a aplicação da sua teoria das modalidades inclusive ao conhecimento *a posteriori* e à necessidade empírica. Assim, é possível pensar as relações da lógica modal com as ciências particulares, como sugeriu Albino Lanciani (2008), que propôs uma revisão epistemológica da probabilidade, verificando as articulações científicas estritamente modais e esclarecendo relações ontológicas relacionadas.

Talvez a afirmação mais importante da modalidade em *Lógica Formal e Transcendental* esteja na consideração modal do conhecimento, que surge da elucidação fenomenológica da bilateralidade da lógica formal. Foi esse raciocínio que permitiu Suzanne Bachelard (1957) fazer associações filosóficas com *Experiência e Juízo*, mas também permitiu que Olav Wiegand (2000, p. 116-124) mostrasse a importância da modalidade no estudo da demonstração matemática. Ao distinguir seus aspectos apofânticos e ontológicos, Husserl analisou a atitude lógica voltada aos juízos e aquela direcionada aos objetos. Na sequência, o autor explicou a atitude crítica de quem, buscando adequar o conhecimento cientificamente, distingue a objetividade efetivamente existente daquela que é objeto de sua crítica do conhecimento (Hua, XVII, § 44).

A concepção de modalidade assume uma importância filosófica mais fundamental quando se considera a distinção modal dos conhecimentos ingênuos e científicos. A metodologia fenomenológica permite analisar a abstração categorial relacionada com o processo cognitivo envolvido no ato de reflexão modal. Aprofundando o mesmo raciocínio, a própria verdade e a falsidade podem ser consideradas como espécies de modalidades aprofundando a transição entre o nível da linguagem natural e os conceitos formalizados por meio da abstração e da idealização (Wiegand, 2000).

Fenomenologicamente, pode-se buscar a origem das formas lógicas a partir das estruturas ideais da experiência, retomando, com Olav Wiegand (1998, 2000), a semântica fenomenológica de Thomas M. Seebohm como uma espécie de psicologia fenomenológica, fazendo uma ponte epistemológica entre a psicologia

empírica e a filosofia transcendental. Na medida em que a lógica apresenta uma atitude crítica, modalizando a hipótese inicial, essa atitude modal precisa ser clarificada fenomenologicamente.

Considerações finais

A autocrítica apresentada por Edmund Husserl em *Lógica Formal e Transcendental* pode ser associada com a sua crítica à lógica antiga em *Filosofia Primeira* e com os desenvolvimentos filosóficos posteriores publicados em *Experiência e Juízo*. Depois de analisar o desenvolvimento do pensamento husserliano, confrontando as hipóteses de Suzanne Bachelard (1957) e Carlos Lobo (2008, 2009), a conclusão é de que, na apresentação da lógica pura nos *Prolegômenos*, Husserl ainda não possuía todas as ferramentas filosóficas para elaborar sua concepção madura de lógica modal. Com o desenvolvimento de sua teoria do juízo, conforme assinalado por Alejandro Vigo (2004), e com o aprofundamento da distinção entre apofântica e ontologia formal, que ocorreria em *Lógica Formal e Transcendental*, Husserl conseguiu cobrir uma lacuna teórica dos *Prolegômenos*. Entretanto, o tema das modalidades ainda receberia contribuições originais em *Experiência e Juízo*, como foi assinalado por Bachelard (1957) e Olav Wiegand (2000).

Seguindo as sugestões husserlianas, seria possível estruturar uma lógica de inspiração fenomenológica, assumindo o momento modal como ponto de partida para a questão formal. Portanto, a partir dos textos que Husserl dedicou à questão da lógica modal, especialmente em *Lógica Formal e Transcendental*, surgem diversas possibilidades lógicas e filosóficas, ampliando as reflexões dos *Prolegômenos* e antecipando algumas questões de *Experiência e Juízo*. O problema modal oferece alguns elementos para rever a interpretação do conjunto da obra husserliana, além de permitir alguns diálogos relacionados à história da filosofia e à epistemologia. Entretanto, a revisão da filosofia da lógica de Edmund Husserl, a partir do ponto de vista modal, também deve ser associada aos demais instrumentais fenomenológicos para esclareci-

mento dos conceitos lógicos, complementando filosoficamente as pesquisas científicas.

Referências

BACHELARD, Suzanne. *La Logique de Husserl: Étude sur Logique Formelle et logique transcendente*. Paris: P.U.F., 1957.

BASTOS, Cleverson L.; OLIVEIRA, Paulo E. *A lógica dos estoicos*. Curitiba: Champagnat, 2010.

BASTOS, Cleverson L.; OLIVEIRA, Paulo E. *Lógica modal: aspetos históricos*, v. 1. Curitiba Champagnat, 2012.

BASTOS, Cleverson L.; VARGAS, Carlos E. C. Uma contribuição fenomenológica para a História das Matemáticas: o problema da origem dos números. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2013, p. 53-66. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/8114/7685> >. Acesso em: 24 mar. 2015.

BLANCHE, Robert. *História da Lógica de Aristóteles a Bertrand Russell*. Trad. António J. P. Ribeiro. Lisboa: 70, 1985.

BOCHENSKI, Józef M. *História de la Lógica Formal*. Trad. Millan B. Lozano. Madrid: Gredos, 1985.

CORTOIS Paul. From apophantics to manifolds: the structure of Husserl's formal logic. *Philosophia Scientiae*, Paris, t. 1, n. 2, 1996, p. 15-49.

ERDMANN, Benno. *Logik*. Halle: M. Niemeyer, 1892. Disponível em: <<http://archive.org/details/logikvolume00erdmgooq>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FISETTE, Denis. Husserl's Programme of a Wissenschaftlehre in the Logical Investigations. In: FISETTE, Denis. (Org.). *Husserl's Logical Investigations Reconsidered*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 35-57.

FREGE, Friedrich L. G. Begriffsschrift (Chapter 1). Translated by Peter Geach. In: GEACH, Peter; BLACK, Max. (Ed.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. 2. ed. Oxford: B. Blackwell & Mott, 1960. p. 1-20.

HADDOCK, Guillermo E R. Husserl's relevance for the philosophy and foundations of mathematics. *Axiomathes*, Dordrecht, n. 1-3, 1997, p. 125-142. Disponível em:
<<http://www.springerlink.com/content/lh4660j22070611j/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

HILL, Claire O. Did Georg Cantor Influence Edmund Husserl? In: HILL, Claire O.; HADDOCK, Guillermo E. R. (Org.). *Husserl or Frege: Meaning, Objectivity and Mathematics*. Chicago: Open Court, 2000. p. 137-160.

HILL, Claire O. Translator's Introduction. In: HUSSERL, Edmund. *Introduction to logic and theory of knowledge: Lectures 1906/07*. Translated by Claire O. Hill. Dordrecht: Springer, 2008. p. xi-xix.
HUSSERL, Edmund G. A. *Erfahrung und Urteil: Untersuchungen zur Genealogie der Logik*. Hrsg. von Ludwig Landgrebe. Praga: Academia Verlagbuchhandlung, 1939.

HUSSERL, Edmund G. A. *Erste Philosophie (1923/4)*. Erste Teil: Kritische Ideengeschichte. Hrsg. von Rudolf Boehm. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1956. (Hua, VII).

HUSSERL, Edmund G. A. *Philosophie der Arithmetik*. Mit ergänzenden Texten (1890-1901). Hrsg. von Lothar Eley. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1970. (Hua, XII)

HUSSERL, Edmund G. A. *Formale and transzendente Logik*. Versuch einer Kritik der logischen Vernunft. Hrsg. von Paul Janssen. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1974. (Hua, XVII).

HUSSERL, Edmund G. A. *Investigações Lógicas: Primeiro Volume – Prolegômenos à Lógica Pura*. Trad. Diogo F. Ferrer. Lisboa: Centro de Filosofia. De acordo com o texto de *Logische Untersuchungen*. Erster Teil. Prolegomena zur reinen Logik. Text der 1. und der 2. Auflage. Hrsg. von Elmar Holenstein. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1975. (Hua, XVIII).

HUSSERL, Edmund G. A. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage-Nachdruck. Hrsg. von K. Schuhmann. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1977. (Hua, III/1).

HUSSERL, Edmund G. A. *Logische Untersuchungen. Zweiter Teil. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. In zwei Bänden. Hrsg. von Ursula Panzer. Halle. Den Haags: Martinus Nijhoff, 1984. (Hua, XIX).

HUSSERL, Edmund G. A. *Einleitung in die Logik und Erkenntnistheorie: Vorlesungen 1906/07*. Hrsg. von Ullrich Melle. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1985. (Hua, XXIV).

HUSSERL, Edmund G. A. *Vorlesungen über Bedeutungslehre*. Sommersemester 1908. Hrsg. von Ursula Panzer. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1987. (Hua, XXVI).

KNEALE, William C.; KNEALE, Martha. *O desenvolvimento da lógica*. Lisboa: C. Gulbenkian, 1962.

LANCIANI, Albino A. Husserl et le concept de probabilité. *Phenomenologie des Modalités*. Caen, 2008.

LOBO, Carlos. Phénoménologie de l'individuation et critique de la raison logique. *Annales de Phénoménologie*, Paris, n. 7, 2008, p. 93-224.

LOBO, Carlos. The Modal Composition of Husserlian Eidos. *Annual Meeting of the Husserl Circle*, 39, Paris, 2009.

MOHANTY, Jitendranath N. *Logic, Truth and the modalities: from a phenomenological perspective*. Dordrecht: Kluwer, 1999.

MORMANN, Thomas. Husserl's Philosophy of Science and the Semantic Approach. *Philosophy of Science*, Chicago, v. 58, n. 1, 1991, p. 61-83.

Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/187889>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

MULLIGAN, Kevin. Essence and Modality: the quintessence of Husserl's Theory. In: TEOKSESSA SIEBEL, M.; TEXTOR, M. (Ed.). *Semantik und Ontologie. Beiträge zur philosophischen Forschung*. Frankfurt: Ontos Verlag, 2004. p. 387-418.

NATORP, Paul. *Die logischen Grundlagen der exakten Wissenschaften*.

Leipzig; Berlin: B. G. Teubner, 1910. Disponível em:

<<http://archive.org/details/dielogischengru00natorgoog>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

STELZNER, Werner. Psychologism and Non-classical Approaches in Traditional Logic. In: JACQUETE, Dale (Ed.). *Philosophy, Psychology and Psychologism: Critical and Historical Readings on the Psychological Turn in Philosophy*. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 81-112.

SIGWART, Christian. *Logik*. Zweiter Band: Die Methodenlehre. Dritte durchgesehene Auflage. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1904. Disponível em:

<<http://archive.org/details/logikvolume00sigwgoog>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

TIESZEN, Richard. Husserl's Logic. In: GABBAY, D.; WOODS, J. (Ed.).

Handbook of the History and Philosophy of Logic II. Dordrecht: Springer, 2004. p. 207-245.

VAN DALEN, Dirk. Four letters from Edmund Husserl to Hermann Weyl.

Husserl Studies. Den Haag, v. 1, n. 1, 1984, p. 1-12. Disponível em:

<<http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF01569204>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

VIGO, Alejandro G. Juicio y modalidad en Husserl: la evolución de la teoría del juicio y el contenido judicativo de Vorlesungen über

Bedetungslehre hasta Ideen I. *Anuario Filosófico*. Madrid, n. XXXVII, v.1,

2004, p. 157-195. Disponível em:

<<http://dspace.unav.es/dspace/handle/10171/4529>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

WIEGAND, Olav K. *Interpretationen der Modallogik*: Ein Beitrag zur phänomenologischen Wissenschaftstheorie. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998.

WIEGAND, Olav K. Phenomenological-Semantic Investigation into Completeness. In: WIEGAND, Olav K.; MOHANTY, Jitendra N. *et al.* (Ed.). *Phenomenology on Kant, German Idealism, Hermeneutics and Logic: Philosophical Essays in Honor of Thomas M. Seehomb*. Dordrecht: Kluwer Academics, 2000. p. 101-132.

Artigo recebido em 24/03/2015, aprovado em 2/05/2015

SARTON E KUHN: O PAPEL DE ROBERT BOYLE NA QUÍMICA DO SÉCULO XVII

Amélia de Jesus Oliveira

Faculdade João Paulo II (FAJOPA - Marília-SP)
Pós-Doutoranda em Filosofia na UNICAMP
Bolsista FAPESP – Processo 2013/20172-0

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 163-191

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN:1983-2109



Resumo: Sarton e Kuhn ocupam um lugar de destaque nas discussões sobre a historiografia da ciência. Além de terem se mostrado defensores pertinazes da importância dos estudos históricos do desenvolvimento científico, eles têm em comum o fato de terem sido contemporâneos na Universidade de Harvard. As diferenças entre eles, no entanto, superam em muito esses traços comuns, a ponto de suas visões serem consideradas incompatíveis por seus intérpretes e pelo próprio Kuhn, que analisa criticamente a obra sartonianiana. A discussão de algumas dessas diferenças é o que move esse trabalho, no qual buscamos traçar um paralelo entre as perspectivas históricas dos dois pensadores, com foco sobre o papel de Robert Boyle no desenvolvimento da química no século XVII. Para tanto, exploramos particularmente as considerações de Kuhn e Sarton em dois textos que publicaram sobre Boyle no início dos anos 50. Podemos verificar aí algumas das diferenças cruciais entre uma história da ciência mais antiga e a nova historiografia, anunciada por Kuhn dez anos mais tarde em *A estrutura das revoluções científicas*.

Palavras-chave: Boyle; História da Química; Kuhn; Nova historiografia; Sarton.

Abstract: Sarton and Kuhn occupy a prominent place in the discussions about historiography of science. Besides having revealed themselves as dogged defenders of the importance of the historical studies, they also have in common the fact that they were contemporaries in Harvard University. However, their differences far outweigh these common aspects, to the point of their views be considered incompatible by their interpreters and by Kuhn himself, who analyses Sarton's work critically. This work approaches this discussion, aiming at drawing a parallel between the historical perspectives of both thinkers. In order to do so, this paper focuses on Robert Boyle's role in developing chemistry in the Seventeenth Century, particularly considering the perspectives explicit in two texts, one by Kuhn and the other by Sarton, published in the early 50's. It is possible to verify in these texts some of the crucial differences between an older history of science and the new historiography announced by Kuhn ten years later in *The structure of scientific revolutions*.

Keywords: Boyle; History of Chemistry; Kuhn; New Historiography; Sarton.

Introdução

Quando indagado, na entrevista de 1995¹, acerca de por que não ter se associado a Sarton, uma vez que estava interessado em fazer história da ciência, Kuhn (2000, p. 282) indicou traços da obra sartoniana que marcavam a grande distância entre eles: Sarton “era certamente um historiador *Whig*”², que considerava a ciência “como a maior conquista humana e o modelo para tudo mais”, e que poderia ter-lhe ensinado “um monte de dados”, mas “nenhum dos tipos de coisas que queria explorar”. Deixando crer que a história da ciência sartoniana era uma história de manuais, ele recorda suas expectativas de produzir um novo tipo de história.

Kuhn já havia, em textos anteriores, situado Sarton em uma tradição histórica da ciência que carecia de superação. Em “As relações entre a história e a história da ciência”, Sarton é mencionado como participante da tradição que via o desenvolvimento científico como “o triunfo da razão sobre a superstição primitiva” e é mencionado como o historiador que, embora tenha desempenhado um papel importante no estabelecimento da profissão, foi responsável por uma imagem da história da ciência que vinha causando “muito prejuízo” para sua área (Cf. Kuhn, 1977, p. 148).

Se retrocedermos um pouco mais no tempo, podemos evocar a crítica kuhniana à história clássica da ciência, apresentada em 1962, em *A estrutura das revoluções científicas*. Nessa obra, Kuhn contrapõe a história de manuais – a que registra os aumentos sucessivos de conhecimento e de técnica científicos e os entraves que impediram esses aumentos – a uma nova visão histórica, que pressupunha novos tipos de questões e uma perspectiva frequentemente não cumulativa. Diferentemente dos historiadores mais antigos, os “novos” historiadores não estariam mais

¹ “A discussion with Thomas S. Kuhn” (Kuhn, 2000).

² O adjetivo *whig*, introduzido por Herbert Butterfield em *The Whig Interpretation of History* (1965 [1931]) para designar a investigação de fatos históricos com referência a valores e padrões vigentes no presente, parece-nos o ponto mais alto da crítica de Kuhn a Sarton.

investigando o passado a partir do ponto de vista de seu momento presente. É assim que, muito do que foi considerado historicamente como erro ou superstição passaria a ser visto como um conjunto de crenças incompatíveis, mas ainda assim científicas. Diz Kuhn (1970, p. 2-3): “Teorias ultrapassadas não são acientíficas em princípio, porque foram descartadas”.

O nome de Sarton não aparece no mais famoso livro de Kuhn. Aliás, a indicação de exemplos, na obra, só ocorre no âmbito da mudança. Alexandre Koyré, Émile Meyerson e Hélène Metzger, entre outros, são mencionados como estudiosos que mostravam “o que era pensar cientificamente numa época em que os cânones do pensamento científico eram muito diferentes dos de hoje” (Kuhn, 1970, p. vi). Esses nomes aí mencionados também aparecem como fontes ratificadoras de uma visão supostamente nova na história da química que Kuhn apresenta em um de seus primeiros artigos, “Robert Boyle and the Structural Chemistry in the Seventeenth Century”, publicado em 1952³. Um pouco antes da publicação desse artigo, Sarton havia publicado o texto “Boyle and Bayle, the Sceptical Chemist and the Sceptical Historian”⁴ (1950), que é citado por Kuhn em seu artigo de 1952.

A proximidade entre os dois artigos, não só cronológica mas também temática, propicia, em nossa opinião, uma ótima circunstância para refletir sobre as perspectivas históricas de Sarton e Kuhn em um momento de mudança na história da ciência. Vale ressaltar que os artigos são citados por seus autores em seus escritos posteriores para exemplificar, corroborar ou complementar uma argumentação pretendida. Nesse sentido, a análise desses textos como parte integrante da obra em que expuseram sua visão da história e da historiografia da ciência pode contribuir para a compreensão de suas ideias e, por extensão, do desenvolvimento da área para a qual tanto labutaram.

³ Outras fontes bibliográficas citadas no artigo são também mencionadas em *A estrutura das revoluções científicas*, tais como M. Boas, J. R. Partington e H. Kopp.

⁴ Também mencionado neste trabalho como “Boyle and Bayle”.

No que segue, apresentamos considerações sobre os textos separadamente: o de Sarton na seção I e o de Kuhn na seção II. A seguir, na seção III, buscaremos traçar paralelos entre os dois, sempre levando em consideração os aspectos relevantes de suas visões sobre o passado da ciência.

O químico cético segundo Sarton

O artigo de Sarton, publicado em 1950, não é um texto específico sobre Robert Boyle, já que boa parte dele é dedicada também a Pierre Bayle. O fato de esse historiador ser chamado também “cético”⁵ já dá indícios do porquê da aproximação dos dois pensadores do século XVII. Sarton busca caracterizar “a idade de ouro”⁶ do conhecimento humano, marcado pelo espírito crítico, dotado de coragem, de liberdade e ansioso por encontrar a verdade; uma era que se distingue muito dos séculos anteriores. O século XVI, por exemplo, em sua visão,

testemunhou uma longa batalha contra o aristotelismo, isto é, contra o espírito da autoridade mal aplicada e absoluta. Infelizmente essa rebelião tinha sido, frequentemente, misturada demais com várias formas de irracionalismo, ocultismo, alquimia e com uma erudição grotesca para nutrir seus melhores frutos (Sarton, 1950, p. 155).

Logo após essa avaliação, o historiador afirma que a rebelião do século XVI poderia “ter terminado em caos”, não fosse pelas “novas ideias introduzidas por Bacon e Descartes, pelo método experimental redefinido pelo primeiro, o racionalismo do segundo e o grande senso comum de ambos”. Evocando as realizações de Galileu e

⁵ Sarton estende o adjetivo constante no título do famoso livro de Boyle, *The Sceptical Chemist*, a Bayle ao intitular seu texto de “Boyle and Bayle, the Sceptical Chemist and the Sceptical Historian”. “Cético”, em Sarton, não deve ser tomado em seu sentido literal, mas como uma expressão variante para “crítico”. Boyle e Bayle teriam desenvolvido métodos críticos, imprescindíveis no século XVII para a revolução científica.

⁶ A expressão é empregada cinco vezes no artigo: nas páginas 155 e 156 (duas vezes em cada uma delas) e p. 182.

Kepler, ele sintetiza os traços fundamentais da revolução científica ocorrida na metade do século XVII: o método experimental, o espírito cético ou crítico e o racionalismo. A efetivação desses traços foi possível graças às novas academias – *Royal Society* e a *Académie des Sciences* –, especialmente com relação aos dois primeiros (Cf. Sarton, 1950, p. 155).

É com a exposição desse contexto geral que Sarton inicia seu artigo, citando mais de quatro dezenas de nomes importantes no panorama das artes e das ciências modernas. Em sua visão, a postura dos homens de ciência dessa época era de “uma relutância geral para aceitar autoridades ao invés de argumentos [...] Esses homens eram críticos [...], mas não iconoclastas; eram racionalistas, mas não bárbaros” (Sarton, 1950, p. 156). Boyle e Bayle são as personalidades escolhidas para a discussão da nova ciência e da nova erudição.

Sarton divide o texto para, separadamente, tratar do químico e, a seguir, do historiador, fornecendo ao final uma comparação entre eles. Aqui, interessa-nos, evidentemente, a parte concernente a Boyle; evocações à segunda parte somente serão feitas na medida em explicitem aspectos gerais da historiografia sartoniana. Sarton começa cada uma das partes com uma biografia, com informações sobre a família, especialmente sobre o pai de cada um das personalidades estudadas. A consideração de aspectos biográficos é uma marca na história da ciência de Sarton. Seus intérpretes comumente chamam a atenção para a imensa quantidade de dados biográficos e bibliográficos presentes em sua obra⁷. No caso da biografia de Boyle, o que chama a atenção é a importância que Sarton atribui à história do pai de Boyle. Depois de escrever duas páginas que o leitor pode julgar uma digressão improdutiva, ele afirma: “Essa digressão não é irrelevante, pois não posso pensar em Boyle sem sentir, ao redor dele, a sombra gigantesca de seu

⁷ Ver, por exemplo, Crombie (1959, p. 164) e Rupert Hall (1969, p 215), para quem Sarton “adorava biografia e, especialmente, bibliografia”.

pai” (Sarton, 1950, p. 159). Suas considerações são bastante subjetivas, como se pode observar na seguinte passagem:

Minha desavença contra ele [Richard Boyle, o pai] não é porque ele era corrupto e ganancioso além da medida, mas porque ele foi o demônio mais hipócrita do qual eu já ouvi falar. Ele considerava todos os seus atos, ainda que malvados, como dirigidos pela providência de Deus; todos os seus ganhos, ainda que ilícitos, eram presentes do Senhor; sua vaidade era extrema (Sarton, 1950, p. 158).

De modo geral, há, no texto, uma crítica à religião, vista como propiciadora de entraves para o desenvolvimento humano e para o avanço do progresso⁸:

Os males da intolerância foram praticados não apenas por criminosos ou por bestas humanas, mas por pessoas reconhecidas pela sua piedade e sua bondade. Os líderes religiosos que deveriam ter dado os maiores exemplos de virtude, deram, ao contrário, exemplos da injustiça grosseira. Esses líderes cegos criaram falsos deveres; seus rebanhos foram treinados para serem ortodoxos e obedientes, em vez de verdadeiros e honestos (Sarton, 1950, p. 179).

As contribuições de Boyle e Bayle, segundo Sarton, foram centrais para um momento importante do desenvolvimento da crítica “não somente no campo da ciência, mas das humanidades”. Eles foram “filhos” dessa época (Sarton, 1950, p. 183) e se destacaram face ao trabalho de seus contemporâneos.

Para avaliar o papel de Boyle no desenvolvimento da química, Sarton lança a questão “Foi Boyle um alquimista?” e ensaia respostas, discutindo esse conceito (Sarton, 1950, p. 160). Ele considera que a principal meta alquimista era a transmutação de metais, uma meta não irracional e plausível. Na época de Boyle, a crença na transmutação de metais era natural e poderia ser justificada pelo “próprio progresso da química moderna” (Sarton, 1950, p. 161). Nesse sentido, Boyle foi, sim, um alquimista, pois ele empreendeu vários experimentos para verificar sua crença. Como outros

⁸ Isso ocorre especialmente nas partes biográficas.

alquimistas, “descobriu sua própria pedra filosofal, ou, mais precisamente, seu próprio solvente universal [...] que ele chamou *menstruum peracutum*” (Sarton, 1950, p. 161).

Boyle, contudo, teria se distanciado dos alquimistas, quando estes tentaram ocultar seu fracasso (na meta de transmutações de metais), modificando e ampliando suas reivindicações. Aí, segundo Sarton, a meta alquímica foi

gradualmente contaminada com todo tipo de superstições – astrologia, magia, ocultismo em todas as suas formas – e a confusão chegou ao limite, quando a meta original foi identificada com moral e até mesmo com propósitos religiosos.

[...]

A grande maioria dos alquimistas ou espagiristas do tempo de Boyle eram ocultistas de todas as nuances e graus, cuja vaidade estava geralmente na proporção inversa de suas qualificações técnicas (Sarton, 1950, p. 161-162).

Sarton ainda rechaça a escrita obscura, a ignorância e o charlatanismo dos alquimistas, que, certamente nada tinham em comum com a atitude científica de Boyle. Quanto se emprega a palavra “alquimia” com implicações ligadas ao ocultismo – ele defende – temos necessariamente de afirmar que Boyle não foi um alquimista. Assim, conjectura que a melhor resposta à questão que coloca é a de que o químico cético “não foi um alquimista, embora tenha aceitado o postulado de que a transmutação de metais era possível” (Sarton, 1950, p. 163).

Boyle, a seguir, é retratado como o “melhor protótipo do homem moderno de ciência, ansioso por encontrar a verdade e investigá-la criticamente”, com um estado de espírito “não somente diferente daquele do alquimista convencional, mas completamente diferente” (Sarton, 1950, p. 162-163). No campo experimental, Boyle teria sido muito ativo, cuidadoso e claro, sem se ater a absurdos. O fato de ter se dedicado, em suas primeiras investigações sistemáticas, a problemas da física o teria capacitado para trabalhar com os fenômenos da química de uma maneira “puramente científica” (p. 163).

O tom elogioso de Sarton é elevado quando fala do livro *The Sceptical Chemist*:

Não há outro livro como esse em toda a história da ciência, nenhum, a qualquer custo, entre os grandes clássicos. O progresso do conhecimento geralmente é determinado pelas descobertas positivas, mas acontece [...] que tais descobertas não podem ser feitas antes que erros e superstições tenham sido suprimidos e o terreno esteja limpo (Sarton, 1950, p. 166-167).

Boyle teria concebido o corpuscularismo somente como uma hipótese de trabalho, sem dogmatismo, já que não podia provar sua validade. “Ainda tateando no escuro” (face às circunstâncias adversas), ele não fingia possuir o conhecimento que lhe faltava e essa atitude foi, segundo Sarton, um “imenso passo em direção ao mundo alquímico, ou melhor, para fora dele” (Sarton, 1950, p. 166). Em virtude da posição que ocupava na *Royal Society*, Boyle teria conseguido, com *The Sceptical Chemist*, a desqualificação e, gradualmente, a rejeição das teorias peripatéticas e espagiristas. Na visão de Sarton (1950, p. 167), o livro de Boyle “abriu a porta” para a mudança na química. E embora quase tudo estivesse por ser feito ainda, os químicos já não permaneceriam mais presos às “extravagâncias espirituais e às obscuridades dissimuladas de tolos e impostores”. Sarton sintetiza o desenvolvimento da química a partir daí:

A fim de descobrir os elementos ou as substâncias elementares (qualquer que fossem sua natureza e seu número), era necessário melhorar consideravelmente as ferramentas e métodos experimentais. Por exemplo, tinha que se descobrir os meios de manipular gases, discriminá-los e criar escalas mais acuradas. Quando as qualidades ocultas tinham sido finalmente erradicadas, o progresso foi interrompido por um século por um novo fantasma, o “flogisto” e assim a teoria corpuscular não se desenvolveu tanto quanto poderia (Sarton, 130, p. 167).

Como se pode observar, as considerações históricas de Sarton são apresentadas com vistas ao estado de desenvolvimento “final” da química – a química de seus dias. Assim, ele busca elencar os

fatos positivos que geraram esse desenvolvimento e os “negativos” que o retardaram. A crença no flogisto, por exemplo, foi “um fantasma” uma ilusão que obscureceu a descoberta do oxigênio, hidrogênio e nitrogênio. Apesar do trabalho de Boyle, foi necessário “esperar até o fim do século XVIII para ganhos positivos” (Sarton, 1950, p. 167), quando Lavoisier destruiu a ilusão do flogisto e completou a revolução química. Foi Lavoisier – e não Boyle – que desferiu o “golpe de morte” dos elementos aristotélicos e dos princípios paraselsianos, tendo postulado a existência de elementos químicos que Boyle tinha considerado “tangíveis e prováveis”. Sarton considera que o químico cético não tinha uma ideia muito clara sobre os elementos e que se esforçou por melhorá-la, indicando alguns trabalhos publicados em *Isis* por Tenney Davis e Mary E. Weeks que versam sobre a concepção de elemento de Boyle e que esclarecem a evolução do conceito até Lavoisier.

O texto sobre Boyle e Bayle enfatiza a postura cética ou de crítica de cada pensador em suas áreas. Essa postura, segundo Sarton (1950, p. 188), representava o “primeiro passo” para a única saída “da ignorância e do caos” – caracterizada pelo uso sistemático de métodos críticos. O texto revela sua valorização do conhecimento moderno em relação ao (que considerava um) pseudoconhecimento medieval – uma perspectiva que percorre os escritos de Sarton. Na introdução de sua principal obra, *Introduction to the History of Science*, por exemplo, ele reconhece a necessidade do estudo da ciência medieval para explicar a origem do conhecimento moderno e revela uma mudança de perspectiva:

Eu pensava na Idade Média somente como “idade das trevas”, um tempo de regressão [...]. Parecia um desperdício de energia procurar algumas pérolas naquela montanha de lixo. Mais tarde, quando minha percepção histórica se desenvolveu, tornei-me necessariamente mais inquisitivo (Sarton, 1927, p. 15).

O fato é que Sarton manteve muito da visão depreciativa da Idade Média. Ainda no texto de 1927, ele reitera, diversas vezes, o que considerou “a esterilidade” do escolasticismo frente à “imensa,

quase inconcebível fertilidade dos modernos” (Sarton, 1927, p. 28). Quando escreve sobre Boyle, sua afirmação é categórica: “É impossível construir qualquer coisa de valor perene sobre um monte de lixo; o primeiro procedimento deve ser o de limpar o terreno e começar com uma *tabula rasa*” (Sarton, 1950, p. 188)⁹. Essa visão remete ao quatro da historiografia tradicional criticada, por exemplo, pelo continuista Crombie, quando questiona:

[...] deve se considerar a nova ciência do século XVII como sendo, em último caso, um começo completamente novo, como quiseram alguns historiadores do passado? A “nova filosofia”, o “ensino experimental físico-matemático” da antiga *Royal Society* nasceu sem família anterior, das mentes de Galileu, Harvey, Francis Bacon e Descartes? (Crombie, 1974, v. 2, p.104).

Como se pode observar, Sarton poderia ser considerado como um dos historiadores que viu, na ciência do século XVII, “um começo completamente novo”. E esse começo, segundo Sarton foi extensivo a toda área da cultura humana. A revolução científica do século XVII que ocorreu graças ao método experimental, ao espírito cético ou crítico e ao racionalismo somente se efetivou no campo da química no século XVIII. Segundo Sarton (1970, p. 189), “Boyle não foi o fundador da química moderna, mas foi o químico cético que tornou essa fundação possível [...] quase um século depois” de sua morte. Ainda assim, na era de ouro da humanidade, ele, que foi o “principal ornamento da *Royal Society*” até o aparecimento dos *Principia* de Newton (Cf. Sarton, 1950, p. 160), foi de extrema importância no cenário da mudança das trevas para a luz, da superstição e caos para a busca da verdade e do progresso determinado pelas descobertas positivas.

⁹ A expressão *tabula rasa* aparece ainda em outra passagem no texto: “*Sceptical Chemist* [...] limpa o terreno; é o começo da química moderna se nós entendermos, por começo, a *tabula rasa* que possibilita o trabalho positivo. Ele destruiu os preconceitos e as superstições que estavam sufocando o crescimento da química experimental” (Sarton, 1950, p. 167).

O químico cético segundo Kuhn

Em seu texto “Boyle and Structural Chemistry in the Seventeenth Century”, Kuhn apresenta uma revisão acerca do papel de Boyle no desenvolvimento da química, em uma análise crítica de vários estudos históricos concernentes ao assunto. De certa forma, pode-se dizer que seu artigo apresenta uma nova maneira de se fazer história da química, aqui focada “na teoria química do ‘filósofo corpuscular’ Robert Boyle” (Kuhn, 1952, p. 13). O texto, repleto de citações e referências a outros estudos sobre a química do século XVII, apresenta a análise de visões históricas que Kuhn considera enganadoras sob alguns ou muitos aspectos.

Kuhn inicia seu texto analisando a visão histórica dominante sobre impacto do atomismo na química do século XVII. Ele considera que a maior parte dos estudos sobre o assunto trata todo atomismo como teorias particulares da matéria e que, apesar de ter contribuído para a evolução da história da química, contém uma simplificação que é enganadora. Diz Kuhn:

O atomismo não forneceu invariavelmente um solo fértil para o desenvolvimento da teoria química. Mais especificamente, a forma do atomismo desenvolvido pelos filósofos e aplicado à física no século XVII adota conceitos inconsistentes com o desenvolvimento de noções fundamentais da química tais como elemento e composição. Esses obstáculos para a química estão evidentes na teoria química do “filósofo corpuscular” Robert Boyle (Kuhn, 1952, p. 13).

Kuhn (1950, p. 13), considera que a visão comumente difundida é a de que o atomismo de Boyle foi apropriado para a crença moderna na resistência de elementos em combinações e ainda para a valorização da análise e síntese como ferramentas fundamentais para o químico. Essa visão seria encontrada em histórias mais antigas da química dedicados a Boyle, tais como de H. Kopp, E. von Meyer e P. Duhem, que viram em Boyle um pioneiro na análise de questões que deram origem à química moderna. A seguir, Kuhn (1950, p. 13-14) identifica nas histórias contemporâneas da química, por exemplo, as de J. Partington e E. J.

Holmyard, uma análise mais acurada que vê um século separando a “aparente modernidade de Boyle da revolução química de Lavoisier”. Essa outra perspectiva mostrou ainda que “Boyle não foi tão claro e dogmático como poderia ser desejado para seu tempo” e foi incapaz de desenvolver métodos experimentais para decidir o que era ou não um elemento. Essa visão gerou uma mudança no modo de se conceber o papel de Boyle na história da química: ele não é mais “o pai da química, mas poderia ter sido”.

Além da identificação da distância e obstáculos que separam Boyle de Lavoisier, outros historiadores, na tentativa de explicar o lapso de tempo entre Boyle e a revolução química, fizeram notar o declínio da teoria e experimentos químicos no século XVIII e, na maior parte das vezes superestimaram o papel do flogisto, atribuindo a este a “culpa” pelo atraso, afirma Kuhn. O trabalho de Boyle não teria alcançado mais êxito porque seus sucessores se tornaram adeptos da teoria flogística. Ainda assim, segundo essa perspectiva, Lavoisier pôde recriar muitos dos conceitos químicos fundamentais de Boyle.

Kuhn identifica uma visão mais acurada ainda nos escritos de Meyerson e Metzger em relação à historiografia mais antiga, na medida em que esses pensadores não identificaram a revolução química como um rompimento repentino com os conceitos da alquimia e do escolasticismo, propiciado pelo pensamento de Boyle, mas, antes, como uma “quase contínua extensão e elaboração dos conceitos peripatéticos e iatroquímicos” (Kuhn, 1952, p. 15). Contudo, considera problemático o fato de que, em suas análises, a proposta teórica e programática de Boyle permanece fora da tradição química dos séculos XVII e XVIII, o que gerou a consideração de que ele foi um “precursor isolado de Lavoisier, um homem que falhou porque o ‘tempo não estava maduro’” (Kuhn, 1952, p. 15).

A partir do comentário desses estudos históricos sobre a química do século XVII, podemos perceber que Kuhn busca explicitar certos avanços graduais na maneira de constituir um quadro mais plausível do papel de Boyle na história da ciência. Todavia, ele

identifica ainda problemas passíveis de serem revisados e seu artigo tem o propósito de fazê-lo. No que segue, apresentamos alguns dos aspectos que Kuhn considera problemáticos na visão histórica dominante da química, sem a pretensão de seguir minuciosamente sua argumentação ou de discutir questões quanto à plausibilidade de qualquer uma das visões discutidas.

Segundo Kuhn (1952, p. 15), Boyle não foi o primeiro a aplicar, na química, as teorias particulares da matéria, já que muitos alquimistas medievais, físicos e químicos renascentistas acreditavam que os quatro elementos aristotélicos permaneciam como corpúsculos pequenos em suas composições, sem que suas formas ou essências fossem modificadas. As teorias particulares da matéria, no meio do século XVII, eram conhecidas e defendidas por Sennert, Basso, Magnen, Etienne de Clave e Jung. E muito do que é atribuído aos escritos de Boyle, segundo Kuhn (1952, p. 16), pode ser encontrado nas obras desses homens, como por exemplo, a noção de elemento, de composição e de combinação corpuscular, “a mesma base conceitual para a distinção entre o átomo (*mínima*) de um elemento e a molécula (*prima mixta*) de uma composição”.

A teoria corpuscular de Boyle, contudo, não correspondia à visão particular da matéria de seus contemporâneos. Enquanto a química particular tinha se desenvolvido continuamente desde Galeno, a teoria de Boyle, segundo Kuhn (1970, p. 17), tinha surgido “a partir de uma filosofia ‘nova’ ou ‘mecânica’, que vê os fenômenos inorgânicos como manifestações de um atomismo e o universo como um ‘motor automovente’”. Nisso consistia a novidade de Boyle, que queria reformular a química por meio de uma filosofia corpuscular mecânica. No entanto, essa novidade, afirma Kuhn (p.17), era “de meios, não de fins”. Seu objetivo permaneceria o mesmo de seus predecessores: “explicar as causas das qualidades e traçar sua evolução dentro das reações químicas”. Contudo, embora tivesse a mesma meta de seus predecessores, as ferramentas de Boyle eram novas. Empregando somente a “filosofia mecânica”, ele reduziu todas as qualidades à junção de “matéria e

movimento” e sua “nova química” tomou forma a partir dessa redução (Cf. Kuhn, 1952, p. 18).

Em consideração a outras visões históricas, Kuhn considera exagerada a avaliação acerca da originalidade de Boyle no desenvolvimento da filosofia corpuscular, já que a defesa do atomismo dinâmico o situa na maior tradição científica do século XVII, uma tradição que deriva de Bacon, Gassendi e Descartes e, em último caso, dos escritos metafísicos dos filósofos seguidores de Demócrito e Epicuro¹⁰. Indicando os estudos de Boas que dispensariam qualquer outra argumentação sobre esse ponto de vista, considera relevante discutir a liberdade de Boyle dentro de uma tradição específica, e sua dívida com ela, para se descobrir se foi o “clima de opinião’ do século XVII” ou a “aberração particular” que produziu sua nova química (Kuhn, 1952, p. 18).

Kuhn procura então mostrar que Boyle adota a teoria corpuscular como dada e que reclama para si, enquanto contribuições originais, dois pontos: a criação da expressão “filosofia corpuscular” e a primazia na “experimentação sistemática para a elucidação, elaboração e verificação do atomismo dinâmico para o qual ele tinha fornecido um nome” (Kuhn, 1952, 18).

Muitos são os aspectos que devem ser avaliados na obra de Boyle quando abordada em relação à tradição química do século XVII. Sarton, por exemplo, segundo Kuhn, teria considerado “que a filosofia corpuscular fornece uma base teórica para a crença na possibilidade de transmutar materiais básicos em ouro, uma observação normalmente voltada para explicar ou desculpar esse aparente resíduo arcaico em Boyle” (Kuhn, 1952, p. 21)¹¹. Boyle teria

¹⁰ Kuhn (1952, p. 18, n. 30) comenta a inserção de Bacon e Descartes na lista dos atomistas do século XVII: “Porque Descartes negou a existência do vazio, é negado a ele frequentemente o título de atomista. Mas as razões históricas e ideológicas para descrever o ‘pleno particular’ de Descartes como atomístico são primordiais”.

¹¹ “Boyle and Bayle” parece ser o único escrito sartoniano dedicado ao estudo sobre Boyle. Ao menos, é o que verificamos consultando o catálogo das obras sartonianas elaboradas por Katharine Strelsky (1957). Neste sentido é curioso

simplesmente, sob essa visão, adotado a maior tradição química, na ausência de evidências experimentais ao contrário. “Mas fazer de Boyle, em sua visão sobre a transmutação, uma criança de seu tempo é perder aquela novidade vital e indispensável da química corpuscular que Boyle continuamente proclamou”, diz Kuhn (1972, p. 22), já que ele tinha a convicção de que se poderia obter “*não simplesmente ouro do chumbo, mas qualquer coisa, a partir de quase qualquer coisa*”.

Nesse sentido, a visão de Boyle, que ampliou o âmbito de possíveis transmutações, era muito diferente da de seus contemporâneos e ele sabia que seu ponto de vista era radical, segundo Kuhn (1952, p 23-24). Sob essa visão, ele estava separado da maior tradição química de seu tempo e a avaliação detalhada dessa condição revela as implicações, na química, de sua ênfase sobre a estrutura e movimento na análise das qualidades. Após proceder a uma análise detalhada, Kuhn busca mostrar como a visão comumente difundida da química estrutural do século XVI pode ser enganadora. Em primeiro lugar, conclui que a teoria química de Boyle é

incompatível com a crença na existência de elementos resistentes. E é, portanto, surpreendente ver Boyle tão frequentemente considerado como um homem cujo maior feito foi a demolição dos “elementos” aristotélicos e princípios paraselianos, os quais ele substituiu por aquela definição de elemento que é agora universalmente adotada (Kuhn, 1952, p. 26).

Kuhn reconhece uma mudança em curso sobre a visão histórica no que concerne à avaliação do modo como Boyle aborda a definição de elemento químico, atentando para a singularidade da visão de Boas¹² e o erro, em “certa literatura recente”, de L.T. More e Sarton, que concordam que a definição frequentemente citada de Boyle ocorre primeiramente na segunda edição de *The Sceptical*

que Kuhn (1952, p. 21) veja Sarton como um “interessado na química do século XVII”.

¹² Kuhn (1952, p. 26, n. 57) indica Boas como supostamente a única historiadora que explicou que Boyle não acreditava na existência de elementos.

Chemist, de 1679/80. A definição, como normalmente citada, segundo Kuhn (1952, p. 26, nota 58), ocorre na sexta parte da edição de 1661¹³. Kuhn procura então explicitar a sua interpretação de como Boyle lida com a noção de elemento em sua teoria química e de como a meta dele de mostrar que não existe nenhum elemento na natureza pode ter sido interpretada de modo totalmente diverso. Isso se aplica à análise do uso do *menstruum*, abordado, por muitos historiadores, como resultado da preocupação excessiva de Boyle “em descobrir o ‘elixir’ dos alquimistas” (Kuhn, 1952, p. 29).

A análise kuhniana do papel de Boyle é marcada por uma visão distinta da maioria dos historiadores comentados em seu artigo de 1952: “Boyle não foi um precursor’ isolado, mas um homem que conduziu, em sua forma mais desenvolvida, um tipo de conceitualização química consoante com a maior tendência do pensamento científico de seus dias” (Kuhn, 1952, p. 15). Mas suas ideias teriam exercido aparentemente pouca influência sobre o desenvolvimento posterior dos conceitos químicos.

Depois de 1670 quase todos os químicos [...] empregaram uma teoria particular da matéria e, durante o último trimestre do século XVII, muitos químicos rejeitaram, ou tentaram rejeitar, as qualidades ocultas usadas nas teorias químicas de seus predecessores. Mas as teorias da matéria desses últimos corpuscularistas assemelham-se aos atomismos estáticos de Jung, de Clave e Sennert muito mais intimamente do que ao atomismo dinâmico de Boyle (Kuhn, 1952, p. 32).

Confrontando a visão de Boyle às de Jung e De Clave, Kuhn (1952, p. 35) considera que o conceito de química dos últimos estava mais próximo do conceito moderno de química, introduzido por Lavoisier. Neste sentido, a análise histórica da química do século XVII e do início do século XVIII “sugere que os verdadeiros

¹³ A indicação desse erro não é trivial. Sarton indica uma evolução de Boyle, no sentido de que, em 1679, ele estaria aperfeiçoando sua definição de elemento.

progenitores da revolução química de Lavoisier estavam necessariamente entre os oponentes de Boyle” (Kuhn, 1952, p. 36).

O papel de Boyle na história da química, segundo Kuhn, é marcado por seu esforço para eliminar os resíduos místicos do pensamento medieval e renascentista, por sua brilhante crítica destrutiva das teorias ingênuas acerca dos elementos químicos. Kuhn conjectura que essa crítica facilitou a elaboração gradual de teorias mais em consonância com experimentos no século XVIII e que os esforços dele resultaram em “descobertas experimentais fundamentais e no isolamento de problemas novos cuja exploração posterior fez avançar a teoria e a prática química” (Kuhn, 1952, p. 36). Contudo, considera que a tentativa de substituir as teorias dos elementos por um esquema conceitual derivado do atomismo metafísico predominante no século XVII foi uma falha de Boyle:

A convicção de que as qualidades químicas poderiam ser derivadas a partir da estrutura mecânica do “universo-máquina” promoveu a opinião de que não havia elementos químicos, que qualquer substância poderia ser transmutada em outra e que o objetivo do químico era fabricar substâncias novas por micro operações mecânicas sobre os corpúsculos neutros da matéria base. Esse ponto de vista da química e do químico foi rejeitado por muitos dos contemporâneos e sucessores de Boyle porque ele entrava em conflito com a concepção ainda dominante da química como uma arte da separação e combinação cujos últimos objetivos eram a separação de elementos e a determinação da composição (Kuhn, 1952, p. 36).

A avaliação da obra de Boyle na química estrutural do século XVII exposta por Kuhn representa uma tentativa de apresentar uma nova perspectiva histórica, por meio da indicação de erros e interpretações mal conduzidas. Como vimos, embora Kuhn apresente mudanças que ocorreram desde os historiadores mais antigos até seus contemporâneos, ele ainda busca mostrar o que considera ser uma visão histórica mais plausível, identificando nas obras de seus contemporâneos, incluindo Sarton, considerações inapropriadas.

Sarton e Kuhn: duas perspectivas em momento de mudança na história da ciência

Contemporâneos e muito próximos cronologicamente, os textos de Sarton e Kuhn possuem muitas singularidades que, quando analisadas no contexto mais amplo de suas obras, podem ser reveladoras de suas contribuições para a história da ciência e das mudanças ocorridas nesse campo. O texto de Sarton, de 1950, surge quando seu autor era já um historiador consagrado. O ano de 1950 é indicado por Kuhn (1977, p. 105) como a data a partir da qual a história da ciência passou a existir, “enquanto uma disciplina profissional independente”¹⁴. E Sarton, como é sabido, teve um papel fundamental nesse processo¹⁵.

É também no início de 1950 que Kuhn publica seus primeiros textos em história da ciência¹⁶. E, no que nos interessa neste trabalho, é interessante verificar que o artigo sobre Boyle apresenta já muitos aspectos do que Kuhn, mais tarde, alegaria como requisitos para que a história da ciência pudesse se tornar “uma fonte particularmente importante de problemas e de *insights*”, de modo que pudesse “ultrapassar seu papel clássico como fonte de exemplos de posições previamente mantidas” (Kuhn, 1977, p. 4).

¹⁴ Ver ainda Duane Roller (1966 [1964], p. 14-15).

¹⁵ O reconhecimento da importância do trabalho de Sarton para a fundação da disciplina de história da ciência é explicitado em tantos escritos historiográficos que a indicação de fontes sobre o assunto mostra-se supérflua. Como trabalhamos aqui com as ideias de Kuhn, vale lembrar uma de suas considerações sobre o historiador: “Os historiadores da ciência têm com George Sarton uma imensa dívida por seu papel no estabelecimento de sua profissão” (Kuhn, 1977, p. 148). Quanto ao reconhecimento do valor de seu trabalho histórico que leva à visão de que, em 1950, ele já era um historiador consagrado, uma busca por textos de seus intérpretes até o início dos anos 60, é fonte abundante de considerações elogiosas e engrandecedoras. V. p. ex. Delorme (1954, p. 370); Mieli (1951, p. 2); Metzger 1987 [1931; 1934], p. 181/185); Clagett (1957, p. 322) e Roller (1966 [1964], p. 13).

¹⁶ “Robert Boyle and the Structural Chemistry in the Seventeenth Century” (1952) é seu primeiro artigo, embora “Newton’s 31st Query and the Degradation of Gold”, seu outro artigo, tenha sido publicado antes. Ver Kuhn (2000, p. 291).

Sob muitos aspectos, os textos de Sarton e Kuhn sobre Boyle são exemplos para os dois “tipos” de história da ciência mencionados por Kuhn. O texto “Boyle and Bayle” é representativo da história clássica, que apresenta conteúdo semelhante àquele constante de “manuais” científicos, aos quais Kuhn se refere¹⁷ para contrapor um novo modo de fazer história da ciência. Diz Kuhn: “Normalmente, os manuais científicos contém apenas um pouco de história, ou em um capítulo introdutório ou, mais frequentemente, em referências esparsas aos grandes heróis de uma época anterior” (Kuhn, 1970, p. 137-138). Boyle, no texto de Sarton é retratado como um herói representativo de uma época que o historiador julga como fornecedora dos parâmetros e valores da ciência de seu tempo presente. Sarton se volta para o século XVII, buscando identificar as contribuições que geraram o estado da química de seu tempo e os obstáculos que atrapalharam um progresso mais rápido para esse estado. A perspectiva histórica sartoniana é ilustrativa da visão que Kuhn apresenta da história tradicional:

Se a ciência é a constelação de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, bem ou mal sucedidos, têm se esforçado para contribuir com um ou outro elemento para aquela constelação particular [...]. E a história da ciência se torna a disciplina que registra tantos aumentos sucessivos quanto os obstáculos que inibiram sua acumulação [...] o historiador [...] deve determinar por quem e quando cada ocorrência, lei ou teoria científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, ele deve descrever e explicar o amontoado de erro, mito, superstição que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos do texto científico moderno. Muita pesquisa foi dirigida a esses fins e alguma ainda é (Kuhn, 1970, p. 2).

O texto de Sarton sobre Boyle pode ser tomado como um bom exemplo dessa perspectiva histórica tal como descrita por Kuhn. A identificação de prioridades e de obstáculos – sobretudo de “superstições” – aparece com muita frequência na obra de Sarton e um bom exemplo disso é encontrado em outro texto, quando ele

¹⁷ V. p. ex. Kuhn (1970, p. 136-137; 2000, p. 282).

faz referência ao atomismo e a Boyle: “Para as pessoas supersticiosas ou irracionais, o atomismo foi simplesmente uma rebelião, uma espécie de rebelião satânica [...]. No ocidente cristão, ele não foi reabilitado até o século XVII, primeiro por Gassendi [...] e, mais tarde, por Boyle” (Sarton, 1959 [1952], p. 597). Nesta passagem, Sarton remete o leitor a seu texto de 1950. Suas referências a trabalhos com estudos da química são feitas sempre no sentido de ratificar uma visão consolidada.

Kuhn também menciona seu trabalho sobre Boyle em outras passagens de sua obra¹⁸ e, de modo geral, as considerações sobre a história da química, que são importantes na sua argumentação sobre um novo modo de conceber o desenvolvimento científico, caminham no sentido totalmente oposto ao de Sarton.

Tome-se, como exemplo, a teoria do flogisto, a que Sarton não denomina de “teoria”, mas de “fantasma”, de “ilusão”, ou seja, um obstáculo que atravancou o avanço da química. Essa visão remete à crítica kuhniana dos historiadores que tomam, como acientíficas, teorias científicas passadas somente porque se tornaram obsoletas. Isso se aplica à teoria do flogisto. Diz Kuhn:

A tão difamada teoria do flogisto, por exemplo, ordenava um número grande de fenômenos físicos e químicos. Explicava porque os corpos queimavam – eram ricos em flogisto – e porque os metais tinham muito mais propriedade em comum do que tinham seus minerais (Kuhn, 1970, p. 99).

A capacidade explicativa da teoria do flogisto, tal como apresentada por Kuhn, não se limita ao conteúdo das linhas transcritas acima, mas comporta outros aspectos por ele elencados na sequência. A passagem, no entanto, serve para ilustrar a diferença entre investigar o passado com determinado padrão de ciência vigente, buscando os elementos contribuintes para esse padrão, e o

¹⁸ Ver Kuhn (1970, p. 42/142; 1977, p. 44; 2000, p. 291). Não exploramos, neste artigo, todas as passagens em que o texto é evocado. Procuramos apenas ressaltar alguns pontos importantes que diferenciam a visão das duas “histórias” sobre Boyle.

investigar o passado em seus próprios termos, buscando compreender as razões por que uma determinada teoria tomou os rumos que tomou.

Outro aspecto bastante relevante que assinala para resultados totalmente diversos conforme a perspectiva história adotada diz respeito ao modo como Sarton e Kuhn descrevem a concepção de Boyle acerca do elemento químico. Sarton, como vimos, identifica em Boyle um esboço da definição moderna de “elemento”. Kuhn considera que essa versão (a de manuais) da contribuição de Boyle para a química está “completamente errada” (1970, p. 142). A argumentação apresentada em 1952 é retomada sinteticamente com referência àquele texto ao menos duas vezes em seus escritos como uma descoberta importante e marco na distinção entre a história clássica e uma nova história da ciência. Em uma das passagens em que faz referências ao artigo, diz Kuhn:

De acordo com Boyle (que estava completamente certo), sua “definição” de um elemento não era nada mais do que uma paráfrase de um conceito químico tradicional; Boyle apresentou-o somente a fim de argumentar que não existe uma coisa como elemento químico [...].

A definição de Boyle, em particular, pode ser rastreada pelo menos até Aristóteles e seguir, por meio de Lavoisier, até os textos modernos. Contudo, isso não quer dizer que a ciência tem possuído o conceito moderno de um elemento desde a Antiguidade. Definições verbais como a de Boyle têm pouco conteúdo científico quando consideradas em si mesmas (Kuhn, 1970, p. 142).

A argumentação de Kuhn é a de que a análise de conceitos científicos não pode se dar senão em consideração ao contexto investigado. Conceitos científicos adquirem sentido completo “somente quando relacionados dentro de um texto ou outra apresentação sistemática, a outros conceitos científicos, a procedimentos de manipulação e a aplicações de paradigma” (Kuhn, 1970, p.142). Na entrevista de 1995, quando relembra o episódio com a leitura de Boyle e a descoberta de uma primeira anomalia, Kuhn fala de seu primeiro artigo:

É um artigo muito bom, eu acho – é totalmente ilegível porque eu pensei que tinha de persuadir um grupo muito erudito de historiadores da química. E o que eu gradualmente descobri foi que ninguém sabia tanto sobre esse problema quanto eu. E eu não deveria tê-lo sobrecarregado, àquela extensão, com evidências corroborantes e grande quantidade de citações [...]. A anomalia sobre Boyle é a primeira (Kuhn, 2000, p. 291).

Esse comentário sobre seu primeiro artigo é revelador da posição de Kuhn como ingressante na história da ciência. Lembramos que Kuhn mencionou sua “experiência com Aristóteles”¹⁹, ocorrida no ano de 1947, como uma ocorrência decisiva para a busca de “melhores leituras”.

As lições aprendidas com a leitura de Aristóteles têm instruído também minhas leituras de homens como Boyle e Newton, Lavoisier e Dalton ou Boltzmann e Planck. Brevemente apresentadas, são duas essas lições. Primeira: existem muitas maneiras de ler um texto e as mais acessíveis para um moderno são frequentemente inapropriadas quando aplicadas ao passado. Segunda: essa plasticidade dos textos não coloca todas as maneiras de leitura em pé de igualdade, pois algumas delas (em último caso se espera que seja somente uma) possuem uma plausibilidade e uma coerência ausentes nas outras (Kuhn, 1977, p. xii).

Os textos de Sarton e Kuhn sobre Boyle são exemplos de leituras distintas de um texto histórico e as imagens que apresentam do papel de Boyle para o desenvolvimento da química se mostram inteiramente diferentes. Enquanto Sarton busca exaltar a imagem do “protótipo” homem de ciência em busca de uma definição clara de elemento, recorrendo a outros trabalhos históricos que apresentam essa caracterização, Kuhn procura discutir as diferentes avaliações que surgiam acerca do trabalho do químico Boyle para argumentar em prol da maior coerência e plausibilidade de sua perspectiva, face a uma visão histórica ainda dominante no início dos

¹⁹ V. p. ex. Kuhn, 2000, p. 59/275/278/292. Além de apresentá-lo à mudança revolucionária, a experiência o conduziu da ciência para a história da ciência (Kuhn, 2000, p. 292). Relatos dessa experiência são encontrados em Kuhn, 1977, p. xi-xii; 2000, p. 15-16.

anos 50. E, em seu trabalho “cético” tem um significado bastante distinto daquele identificado por Sarton quando atribuído a Boyle.

Considerações finais

No simpósio sobre a Renascença, realizado no Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque, entre os dias 8 e 10 de fevereiro de 1952, Sarton afirmou:

A história da ciência poderia ser definida como a história da descoberta da verdade objetiva, da gradual conquista da matéria pela mente humana; ela descreve a duradora e infindável batalha pela liberdade de pensamento – sua libertação da violência, intolerância, erro e superstição (Sarton, 1962 [1953], p. 55)²⁰.

Essa caracterização da história da ciência tem, no texto “Boyle and Bayle”, um exemplo bastante adequado e sintetiza a visão de Sarton sobre Boyle: um homem que perseguiu a verdade, teve liberdade de pensamento, lutou contra a intolerância, o erro e a superstição e usufruiu do método experimental e do racionalismo²¹. Mais do que analisar detalhadamente as obras dos pensadores estudados, Sarton tece rápidas considerações sobre suas obras, citando visões que as corroboram e apresentando suas conclusões acerca dos contributos dos “biografados” para o desenvolvimento

²⁰ De modo similar, em um texto que antecede em 20 anos o seu texto sobre Boyle, Sarton afirma: “De fato, a história da humanidade é essencialmente a história de uma batalha gigante entre luz e escuridão, entre conhecimento e ignorância. Na medida em que a luz gradualmente destrói a escuridão circundante, a ciência gradualmente destrói a superstição, a racionalidade substitui a irracionalidade, e a ordem, o caos, assim – e não de outro modo – a civilização progride” (Sarton, 1930, p. xvii).

²¹ Segundo Sarton (1950, p. 188), o mesmo poderia ser dito de Bayle, com o acréscimo de que, “no campo religioso [...] ele foi muito superior a Boyle”, já que foi um grande defensor da tolerância e contra a violência gerada pela crença religiosa. Essas considerações lembram a crítica de Kuhn (1977, p. 31-65) sobre a avaliação do papel do método experimental no século XVII, quando se analisa as ciências clássicas e as baconianas sob um mesmo prisma (como faz Sarton); lembram ainda a consideração de que fatores externos à ciência raramente eram parte da história da ciência clássica. A religião, por exemplo, se abordada, era vista como obstáculo (Kuhn, 1977, p. 107).

do conhecimento moderno, entendido positivamente como a busca pela verdade e, negativamente, como a superação da intolerância, do erro e da superstição²².

A história da química de Roberto Boyle, tal como apresentada por Sarton, é ilustrativa da concepção histórica criticada por Kuhn (1977, p. 148), a que buscava mostrar “o triunfo da razão sobre a superstição primitiva”. Ela contribui ainda para a compreensão das declarações de Kuhn: a de que Sarton era um historiador *whig*, que poderia ter-lhe ensinado um monte de dados, mas que fazia um tipo de história muito diferente da qual estava interessado na ocasião de seu ingresso no campo.

Na parte final de seu artigo, escreve Sarton:

O adjetivo “cético” não significa mais que isso; em cada caso, ele é limitado pelo nome que qualifica. Boyle é um químico cético, Bayle, um historiador cético; nenhum é cético. No mesmo espírito, poder-se-ia ter chamado Kant de metafísico cético.

No começo de toda nova disciplina, nós precisamos de um grande cético para limpar e preparar [o terreno] para os construtores. Boyle fez isso pela química, Bayle, pela história, e Kant, pela filosofia. Ainda precisamos de alguém para a história da ciência – alguém corajoso o suficiente para inibir todos os pretensos historiadores cujos padrões de verdade histórica são incertos ou inexistentes (Sarton, 1950, p. 189).

É interessante notar que foi justamente num texto sobre Boyle que Kuhn buscou divulgar, pela primeira vez, uma perspectiva alternativa à história tradicional da ciência. Não se pode dizer que Kuhn foi um historiador cético no sentido de “limpar o terreno” e começar de uma *tabula rasa*, como Boyle fez na química, na visão de Sarton. Mas pode se dizer que ele foi cético, no sentido de “crítico”, que lançou uma luz sobre o terreno e que difundiu uma imagem nova da história da ciência, segundo a qual Sarton passou

²² Essa visão é bastante reiterada no texto. Prova disso é uso repetitivo das palavras “verdade”, “tolerância” e “superstição” (a primeira ocorre em duas dezenas de vezes; as suas últimas, em uma dezena). Além disso, Sarton (1950) fala da luta contra “dogmas”, “autoridade” e “preconceitos”.

a ser visto como um “pretenso” historiador²³. Contudo, essa caracterização não deveria diminuir a importância de George Sarton enquanto historiador. Se a história da química evoluiu de modo a se tornar mais plausível (como quis Kuhn em seu texto de 1952) e a história da ciência de modo geral deixava gradativamente de apresentar o progresso científico como “triunfo da razão sobre a superstição” (como ele registrou em seus escritos posteriores), tudo ocorreu num processo gradativo, no qual a avaliação do contexto muito importa.

Duane Roller (1966, p. 13) lembra os nomes de Pierre Duhem, Aldo Mieli e George Sarton como homens que, no primeiro quartel do século XX estiveram na “crista de uma onda de inédito interesse pelo lugar da ciência em nossa cultura, [e] forjaram, impelidos por seus próprios interesses especiais, a História da Ciência como um campo – um campo a ser povoado por historiadores da ciência profissionalmente preparados”. O papel de Sarton nessa história vai muito além de sua dedicação à criação da disciplina e da fomentação dos periódicos que fundou. A história que apresentou da ciência era a história que, durante muito tempo, foi a história vigente e que serviu de fonte para outros historiadores, que como mostra Kuhn, puderam transformá-la gradativamente.

Analisando as constantes revisões históricas na filosofia da ciência, é digno de nota o relato de Bernard Cohen (1987, p. 56-57) sobre sua “dolorosa experiência” de mostrar a Alexandre Koyré um erro em uma de suas publicações: “ele ficou naturalmente embaraçado e triste, terrivelmente aborrecido consigo mesmo. Mas ele replicou depois de um momento de pausa: ‘Se Duhem nunca

²³ Lembramos, por exemplo, de Helge Kragh (1989, p. 18), que evoca Kuhn para indicar a suposta visão a-histórica de Sarton. Em seu ponto de vista, a concepção histórica de Sarton é, segundo padrões modernos, “um tanto ingênua e surpreendentemente a-histórica”. Rupert Hall (1969, p. 215), em texto que cita Kuhn e Koyré como pensadores que mostravam que a história da ciência poderia se tornar história “de verdade”, critica a história da ciência clássica e afirma que não se pode deixar de indagar se Sarton, foi alguma vez, um historiador.

tivesse cometido erros, não teríamos tido grandes trabalhos a fazer. Temos vivido sobre seus erros”.

Embora aparentemente Kuhn não tenha mostrado tanta condescendência com Sarton quando identificou seus erros, ele pôde fornecer ferramentas para que possamos, talvez hoje, em análise retrospectiva de suas obras (e das de Sarton), reavaliar o passado da história da ciência e, conseqüentemente, o papel que ambos desempenharam na área que tanto valorizaram. Para isso, a análise de seus textos sobre Boyle pode contribuir significativamente.

Referências

BUTTERFIELD, H. *The Whig Interpretation of History*. New York: W. W. Norton & Company, 1965.

BERNARD COHEN, I. Alexandre Koyré in America: some personal reminiscences. In: REDONDI, P. (Ed.) *Science: the Renaissance of a history. History and Technology* 4, 1-4. Proceedings of the International Conference – Paris, June 1986, p. 55-70. London: Harwood Academic Publishers, 1987.

CLAGETT, M. George Sarton: Historian of Medieval Science. *Isis*, v. 48, n. 3, set. 1957, p. 320-322.

CROMBIE, A. C. Review of *The Appreciation of Ancient and Medieval Science during the Renaissance (1450-4600)* and *Six Wings. Men Of Science in the Renaissance: The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 10, n. 38, ago. 1959, p. 164-165.

CROMBIE, A. C. *Historia de la ciencia: de San Agustin a Galileo*. Tradução espanhola de José Bernia. Madrid: Alianza, 1974.

DELORME, A. Review of *Léonard de Vinci et la expérience scientifique au XVI^e siècle*. *Revue d'histoire des sciences et de leurs applications*, v. 7, n. 4, 1954, p. 379-382.

KRAGH, H. *The historiography of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KUHN, T. S. Robert Boyle and Structural Chemistry in the Seventeenth Century. *Isis*, v. 43, n. 1, jan. 1952, p. 12-36.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

KUHN, T. S. *The Essential Tension*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

KUHN, T. S. *The Road Since Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

METZGER, H. *La méthode philosophique en histoire des science*. Textes 1914-1939. Paris: Fayard, 1987.

MIELI, A. *Panomara General de Historia de la ciência*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1951. v. 1.

ROLLER, D. A. D. A História da ciência e seu estudo nos Estados Unidos. In: ROLLER, D. A. D. *et al.* (Org.). *Iniciação à história da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1966.

RUPERT HALL, A. Can the History of Science be History? *The British Journal for the History of Science*, v. 4, n. 3, 1969, p. 207-220.

SARTON, G. *Introduction to the History of Science*. Baltimore: Williams and Wilkins, 1927. Vol. I.

SARTON, G. Preface. In : McMURRICH, J. P. *Leonardo da Vinci, the Anatomist (1452-1519)*. Baltimore: The Williams & Wilkins Company, 1930.

SARTON, G. Boyle and Bayle, the Sceptical Chemist and the Sceptical Historian. *Chymia*, v. 3, 1950, p. 155-189.

SARTON, G. *A History of Science: Ancient Science through the Golden Age of Greece*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

SARTON, G. The Quest for Truth: Scientific Progress during the Renaissance. In: FERGUSON, W. *et al.* (Ed.). *The Renaissance. Six Essays*. New York: Harper Torchbooks, 1962.

STRELSKY, K. Bibliography of the publications of George Sarton. *Isis*, v. 48, n. 3, set. 1957, p. 336-350.

Artigo recebido em 30/06/2015, aprovado em 17/07/2015

Resenha

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

CAORSI, CARLOS E. (ORG.). *ENSAIOS SOBRE STRAWSON COM RÉPLICAS DE P. F. STRAWSON.*
TRAD. ITAMAR LUÍS GELAIN E JAIMIR CONTE.
IJUÍ: UNIJUÍ, 2014.

Cecília Rearte Terrosa

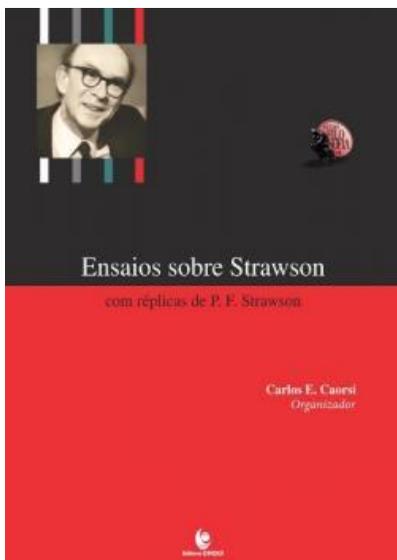
Doutoranda na Universidade Federal de Santa Maria
Bolsista CAPES

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 195-208

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109





Ensaio sobre Strawson com réplicas de P. F. Strawson é uma obra organizada pelo professor, filósofo e investigador da Universidad de la República de Uruguay Carlos E. Caorsi que, junto a importantes filósofos, coloca ao alcance de estudiosos da proposta filosófica de Peter Strawson de língua portuguesa um conjunto de artigos e as réplicas que a eles realiza o notável filósofo analítico da Universidade de Oxford. Trata-se de oito artigos que podem ser agrupados sob cinco rubricas: epistemologia, lógica, metafísica, teoria do conhecimento e filosofia da linguagem.

Compõe também esta obra a cronologia dos livros, coletâneas e artigos publicados pelo filósofo oxinense.

Sob a rubrica de epistemologia encontra-se o artigo pertencente a Mauricio Beuchot, “A Teoria da Verdade em Strawson”. Beuchot destaca os principais pontos da teoria pragmática ou performativa da verdade de Strawson e a sua rejeição da concepção da verdade como correspondência a partir da controvérsia que Strawson mantém com Austin acerca dessa teoria. Beuchot considera que Strawson defende uma teoria correspondencialista da linguagem que deixa espaço para uma teoria correspondencialista da verdade ou, ao menos não a exclui. Beuchot apresenta uma forma de compatibilizar uma teoria correspondencialista da verdade e uma teoria pragmática da verdade, de modo a integrá-las numa teoria correspondencialista-pragmática da verdade, a partir dos aportes realizados por Aloysius P. Martinich e Fernando Inciarte Armiñam.

Strawson, em sua réplica, reconhece que ele mesmo é um defensor da teoria da verdade como correspondência. Afirma que a

proposição “Brutus apunhalou César” é verdadeira se e somente se Brutus apunhalou César. A primeira cláusula do bicondicional é sobre uma proposição, enquanto a segunda cláusula é sobre um acontecimento no mundo que relata um evento ou registra um fato histórico. Considerado como um todo, diz Strawson, o bicondicional afirma uma correspondência entre a proposição e o fato. Entretanto, esclarece também que um fato é tanto uma entidade abstrata e intencional quanto uma proposição refletida sobre si mesma. Os fatos são sobre itens concretos do mundo, sendo um erro confundir fatos com itens concretos do mundo. Considera que as expressões no gerúndio, como no caso do *apunhalamento de Cesar por Brutus* são enganosamente ambivalentes. Podem designar eventos e itens concretos do mundo, mas o apunhalamento de César por Brutus como fato não ocorreu nunca em nenhum lugar, como também não ocorreu o fato menos específico de que Brutus apunhalou César.

Conforme Strawson, para cada proposição verdadeira existe um fato correspondente registrado por cada proferimento dessa proposição. Ele admite que quando expressamos verbalmente uma proposição verdadeira estabelecemos relações semânticas convencionais entre as palavras utilizadas para expressá-la e aquelas realidades sobre as quais as proposições tratam. Porém, rejeita a assimilação de ambos os pontos, isto é, entre intenções, proposições e fatos verdadeiros, e as verdades sobre as relações entre as palavras e as realidades concretas. Considera a possibilidade que a diferença está em como se concebem os universais, incluindo as relações, que concebe como entidades abstratas, embora suas exemplificações e instanciações sejam, para ele, realidades concretas.

Sob o título da lógica, encontra-se o ensaio “Strawson: entre a lógica tradicional e a lógica clássica”, de Robert Calabria. Para este autor é um mito que a lógica tradicional possa ser incorporada, com correções prévias, à lógica clássica, quantificacional ou de classes. Considera que a proposta lógica de Strawson é pertinente para mostrar o desvio que comporta a lógica clássica em relação ao

sistema lógico aristotélico-escolástico, e como a lógica de Strawson é também desviante a respeito da lógica tradicional.

De acordo com Calabria, Strawson considera que é possível que os enunciados sejam interpretados de forma tal que permaneçam válidas as leis e regras do sistema lógico tradicional. Propõe para isso a avaliação dos casos nos quais as regras e leis do sistema tradicional permanecem válidas no sistema quantificacional ou de classes. Para Calabria este procedimento resulta numa lógica tradicional simulada, a qual se distancia tanto do sistema lógico tradicional como da lógica clássica que não compensa o preço a ser pago em termos de uma lógica intuicionista.

A doutrina da pressuposição constitui uma alternativa mediante a qual Strawson procura garantir a coerência do sistema tradicional, manter níveis aceitáveis de intuitividade e acordo com a linguagem ordinária. Dado que a não validade das leis do sistema tradicional surge da admissão da classe vazia que é incompatível com a verdade ou falsidade dos enunciados da forma A, E, I O, a solução proposta por Strawson consiste em pesquisar qual a origem dessa incompatibilidade.

Com a doutrina da pressuposição, Strawson mostra que os valores de verdade dos enunciados pressupõem a existência de ao menos um membro da classe sujeito, com o qual se preservam as regras do sistema tradicional e também se confere a “Todo”, “Algum” e “não” o sentido que estes termos têm na linguagem ordinária, os quais para a lógica quantificacional não reportam um compromisso existencial. Não obstante, segundo Calabria, a concepção de Strawson comporta um desvio tanto da lógica tradicional quanto da lógica clássica.

Para Calabria, a proposta de Strawson rejeita tanto o Princípio de Bivalência, fundamental para a lógica clássica, como objeta a questão da correção dedutiva. Assim, a proposta de Strawson não é válida nos casos de conversão de enunciados da forma E e I, considerando sua solução uma forte restrição aos raciocínios por conversão.

Na sua réplica, Strawson agradece ao professor Calabria pela correção e sistematicidade na exposição de sua doutrina da pressuposição e admite que sua concepção pode ser considerada desviante em relação à lógica clássica e tradicional. Propõe também reconsiderar as consequências do fracasso da pressuposição como sendo a resultante da produção de uma proposição ou enunciado genuíno e não da emissão de um enunciado carente de valor de verdade, pois nesse caso as consequências apontadas por Calabria não se seguiriam.

O problema que Carlos Caorsi coloca em “Referência e Termos Singulares” se refere aos supostos existenciais assumidos pela lógica clássica em relação aos termos singulares não denotativos como sujeitos de orações. Trata-se de supostos que não tem um caráter lógico. A partir do agrupamento das soluções em relação a esse problema realizado por Haack, Caorsi assinala as mudanças sofridas na proposta de Strawson, considerando as publicações: *On Referring*, de 1950, *Introduction logical theory* (1952) e *Identifying Reference and Truth Values* (1964), cujo ponto de partida são as objeções realizadas por Strawson à concepção de Russell.

Os quatro grupos de soluções são: 1) Estratégia do não item, mediante a qual se exclui as sentenças refratárias, aquelas que têm termos singulares não denotativos no lugar do sujeito, do alcance da lógica, assumida por Frege e Strawson (1950); 2) A estratégia da forma enganosa que consiste em traduzir as sentenças refratárias ao formalismo de modo que sejam acessíveis ao tratamento formal, pertencente a Russell (1905); 3) A modificação da lógica no âmbito do cálculo de predicados; 4) A modificação da lógica no âmbito do cálculo proposicional de Strawson em 1952 e 1964.

Conforme Caorsi, para Russell, as expressões que contêm descrições definidas como sujeito lógico não são, na realidade, da forma sujeito-predicado. Ele sustenta também que as descrições definidas são aparentemente termos singulares, sendo na realidade expressões incompletas, isto é, expressões que carecem de significado, mas que contribuem para o significado total dos enunciados nos quais ocorrem. Assim, “*O atual rei da França é calvo*”, cuja

forma aparente é sujeito-predicado, é um enunciado existencial que pode ser lido como: Existe um x que é o atual rei da França e para todo y se y é o atual rei da França x é idêntico a y e x é calvo. Quem afirma que o atual rei da França é calvo está afirmando, por sua vez, que existe um rei da França. Porém, se não há um rei da França, ou seja, se o termo é não denotativo, o enunciado é falso e o problema dos enunciados com termos não denotativos como sujeitos é, segundo Caorsi, assim resolvido.

As objeções que Strawson faz em 1950 à proposta de Russell são resumidas por Caorsi em dois argumentos. No primeiro argumento, afirma que Strawson sustenta que Russell, ao não distinguir entre tipos de expressão e tipos de usos, considera que para que uma expressão seja significativa deve existir o objeto ao qual se faz referência. Entretanto, para Strawson a significatividade é uma característica das expressões e o referir dos usos. Em consequência, a expressão “O atual rei da França” é uma expressão significativa, ainda que os usos dela não possuam referência. Assim, a oração “O atual rei da França é calvo” pode ser significativa ainda quando o uso que fazemos dela não seja nem verdadeiro nem falso. Para Strawson, a significatividade é uma característica das orações, entretanto que ela seja verdadeira ou falsa depende dos usos que se fazem dela.

Em relação ao uso de uma expressão como determinante da verdade ou falsidade da expressão, Caorsi assinala uma ambiguidade na proposta de Strawson a respeito de se o uso da expressão produz um enunciado ou não. Caorsi constata três modos possíveis de entender essa ambigüidade: a) o uso ilegítimo das expressões com termos singulares não denotativos, que Haack denomina do não item; b) quando Strawson, em trabalhos publicados em 1952 e 1964, analisa as relações entre enunciar que o atual rei da França é calvo e a existência do rei da França, ele assinala que a relação entre o enunciado “O atual rei da França é calvo” e o enunciado “Existe um rei da França” não é de implicação lógica, senão de pressuposição; c) quando em 1964 Strawson parece sugerir que

isto não é necessariamente assim, ao caracterizar a pressuposição de modo mais pragmático, a partir da intenção do falante.

O segundo argumento assinalado por Caorsi está baseado na indicação de Russell de que não existe uma relação de implicação lógica entre “O rei da Franca é calvo” e “Existe o rei da Franca”. Caorsi sustenta existirem ambiguidades que Strawson trata de dois modos. Em 1952, Strawson adota a pressuposição de Frege, sendo a pressuposição uma relação entre enunciados, contradizendo a proposta de 1950, onde para Strawson trata-se de um uso ilegítimo por uma falha referencial, não dando lugar a um enunciado. Em 1964, a posição de Strawson muda, contradizendo a proposta anterior, caracterizando a pressuposição em termos da intenção dos sujeitos. Caorsi considera que esta última posição de Strawson se torna mais imprecisa e menos clara em relação à proposta de 1952, constituindo uma perda lamentável.

Na sua réplica a Caorsi, Strawson destaca a clareza na sua análise e esclarece a dúvida levantada em relação à diferença entre a concepção de 1950 e as expostas nas publicações de 1952 e 1964 a respeito do significado de uma sentença. Strawson afirma que o significado de uma sentença declarativa expressa a possibilidade lógica de que ela seja usada para a produção de uma proposição. Não se trata de uma possibilidade prática ou natural, dada a perda do caráter de conteúdo proposicional do enunciado ao não se produzir uma proposição devido ao vazio referencial do termo sujeito singular, que é não denotativo. Em consequência, considera que, em relação a sua concepção de 1950 e as apresentadas em 1952 e 1964 devem ser assimiladas, embora ambas as propostas pareçam incompatíveis, admitindo assim a falta de clareza em suas formulações ao não distinguir explicitamente entre o uso formal do “enunciado” e o sentido atribuído ao termo “proposição”. Trata-se, para Strawson, do reconhecimento formal do que o enunciado diz e da intenção de fazê-lo, embora ele não possa ser qualificado como um enunciado ao não produzir uma proposição, pela falha na referência.

Em seu ensaio “Strawson e a Metafísica”, D’Alessio examina a análise a qual Strawson leva a cabo a respeito dos particulares. Por um lado aceita as distinções de Strawson a respeito das duas perspectivas metafísicas, a descritiva e a revisionista, porém, considera que a articulação de ambas podem mostrar as mudanças relevantes em relação à natureza ontológica das entidades e das condições que estas devem satisfazer para serem consideradas como tais.

Destaca, ainda, a importância que a linguagem desempenha na concepção de Strawson. Opõe-se, porém, à assimilação que este realiza em relação ao uso de expressões que descrevem dados sensoriais com aqueles termos que descrevem objetos, às quais para Strawson são expressões logicamente equivalentes. Essa equivalência responde, segundo D’Alessio, à estreita relação que a concepção empirista estabelece entre objetos e os dados sensoriais. Aprecia que, para uma concepção não empirista essa equivalência lógica não é tal, perguntando se Strawson estaria consciente de que a estrutura formal das proposições tem a ver com a aceitação ou rejeição do empirismo no campo epistemológico.

Para D’Alessio, a assimilação que Strawson realiza do uso das expressões referentes às sensações e aos objetos não levam em conta a distinção ontológica entre essas entidades. As assimilações supostas pelo empirismo são, para D’Alessio, produto da inclusão da função informativa e explicativa da linguagem nos termos disposicionais, tendo-se que realizar uma tipificação de tais funções para deter a influência empirista, por um lado, e indagar, por outro lado, se a estrutura conceitual ou semântica do empirismo é suficiente para expressar o que é requerido pelos usos da linguagem.

D’Alessio também sugere a Strawson a consideração dos eventos assimiláveis a fatos particulares como particulares básicos, além dos particulares materiais e lhe objeta a não consideração da intenção como critério de identificação das pessoas. A esse respeito, Strawson responde e agradece a D’Alessio o fato de sensibilizá-lo com a problemática, aceitando a interdependência

entre a identificação de eventos particulares e substâncias individuais. Strawson contempla, em sua réplica, a possibilidade de incluir os eventos entre os particulares básicos, conjuntamente com os corpos materiais e as pessoas. Isto lhe permitiria dar conta das intenções como eventos atribuíveis aos indivíduos em termos de suas ações e explicar a sua conduta verbal ou não verbal dos mesmos, o qual também é aplicável, *mutatis mutandis*, afirma Strawson, às propriedades disposicionais.

Para Jorge Gracia, a concepção que Strawson apresenta em *Individuals* (1959) é uma proposta de meta-metafísica. Em seu ensaio “A Meta-metafísica de Strawson: identificação versus individuação”, Gracia procura mostrar que a concepção de Strawson não é uma proposta de metafísica no sentido tradicional, a qual se importa com a questão do ser enquanto ser, e sim uma concepção meta-metafísica da metafísica. Isto porque essa proposta gira em torno do esquema conceitual ou das proposições a partir das quais concebemos o mundo.

Após considerar que a história do pensamento filosófico acerca da individuação preocupou-se com a determinação do princípio ou com a causa da individuação dos indivíduos, e após mencionar algumas respostas a este problema, Gracia sustenta que esse problema não é resolvido pela metafísica descritiva de Strawson.

Para Gracia, longe de procurar responder à pergunta acerca do que faz um indivíduo ser um indivíduo, Strawson preocupa-se com a questão acerca da identificação dos indivíduos ou das causas a partir das quais esses indivíduos são identificados. De acordo com Gracia, essa questão não tem a ver com fatos no mundo e sim com fatos mentais, com nosso pensamento e com o conhecimento do mundo, podendo-se tornar esta forma de apresentar o problema numa questão a respeito da discernibilidade dos indivíduos.

Strawson rejeita que sua proposta de metafísica descritiva seja uma concepção meta-metafísica, mostrando também o que a diferencia da metafísica revisionista. Ele responde à interpretação de Gracia sustentando que não há uma diferença significativa sobre as perguntas acerca de quais são os traços da realidade e

suas relações estruturais e aquela pergunta acerca dos tipos de conceitos a partir dos quais pensamos ou dizemos algo sobre o mundo, desde que seja aceito que essas questões são colocadas a partir de um esquema conceitual comum, cujo uso é universal e ponto inicial de qualquer proposta ontológica. Esse esquema, para Strawson, reflete fielmente a estrutura da realidade e está conformado por conceitos com um alto grau de generalidade. Afirma também que qualquer avaliação acerca destas considerações requer que se tenha uma imagem clara do uso desses conceitos para poder estabelecer as relações com o resto do equipamento conceitual.

Em relação à questão da individuação que, segundo Gracia, Strawson deixa de abordar, este autor responde que sua proposta consiste numa teoria substancial e espaço-temporal da individuação e não apenas de uma teoria espaço-temporal da identificação ou do conhecimento. Para Strawson é um traço essencial dos indivíduos físicos serem membros de uma classe. Os indivíduos pertencem à classe da substância. Entretanto, os conceitos de coisas físicas são conceitos de tipos de substâncias.

Cada tipo de conceito, afirma Strawson, implica em si mesmo o princípio de identidade ou individuação da classe. Porém, a distinção entre os membros de uma mesma classe é estabelecida por ele pela localização espacial ou pelo percurso espaço-temporal dos distintos membros da classe. Esclarece também que os indivíduos particulares não têm essência individual entretanto os universais a possuem e é significada pelo termo geral que a significa.

O artigo do Professor Jesús Mosterín, “Algumas distinções sobre a noção de indivíduo”, apresenta, como seu título indica, as transformações que a noção de indivíduo sofreu no percurso histórico, desde *entitas* até chegar à noção de *substantia*. Neste percurso, que inicia com Aristóteles, e sua distinção entre entidades primárias e secundárias, passa pelo sentido do princípio da identidade dos indiscerníveis de Leibniz até chegar à necessidade

de um marco espaço-temporal para a identificação dos particulares básicos tematizado por Strawson.

Gracia examina também a noção mais geral de indivíduo, como objeto de referência de um sujeito lógico ou gramatical ou de uma expressão nominal. Sua função é, para Strawson, introduzir no discurso qualquer tipo de particulares substanciais, não se devendo identificar indivíduo com coisa em geral. Não obstante, na sua caracterização, Mosterín afirma que dizer de algo que é um indivíduo é não dizer nada, interpretação esta que é rejeitada por Strawson. Para este autor, dizer que algo é um indivíduo constitui demonstração da hierarquia em relação ao lugar primário que os particulares substanciais ocupam no âmbito de outros particulares, o que está longe de ser algo vácuo ou uma tautologia.

No ensaio “Sobre a percepção e seus objetos em Strawson”, Ernest Sosa apresenta as principais considerações realizadas por Strawson em seu artigo *Perception and its Objects*. Oferece também uma alternativa à questão da compatibilidade entre a imagem de mundo da ciência ou a explicação científica e o realismo do senso comum, que diz respeito a se os objetos físicos possuem ou não propriedades tais como a cor ou o peso.

Em relação à concepção de mundo do senso comum, Sosa afirma que para Strawson essa imagem coincide com a percepção humana, não se tratando de uma teoria baseada em dados proporcionados pelos sentidos ou a própria experiência sensível, como concebe Ayer. Para Strawson, essa imagem de mundo “é algo dado com o dado” e postula a consciência imediata de objetos com propriedades visuais e táteis causalmente responsáveis pela percepção ocasional de tais objetos. Sustenta também que a experiência sensível encontra-se infiltrada por conceitos realistas comuns de objetos, cuja aplicabilidade geral é uma condição para que a experiência seja o que é. Para Sosa, não há nenhuma razão que respalde o argumento de que a própria experiência sensível seja distinta de outra visão de mundo nem que a descrição de tal experiência requiera o uso de conceitos realistas comuns de objetos.

Strawson rejeita como insatisfatória a proposta compatibilista de Ayer, produto da combinação da imagem do senso comum com a imagem do realismo científico, assim como também a teoria do erro de John Mackie, a qual considera absurda. De acordo com Sosa, Strawson enfatiza o papel da relatividade do contexto, e considera que as atribuições cromáticas são frequentemente relativas aos padrões vigentes. Mediante o exemplo do tecido visto a olho nu e sob o microscópio, Strawson mostra a importância do contexto para evitar a incoerência entre duas imagens de mundo.

Conforme Sosa, a visão do senso comum e a visão científica diferem entre si, mas não são incoerentes para Strawson. Assim, para o realismo de senso comum, afirma Strawson, a mesa de Eddington é dura, sólida e de um marrom homogêneo. Para a posição científica do físico contemporâneo é um conjunto de partículas eletricamente carregado e de modo algum marrom. Não há aqui conflito uma vez que alguém pode ser ao mesmo tempo cientista e comensal. Cabe combinar ambas as posições numa única sentença: “esta mesa lisa de couro verde”, dizemos, “desde o ponto de vista científico não é senão um aglomerado de cargas elétricas em ampla dispersão e em rápido movimento”. Quando se percebe a distinção, afirma Strawson, a impressão de incoerência desaparece.

Sosa oferece uma alternativa, que ele qualifica como melhor, a qual se centra no caráter relativo do conceito de peso. Toma a noção de relatividade de Strawson, mas a aplica ao conceito de peso em relação aos sujeitos envolvidos e suas experiências ao levantar objetos. Com este tratamento, Sosa procura mostrar que as perspectivas do senso comum e a científica são combináveis numa visão coerente que, segundo ele, evita as armadilhas da teoria do erro.

Para Strawson a proposta de Sosa é, no essencial, mais ou menos coincidente com a sua própria. Reconhecendo-lhe o mérito de haver feito suas colocações de uma forma menos provocativamente, melhorando assim as distintas propostas aceitas.

No seu artigo, “Limitações ao exercício da perplexidade”, Zavalía procura descrever alguns aspectos da filosofia da linguagem de Strawson. Mostra que os limites aos que a proposta de Strawson se encontra sujeita devem-se a questões que subjazem ao tratamento e as ambiguidades que o trabalho de Strawson apresenta.

Para Zavalía é insatisfatório o tratamento dado por Strawson às questões intencionais, não obstante, este autor as tenha enfatizado na controvérsia entre aspectos formais e intencionais da linguagem. Assinala que algumas dessas ambiguidades acerca da intencionalidade têm sua origem na falta de distinção entre critérios de identificação e critérios de identidade, os quais respondem a diferentes domínios, o primeiro epistêmico e metodológico e o segundo ontológico.

Zavalía propõe também alguns exemplos a respeito dos casos verbos intencionais com referência vazia. Nestes casos, a suas condições de verdade não pressupõem a existência do referente, sendo a sua decodificação realizável no nível pragmático, com base em associações felizes ou infelizes na combinação de expressões e não com base nas condições de verdade.

Em relação à discussão da dimensão pragmática e intencional da referência que, segundo Zavalía, é proposta e por sua vez desatendida por Strawson, em parte por priorizar as condições de verdade dos enunciados em contextos de emissão particulares, Strawson responde, em primeiro lugar, que suas discussões sobre a referência dizem respeito aos usos centrais e fundamentais da linguagem, os quais formam e seguem sendo de interesse para os filósofos da linguagem e para os teóricos da linguística em geral. Em segundo lugar, Strawson alude a seu artigo *Phrase et Acte Parole*, publicado na revista *Langages*, nº 17, março de 1970, onde desenhou e refinou algumas distinções entre três sentidos das palavras, “o significado do que se disse”. Não obstante, reconhece não haver incluído nesse trabalho os tipos de exemplos apresentados em seu artigo por Zavalía.

A respeito da condição de “felicidade” ou “infelicidade” na combinação de expressões, Strawson considera que não é clara a sua

relevância para a questão do sujeito e predicado. Da distinção entre posição referencial (ou de sujeito) e posição predicativa, Strawson afirma que é uma questão fundamental para a lógica moderna. Porém, afirma também que encontrar um nexo explicativo entre esta distinção formal e uma distinção metafísica que é igualmente fundamental e fazer desse nexo a base de uma explicação das noções de sujeito e predicado, segue sendo uma empresa de grande interesse filosófico, mas difícil de encontrar.

Para finalizar, considera-se que estes ensaios e suas réplicas constituem uma oportunidade para o esclarecimento da perspectiva filosófica de Peter Strawson em seu conjunto, assim como dos detalhes mais minuciosos que permite nos aprofundar e enriquecer a nossa compreensão de sua concepção, oferecendo recursos para pensar, a partir dela, propostas alternativas.

Resenha recebida em 24/03/2015, aprovada em 3/05/2015

Tradução

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

ALBERT NEWEN

**O DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM
WITTGENSTEINIANA DE 1929 A 1932**

Marcos Silva

Pós-Doutorando na Universidade Federal do Ceará
Bolsista FUNCAP/CAPES

Natal, v. 22, n. 39
Set.-Dez. 2015, p. 211-241

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



0. Ponto de partida e tese¹

Em um modo de considerar grosseiro é diferenciado, na maioria das vezes, somente um jovem Wittgenstein de outro tardio, o autor do *Tractatus* de 1918 do autor das *Investigações Filosóficas* publicada postumamente em 1953. A riqueza dos escritos póstumos nos permite, entretanto, identificar uma imagem clara do desenvolvimento de seu pensamento, onde se podem descobrir posições de transição [*Übergangspositionen*] interessantes.

Apesar da diferença nos modelos para o desenvolvimento do pensamento wittgensteiniano domina o consenso de que i) os anos de 1929-32 são especialmente importantes para a formação da filosofia tardia, ii) que as observações sobre filosofia da linguagem compõem o núcleo da filosofia wittgensteiniana e iii) que a discussão da exclusão das cores desempenha papel central nela. A exclusão das cores afirma que duas cores não podem estar ao mesmo tempo no mesmo lugar. Em função do papel proeminente deste tema, a investigação posterior é de tal forma posta que primeiramente a questão específica é esclarecida: como a filosofia da linguagem de Wittgenstein se modificou através das teses sobre a exclusão das cores no ensaio *Some Remarks on Logical Form* (em seguida, brevemente, como *Some Remarks* ou RLF) em comparação com a sua posição no *Tractatus Logico-philosophicus* (em seguida, brevemente, como *Tractatus* ou TLP). É mostrado que, já no *Some Remarks*, podemos encontrar um claro desenvolvimento [*Weiterentwicklung*] de sua filosofia da linguagem. Esta posição é identificada como posição de transição do *Tractatus* para uma teoria do significado [*Bedeutung*] baseada na noção de cálculo². Todas

¹ Tradução feita a partir do original “Die Entwicklung der Wittgensteinischen Sprachphilosophie von 1929-1932”, *Zeitschrift für philosophische Forschung*, Band 51 (1997), 3, p. 427-447. Agradeço a um parecerista anônimo por valiosas correções a uma versão anterior desta tradução. (N. T.)

² Traduzo “*Kalkültheorie der Bedeutung*” e “*Gebrauchstheorie der Bedeutung*” como “teoria do significado baseada na noção de cálculo” e “teoria do significado baseada na noção de uso”, respectivamente. Embora esta escolha não seja a mais elegante em português, preserva o sentido original. Em tempo,

estas posições se movimentam em uma teoria da figuração³ entendida de modo geral, que é constantemente minada [*unterhöhlt*] através das mudanças e somente em 1932/33 é substituída [*abgelöst*] por uma teoria do significado baseada na noção de uso. Este passo não será mais discutido aqui. O modelo do desenvolvimento da filosofia da linguagem de Wittgenstein pode ser caracterizado como a imagem da mudança global [*insgesamt*] abrangente, mas realizada gradativamente, da teoria do significado linguístico [*Theorie der sprachlichen Bedeutung*], na qual o ensaio *Some Remarks* marca uma clara etapa, que se direciona para uma teoria do significado baseada na noção de cálculo⁴. Esta tese é comprovada ao se mostrar que a teoria do significado linguístico no *Tractatus*, em *Some Remarks*⁵, nas *Observações Filosóficas* e em *Wittgenstein e o Círculo de Viena* é em cada caso distinta e como estas teorias gradativamente emergem umas das outras [*auseinander hervorgehen*].

1. Classificação em uma discussão sobre o ensaio *Some Remarks on Logical Form*

No centro do ensaio *Some Remarks* de 1929 está a exclusão de cores. Esta foi apresentada como um tema central para o desenvolvimento de seu pensamento logo após a publicação dos primeiros textos do espólio de Wittgenstein⁶. Por consequência, ela encon-

todas as traduções do alemão e de outros textos em inglês são de minha responsabilidade. (N. T.)

³ Acompanho aqui a tradução canônica de Luiz Henrique Lopes dos Santos para “*Bildtheorie*” e “*Sachverhalt*” como “teoria da figuração” e “estado de coisas”. (N. T.)

⁴ Entretanto, todas estas etapas intermediárias [*Zwischenstufen*] merecem apenas condicionalmente a designação de “teorias”, porque elas são somente posições sedimentadas no meio do caminho [*halbwegs*]. Elas têm mais um caráter de esboço.

⁵ Assim como na tradição alemã, o importante artigo de Wittgenstein de 1929 também é comumente apresentado na discussão acadêmica brasileira usando-se seu título original em inglês. (N. T.)

⁶ Edwing B. Allaire: *Tractatus* 6.3751. p. 104.

trou espaço nas apresentações gerais [*Gesamtdarstellungen*] do desenvolvimento do pensamento wittgensteiniano⁷, onde Hacker atribui à exclusão de cores a maior importância [*Bedeutung*] para o desenvolvimento: “A primeira filosofia de Wittgenstein colapsa por conta de sua inabilidade para resolver um problema – exclusão de cores”⁸. Alguns novos trabalhos, entre os quais me remeto sobretudo ao ensaio de James Austin⁹, precisaram a imagem comum nas apresentações gerais do desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein, concentrando-se no problema da exclusão das cores: é defendido que o ensaio *Some Remarks* marca a passagem da teoria da figuração no *Tractatus* para a teoria do significado baseada na noção de uso na filosofia tardia. Já nas *Observações Filosóficas* (PB) encontramos, correspondente a isto, uma primeira versão da teoria do significado baseada na noção de uso que só ganha então uma forma mais sofisticada com os *Cadernos Azul e Marrom* (BB) até as *Investigações Filosóficas* (PU). Um passo essencial nesta apresentação é a aceitação de uma abrangente e rápida mudança da filosofia wittgensteiniana¹⁰.

Ao contrário disto Don Sievert tenta primeiramente mostrar que a solução do problema da exclusão das cores é a mesma em *Some Remarks* e nas *Observações Filosóficas*, e em seguida, que ela não contém nenhuma renúncia [*Abkehr*] da filosofia do *Tractatus*, mas é, ao invés disso, compatível com ela. A sua tese de que só há uma posição em Wittgenstein em relação à exclusão de cores se adequa

⁷ Dignos de observação são, sobretudo: Anthony Kenny: *Wittgenstein*, capítulo 6, p. 103-119 e P.M.S. Hacker: *Insight and Illusion*, p. 86-94.

⁸ P. M. S. Hacker: *Insight and Illusion*, p. 86.

⁹ James Austin: “Wittgenstein’s solution to the color exclusion problem”. Cf. tb. Dale Jacquette: “Wittgenstein and the color incompatibility problem”.

¹⁰ Em uma nova apresentação geral [*Gesamtdarstellung*], esta perspectiva é defendida por Stephen Hilmy: “A evidência mostrou que no começo da década de 1930, Wittgenstein já tinha mudado para a linguagem ordinária como o domínio apropriado da lógica e repudiado suas visões metalógicas anteriores, assim ‘abrindo as portas’ para a investigação lógica de conceitos psicológicos que o ocuparam tanto durante as últimas duas décadas de sua vida”. Stephen Hilmy. *The later Wittgenstein*, p. 66.

à nova apresentação geral de Merrill e Jaakko Hintikka, que procuram provar uma continuidade muito abrangente entre os trabalhos de juventude e os tardios de Wittgenstein¹¹.

Quanto à contenda entre James Austin e Don Sievert em relação ao papel da exclusão das cores, gostaria de defender a seguinte tese: Austin tem razão quando afirma que em relação à exclusão das cores há posições diferentes a serem encontradas no *Tractatus*, no *Some Remarks* e nas *Observações Filosóficas* [e também nas conversas de Wittgenstein com o Círculo de Viena (WWK) que aconteceram paralelamente]¹². Entretanto, a posição de transição [*Übergangsposition*] no *Some Remarks* é descrita incorretamente, se for descrita como uma posição que marca a transição [*Übergang*] da teoria da figuração para a teoria do significado baseada na noção de uso. Isto tem por razão que, como Sievert mostrou, os aspectos acentuados por Austin, nomeadamente, a renúncia [*Abkehr*] do discurso sobre fenômenos e a introdução do discurso sobre regras, não são critérios suficientes para provar que a teoria da figuração do *Tractatus* fora em princípio recusada¹³. Um papel fundamental da teoria da figuração do *Tractatus* continua subsistindo longamente, a saber, a tese que o objetivo [*Zweck*] da linguagem seria a apresentação [*Darstellung*] da realidade [*Wirklichkeit*]. Se nós entendemos com teoria da figuração sobretudo este aspecto, então se deixa mostrar que as modificações do *Tractatus* em relação ao *Some Remarks* até as *Observações Filosóficas* e as conversas em *Wittgenstein e o Círculo de Viena* são modificações da teoria da figuração. Entretanto, as modificações vão tão longe que o programa da análise lógica da filosofia do *Tractatus* é rejeitado, e simultaneamente preparam o núcleo para uma teoria do significado baseado na noção de uso. A teoria do significado baseada na noção de cálculo assume este estatuto intermediário de uma ampla aversão [*Abwendung*] da teoria da figuração e de uma pré-eta

¹¹ M. e J. Hintikka: *Investigating Wittgenstein*.

¹² J. Austin, p. 142.

¹³ D. Sievert, p. 306 *et seq.*

[*Vorstufe*] da teoria do significado baseado na noção de uso. A avaliação das mudanças no ensaio *Some Remarks* chama atenção da seguinte maneira: já no *Some Remarks* encontramos uma primeira etapa [*Stufe*] para a mudança na teoria do significado linguístico [*sprachlichen Bedeutung*] em Wittgenstein. Ela marca uma posição de transição [*Übergangsposition*] importante para a teoria do significado baseado na noção de cálculo, que por seu turno, é uma posição de transição para uma teoria do significado baseada na noção de uso.

2. Os fundamentos comuns no *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) e no *Some Remarks on Logical Form* (RLF)

A tarefa da filosofia, em especial da teoria do conhecimento, é determinada no *Some Remarks on Logical Form* da seguinte maneira:

Onde a linguagem ordinária disfarça a estrutura lógica, onde ela permite a formação de pseudoproposições, onde ela usa um termo em uma infinidade de significados diferentes, nós devemos substituí-la por um simbolismo que dá uma imagem clara da estrutura lógica, exclua pseudoproposições e use seus termos de maneira não-ambígua.¹⁴

A sua tarefa é com isto a mesma que no *Tractatus*, pois ali é o objetivo da filosofia o esclarecimento lógico dos pensamentos (TLP 4.112), onde, em TLP 3.335 e 4.002 e seguintes, as mesmas exigências são vinculadas a isto: o evitar [*das Vermeiden*] de expressões com diversos significados [*mehrdeutigen*] e de pseudoproposições através de um simbolismo lógico adequado. Em seguida, se mantém a ideia fundamental da teoria da figuração [*Abbildtheorie*] como pano de fundo comum: uma proposição só pode figurar a realidade, se as possibilidades lógicas de combinação dos símbolos simples nas proposições forem as mesmas que nas possibilidades de ligação dos objetos simbolizados nos estados

¹⁴ RLF, p.20.

de coisas. Uma proposição só tem por isso um sentido, porque é uma figuração lógica da realidade (TLP 4.03) e só é o caso se a situação [*Sachlage*] por ela descrita puder existir. Não menos importante encontramos nos dois textos a mesma posição [*Auffassung*] sobre forma lógica: tem-se a forma lógica de uma proposição, caso se substitua todas as expressões não-lógicas da proposição por uma variável¹⁵. A forma lógica de uma expressão [*Ausdruck*] é determinada através de um critério de substituição: duas expressões têm a mesma forma lógica, caso a substituição mútua [*wechselseitige Substitution*] em proposições arbitrárias não resulte no fato de que o valor de verdade da proposição se modifique ou que uma proposição significativa [*sinnvollen*] se torne uma sem sentido [*sinnloser*]¹⁶. A forma lógica de uma expressão é caracterizada através das regras pelas quais fica determinado em que contextos de expressão ela pode ser usada de maneira significativa.

3. As teses no *Some Remarks on Logical Form*

Os pontos principais do curto ensaio se deixam resumir em duas teses:

Primeira tese: Os fenômenos factuais [*tatsächlichen Phänomene*] (os fatos) não se deixam representar sem que números ou outras informações de graus [*Gradangabe*] sejam aplicados nas proposições elementares¹⁷.

Nós só podemos alcançar uma análise correta através de uma investigação lógica dos fenômenos. Uma análise dos fenômenos nos leva a aceitar espaço, tempo, cor, sons etc. como fenômenos não-analisáveis, isto é, predicados de espaço, tempo, cor e sons,

¹⁵ TLP 3.315; RLF p.20

¹⁶ TLP 6.23. No RLF, nada é dito sobre a forma lógica das expressões [*Ausdrücken*], mas em conversas com o Círculo de Viena, assim como no *Tractatus*, o critério de substituição é explicitamente mencionado mais tarde (WWK, p. 46, 22/12/1929), de maneira que é fácil aceitar [*nahe liegt anzunehmen*] que o correspondente no *Some Remarks* não mudou.

¹⁷ RLF, p.23.

etc. são expressões primitivas que não desaparecem em uma análise lógica das proposições, nas quais elas aconteçam. Para estes predicados é característico que haja um nivelamento gradual [*graduelle Abstufung*¹⁸]. Quando descrevemos fenômenos, nos quais uma propriedade com nivelamento gradual [*gradueller Abstufung*] do fenômeno está envolvida, então a descrição só é possível, por exemplo, se um número do “grau” for dado a uma propriedade. Porque também estados de coisas simples pertencem aos fenômenos factuais, que por exemplo são descritos com predicados de cores, então números e outras informações de grau [*Gradangabe*] devem ser aplicados em proposições elementares.

Segunda tese: Proposições elementares de fato não podem se contradizer, mas é possível, que elas se excluam¹⁹.

Uma contradição tem sempre a forma ‘ $p \cdot \neg p$ ’. A conjunção de duas proposições elementares que se excluem tem uma outra forma, por exemplo, ‘RPT & BPT’, onde RPT: “a cor R se encontra no tempo T no lugar P” e BPT: “a cor B se encontra no tempo T no lugar P”. A exclusão se origina, porque as duas proposições são em certo sentido completas. A forma ‘() PT’ só deixa lugar para um objeto [*Gegenstand*], i.e., ela só pode ser completa, para um P e T fixos, por *um* predicado de cor. Uma análise dos fenômenos da realidade revela que duas cores não podem estar ao mesmo tempo no mesmo lugar. Para se afigurar esta realidade de maneira adequada na linguagem, a possibilidade de formar a conjunção ‘RPT & BTP’, deve ser excluída na linguagem, pois senão a linguagem teria uma multiplicidade maior que a da realidade. No caso de duas proposições com as quais dois graus diferentes de uma propriedade são atribuídos ao mesmo objeto, deve-se excluir a possibilidade lógica que pertence ao conectivo [*Junktor*] comum ‘e’ que duas proposições articuladas com ele possam ser verdadeiras.

¹⁸ “*Graduelle Abstufung*” é uma expressão redundante no alemão tanto quanto “nivelamento gradual” é em português. Porque podemos compor expressões híbridas de origem latina e de origem germânica na língua alemã, a redundância não fica tão evidente. (N. T.)

¹⁹ RLF, p. 25.

RPT	BPT
(V	V)
V	F
F	V
F	F

Esta proibição só pode ser capturada através de uma regra adicional da sintaxe lógica: “Estas regras têm de nos dizer que no caso de certos tipos de proposições atômicas <proposições elementares, A.N.> descritas em termos das características definidas do simbolismo certas combinações de Ts e Fs têm de ser deixadas de lado”²⁰. Estas regras adicionais são regras limitadoras tanto para o conector ‘e’ quanto para todas as propriedades que são responsáveis pela forma lógica especial ‘()PT”.

4. Apresentação das mudanças em relação às teses no *Tractatus*

No *Tractatus*, Wittgenstein não considerou o fenômeno da exclusão de cores com a forma ‘RTP & BPT’ como uma impossibilidade lógica fundamental, mas sim como uma impossibilidade lógica superficial, que poderia ser reduzida através da análise lógica a uma contradição da forma ‘ $p \cdot \neg p$ ’. Esta avaliação se baseia no postulado da independência para proposições elementares e estado de coisas²¹. Ele afirma, para proposições elementares, que nenhuma proposição pode estar em contradição com ela. Porque duas afirmações sobre cores [*Farbaussagen*], que se apresentem na forma de ‘RPT & BPT’, formam uma contradição, Wittgenstein tira

²⁰ RLF, p. 27-28. [N. T.: em inglês no original, p. 171.]

²¹ TLP 2.061, 4.211, 5.134.

a consequência que elas não podem ser proposições elementares²². Ao contrário disso, no *Some Remarks*, ele desiste do postulado da independência para proposições elementares e estado de coisas, porque ele está convencido que não existe uma análise das proposições com predicados de cores, nas quais estes possam desaparecer a partir de predicados não-graduais²³: “Eu mantenho que em uma sentença que atribui um grau a uma propriedade não é possível levar a análise a diante”.²⁴

As mudanças que são tomadas a partir da filosofia do *Tractatus* só podem ser adequadamente entendidas se o papel do postulado da independência no *Tractatus* for considerado e se for mostrado o que está sendo recusado, conseqüentemente, com esta exigência. Conjuntamente com o postulado da independência se desiste primeiramente que a impossibilidade lógica tenha a forma “ $p \cdot \neg p$ ” (TLP 5.1241). Se proposições elementares são dependentes umas das outras, então uma impossibilidade lógica pode também ter outra forma, o que fica claro com as afirmações sobre cores [*Farbaussage*]. A independência de proposições elementares sugere, em seguida, que a proposição elementar só possa ter exatamente uma forma de negação. Se uma proposição elementar da forma ‘ $f(a)$ ’²⁵ não possa ter somente um oposto [*Gegenteil*] contraditório, mas sim também um oposto contrário²⁶ diferente, então

²² TLP 6.3751

²³ Um importante gatilho [*Auslöser*] para esta mudança é a crítica de Ramsey em uma discussão do *Tractatus*, Frank Ramsey, “Resenha do *Tractatus*”, *Mind*, 32, 1923. [N. T.: Há uma tradução brasileira na *Revista Philosophos*, 17, 2012.] Para a apresentação da influência de Ramsey, v. Dale Jacquette, p. 356 *et seq.*

²⁴ RLF, p. 25.

²⁵ ‘ f ’ indica uma propriedade e ‘ a ’ um indivíduo.

²⁶ Aqui é particularmente difícil traduzir “*konträres Gegenteil*”. Esta dificuldade também se remete à mesma peculiaridade, aludida acima, da língua alemã em construir expressões de origem híbrida permitindo redundâncias. “*Gegenteil*” é usualmente traduzido ao português como “contrário”, mas neste contexto perderíamos a diferença central entre “*Gegenteil*” e “*konträres*”, por isto optei por “oposto”. (N. T.)

isto significa que “Não é o caso que a é f é diferente de ‘ a não é f ’”. A atribuição da propriedade ‘não ser f é, por consequência, porém somente diferente da proposição “Não é o caso que a é f , se f for uma propriedade gradual”. Se f for uma propriedade gradual, então existem proposições elementares que são excluídas por ‘ $f(a)$ ’. Assim se perde o postulado da univocidade da negação das proposições elementares. Para isto é necessário se diferenciar o oposto contraditório e contrário. Assim se desiste de uma terceira característica do *Tractatus*, a saber, que em proposições elementares não apareçam sinais lógicos. Porque uma negação interna e uma externa devem ser diferenciadas, a forma lógica de uma proposição pode não ser mais visível, sem que o sinal de negação apareça em proposições elementares. Como um quarto ponto podemos manter que a sintaxe dos sinais lógicos não pode mais ser determinada sem a consideração do tipo de proposições logicamente articuladas. Como nós vimos no exemplo da exclusão de sentenças sobre cores [*Farbaussagen*], a sintaxe de ‘e’ depende das proposições da forma ‘()PT’ estarem vinculadas entre si. Porque em tais formas de proposições [*Satzformen*] a estrutura interna da proposição se torna relevante para a sintaxe dos conectivos [*Junktors*], se segue que a análise completa da proposição, que é constituída por uma articulação de proposições elementares por meio de símbolos lógicos, não pode mais *mostrar* [*zeigen*] sua estrutura lógica sem a consideração da estrutura interna das proposições elementares. À forma lógica de uma proposição pertencem a estrutura interna da proposição elementar tanto quanto as regras da sintaxe lógica que excluem determinadas articulações de proposições [*Satzverbindungen*]. A quinta consequência significa que as proposições centrais TLP 5 e 6 devem ser limitadas [*ingeschränkt*]. A proposição não é mais simplesmente uma operação de verdade de proposições elementares que podem ser determinadas através das tabelas de verdade para os símbolos lógicos, mas sim as operações de verdade estão sujeitas a limitações que são expressas através de regras complementares da sintaxe lógica. A “forma geral da proposição” [*allgemeine Satz-*

*form*²⁷], proposta em 6, se evidencia, pela mesma razão, como específica demais. O sexto ponto, e este é um ponto central: é eliminada uma contradição escondida no *Tractatus* com a recusa do postulação da independência para proposições elementares e para estado de coisas. Para a ontologia, este passo para a eliminação da contradição significa que a construção do mundo na forma de uma álgebra booleana construída a partir de estado de coisas elementares é perdida: Não vale mais que cada articulação de estado de coisas caracteriza um corte do mundo possível [*einen möglichen Weltausschnitt*] (ou um mundo possível), porque algumas articulações de estado de coisas estão excluídas²⁸.

Como estas numerosas mudanças podem ser avaliadas depende de qual papel elas desempenham para a central pretensão da filosofia do ‘*Tractatus*’. Como pretensão central é interpretada a construção de uma teoria do significado linguístico [*Theorie der sprachlichen Bedeutung*], de maneira que nas próximas seções se investiga de que modo a teoria do significado linguístico se modifica através da recusa do postulado da independência.

5. A mudança da teoria do significado através da recusa do postulado da independência

Antes que avalie as mudanças em *Some Remarks* para a teoria do significado linguístico, gostaria de primeiramente rejeitar a argumentação de Sievert de que não há diferença essencial no tratamento da exclusão de cores no *Tractatus* e no *Some Remarks*. Sievert descreve a posição do *Tractatus* desta maneira: “As contrapartes linguísticas da incompatibilidade das cores são (i) a não ocorrência de nenhuma tal atribuição de cor em uma linguagem restrita à afirmação de verdades e (ii) a afirmação metalinguística verdadeira que não exista tal atribuição verdadeira em uma

²⁷ No original, Wittgenstein não usa “*allgemeine Satzform*”, mas “*algemeine Form des Satzes*”. (N. T.)

²⁸ A. Newen: “Interpretation und Rekonstruktion der Ontologie in Wittgensteins *Tractatus*”, p. 34.

‘linguagem objeto’.²⁹ Segundo Sievert, é decisivo o terreno comum entre o *Tractatus* e o *Some Remarks*, quando se trata de uma impossibilidade lógica na exclusão de cores. Isto se *mostra* segundo o *Tractatus*, porque numa linguagem que só descreve fatos (que é constituída somente por proposições verdadeiras), *de fato* não aparece [*auftritt*] nenhuma conjunção da forma ‘RTP & BTP’. Porque no *Some Remarks* a diferença entre dizer e mostrar permanece em vigor, a exclusão das cores não é detectada neste ensaio através de uma descrição comum, mas sim através de uma regra *metalinguística*.³⁰

A apresentação de Sievert da exclusão das cores no *Tractatus* é inadequada e com isto colapsa também a afirmação de uma continuidade essencial no tratamento do problema: no *Tractatus* não é esboçada nenhuma teoria de uma linguagem que só é constituída de proposições verdadeiras. É uma característica essencial das proposições que elas tenham sentido independente de serem verdadeiras ou falsas. Isto é capturado pela teoria da figuração no *Tractatus*³¹. Em uma proposição se *mostra*, segundo o *Tractatus*, primeiramente, como as coisas estão³², caso a proposição seja verdadeira (TLP 4.022). Segundo ponto: outras propriedades internas se *mostram* independentemente da verdade ou falsidade de proposições, por exemplo, se *mostra* nas proposições ‘f(a)’ e ‘g(a)’ que ambas falam do mesmo objeto (TLP 4.1211). De fato vale no *Tractatus* a doutrina que todas as propriedades internas ou formais se *mostram*³³, contudo precisamente a propriedade formal da exclusão de cores não pode ser capturada assim: porque se trata aqui de uma impossibilidade lógica (TLP 6.375 e seguintes) e uma impossibilidade lógica não se *mostra* através de uma combinação não aparecer [*auftritt*] *de fato*. Se uma combinação de

²⁹ D. Sievert, p. 306.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ TLP 4.01 junto com o TLP 2.22 e 2.221.

³² Sigo aqui a tradução de Luiz Henrique dos Santos para “*Es verhält isch so und so*” em 4.5. (N. T.)

³³ TLP 4.12 *et seq.*, 4.124.

objetos *de fato* não aparece [*auftritt*], então fica em aberto no *Tractatus*, se isto é apenas casual, ou se esta combinação em princípio não pode aparecer [*auftreten*]³⁴. No *Tractatus* não há nenhuma possibilidade da exclusão das cores poder se mostrar. Por esta razão, Wittgenstein estendeu, no *Some Remarks*, a sintaxe do *Tractatus*.

A análise lógica de uma proposição da linguagem corrente [*umgangsprachlichen Satzes*] apresenta, segundo o *Tractatus*, como resultado, uma série [*Reihe*] de proposições elementares, que são articuladas umas com as outras através de sinais lógicos [*logische Zeichen*]. Esta concepção se mantém ainda no *Some Remarks*. Assim vale para ambos os textos que o significado linguístico de proposições complexas é reduzido ao significado linguístico da proposição em uma forma analisada. É característico do *Tractatus* que o significado [*Bedeutung*] de uma proposição complexa é determinado através de quatro aspectos, a saber:

- a) através de definições (explícitas), as quais reduzem [*zurückführen*] sinais complexos a sinais simples ou diretamente aos sinais mais simples, os nomes (cf. TLP 3.261);
- b) através do processo de análise lógica, com o qual proposições complexas são transformadas em proposições simples (cf. TLP 3.25, 2.0201);
- c) através da relação de substituição [*Vertretungsrelation*] entre os nomes, que ocorrem nas proposições elementares das proposições logicamente analisadas, e os objetos no mundo

³⁴ Segundo o *Tractatus*, se se *mostra* que, por exemplo, uma combinação de um indivíduo com uma relação não possa ocorrer, então isto se *mostra* na forma lógica do “objeto”: Neste exemplo, se mostra a impossibilidade lógica, porque uma combinação desta forma não pode formar um estado de coisas [*Sachverhalt*], entretanto não através, que de fato, nenhum fato [*Tatsache*] é encontrado, que é constituído somente de um indivíduo e uma relação. Uma explicação da diferença primária entre limitação sintática, que é considerada no *Tractatus*, e as que se tornam necessárias através da exclusão das cores, será dada nas páginas seguintes.

- (cf. TLP 4.0311, 4.0312); e
- d) através das operações de verdade, que pertencem aos sinais lógicos (ou através da forma geral da proposição) (cf. TLP 5.101 ou TLP 6).

No *Tractatus*, há no nível da proposição logicamente analisada dois modos pelos quais o significado linguístico [*sprachliche Bedeutung*] das expressões simples contidas ali pode ser determinado. Caso a expressão simples for um sinal lógico, então é assim determinado o seu significado linguístico através de uma tabela de verdade (d). Caso a expressão mais simples seja um sinal [*Zeichen*] não-lógico, assim é o seu significado linguístico o objeto indicado por ele. (c) O significado linguístico de sinais complexos é reduzido completamente, através da análise lógica (b) e de definições explícitas (a), ao significado linguístico de sinais simples. Porque o significado das proposições complexas é o mesmo que o significado da proposição em uma forma completamente analisada, pode-se indicar os aspectos c e d como constitutivos de significado em um sentido estrito; ao contrário disto, são os aspectos a e b somente um meio de transferência [*Mittels des Transfers*] do significado de sinais simples de uma proposição analisada para proposições complexas da linguagem corrente [*normalsprachlichen Sätzen*].

O núcleo da teoria do significado linguístico que esclarece a relação entre nomes e objetos é a teoria da figuração do *Tractatus*. A lógica desempenha nela um papel especial. À teoria da figuração pertence a tese que existe somente *uma* forma lógica, que é a forma da realidade [*Wirklichkeit*] (TLP 2.18 e seguintes). Uma configuração de sinais só pode então afigurar um estado de coisas [*Sachverhalt*], caso ela tenha a mesma forma do estado de coisas, isto é, caso ela seja logicamente estruturada como a realidade. Os objetos possuem uma forma lógica e os nomes recebem, com a projeção de uma proposição ao estado de coisas, a mesma forma lógica daqueles objetos representados. É essencial para a filosofia do *Tractatus* que somente exista *uma* lógica a qual seja ao mesmo

tempo a lógica do mundo e a sintaxe lógica da linguagem: “a lógica não é uma teoria, mas sim uma imagem especular do mundo”³⁵. Neste ponto, Wittgenstein mudou sua opinião nos anos 20. Estimulado por palestras de Brouwer³⁶, ele assumiu a posição do intuicionismo lógico, segundo a qual uma lógica não é considerada como a estrutura dada do mundo, mas sim como um cálculo construído para um determinado objetivo. Com isto, o rótulo “a lógica” perde o seu sentido, porque existem muitas lógicas com os mesmos direitos [*gleichberechtigte*], as quais somente poderiam ser selecionadas relativamente a um determinado objetivo de uso [*Verwendungszweck*].

No contexto desta mudança fica compreensível a expansão [*Erweiterung*] da teoria do significado linguístico no *Some Remarks*. Ao lado dos aspectos c e d, algumas regras devem ainda ser consideradas, as quais cuidam que a proposição logicamente analisada tenha a mesma multiplicidade lógica [*logische Mannigfaltigkeit*] da realidade [*Wirklichkeit*], porque, em oposição ao *Tractatus*, a estrutura lógica dos nomes não é ainda completamente determinada a partir da correspondência entre nomes e objetos. O significado linguístico de algumas expressões simples são determinadas adicionalmente através:

- e) de regras, fixadas para alguns determinados tipos de proposições elementares, que certas proíbem combinações de V e F.

A consideração adicional destas regras é em razão de três características uma ampliação [*Erweiterung*] essencial: Primeiro ponto, as regras chamadas abaixo de e (eu falo de “regras da forma e”) não correspondem a *uma* expressão linguística, apesar delas pertencerem ao nível de proposições analisadas, mas sim elas

³⁵ TLP 6.13.

³⁶ Compare com a discussão da influência de Brouwer na formação do verificacionismo de Wittgenstein: M. Wrigley. *The origins of Wittgenstein's verificationism*, p. 271-275.

produzem [*herstellen*] uma ligação entre os sinais lógicos e os predicados graduais ou com as proposições elementares formadas com eles. Segundo ponto, pode-se construir [*aufstellen*] uma outra sintaxe lógica, mudando as “regras de forma” e deixando os aspectos *a* até *d* constantes. Terceiro ponto, as limitações sintáticas que também são consideradas no *Tractatus* são de outro tipo que as regras de forma *e*, porque as primeiras estão implícitas na teoria da figuração e as últimas, ao contrário, não estão.

A primeira característica significa que o significado linguístico de alguns sinais simples de uma proposição logicamente analisada não é mais completamente determinado, caso o significado linguístico de outros sinais simples permaneçam desconsiderados. A segunda característica permite se falar de diferentes sintaxes lógicas em relações de substituição constantes [*konstanter Vertretungsrelation*] entre nomes e objetos. Porque a forma lógica é expressa (se *mostra*) na sintaxe lógica, pode-se, ao contrário disso, marcar a posição do *Tractatus* da seguinte forma: uma configuração de sinais que não tenham a sintaxe lógica, não pode de forma alguma ser uma figuração [*Bild*]. Com a ampliação através das regras de forma *e* no *Some Remarks* se perde a univocidade [*Eindeutigkeit*] da lógica: Com isto para uma configuração de sinais simples poder ser uma figuração, é além disso suficiente que os aspectos *c* e *d* sejam satisfeitos, isto é, é preciso que para cada sinal não-lógico de uma proposição elementar seja atribuído um objeto e as operações de verdade de sinais lógicos devem ficar fixas [*müssen feststehen*]. Assim permanecem [*verbleiben*], contudo, tantas possibilidades de limitar figurações quanto existem possibilidades de determinar regras adicionais de forma *e*. Porque Wittgenstein em *Some Remarks* está convicto que a linguagem deva ter as mesmas possibilidades que a realidade, deve ser dado um conjunto de regras adicionais de forma *e* que devem ser selecionadas [*heraussondiert*] de possíveis figurações, que satisfaçam as nomeadas exigências. É essencial em relação à segunda característica, que a sintaxe lógica não mais expresse as condições de figuração [*Abbildung*], porque

se alguma coisa pode ser uma figuração, isto já é fixo sem as regras de forma e, enquanto a sintaxe lógica é determinada a partir delas.

A terceira característica pressupõe uma determinada interpretação da ontologia do *Tractatus*, a saber, a aceitação que aos seus “objetos” não são somente indivíduos, mas também propriedades e relações n-árias³⁷. A forma de um objeto é, segundo o *Tractatus*, a possibilidade de sua ocorrência em um estado de coisas (TLP 2.0141). Se aos “objetos” no *Tractatus* também pertencem universais, então não ocorrem determinadas articulações [*Verbindungen*] de objetos no mundo, por exemplo, a articulação de um único indivíduo com uma relação binária, porque esta não figura um fato. Correspondentemente, há uma limitação sintática para as expressões simples, por exemplo: um nome não pode formar uma proposição em ligação com uma expressão de relação, mas somente em ligação com uma palavra de propriedade [*Eigenschaftswort*]. Limitações sintáticas desta forma são contidas implicitamente na teoria da figuração: Não é possível fazer a ligação de um nome com uma expressão de relação através de uma projeção a uma figuração [*Bild*], porque a ligação de expressões não é uma proposição e somente proposições têm uma forma lógica para poder figurar um estado de coisas. Quando nós ligamos [*verbinden*] uma expressão relacional binária, por exemplo, “ser idêntico” com um nome “Sócrates”, então a estrutura que parece uma proposição [*satzartige Gebilde*] não tem sentido, porque o nome necessita de uma palavra de propriedade [*Eigenschaftswort*] como complemento, e na proposição aparente “Sócrates é idêntico” a palavra “idêntico”, como palavra de propriedade, não tem significado [*Bedeutung*]³⁸. As limitações sintáticas são parte da teoria da figuração porque as partes da proposição [*Satzteile*] somente se tornam em estados de coisas, indicações [*Bezeichnungen*] de indivíduos, propriedades e relações a partir da projeção de sinais

³⁷ Sobre a pergunta a respeito dos universais no *Tractatus*: W. Sellars, “Naming and saying”; I. Copi, “Objects, properties and relations”; A. Newen, “Interpretation und Rekonstruktion der Ontologie in Wittgensteins *Tractatus*.”

³⁸ TLP 5.4733

proposicionais [*Satzzeichen*]. Diferentemente se comportam as regras de forma e. Caso, através de uma projeção de sinais proposicionais [*Satzzeichen*] em um estado de coisas, já esteja fixo o que os sinais simples indicam, então as regras de forma e garantem adicionalmente que os sinais não tenham um espaço de manobra lógico [*logischen Spielraum*] maior que o representado [*Bezeichnete*]. Enquanto no *Tractatus* a forma lógica do representado fica completamente fixa com a correspondência dos sinais e do representado, ela somente fica completamente determinada, no *Some Remarks*, com as regras de forma e.

Eu gostaria de continuar ainda esclarecendo o significado das mudanças no *Some Remarks*, mostrando quais papéis desempenha a introdução de regras de forma e no processo de mudança da filosofia wittgensteiniana de 1929 a 1931/32³⁹.

6. Classificação do *Some Remarks on Logical Form* no desenvolvimento da filosofia wittgensteiniana da linguagem

Tese: A introdução de regras de forma e é, por um lado, um primeiro passo para uma redução ao absurdo da teoria da figuração do *Tractatus* e, por outro lado, um primeiro passo na construção de uma teoria do significado linguístico baseada na noção de cálculo. Ambos os processos são estreitamente ligados um ao outro e marcam, além disso, a virada de uma filosofia da linguagem ideal para a filosofia da linguagem corrente [*normalen Sprache*]. Estes três aspectos do desenvolvimento da filosofia wittgensteiniana serão esclarecidos a seguir:

Uma redução ao absurdo da teoria da figuração se sucede como consequência de Wittgenstein descobrir [*aufdeckt*] mais formas de

³⁹ Serão consideradas além do *Tractatus* e do *Some Remarks on Logical Form*, sobretudo os escritos publicados nos volumes 2 e 3 da obras editadas pela Suhrkamp. O volume 2 contém sobretudo as *Observações Filosóficas* (PB). No volume 3 se encontram as anotações de Waismann de conversas, que Wittgenstein, do fim de 1929 a meados de 1932, conduziu com os membros do Círculo de Viena.

proposições, que não poderiam ser uma figuração da realidade [*Bild der Wirklichkeit*], sem que fosse um passo importante atribuir a elas um significado linguístico. No *Tractatus*, as proposições da lógica são caracterizadas como sem sentido [*sinnlos*] e proposições éticas, estéticas e religiosas como absurdas [*unsinnig*]. Ambos os tipos de proposições não são figurações. As proposições da lógica *mostram* a estrutura da realidade e da linguagem. Ao contrário disto, sobrevêm com o emprego de proposições éticas, estéticas e religiosas somente uma tentativa de expressão que vai de encontro aos limites da linguagem.

Em seus trabalhos posteriores Wittgenstein se ocupou sempre novamente com proposições que expressam impossibilidades e necessidades lógicas. Em *Some Remarks* são excluídas, através de regras de forma *e*, que a um objeto em um instante [*Zeitpunkt*] sejam atribuídos dois diferentes valores de uma propriedade, por exemplo, “Este ponto é vermelho no tempo T e este <mesmo> ponto é azul no tempo T”. A exclusão desta proposição no contexto da teoria da figuração diz que ela não tem nenhum significado linguístico. Já em dezembro de 1929 Wittgenstein considerou proposições da forma “eu não posso sentir a sua dor”⁴⁰. A negação das proposições deste tipo expressam uma configuração impossível da realidade, que correspondentemente não pode também ser figurada na linguagem. A sintaxe deve portanto ser ampliada a partir de regras de forma *f*. Estas são segundo Wittgenstein regras que indicam como a expressão “eu” pode ser eliminada da linguagem⁴¹. Outros exemplos de proposições se dão em um contexto de consideração de um jogo de xadrez. “o cavalo só *pode* se movimentar em L, o bispo somente na diagonal e a torre somente em linha reta”⁴². As regras de forma *e* e *f* que estavam até agora à disposição não excluem estas proposições. Se alguém quisesse salvar a teoria da figuração, deveria aqui ainda introduzir outras regras da sintaxe

⁴⁰ WWK, p. 49, 22/12/1929.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² WWK, p. 104, 19/06/1930. Exemplos adicionais para tais proposições, que Wittgenstein chama de proposições da sintaxe, se encontram em PB, p. 218.

xe, que excluam a formação destas proposições. Sobre isto não se acha mais em Wittgenstein nenhuma consideração [*Überlegung*], porque as considerações sobre jogo de xadrez marcam a transição para a teoria do significado baseada na noção de cálculo e com isto não é mais negado que estas proposições tenham um significado linguístico, apesar de não figurarem nada. Ele toma estas proposições como postulados sobre o modo da descrição de fatos⁴³. A redução ao absurdo da teoria da figuração fica ainda mais clara quando Wittgenstein percebe quão modesta parte das proposições da linguagem corrente [*normalsprachlichen Sätze*] ele pode explicar o significado linguístico, porque a teoria da figuração o obriga a se concentrar em afirmações. Ao contrário disso, na teoria do significado baseada na noção de cálculo não se encontra problemas para tratar de imperativos, por exemplo⁴⁴. Apesar disto, a consideração do papel de uma proposição dentro de um sistema de proposições ou então dentro de um cálculo não tem por consequência imediata a rejeição de uma teoria da figuração. Ao contrário disto, permanece primeiramente uma característica principal da teoria da figuração, a saber, a perspectiva que a finalidade da linguagem é poder representar a realidade. A introdução de regras de sintaxe é considerada primeiramente como um mecanismo mais completo para o alcance deste objetivo: “As regras para o produto lógico etc. não são mesmo independentes de outras regras da sintaxe. Ambas pertencem ao método de figuração do mundo [Ab-

⁴³ PB, p. 218: “[...] e ‘a soma dos ângulos de um triângulo são 180 graus’ quer dizer, caso a soma não se mostrar sendo 180 graus quando medida, vou tomá-la como um erro de medida. A proposição é um postulado sobre o modo da descrição de fatos.”

⁴⁴ Sobre uma garrafa cheia de gasolina que traz uma etiqueta ‘Gasolina’, Wittgenstein observa: “Esta etiqueta agora é um ponto de apoio [Angriffspunkt] para o cálculo, a saber, para o uso. Com efeito, eu posso dizer para o senhor: ‘Pegue, por favor, a gasolina!’ E através desta etiqueta há uma regra, a partir da qual o senhor tem que proceder. Caso o senhor pegue a gasolina, isto também é novamente um passo naquele cálculo, que é determinado através de regras”. WWK, p. 168, 21/09/1931.

bildung der Welt]”⁴⁵. Uma radical recusa da teoria da figuração se sucede apenas com a desistência da integração de um propósito da linguagem à teoria do significado linguístico. Com a formação de uma teoria do significado baseada na noção de uso, Wittgenstein toma suas investigações gramaticais como independentes das investigações de um propósito da linguagem⁴⁶. O caminho da formação da teoria do uso não é aqui mais um problema. Com este esboço curto, deve ter ficado claro que a introdução de regras da forma e para proibir afirmações sobre a incompatibilidade de cores é um importante passo na introdução de uma redução ao absurdo de uma teoria da figuração.

O segundo aspecto é o papel das mudanças no *Some Remarks* para a construção de uma teoria do significado linguístico baseada na noção de cálculo que ocorre paralelamente à redução ao absurdo de uma teoria da figuração. Um primeiro passo será completado com a consideração de regras da forma e. Wittgenstein caracteriza estas regras em janeiro de 1930 como o que liga [*verbinden*] proposições a sistemas de proposições [*Satzsysteme*]: “Toda proposição está em um sistema de proposições, que é colocado contra a realidade como uma régua”⁴⁷. Para o significado de uma proposição (especialmente uma proposição elementar) é essencial sabermos as ligações [*Verbindungen*] dela com outras proposições. Por isso, não é mais possível dar o significado linguístico de uma proposição, sem dar a sua rede de ligações com outras proposições. Esta rede de ligações é também caracterizada como uma régua que faz, primeiramente, uma medição possível. O segundo passo é que

⁴⁵ WWK, p. 81, 2/1/1930.

⁴⁶ Uma clara tomada de posição a este respeito se encontra, no mais tardar, em *Big Typescript* (TS 213) do ano de 1933 no parágrafo 44, p. 191-195: “Um sinal está lá de fato sempre para um ser vivo, assim este ser deve ser essencial para o sinal’. Certamente: também uma poltrona está lá sempre somente para um ser humano, mas ela se deixa descrever sem que nós falemos de um propósito. De fato, no fim nós não falamos nada sobre as propriedades dos sinais, porque estas não nos interessam, mas somente as regras (gerais) de seu uso” (p. 192).

⁴⁷ WWK, p. 76, 2/1/1930.

uma tal rede de ligações [*Netz der Verbindungen*] é melhor compreendida como um conjunto de regras que constituem um jogo. Esta perspectiva é sugerida através da comparação da linguagem com um jogo de xadrez. Com esta comparação é desenvolvida uma teoria do significado linguístico baseada na noção de cálculo, a qual eu gostaria de esboçar de maneira curta:

A sintaxe da linguagem é comparada com as regras do jogo de xadrez: “A verdade do formalismo é a que toda a sintaxe se deixa interpretar como um sistema de regras de um jogo”⁴⁸. Wittgenstein caracteriza um sistema de regras como um cálculo⁴⁹. Os sinais [*Zeichen*] que são utilizados em um cálculo recebem o seu “significado no cálculo” através das regras, que constituem o cálculo⁵⁰. Assim como a figura de um peão no jogo de xadrez ganha seu significado no “jogo de xadrez” através das regras do jogo para esta figura, assim ganha um sinal linguístico seu “papel (significado) na sintaxe” através das regras da sintaxe:

⁴⁸ WWK, p. 103, 19/6/1930.

⁴⁹ Com isto, Wittgenstein não quer apenas introduzir uma analogia vaga, mas sim oferecer uma nova explicação para o significado de expressões linguísticas: “Existe, pois, entre o modo de uso [*Verwendung*] de nossas palavras na linguagem e em um cálculo não algo como uma mera analogia, mas sim eu posso de fato interpretar o conceito de cálculo de tal modo que a aplicação [*Anwendung*] de palavras é incluída nele.” WWK, p. 168, 21/09/1931. [N. T.: Se as notas de Waismann estiverem de fato corretas aqui, é claro que Wittgenstein usa em um mesmo parágrafo as palavras “*Verwendung*” e “*Anwendung*”. Entretanto, uma distinção mais refinada, apesar de central (e difícil de traduzir) em sua filosofia tardia, não me parece desempenhar papel relevante neste contexto histórico do WWK. De toda forma, uso “uso” para “*Verwendung*” e para aplicação, “*Anwendung*” para marcar a distinção de palavras, embora a distinção conceitual entre as duas em um contexto de discussão menos formal seja mínimo.]

⁵⁰ “O sistema de regras que determinam um cálculo também determinam com isto o ‘significado’ [*Bedeutung*] de seus sinais. Dito de maneira mais correta: A forma e as regras sintáticas são equivalentes. Se eu mudar as regras – complemento-as com algo aparente – desta forma eu mudo a forma, o significado [*Bedeutung*]” (PB, §152, p. 178).

Eu não posso dizer: Este é um peão e para esta figura valem esta e aquela regras do jogo. Mas sim as regras do jogo *determinam* antes esta figura: O peão é a soma das regras através das quais ele é movimentado (também o campo é uma figura), assim como na linguagem as regras da sintaxe determinam o lógico [*das Logische*] na palavra.⁵¹

Para o uso do conceito de cálculo é essencial que Wittgenstein articule com isto a diferença comum na matemática entre cálculo e sua interpretação⁵². O cálculo é um sistema de regras que determinam quais passos [*Züge*] podem ser feitos no sistema de regras. As regras do jogo de xadrez, por exemplo, determinam quais jogadas [*Züge*] podem ser feitas com as figuras. O cálculo recebe uma interpretação somente quando, por exemplo, o cálculo do jogo de xadrez é aplicado a uma batalha entre pessoas, que é representada com o jogo de xadrez.⁵³ De acordo com isto a sintaxe como cálculo somente determina quais combinações de sinais são permitidas, quais relações lógicas existem entre sinais complexos, e assim por diante. Desta forma fica ainda em aberto como a sintaxe é aplicada ou interpretada. A sintaxe determina somente o papel sintático das expressões linguísticas, mas não a sua interpretação ou significado linguístico.

O cálculo é tomado como um sistema de regras que não descreve nada. Ele é um sistema que se deixa aplicar para a representação [*Darstellung*] de um fenômeno ou não: “O cálculo não descreve nada. Ele se deixa aplicar no que ele se deixa aplicar.”⁵⁴ Um cálculo também não se deixa justificar. Ele somente se deixa aplicar com sucesso ou não. “A sintaxe não se deixa fundamentar. Ela é por isso arbitrária. Fora da aplicação, considerada por ela mesma sozinha, ela é jogo, tanto quanto um jogo de xadrez.”⁵⁵ O discurso que não existe uma justificação para o cálculo quer dizer que todo cálculo deve ser considerado como tendo o mesmo valor [*gleich-*

⁵¹ WWK, p. 134, 30/12/1930.

⁵² WWK, p. 106, 19/6/1930 e p. 113 *et seq.*, 25/9/1930.

⁵³ WWK, p. 104, 19/6/1930; p. 170, 21/9/1931.

⁵⁴ WWK, p.106, 19/5/1930.

⁵⁵ WWK, p. 105, 19/6/1930.

wertig]. Um cálculo no qual uma contradição somente tem a forma ‘ $p \cdot \neg p$ ’ não é menos justificado que um que exhibe ‘RTP & BTP’ como uma outra forma de contradição. Eles se diferenciam somente através do seu domínio de aplicação.

O que significa aplicar um cálculo?⁵⁶ “A aplicação do cálculo pode se dar de maneira que proposições *verdadeiras* e *falsas* correspondam às configurações do cálculo. Desta forma, o cálculo resulta em uma teoria que descreve algo”⁵⁷. Como aplicação do cálculo, Wittgenstein menciona a representação de uma batalha entre habitantes de Marte⁵⁸. O desenvolvimento desta teoria do cálculo [*Kalkültheorie*] começa em *Some Remarks* com a discussão de regras de forma e, porque elas são o primeiro exemplo da consideração do papel de uma proposição em um sistema de proposições com respeito ao significado linguístico de um sinal; isto conduz para uma teoria do cálculo através da consideração de outras formas de regras.

O terceiro aspecto do desenvolvimento da teoria do significado linguístico de Wittgenstein é a transição de uma filosofia da linguagem ideal [*idealen Sprache*] para uma filosofia da linguagem corrente [*normalen Sprache*]. A filosofia do *Tractatus* é um caso paradigmático de uma filosofia da linguagem do linguagem ideal. Ela se deixa caracterizar por três características: (i) A análise lógica de proposições da linguagem corrente conduz a proposições elementares que poderiam ser dadas pela teoria do conhecimento depois de pesquisas posteriores. (ii) O significado de proposições da linguagem corrente é ligado através da análise lógica com o significado de proposições elementares e com isto com a relação de substituição que dá significado aos nomes pelos objetos; e de fato só pode haver proposições da linguagem corrente com sentido

⁵⁶ Wittgenstein diferencia a aplicação do cálculo no sentido de uma constituição de um jogo da aplicação do jogo para a apresentação de fatos [*Sachlagen*]. No que se segue eu só me ocuparei da segunda forma de aplicação.

⁵⁷ WWK, p. 126, 26/12/1930.

⁵⁸ WWK, p. 104, 19/6/1930.

porque a relação de substituição nome-objeto existe⁵⁹. Disto se seguem duas consequências: (2a) A filosofia pode esclarecer através da análise lógica o que é dito [*gemeint*] com uma proposição da linguagem corrente e (2b) o entendimento de uma proposição pressupõe em algum sentido um conhecimento da relação de substituição que lhe dá significado. (3) A tarefa da filosofia é a descoberta de reais [*wirklichen*] formas lógicas de proposições em oposição a formas lógicas aparentes (4.0031).

Com a teoria do significado baseada na noção de cálculo, Wittgenstein já se movimenta em uma filosofia da linguagem corrente, porque se dirige decisivamente contra o ponto nuclear de sua filosofia de juventude: (1') "Assim eu acreditara que a tarefa da análise lógica era descobrir as proposições elementares. [...] eu queria dizer de fato que se podia mais tarde dar as proposições elementares. [...] Isto é um erro. Na verdade nós já temos tudo e além disso, *agora* [*gegenwärtig*], nós não precisamos esperar por nada. Nós nos movemos no domínio da gramática de nossa linguagem comum [*gewöhnlichen Sprache*] e esta gramática já está lá"⁶⁰. Wittgenstein não abre mão somente da esperança de poder dar proposições elementares, mas também não anexa [*beimesse*] à relação de substituição nome-objeto qualquer produção de sentido [*bedeutungstiftend*]. Isto se deixa expressar pela sua explícita recusa das consequências 2a e 2b: (2') "A análise lógica pode de fato esclarecer, o que nós queremos dizer com as proposições da lingua cotidiana [*Umgangssprache*]? [...] Nós devemos esperar pela análise lógica? Mas que ideia infernal! A filosofia deve primeiro me esclarecer o que eu quero dizer com minhas proposições e se eu quero dizer alguma coisa com elas. Eu devo poder entender a proposição sem saber a análise"⁶¹. Juntamente com a rejeição do programa do

⁵⁹ TLP 4.0311 e 4.0312.

⁶⁰ WWVK, p. 182-183, 9/12/1931. Compare também PB, parágrafo 3, p. 52.

⁶¹ WWK, p. 129-130, 28/12/1930. No contexto de uma discussão sobre completude, nós encontramos na PB a seguinte observação: "o que eu posso entender eu tenho que entender completamente. Isto tem a ver com o fato de uma linguagem, assim como ela é, está em ordem e que a análise lógica, para

atomismo lógico, Wittgenstein desenvolve um novo método filosófico. O trabalho filosófico limita-se à tarefa de descrição de regras de gramática: (3') “Isto é o que acontece na gramática.” Nós não podemos fazer outra coisa do que *tabular regras*. Se podemos determinar através de investigação [*befragen*] que alguém reconhece algumas vezes esta regra outras vezes outra regra para uma palavra, então diria para ele: Assim você tem que diferenciar de maneira precisa, *como* você usa esta palavra; e *mais do que isso eu não preciso dizer*”⁶².

Nesta mudança clara de uma filosofia da linguagem ideal para uma filosofia da linguagem corrente, o ensaio *Some Remarks* desempenha novamente um importante papel. Se Wittgenstein ainda mantém ali a concepção de uma linguagem ideal, então ele investiga factualmente exemplos de proposições da linguagem corrente em sua forma lógica. Enquanto ele no *Tractatus* abre mão conscientemente de dar exemplos de proposições elementares, ele trata em *Some Remarks* de proposições na forma “A cor R se encontra no tempo T no lugar P” como proposições não-analisáveis de fato, ou seja, como proposições elementares. Proposições da linguagem corrente, por consequência, não são mais tratadas como deficientes [*defizitär*] em relação a proposições da linguagem ideal⁶³. Isto se dá também quando Wittgenstein, pouco tempo depois, rejeita, em princípio a partir da teoria do cálculo, a orientação de uma filosofia da linguagem ideal.

atingir uma clareza perfeita, não deve acrescentar nada ao sentido existente das minhas proposições. De maneira que a aparentemente não clara proposição depois da análise mantém intacto o seu conteúdo anterior e somente é esclarecida a sua gramática”. (PB, parágrafo 158, p. 188).

⁶² WWK, p. 184, 9/12/1931. Compare também: “Eu apenas faço alguém ficar atento ao que ele de fato faz, e me abstenho de qualquer afirmação. Tudo deve proceder então na gramática”. (WWK, p. 186, 9/12/1931).

⁶³ É difícil encontrar em que momento Wittgenstein em sua filosofia de juventude defendeu que proposições da linguagem corrente são proposições deficientes em qualquer sentido relevante. Pelo contrário, ele afirma explicitamente que são proposições logicamente em ordem (TLP 5.5563). (N. T.)

Para avaliarmos a significação das mudanças no *Some Remarks* de maneira resumida, gostaria de tentar em uma forma concisa comparar a teoria do significado linguístico no *Tractatus* com a teoria do significado baseado na noção de cálculo. Para o *Tractatus* é característico que os sinais simples, as partes proposicionais de uma proposição completamente analisada, sejam diferenciadas de maneira clara entre categoremáticas e sincategoremáticas. Os sinais lógicos são sincategoremáticos, isto é, seu significado [*Bedeutung*] é dado completamente pelo seu papel sintático (no *Tractatus* através de tabelas de verdade) e sinais não-lógicos são categoremáticos, isto é, seu significado é completamente dado através do objeto indicado [*bezeichneten Gegenstand*]; eles têm somente um significado semântico [*semantische Bedeutung*]. Na teoria do significado baseada na noção de cálculo, sinais simples, que são palavras da linguagem corrente, não se deixam categorizar desta forma. *A fortiori*, o que acontece é que todo sinal linguístico tem um papel determinado através da sintaxe, seu papel em um cálculo, que pode ser dado através das regras sintáticas para este sinal. Além disso, alguns sinais não-lógicos têm um significado semântico que só se deixam coordenar aos sinais singulares, ao se usar o cálculo como um todo para a representação de uma situação [*Sachlage*]: Por exemplo, quando alguém utiliza um cálculo de xadrez para descrever o comportamento de guerra de habitantes de Marte. Produzir uma correspondência de nomes e objetos significa usar o cálculo como um todo para a representação de uma situação⁶⁴. No *Tractatus*, o significado linguístico de um sinal simples não-lógico é o objeto indicado [*bezeichnete Gegenstand*]. Na teoria do significado baseada na noção de cálculo só se deixa dar o significado linguístico de um sinal simples não-lógico ao se dar as

⁶⁴ A aplicação de um cálculo é somente possível como um todo, porque ele só atribui um papel sintático aos sinais, que pertencem ao cálculo, como um todo. E porque o papel sintático de um sinal é ao menos uma parte de seu significado linguístico. “Entender p quer dizer entender um sistema. Se um p passar aparentemente de um sistema para outro, então na realidade p mudou o seu sentido” (PB, §153, p. 180). Compare também p. 182 e nota 42.

regras sintáticas, que valem no cálculo, para este sinal e além disso se determinar ao que o cálculo como um todo se aplica.

De maneira resumida podemos manter: no desenvolvimento da teoria da significação baseada na noção de cálculo, a introdução de regras da forma *e* no *Some Remarks* é, em muitos sentidos, um passo importante: Com elas é ampliada a paleta de, segundo o *Tractatus*, proposições não significativas [*nicht sinnvollen Sätzen*], onde também fica mais insustentável [*unhaltbarer*] atribuir a elas um significado linguístico. Assim, a redução ao absurdo da teoria da figuração é introduzida. Em segundo lugar, são consideradas consequentemente como necessárias regras para o significado linguístico de um sinal que não são só coordenadas a um sinal simples [*einzelnen*], porque são produzidas com elas relações com diferentes sinais (sinais lógicos e sinais não-lógicos). A isso pertence também que todo predicado gradual destes predicados é determinado através da relação de substituição conjuntamente com as regras de forma *e*. A ampliação destas regras conduz com a ajuda da analogia do jogo de xadrez a uma teoria do significado baseada na noção de cálculo. Em terceiro lugar, os exemplos de proposições da linguagem corrente marcam o primeiro passo para a mudança de uma filosofia da linguagem ideal para a filosofia da linguagem corrente.

7. Observações finais

Ainda que em *Some Remarks*, e posteriormente, ainda se mantenha aspectos fundamentais da teoria da figuração do *Tractatus*, há importantes aspectos vinculados à recusa do postulado da independência das proposições elementares e estados de coisas que são os primeiros passos dados na direção de uma redução ao absurdo da teoria da figuração, na construção de uma teoria do significado baseada na noção de cálculo e na virada de uma linguagem ideal para uma linguagem corrente. Diferentemente do que Sievert manteve e em função de aspectos diferentes dos levantados por Austin, encontramos no ‘*Some Remarks*’ modificações importantes, cuja significância foi esclarecida através da contextualização no

desenvolvimento posterior da filosofia da linguagem wittgensteiniana. Com isso se toma como correta ao mesmo tempo o modelo de uma abrangente, mas gradativa mudança posterior do pensamento wittgensteiniano.

Literatura

ALLAIRE, Edwin B. *Tractatus* 6.3751. *Analysis*, 19, 1959, p. 100-105.

AUSTIN, James. Wittgenstein's solution to the color exclusion problem. *Philosophy and phenomenological research*, 41, 1980, p. 142-149.

COPI, Irving. Objects, properties and relations in the *Tractatus*. In: COPI, I.; BEARD, R. (Ed.). *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Londres: Routledge, 1966. p. 167-186.

HACKER, P. M. S. *Insight and illusion*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

HILMY, S. Stephen. *The later Wittgenstein: the emergence of a new philosophical method*. Oxford, 1987.

HINTIKKA, Merrill; HINTIKKA, Jaakko. *Investigating Wittgenstein*. Oxford: B. Blackwell, 1986.

JACQUETTE, Dale. Wittgenstein and the color incompatibility problem. *History of Philosophy Quarterly*, 7, 1990. p. 353-365.

KENNY, Anthony. *Wittgenstein*, Harmondsworth, 1973.

NEWEN, Albert. Interpretation und Rekonstruktion der Ontologie in Wittgensteins *Tractatus*. *Grazer philosophische Studien*, 41, 1991, p. 33-65.

NEWEN, Albert. *Kontext, Referenz und Bedeutung: eine Bedeutungstheorie singulärer Terme*. Paderborn: Schöningh, 1996.

NEWEN, Albert; VON SAVIGNY, Eike. *Analytische Philosophie: eine Einführung*. Munique: Fink, 1996. especialmente cap. 3.

SELLARS, Wilfried. Naming and saying. In: SELLARS, Wilfried. *Science, perception and reality*. Londres: Routledge, 1963.

SIEVERT, Don. Another look at Wittgenstein on color exclusion. *Synthese*, 78, 1989, p. 291-318.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus* (TLP). Werkausgabe, Band 1. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen* (PB). Werkausgabe, Band 2. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein und der Wiener Kreis* (WWK). Werkausgabe, Band 3. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Big typescript*, TS 213. Cornell-Verfilmung des Wittgenstein-Nachlasses.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Some remarks on logical form. *Aristotelian Society Supplementary*, v. 9: Knowledge, experience and realism, 1929, p. 162-171. Reimpr.: WITTGENSTEIN, Ludwig. Some Remarks on Logical Form (RLF). In: COPI, I.; BEARD, R. (Ed.). *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Londres: Routledge, 1966. p. 31-37. Trad. para o alemão: WITTGENSTEIN, Ludwig. Bemerkungen über logische Form. In: SCHULTE, Joachim. (Ed.). *Wittgenstein: Vortrag über Ethik und andere kleine Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. p.20-28.

WRIGLEY, Michael. The origins of Wittgenstein's verificationism. *Synthese*, 78, 1989, p. 265-290.

Tradução recebida em 16/01/2015, aprovada em 8/08/2015

